

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Lilian Aguilar Teixeira

BIBLIOTECAS MULTICULTURAIS:
ESTUDO DO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL
DOS POVOS INDÍGENAS TERENA (BRASIL)

**Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação,
orientada pela Professora Doutora Ana Lúcia Terra e coorientada
pelo Professor Doutor Oswaldo Francisco de Almeida Junior e
Professor Doutor Antônio Hilário Aguilera Urquiza e apresentada
ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da
Faculdade de Letras.**

Fevereiro de 2025

LILIAN AGUILAR TEIXEIRA

BIBLIOTECAS MULTICULTURAIS:

estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)

Tese apresentada, em regime de co-tutela, à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e à Universidade de Coimbra, para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação (UNESP) e em Ciência da Informação (UC).

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Orientador(a): Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior (UNESP)

Orientador(a): Prof. Dra. Ana Lúcia Terra (UC)

Coorientador: Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquize (UFMS)

Marília- Brasil
Coimbra - Portugal

2025

Teixeira, Lilian Aguilar.

T266b Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil) / Lilian Aguilar Teixeira, 2025.

344 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Lúcia Terra.

Coorientador: Antônio Hilário Aguilera Urquiza.

Coorientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, em regime de cotutela com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2025.

Bibliografia: f. 237-262

1. Comportamento informacional. 2. Terena (Povo indígena). 3. Bibliotecas e comunidade. 4. Competência informacional. 5. Bibliotecas e usuários. I. Título.

CDD 027.63

LILIAN AGUILAR TEIXEIRA

BIBLIOTECAS MULTICULTURAIS:

estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)

Tese apresentada em regime cotutela, à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e à Universidade de Coimbra para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Data da defesa: 20/10/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Lúcia Terra
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Juan José Calva González
Universidad Nacional Autónoma de México

Prof. Dr. Jefferson Vera Nunes
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Liliana Isabel Esteves Gomes
Universidade de Coimbra

Agradecimentos

Este momento marca o culminar de uma jornada de cinco anos, repleta de experiências e emoções variadas, algumas das quais só podem ser plenamente compreendidas por aqueles que as vivenciaram e que se tornam parte de uma história de vida.

Antes de tudo, devo um agradecimento profundo e sincero ao apoio inabalável da minha família, cuja presença foi fundamental em cada etapa deste caminho. A minha mãe, uma fonte constante de empatia, acolhimento e incentivo, tem sido um pilar de força e amor não apenas durante esta jornada, mas em cada momento da minha vida.

Dedico um tributo afetuoso à memória de minha avó, cujo espírito benevolente continua a ser uma fonte de inspiração. Nas horas de reflexão e desafio, era a sua voz amorosa que ressoava em minha memória, chamando-me de "minha doutora". Esse eco foi um lembrete constante de seu amor e de fé na minha capacidade de transcender limites.

Aos meus tios (as) e primas, cujo orgulho e apoio em cada fase da minha trajetória foram fontes de encorajamento e alegria. Um agradecimento especial ao meu sobrinho Samuel, cujo nascimento foi um raio de luz e felicidade em meio a este árduo processo. Mesmo sem a plena consciência de seu papel, sua existência trouxe um brilho especial à minha vida, enchendo-a de alegria e esperança.

Agradeço também às pessoas que estiveram presentes em algumas fases deste percurso: Jaziel, por embarcar nesta jornada comigo e por compartilharmos os desafios e alegrias na Universidade de Coimbra; Tânia, por seu auxílio encorajador em especial no desenvolvimento do projeto. Aos meus amigos bibliotecários - Rogério, Ana, Robson, Flávia, Suely - com quem fortaleci laços em congressos, e que se tornaram suporte contínuo para experiências acadêmicas e de vida.

Expresso minha sincera gratidão à minha orientadora, Ana Lúcia Terra, cuja aceitação para guiar este trabalho transcendeu as barreiras impostas pela pandemia, apesar de não termos tido a oportunidade de um encontro presencial inicial. Minha profunda apreciação pela confiança depositada em minha pesquisa, sua colaboração incansável e as perspectivas inovadoras que enriqueceram imensamente o projeto.

Um reconhecimento especial ao meu coorientador, Antônio Hilário, cuja orientação foi essencial por seu trabalho com os nossos ancestrais, os povos indígenas e que o destino me fez que esse caminho fizesse parte da minha pesquisa e ganhasse profundidade e significado.

Ao meu coorientador, Oswaldo Francisco de Almeida Junior, estendo meu mais profundo respeito e admiração. Sua presença foi um farol de inspiração e uma referência de integridade e humanidade, influenciando não apenas a mim, mas a todos os seus alunos de maneira indelével.

À UNESP, minha gratidão por me receber como aluna em cotutela e integrar-me a esta instituição de prestígio no Brasil. Aos membros do grupo de pesquisa Informação: Mediação, Cultura, Leitura e Sociedade pela contribuição vital à essa jornada, sem vocês e sem nossas reuniões, me faltariam pilares de sustentação para seguir em frente.

À Universidade de Coimbra e aos professores, pela valiosa oportunidade de estudar em uma instituição de prestígio. À Universidade Federal do ABC, pelo apoio que me permitiu dedicar-me à tese e pela compreensão em relação a algumas ausências necessárias para meus estudos.

Minha gratidão mais profunda é direcionada aos povos indígenas, com um destaque especial aos Terena da aldeia Bananal. A oportunidade de mergulhar em suas histórias, testemunhar sua resiliente força e persistência em um mundo marcado pela desigualdade, foi um presente inestimável. Foi inspirada por eles que esta pesquisa nasceu; em cada etapa do meu trabalho, era em suas lutas que encontrava força e inspiração para continuar. Eles não apenas enriqueceram meu conhecimento, mas também tocaram meu coração, ensinando-me sobre resistência, dignidade e a importância de lutar por um mundo mais justo.

Minha gratidão ao Dr. Adriano, à Dra. Maria Odete e ao Dr. Henrique, cujo suporte foi essencial para minha saúde mental. Meu reconhecimento também se estende a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte de algum capítulo desta minha jornada. Pela compreensão nos momentos nos quais precisei fazer escolhas difíceis, optando por focar nesta etapa crucial da minha vida.

Às forças do Universo que me ampararam nos momentos de desafios, entre problemas de saúde, perdas familiares, desânimos e ansiedades. Foi essa força que, tantas vezes, me fez ressurgir e acreditar que eu conseguiria seguir em frente. Sou profundamente grata por essa jornada, que, embora muitas vezes tenha sido dolorosa e solitária, trouxe não apenas aprendizados acadêmicos, mas também uma valiosa experiência de vida e amadurecimento.

Resumo

O estudo do comportamento informacional tem ampliado seu escopo para abranger diferentes grupos de usuários, com atenção especial àqueles historicamente marginalizados no acesso à informação. O acesso à informação, além de ser um direito fundamental, é um elemento central para a autonomia e o fortalecimento identitário. No caso dos povos indígenas, esse direito só pode ser plenamente exercido quando a informação respeita e integra sua multiculturalidade, incorporando suas línguas, epistemologias e formas tradicionais de transmissão do conhecimento.

Diante desse cenário, a presente tese investiga o comportamento informacional do povo indígena Terena, especificamente na aldeia Bananal, no estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de propor um modelo de biblioteca multicultural adaptado às suas necessidades informacionais. A pesquisa parte da questão central: *Como se configura o comportamento informacional do povo Terena e quais diretrizes podem fundamentar a construção de um modelo de biblioteca multicultural adequado às suas demandas informacionais?*

Para responder a essa questão, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada no método etnográfico, com visitas calendarizadas à aldeia, observação participante e entrevistas semiestruturadas com diferentes membros da comunidade, incluindo anciões, estudantes, professores e cacique da aldeia Bananal. Os dados foram registrados em diários de campo e posteriormente categorizados com base em técnicas de análise de conteúdo, possibilitando a identificação de padrões e categorias analíticas relacionadas às necessidades informacionais, fontes e canais de informação, práticas de busca e compartilhamento do conhecimento, bem como as barreiras enfrentadas no acesso à informação.

A partir da análise dos dados, a tese propõe um modelo de biblioteca multicultural para os Terena, baseado na valorização da oralidade, na mediação intercultural e na criação de espaços que integrem saberes tradicionais e contemporâneos. Dessa forma, a proposta busca não apenas suprir lacunas no acesso à informação, mas também garantir o reconhecimento e a valorização do conhecimento indígena promovendo a justiça cognitiva e fortalecendo a autonomia informacional da comunidade.

Como contribuição, a tese amplia o debate sobre comportamento informacional em contextos indígenas, trazendo uma abordagem etnográfica e multicultural para a Ciência da Informação. Além disso, fornece subsídios para políticas públicas voltadas à inclusão informacional dos povos indígenas e evidencia a necessidade de repensar o papel das bibliotecas como espaços de diversidade.

Palavras-chave: Biblioteca Multicultural. Comportamento informacional. Povos indígenas. Necessidade informacional.

Abstract

The study of information behavior has expanded its scope to encompass diverse user groups, with particular attention to those historically marginalized in accessing information. Beyond being a fundamental right, access to information plays a crucial role in fostering autonomy and strengthening cultural identity. For Indigenous peoples, this right can only be fully exercised when information respects and integrates their multiculturalism, incorporating their languages, epistemologies, and traditional knowledge transmission practices.

Against this backdrop, this thesis investigates the information behavior of the Terena Indigenous people, specifically in the Bananal village, located in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, with the objective of proposing a multicultural library model tailored to their information needs. The research is guided by the central question: *How is the information behavior of the Terena people structured, and what guidelines can support the development of a multicultural library model suited to their informational demands?*

To address this question, the study employs a qualitative approach grounded in the ethnographic method, incorporating scheduled visits to the village, participant observation, and semi-structured interviews with various community members, including elders, students, teachers, and chief of the Bananal village. Data were recorded in field diaries and subsequently categorized using content analysis techniques, enabling the identification of patterns and analytical categories related to information needs, sources and channels of information, search and knowledge-sharing practices, as well as the barriers encountered in accessing information.

Based on the data analysis, the thesis proposes a multicultural library model for the Terena people, emphasizing the value of orality, intercultural mediation, and the creation of spaces that integrate both traditional and contemporary knowledge. This model seeks not only to bridge gaps in information access but also to ensure the recognition and appreciation of Indigenous knowledge, promoting cognitive justice and reinforcing the community's informational autonomy.

As a contribution, this thesis expands the discussion on information behavior in Indigenous contexts, offering an ethnographic and multicultural perspective within Information Science. Furthermore, it provides insights for public policies aimed at enhancing Indigenous informational inclusion and highlights the need to rethink the role of libraries as spaces of epistemic diversity.

Keywords: Multicultural Library. Information Behavior. Indigenous Peoples. Information Need.

Sumário

Lista de figuras.....	x
Lista de quadros.....	xii
Lista de tabelas.....	xiii
Lista de siglas.....	xiv
Introdução.....	17
1 POVOS INDÍGENAS.....	21
1.1 Os Terena: história, cultura e resistência	29
2 O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL.....	35
2.1 Modelos de comportamento informacional.....	38
2.2 Necessidades de informação.....	40
2.3 Comportamento de busca de informação	45
2.4 Fontes e canais de informação.....	47
2.5 Uso e compartilhamento de informações	50
2.6 Comportamento informacional dos povos indígenas.....	52
3 MULTICULTURALIDADE E INSTRUMENTOS LEGAIS DE APOIO AO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS.....	57
3.1 A diversidade cultural e multicultural.....	57
3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	62
3.3 Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas (2007)	64
3.4 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	65
3.5 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)	67
3.6 Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).....	71
3.7 Educação escolar dos povos indígenas	72
3.8 O acesso informacional nas aldeias.....	81
4 A BIBLIOTECA MULTICULTURAL	91
4.1 A biblioteca indígena.....	96
4.2 Explorando as bibliotecas multiculturais e indígenas: uma análise de estudos relevantes	102
5 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	118
5.1 Mapeamento das unidades formais e informais que atuam como mediadoras de informação nas comunidades indígenas	123
6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	135
7 ANÁLISE DE RESULTADOS	153
7.1 Percepções e formulações acerca do conceito de “informação”.....	153
7.2 As necessidades informacionais dos Terena: um panorama	161
7.3 Estratégias e caminhos na busca de informação pelos Terena.....	168
7.4 Mediação da informação com recursos tecnológicos entre os Terena	178

7.5 Práticas de compartilhamento de informação tradicional.....	192
7.6 Visões sobre a biblioteca: livros, informação e conhecimento.....	203
7.7 Análise dos resultados e concepção do modelo de biblioteca multicultural para o Povo Terena.....	216
Conclusão	231
Bibliografia	237
Apêndice 1– Autorização de ingresso fornecida pelo cacique da aldeia Bananal	263
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	264
Apêndice 3– Termo de consentimento livre e esclarecido para pais ou responsáveis legais.....	267
Apêndice 4– Termo de assentimento do menor.....	269
Apêndice 5- Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS	271
Apêndice 6- Parecer consubstanciado da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa.....	280
Apêndice 7-Parecer de entrada em área índice do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	290
Apêndice 8-Autorização do ingresso em terra indígena fornecido pela Fundação Nacional do Índio	291
Apêndice 9-Instrumento de coleta de dados	293
Apêndice 10-Termo de anuência apresentado à liderança Terena da Aldeia Bananal.	297
Apêndice 11-Diário de campo	298
Anexos	323

Lista de figuras

Figura 1- Povos/Etnias indígenas do Brasil.....	27
Figura 2- Terras indígenas oficialmente homologadas 2020	28
Figura 3 - Territórios Indígenas Terena.....	33
Figura 4- Escola Getúlio Vargas. Vista parcial da sala de aula. Posto indígena Duque de Caxias, Santa Catarina, s.d.	73
Figura 5 -Domicílios em que havia utilização da internet, por situação do domicílio (%).....	84
Figura 6– Distribuição dos domicílios em que não utilização da internet, por motivo da não utilização (%).....	85
Figura 7 – Equipamento utilizado para acessar a internet (%).....	86
Figura 8- Objetivos do Indigenous Spaces In Library Places.	100
Figura 9- Localização dos Territórios Terena nos municípios de Mato Grosso do Sul.....	139
Figura 10- Mapa da localização do Território Indígena Taunay-Ipegue e Aldeia Bananal.....	140
Figura 11-Centro de Eventos da Aldeia Bananal.	171
Figura 12-Rádio da Aldeia Bananal.....	174
Figura 13-Placa de mercado em língua Terena.....	176
Figura 14-Sinalização de entrada da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.	204
Figura 15-Livros do governo recebidos e ainda embalados na biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	210
Figura 16-Livros lançados no evento Saberes Indígenas na aldeia Cachoeirinha.	214
Figura 17-Diretrizes para biblioteca multicultural dos povos indígenas.....	230
Figura 18-Placa indicativa das aldeias pertencentes ao Território Taunay-Ipegue.....	323
Figura 19-Faixa de boas-vindas da aldeia Bananal.....	324
Figura 20-Uma casa em alvenaria da aldeia Bananal.....	325
Figura 21-Fachada da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	326
Figura 22-Reforma da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	327
Figura 23-Ambiente coletivo da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	328
Figura 24-Livros do governo na biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	329
Figura 25-Foto do tamanho do espaço da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	330
Figura 26-Objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal (maquete e artesanatos).....	331
Figura 27-Fotos dos objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal: aparelho de som e duas prateleiras de livros de literatura.....	332
Figura 28-Fotos dos objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal: troféus de competições esportivas e até algumas cobras preservadas para futuras atividades educativas.....	333
Figura 29-Mural na parede da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	334
Figura 30-Livros didáticos organizados por disciplina.....	335

Figura 31-Livros didáticos organizados por disciplina.	336
Figura 32-Foto do centro de eventos da aldeia Bananal em uso temporário durante a reforma da escola.	337
Figura 33-Artesanato exposto durante o lançamento dos livros do Saberes Indígenas na aldeia Bananal.	338
Figura 34-Memorial da cultura indígena da aldeia Marçal de Souza.....	339
Figura 35-Estante com as pastas com recortes de jornais do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI).....	340
Figura 36-Livros doados para a biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.	341
Figura 37-Escola Municipal Indígena Polo Rondon da aldeia Bananal.....	342
Figura 38-Resolução do governo de SP referente fornecimento de chip de internet da aldeia de Icatu de SP.	343
Figura 39-Computadores da Escola Estadual da aldeia Bananal.....	344

Lista de quadros

Quadro 1– Notícias de eventos com a presença direta de indígenas.	125
Quadro 2– Notícias de eventos sobre os povos indígenas, sem a presença direta de indígenas.	126
Quadro 3 – Notícias de criação de bibliotecas indígenas.....	127
Quadro 4– Notícias de acervos de bibliotecas com livros indígenas.....	128
Quadro 5– Notícia de lançamento de livro de autoria indígena.....	129
Quadro 6– Notícias de lançamento de livros indígenas escritos por não indígenas.	130
Quadro 7 – Notícias de divulgação de filmes na temática indígena.	131
Quadro 8 – Notícia de lançamento de calendário indígena.	132
Quadro 9 -Caracterização dos entrevistados.....	144
Quadro 10-Categorias e subcategorias de análise.....	151

Lista de tabelas

Tabela 1- Lista a classificação proposta dos tipos de fonte/canal.	49
---	----

Lista de siglas

AAEP - Associação de Apoio à Educação e Pesquisa
ACNUR-Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AILA - American Indian Library Association
AM- Amazonas
ANPUH - Associação Nacional de História
APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASIE - Ação Saberes Indígenas na Escola
ATL - Acampamento Terra Livre (movimento indígena no Brasil)
ATSILIRN-Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network Inc.
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPE- Biblioteca Parque Estadual
BRAPCI- Base de dados em Ciência da Informação
BTS - Beyond the Scene (grupo musical)
CGEEI- Coordenação-Geral de Políticas Educacionais Indígenas
CARE-Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility e Ethics
CDI - Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas
CEB-Câmara de Educação Básica
CEP - Comissão Nacional de Ética na Pesquisa
CESDER - Centro de Estudios para el Desarrollo Rural
CEU - Centro Educacional Unificado
CGPC - Comitê Gestor de Pesquisa e Conhecimento
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COPE - Coordenação de Processos Educativos
COVID - Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
DF - Distrito Federal (Brasil)
DIPECEI- Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
DNUIPI - Departamento Nacional de Proteção aos Povos Indígenas
DPU-Defensoria Pública da União
DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC - Conselho Econômico e Social da ONU
ETNOTUR - Etnoturismo (turismo cultural indígena)
FNEEI - Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions
IIBI - Instituto Interamericano de Bibliotecas e Informação
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INKA - Instituto Kaingáng
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEDI - Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural
IWGIA - International Work Group for Indigenous Affairs
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LED - Diodo Emissor de Luz (Light Emitting Diode)
MCULTP - Library Services to Multicultural Populations
MEC - Ministério da Educação
MIHIN - Escola Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos
MPB - Música Popular Brasileira
MS - Mato Grosso do Sul
NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Povos Indígenas
NSW - New South Wales (Austrália)
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCs - Organizações da Sociedade Civil
PAR - Plano de Ações Articuladas
PASDBP - Programa de Acesso a Serviços Digitais em Bibliotecas Públicas
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNDA - Pesquisa Nacional de Documentação Antropológica
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCECSAL - Standing Conference of Eastern, Central, and Southern African Library and Information Associations
SCS - South Carolina State
SIR-SCI - Imago Institutions Rankings
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEMASC - Secretaria Municipal da Mulher Assistência Social e Cidadania de Manaus
SP - São Paulo
SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SRTVN - Setor de Rádio e TV Norte
TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação
TRE-PB-Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TV - Televisão
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
UEA - Universidade do Estado do Amazonas
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México
UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo
WLIC - World Library and Information Congress

Introdução

O acesso à informação é reconhecido como um direito universal e um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e comunitário. No entanto, a materialização desse direito é frequentemente obstruída por desigualdades sociais e culturais, especialmente em contextos onde as especificidades culturais são negligenciadas. Nesse cenário, as bibliotecas emergem como instituições-chave para mediar o acesso ao conhecimento, atuando na organização, preservação e disseminação da informação. Contudo, a estrutura tradicional dessas instituições foi historicamente moldada por referenciais eurocêntricos, que nem sempre dialogam com as epistemologias de grupos culturalmente diversos (Menezes, 2021).

Em sociedades plurais como o Brasil, os povos indígenas representam um exemplo emblemático dessa complexidade. Suas formas de transmissão do conhecimento, frequentemente baseadas na oralidade, na experiência compartilhada e na relação intrínseca com o território, contrastam com os modelos ocidentais de organização da informação. Essa dissonância não apenas limita a inclusão dos povos indígenas no ecossistema informacional formal, mas também levanta questões urgentes sobre representatividade, acessibilidade e respeito às suas especificidades culturais.

Diante desse cenário, esta tese tem como objetivo central investigar o comportamento informacional dos povos indígenas, com foco específico na comunidade Terena da aldeia Bananal, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. A pesquisa propõe o desenvolvimento de um modelo de biblioteca multicultural, alinhado às necessidades informacionais e às particularidades culturais desse povo. Ao integrar saberes tradicionais e modernos, o modelo busca não apenas valorizar a diversidade cultural, mas também promover a construção de espaços informacionais verdadeiramente inclusivos.

A justificativa para este trabalho reside na escassez de pesquisas que analisem o comportamento informacional de povos tradicionais brasileiros sob uma perspectiva culturalmente sensível e etnográfica. Além disso, a lacuna de estudos sobre bibliotecas multiculturais voltadas às demandas específicas de comunidades indígenas no Brasil reforça a urgência de propostas teóricas e práticas alinhadas aos princípios da diversidade e inclusão. Esta pesquisa, portanto, busca preencher essas lacunas, contribuindo para o

avanço do debate sobre justiça cognitiva e descolonização do conhecimento no campo da Ciência da Informação.

Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa fundamentada no método etnográfico. Foram realizadas visitas calendarizadas à aldeia Bananal, com observação participante e anotações em diários de campo, além de entrevistas semiestruturadas com diferentes membros da comunidade, como anciões, jovens estudantes, professores e cacique. Essa combinação de métodos permite uma análise profunda e contextualizada do comportamento informacional dos Terena, considerando tanto as práticas tradicionais quanto as influências contemporâneas.

A base teórica desta tese está ancorada em autores de destaque na área de Ciência da Informação e estudos interculturais. Entre os principais, destacam-se Wilson (1981, 1997, 1999), com seus modelos de comportamento informacional; Savolainen (1995), que explora o comportamento informacional na vida cotidiana; e Chatman (1991), cuja abordagem sobre "small worlds" fornece uma compreensão detalhada das dinâmicas em comunidades específicas. Também se destacam as contribuições de Dervin (1976) com sua perspectiva situacional e construtivista, e Kuhlthau (1991), que oferece um modelo processual da busca de informação baseado em estágios cognitivos e emocionais. Além disso, as reflexões de Almeida Júnior (2015) sobre mediação da informação e o papel das bibliotecas na promoção da diversidade cultural são elementos centrais na discussão. Os estudos de Le Coadic (1996) sobre necessidades de informação também contribuem para compreender as demandas informacionais no contexto dos povos indígenas. Agarwal (2018) também oferece contribuições relevantes, especialmente ao destacar as complexidades e influências contextuais no comportamento informacional.

Para uma organização clara e coerente, a tese está estruturada em seis capítulos:

Povos Indígenas: Este capítulo inicial examina a trajetória histórica e cultural dos povos indígenas no Brasil, destacando os desafios enfrentados pela comunidade Terena. São analisadas questões relacionadas à identidade, resistência e adaptações culturais, contextualizando o cenário contemporâneo em que vivem. Para essa análise, autores como Ribeiro (1996), Silva (2001) e Munduruku (2012) são fundamentais.

O Comportamento Informacional: Neste capítulo, exploram-se os conceitos, modelos e abordagens teóricas sobre comportamento informacional, enfatizando as necessidades informacionais e os fatores que influenciam a busca, uso e compartilhamento de

informações. Autores como Wilson (1981, 1997, 1999), Kuhlthau (1991), Savolainen (1995), Case (2012), Byström (1999) e Agarwal (2018) oferecem subsídios valiosos para compreender as interações entre indivíduos e informação em diferentes contextos.

Multiculturalidade e Instrumentos Legais de Apoio aos Povos Indígenas: Focado na diversidade cultural, este capítulo analisa os principais marcos legais e institucionais que promovem os direitos de acesso à informação dos povos indígenas, como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Agenda 2030 da ONU. Trabalhos de autores como Baniwa (2012) e Moreira & Candau (2008) fundamentam a discussão sobre políticas públicas e educação escolar indígena.

A Biblioteca Multicultural: Neste capítulo, investiga-se o conceito de biblioteca multicultural e sua aplicação em comunidades indígenas, com ênfase em estudos de caso e iniciativas relevantes. Estudos da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2012) e American Indian Library Association (AILA, 2015) serão explorados como referências fundamentais.

Mediação da Informação: Aqui, são mapeadas as práticas de mediação formal e informal que contemplam os povos indígenas. O capítulo discute como a mediação pode ser um instrumento para fortalecer o acesso à informação e preservar os saberes tradicionais, com base nos estudos de Almeida Júnior (2015) e Savolainen (2007).

Metodologia: Este capítulo detalha os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo a abordagem qualitativa, o método etnográfico, os instrumentos de coleta de dados, como entrevistas semiestruturadas e diários de campo, e os critérios de análise dos dados coletados.

Análise dos Resultados e Proposta de Modelo de Biblioteca Multicultural: O último capítulo apresenta uma análise detalhada dos dados coletados e propõe um modelo de biblioteca multicultural adaptado à realidade dos Terena. A proposta busca integrar saberes tradicionais e modernos, promovendo a inclusão informacional, apoiando-se nas diretrizes da IFLA / United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 2018) e nas experiências documentadas por Alaska Library Association (2010) e Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network Inc. (ATSILIRN, 1995).

Além dos capítulos mencionados, a tese inclui anexos e apêndices que contêm documentos essenciais para a condução da pesquisa. Entre esses materiais estão registros burocráticos, como autorizações formais para a realização do estudo, bem como os instrumentos

metodológicos utilizados na coleta de dados, incluindo o guia das entrevistas e trechos do diário de campo. Adicionalmente, os apêndices e anexos apresentam registros fotográficos do diário de campo, que ilustram aspectos importantes da pesquisa e evidenciam o contexto e as dinâmicas observadas na comunidade.

Por fim, a tese se encerra com a conclusão, na qual são sintetizados os principais achados da pesquisa e discutidas suas implicações teóricas e práticas. Também são apresentadas as limitações do estudo e sugestões para investigações futuras, destacando a necessidade de aprofundar o debate sobre inclusão informacional em contextos indígenas e de promover estratégias mais eficazes para o fortalecimento da diversidade cognitiva nos sistemas formais de informação. Dando continuidade à pesquisa, o próximo capítulo introduz o contexto histórico e cultural dos povos indígenas no Brasil, com um enfoque especial na trajetória, resistência e identidade dos Terena, estabelecendo as bases para a trajetória deste estudo.

1 POVOS INDÍGENAS

Neste capítulo, exploraremos a complexa trajetória dos povos indígenas no Brasil, com um foco particular nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas que moldaram suas vidas ao longo dos séculos. A análise destaca como esses povos enfrentaram e se adaptaram às inúmeras transformações impostas pela colonização e pela modernidade. Ao final, o capítulo nos conduz ao caso específico dos Terena, um povo cuja história e resistência exemplificam a luta pela preservação de identidades culturais únicas em um contexto de contínua opressão.

A designação "índio", amplamente utilizado para designar os povos originários das Américas, encerra uma complexidade histórica e cultural que transcende sua origem equivocada, atribuída a Cristóvão Colombo. Como elucidam Silva & Costa (2018), essa nomenclatura surgiu de um mal-entendido, quando Colombo, navegando sob a bandeira da Coroa Espanhola, acreditou ter alcançado as Índias, no continente asiático. Esse erro não apenas introduziu o termo "índio" ao vocabulário global, mas também fomentou o uso de outras denominações, como "aborígenes", "silvícolas", "selvagens" e "nativos", todas inadequadas para capturar a rica diversidade cultural dos povos indígenas.

Historicamente, os relatos sobre os povos indígenas raramente os retratam como deveriam: um povo resiliente, dotado de uma rica diversidade, com identidades, crenças e formas de vida distintas. Com frequência, esses povos foram injustamente caracterizados por estereótipos depreciativos, como a preguiça, a selvageria, o canibalismo e o atraso. Essa percepção equivocada é criticada por diversos estudiosos, incluindo o renomado escritor indígena Mundurucu, que argumenta que o termo "índio" carrega uma carga ideológica negativa, perpetuando tais estereótipos (Vilela, 2015). Em contrapartida, conforme discutido por Almeida (1988), essa visão ignora a realidade das sociedades indígenas, que não necessitavam trabalhar nos moldes europeus, pois suas necessidades eram supridas pela abundância natural de caça, pesca e frutas. Esses povos desconheciam o conceito de dinheiro e jamais guerreavam por ganância ou interesses materiais, tendo à disposição tudo o que precisavam para sustentar seu modo de vida simples.

Em resposta a essas conotações pejorativas e com o objetivo de promover uma representação mais precisa e respeitosa, estudos contemporâneos têm adotado termos como "sociedade" ou "povo" ao referir-se às comunidades indígenas. Essa mudança

terminológica reflete um esforço contínuo para valorizar a diversidade e a complexidade cultural dos povos indígenas, reconhecendo-os não apenas como sobreviventes de uma história de resistência, mas como protagonistas de suas próprias trajetórias (Silva & Costa, 2018).

A exploração perpetrada pelos colonizadores é um fenômeno cujos efeitos reverberam até os dias atuais, influenciando profundamente a realidade social e cultural do Brasil. Desde o início da colonização, a relação entre os europeus e os povos indígenas foi marcada por uma dinâmica de poder desigual, que frequentemente desumanizava os habitantes originários das terras brasileiras. Almeida (1988) documenta episódios emblemáticos dessa relação, como o fato de indígenas terem sido levados ao “Velho Mundo” não como indivíduos dotados de cultura e história, mas como meros objetos de curiosidade e estudo, uma clara demonstração da visão eurocêntrica que reduzia esses povos a seres exóticos e inferiores.

Além desses episódios, Ribeiro (1996) destaca a implementação do sistema das donatárias pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de promover a ocupação e o controle territorial do Brasil por meio da vinda de colonos europeus. Essas donatárias foram concedidas a grandes senhores, que as transformaram em verdadeiras províncias de exploração econômica e social. Nesse contexto, a escravização dos indígenas emergiu como uma prática comum, especialmente nos primeiros anos da colonização. Inicialmente, era relativamente fácil cooptar os indígenas para trabalhos forçados, pois muitos eram atraídos pelos instrumentos e mercadorias trazidos pelos europeus, que lhes pareciam novidades fascinantes e úteis. Registros históricos revelam que, em São Vicente, aproximadamente 3 mil indígenas foram escravizados e forçados a trabalhar em seis engenhos de açúcar, evidenciando a brutalidade e a exploração que caracterizavam as relações coloniais.

As estimativas sobre a população indígena brasileira no momento do primeiro contato com os europeus variam consideravelmente entre historiadores e antropólogos. De acordo com a pesquisa conduzida por Oliveira & Freire (2006), os números sugerem uma população que poderia ser de aproximadamente 1.500.000 indivíduos, enquanto outros estudos apontam para uma cifra mais elevada, em torno de 2.431.000 habitantes ocupando o território que, em 1500, viria a ser conhecido como Brasil. Essa discrepância nas estimativas reflete não apenas os desafios inerentes à reconstrução demográfica pré-colonial, mas também a complexidade e a diversidade das sociedades indígenas que habitavam o vasto território brasileiro antes da chegada dos europeus.

Porém, com o passar do tempo, as condições dessa exploração começaram a mudar. Os indígenas passaram a exigir compensações mais justas por seus serviços e mostraram-se cada vez menos dispostos a aceitar as condições impostas pelos colonizadores. Esse processo de conscientização e resistência gerou tensões crescentes, resultando em conflitos violentos e na eclosão de guerras cruéis. Além disso, a chegada de epidemias devastadoras, como a varíola entre 1562 e 1563, causou a morte de mais de 30 mil indígenas em apenas três meses, agravando ainda mais a já precária situação dessas comunidades e intensificando as dificuldades enfrentadas na luta contra a dominação europeia (Ribeiro, 1996).

A visão eurocêntrica dos colonizadores, que considerava os indígenas "sem cultura", levou à criação das missões jesuítas, onde os indígenas foram forçados a adotar a cultura europeia sob o pretexto de "salvação". Nessas missões, aldeamentos permanentes foram estabelecidos, reunindo indígenas capturados em guerras ou atraídos pelos missionários para viverem sob a direção dos padres. Nessas comunidades, o indígena não era reconhecido como escravo ou servo, mas sim como catecúmeno -aquele que, considerado herege, estava em processo de cristianização, sendo supostamente "recuperado" em benefício de sua salvação eterna (Ribeiro, 1996).

A característica fundamental do processo de dominação colonialista é abordada por Freire (2017), em que existe a necessidade que o dominador tem de invadir culturalmente o dominado. Freire destaca que, nesse contexto, a língua do colonizador é imposta como a única válida, enquanto a língua do colonizado é desvalorizada, sendo vista como um dialeto inferior, inadequado para expressar a beleza, a ciência e o conhecimento -elementos que, segundo essa visão, só poderiam ser articulados na língua do "civilizado".

Ao longo dos anos, os povos indígenas foram submetidos a um projeto que os europeus chamaram de "civilizatório", mas que, na verdade, foi marcado por uma profunda opressão e discriminação étnica. Sob o pretexto de "salvação", esse projeto impôs uma carga pesada que resultou no apagamento gradual das culturas indígenas. Essa opressão levou à destituição progressiva das identidades culturais originárias, ameaçando suas tradições, formas de vida e o próprio sentido de comunidade entre esses povos. Como reflete o autor Gomes (1988, p.14), "O binômio índio e Brasil parece, à primeira vista, incombinável. A história de um e a história do outro estão claramente em relação inversa: na medida em que um cresce, o outro decresce".

Ao contrário do que os europeus acreditavam, os povos indígenas possuíam saberes ancestrais sofisticados, com diversas etnias dominando avançados sistemas de produção. Esses conhecimentos incluíam, por exemplo, calendários agrícolas baseados em observações astrológicas, onde o aparecimento de certas constelações determinava o momento ideal para o plantio (Alves, 2001).

O sistema de subsistência dos povos indígenas, embora tenha passado por modificações ao longo do tempo, mantém uma interação profundamente harmoniosa com a floresta, diferenciando-se significativamente dos modelos convencionais de agricultura. Estanislau (2020) cita uma pesquisa que documentou os modos de cultivo, uso da terra e as espécies alimentícias consumidas pelo povo Huni Kuin, também conhecido como Kaxinawá. De acordo com essa pesquisa, esses indígenas têm praticado agricultura há séculos, resistindo e diversificando suas plantações, que incluem milho, macaxeira, amendoim, melancia e feijão; além de cultivar bananais às margens do rio, em solos argilosos, e manter quintais agroflorestais ao redor das casas, compostos principalmente por espécies frutíferas (Estanislau, 2020).

Entretanto, essa realidade não é compartilhada por todas as etnias. Muitos grupos foram forçados a abandonar suas terras ancestrais para ceder espaço à agricultura intensiva. Os Avá-Guarani, por exemplo, foram confinados a uma parcela de território não desejado no estado do Paraná, onde cerca de 200 famílias indígenas vivem abaixo do limiar de pobreza. O líder da comunidade na aldeia de Marangatu denuncia que, para aqueles que ali habitam, restou apenas um solo rochoso, impróprio para o cultivo, evidenciando a profunda injustiça e o impacto devastador da perda de suas terras tradicionais (“Indígenas Brasileiros Na Pobreza. ‘Não Temos Terras Para Plantar,’” 2022).

A importância da terra para os povos indígenas é destacada por Ribeiro (2013), que enfatiza que essa relação vai além da mera necessidade de espaço para atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta. A terra também abrange locais de antigas aldeias, incluindo cemitérios, além de lugares sagrados ou míticos, muitas vezes assinalados por inscrições rupestres ou acidentes geográficos, que simbolizam os locais de origem de seus ancestrais. Esses componentes simbólicos são fundamentais para a sustentação da identidade indígena e explicam o profundo apego dos povos indígenas às suas terras, bem como a longa e contínua batalha pela "causa indígena."

A longa trajetória de adversidades enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil, caracterizada por guerras, escravidão, epidemias e conflitos por suas terras, evidencia a notável resiliência dessas comunidades diante de desafios constantes e ininterruptos (Oliveira & Freire, 2006). Essas situações não apenas reafirmam a duradoura perseverança dos povos indígenas em resistir a múltiplas tentativas de extermínio e assimilação cultural, mas também sublinham a necessidade urgente de reconhecimento das suas batalhas e dos esforços contínuos para a preservação de suas culturas frente às adversidades históricas e contemporâneas.

A luta pela terra tem sido marcada por episódios de violência e violações de direitos. Em 2021, por exemplo, foram registradas 101 mortes de indígenas Yanomamis em decorrência de conflitos no campo. Esses conflitos envolveram invasões de garimpeiros ao território indígena, resultando em agressões, ameaças, contaminação de águas, desmatamento, e a propagação de doenças, incluindo a Covid-19 (Ecodebate, 2021). Além disso, o Jornal Nacional (2022) complementa que os casos de violência contra povos indígenas no Brasil -variando de discriminação a assassinatos -atingiram 355 incidentes em 2021, distribuídos por 22 estados. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, os estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Roraima concentraram a maioria desses assassinatos.

No contexto da sociedade contemporânea, que muitas vezes privilegia o crescimento econômico em detrimento de outras dimensões da vida social, a imposição cultural enfrentada pelos povos indígenas persiste. Os conflitos sociais atuais estão cada vez mais centrados no reconhecimento das diferenças culturais, e essas lutas ocupam um lugar crucial nas batalhas por multiculturalismo. A busca por respeito e valorização das especificidades culturais de cada grupo emerge como uma forma de resistência contra a tendência de homogeneização imposta pelo modelo econômico globalizado.

Apesar de algumas medidas legais adotadas em favor dos povos indígenas, estas comunidades continuam a enfrentar ameaças significativas à sua sobrevivência. Muitos indígenas ainda vivem em reservas ou em áreas que não foram totalmente demarcadas, ou que não são respeitadas por mineradores, seringueiros e agropecuaristas. A questão da terra permanece como um pano de fundo para uma situação ainda mais crítica, como apontam os antropólogos: a ignorância e o descaso em relação à imensa sociodiversidade nativa contemporânea dos povos indígenas. Essa falta de reconhecimento agrava as dificuldades enfrentadas por essas comunidades, perpetuando ciclos de violência e exclusão que desafiam a sua existência e continuidade cultural (Silva, 2001).

Dada a complexidade dos problemas de terra enfrentados pelos povos indígenas, o mapeamento quantitativo dessas populações torna-se uma ferramenta essencial para entender a dimensão dessas questões. Desde 1872, o Brasil tem empreendido esforços para mapear a distribuição espacial das populações indígenas por meio de sucessivos recenseamentos, mesmo antes da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Demográfico do IBGE, em particular, tornou-se uma fonte essencial de informações, não apenas para contabilizar a população indígena, mas também para revelar aspectos sociodemográficos relevantes dessas comunidades. Embora o processo tenha passado por diversas transformações metodológicas e interrupções ao longo do tempo, cada Censo trouxe novas descobertas sobre essas populações (Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023).

No Censo de 2010, foi registrado um total de 896.917 indígenas, representando 0,47% da população residente no Brasil. Com a implementação de uma nova metodologia no Censo de 2022, que incluiu perguntas específicas sobre a autoidentificação indígena, observou-se um aumento significativo para 1.693.535 pessoas, ou 0,83% da população total. Esse crescimento de 88,82% em doze anos reflete não apenas mudanças demográficas, mas também uma crescente conscientização e afirmação da identidade indígena, evidenciando a importância do reconhecimento e valorização dessas comunidades no contexto contemporâneo (Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023).

Atualmente, o Brasil abriga uma extraordinária diversidade sociocultural entre seus povos indígenas, composta por mais de duzentas etnias distintas, identificadas na Figura 1. Essas etnias contribuem para o rico mosaico cultural do país, cada uma trazendo consigo uma vasta gama de tradições, línguas e costumes. A maior parte dessas comunidades reside em terras indígenas¹, que estão elencadas na Figura 2, embora um número significativo também viva em áreas urbanas, onde enfrenta desafios específicos relacionados à sustentabilidade e à integração social. Além disso, existem povos que optam pelo isolamento voluntário, evitando o contato direto com a sociedade envolvente e, assim, preservando suas formas de vida tradicionais.

¹ As Terras Indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (CENSO, 2022). Mapa: http://mapas2.funai.gov.br/portal_mapas/pdf/brasil_indigena.pdf



Figura 2- Terras indígenas oficialmente homologadas 2020 .

Fonte: <https://atlascolar.ibge.gov.br/images/mapas/pdf/brasil-areas-protetidas-terras-indigenas-oficialmente-delimitadas-2020-p-112.pdf>

A trajetória histórica e os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil foi delineada destacando como esses grupos resistiram às adversidades impostas pela colonização e pela modernidade. A análise trouxe à tona a complexidade das relações culturais, econômicas e sociais que envolvem esses povos, além de evidenciar a importância da terra como um elemento central na luta pela preservação de sua identidade e autonomia. A resistência e a resiliência indígenas permanecem marcadas por um legado de enfrentamento contra a exploração e a opressão, que perdura até os dias de hoje.

À medida que avançamos, nosso foco se volta para a etnia Terena, uma das maiores do estado de Mato Grosso do Sul. A escolha desse povo para análise se dá não apenas por sua relevância demográfica, mas também por sua rica história de luta e preservação cultural. No próximo tópico deste capítulo, examinaremos a trajetória dos Terena e suas estratégias de resistência, buscando compreender como essa etnia contribui para a compreensão mais ampla da questão indígena no Brasil contemporâneo.

1.1 Os Terena: história, cultura e resistência

Dentro do vasto espectro da diversidade indígena brasileira, os Terena destacam-se como um povo de rica história e cultura. De acordo com Mangolim (1993), a narrativa sobre os Terena começa com suas origens entre os povos Aruak das planícies colombianas e venezuelanas, de onde se deslocaram ao longo do tempo desde o alto Rio Negro em direção ao território que hoje compreende o Brasil. Esse movimento ancestral estabeleceu o pano de fundo para o encontro subsequente dos Terena com exploradores europeus no século XVIII. Silva (1949) relata que a primeira interação significativa dos Terena com os europeus ocorreu entre 1740 e 1750, período marcado pelas incursões de missões portuguesas e espanholas que penetravam o continente em busca de rotas para o Império Peruano.

Inicialmente situados majoritariamente no Estado do Mato Grosso do Sul, especialmente nas margens dos rios Aquidauana e Miranda, os Terena estabeleceram suas aldeias e um estreito contato com a sociedade ao redor, particularmente com os militares do Forte de Coimbra, na atual região sul-mato-grossense de Corumbá. Posteriormente, sua presença também se expandiu para os estados de São Paulo e Mato Grosso, refletindo a multiplicidade da identidade indígena no Brasil (Vargas, 2011).

A estrutura social dos Terena, detalhada por Silva (1949) revela uma organização interna complexa, dividida em dois grupos principais –os *Xúmono*² e os *Súkirikiono*³ – e quatro

² Índios bravos.

³ Índios mais calmos.

classes sociais: nobres, guerreiros, plebeus e escravos. O líder do grupo *Súkirikiono*, cuja posição era hereditária, tinha como função garantir o bem-estar da aldeia, mediando disputas, fixando datas para festividades e coordenando as expedições de caça e pesca, embora as decisões mais importantes fossem tomadas pelos anciãos, respeitados por sua sabedoria. Em contraste, o chefe do grupo *Xúmono* era escolhido de forma eletiva, sendo eleito o membro mais valente da aldeia em uma reunião comunitária

Essa organização social robusta preparou os Terena para os desafios que enfrentariam com a chegada dos europeus e, posteriormente, durante eventos como a Guerra do Paraguai (1864-1870), conforme descrito por Moura & Acçolini (2015). Durante a Guerra do Paraguai, os Terena se aliaram ao Estado brasileiro, desempenhando um papel crucial como soldados. Líderes como o cacique Vitorino da Aldeia Naxe Daxe receberam patentes militares, sendo reconhecidos como "amigos" do Império. No entanto, essa aliança teve consequências devastadoras para os Terena após o conflito, quando suas terras foram expropriadas para a expansão de fazendas. A relação com o Estado, que inicialmente parecia promissora, logo se deteriorou, transformando os Terena de aliados a obstáculos ao desenvolvimento da República.

Entretanto, os intensos contatos com os *purútuyea*⁴ trouxeram mudanças profundas às práticas culturais dos Terena. A vestimenta tradicional, como o *xiripá* – uma peça de roupa simples e funcional usada tanto por homens quanto por mulheres – foi gradualmente substituída por tecidos manufaturados introduzidos pelos colonizadores. Essa transformação no vestuário é emblemática das mudanças culturais mais amplas que os Terena vivenciaram, marcadas pela adaptação forçada às novas condições impostas pelo contato com os europeus e suas descendências (Silva, 1949).

Além das mudanças no vestuário, as práticas de subsistência dos Terena, como a caça e a pesca, também sofreram alterações significativas. Antes do contato, essas atividades eram não apenas formas de sobrevivência, mas também maneiras de transmitir conhecimentos e valores entre gerações. O uso de armas tradicionais, como o arco e flecha, o *chekiê* (uma arma de arremesso) e a zagaia (um tipo de lança), demonstrava o profundo conhecimento que os Terena possuíam de seu ambiente natural. Essas práticas, no entanto, foram

⁴ Nome em Terena para pessoa não indígena.

impactadas pela introdução de novas tecnologias e pela expropriação de suas terras (Silva, 1949).

A dança entre os Terena continua a ser uma prática cultural profundamente enraizada, realizada principalmente em momentos de festividade e celebração. Dentre essas manifestações, destaca-se a dança do *Kipae*⁵, que simboliza as estratégias de combate empregadas pelos Terena durante a Guerra do Paraguai. Nesta dança, os homens, divididos entre os grupos dos *Xúmono* e dos *Súkirikiono*, participam de uma coreografia que envolve o bater de taquaras⁶, representando o confronto corpo a corpo. A performance é acompanhada pelo som de instrumentos tradicionais, como o tambor, feito de couro de caça e madeira, e o pife, um instrumento de sopro de bambu que produz um som semelhante ao da flauta. Mantendo a tradição, essa dança é executada exclusivamente por homens ou crianças do sexo masculino, enquanto as mulheres realizam sua própria dança, denominada *Siputrena* (Oliveira, 2016).

A pintura corporal desempenha um papel fundamental nessas danças, utilizando tintas extraídas de jenipapo, carvão, cinzas e urucum, que conferem às peles as cores azul, esbranquiçada, vermelha e preta. Os Terena adornam-se com colares feitos de sementes, dentes, ossos e unhas de animais, enquanto as saias, que anteriormente eram confeccionadas com penas de ema, foram substituídas por fibras das folhas de buriti, adaptando-se aos recursos disponíveis e mantendo viva a tradição cultural da comunidade (Oliveira, 2016).

As práticas religiosas dos Terena, especialmente os rituais xamânicos conduzidos pelos *koixomoni*⁷, sempre tiveram um papel fundamental na vida espiritual da comunidade, sendo historicamente utilizados para amansar animais, prever a localização de peixes nos rios e animais durante a caça, além de fornecer proteção contra inimigos. Os *koixomoni* acompanhavam os guerreiros em incursões de guerra, consultando os espíritos guardiões para obter orientação e força. No entanto, com o tempo, essas práticas passaram por transformações significativas, incorporando elementos do catolicismo, como imagens de santos, rezas e benzimentos, criando um sincretismo que modificou o cenário religioso tradicional (Fialho, 2010). Esse processo de incorporação do protestantismo e do

⁵ Nome da dança em língua Terena. Também é conhecida por dança da ema ou do bate pau.

⁶ Taquara é a denominação comum a várias espécies de gramíneas nativas da América do Sul, a maioria com caules ocos e segmentados em gomos, em cujas intersecções se prendem as folhas.

⁷ Nome em língua Terena. Conhecido na língua portuguesa por “Xamã”, “pagé”, “curandeiro”, “benzedor”.

catolicismo, embora amplamente presente, não substituiu completamente as práticas religiosas tradicionais, pois muitos devotos ainda persistem em buscar cura e assistência espiritual dentro da religiosidade ancestral dos Terena, mantendo viva a essência de seus rituais (Oliveira, 2016).

Os Terena são tradicionalmente um povo agricultor, dedicado à prática da agricultura de subsistência como meio principal de sustento familiar, complementada pela coleta de frutas e mel silvestre em seus territórios. Seu domínio agrícola não apenas supria suas necessidades, mas também permitia o estabelecimento de relações comerciais com outros povos, fornecendo alimentos em troca de proteção contra-ataques inimigos, fortalecendo assim alianças. A transmissão das técnicas agrícolas era um processo intergeracional, em que os mais velhos ensinavam as crianças, mobilizando toda a família no preparo do plantio e nos ensinamentos específicos que preservavam os saberes tradicionais Terena. No entanto, ao longo dos anos, essas práticas culturais têm enfrentado significativas adaptações diante das mudanças ambientais, da expropriação de suas terras e da introdução de novas tecnologias (Fialho, 2010).

Nas artes e na cerâmica dos Terena, há registros de uma rica tradição na fabricação de cestos e espirais de argila destinados à produção de potes e panelas. As casas eram adornadas com peças de barro em diversas formas e tamanhos, criadas para uma ampla gama de finalidades. Tanto homens quanto mulheres participavam da confecção desses objetos, que são caracterizados pela coloração avermelhada e intrincados desenhos em tons brancos. Embora algumas aldeias ainda mantenham a tradição de fabricar cerâmica, tanto para uso cotidiano quanto para venda nas cidades próximas, essa prática continua a ser uma expressão vital da cultura Terena⁸ (Cunha, 2018).

A estrutura social do Terena evoluiu ao longo do tempo, e atualmente existe apenas um líder, o cacique, que é eleito pela comunidade. O cacique escolhe seus conselheiros e as decisões são tomadas coletivamente, mantendo o processo de governança participativo e alinhado com os interesses da aldeia (Silva, 1949).

As intervenções governamentais, particularmente no século XX, também tiveram um impacto profundo na vida dos Terena. A demarcação de terras por Marechal Rondon e a

⁸ Reconhecendo a importância cultural dessa arte, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul declarou a cerâmica Terena como patrimônio imaterial histórico, artístico e cultural, por meio do Decreto No 12.847, de 16 de novembro de 2009.

formação de aldeamentos urbanos foram iniciativas que, sob o pretexto de integrar os Terena à sociedade brasileira, buscaram controlá-los e assimilá-los. A transferência de grupos Terena para o interior de São Paulo na década de 1930 exemplifica essas políticas de assimilação, que misturavam intenções de controle com estratégias de supervisão (Moura & Acçolini, 2015).

A intenção por trás de tal medida era inserir os Terena em um modelo de produção agrícola sob a vigilância do Estado, um movimento que, em retrospecto, pode ser visto como uma tentativa de modificar os modos de vida indígenas às conveniências e expectativas governamentais. Com o passar das décadas, a continuidade da migração Terena para outras regiões do Brasil, como o Mato Grosso e mais tarde Rondônia, indica uma persistente busca por territórios que sustentem suas práticas culturais e econômicas, num contexto nacional que frequentemente colocou seus direitos e terras sob ameaça (Silva & Costa, 2018).

Em relação à situação atual de suas terras, conforme informações da FUNAI, existem 16 terras indígenas Terena, das quais algumas já foram regularizadas juridicamente, conforme a Figura 3, enquanto outras ainda estão em processo de estudo e delimitação. Essa situação evidencia a contínua luta dos Terena pelo reconhecimento e pela demarcação de suas terras ancestrais.

UF	Terra Indígena	Situação Fundiária
Rondônia	Uty-Xunati	Em Estudo
Mato Grosso	Terena Gleba Iriri	Regularizada
São Paulo	Araribá	Regularizada
	Icatu	Regularizada
Mato Grosso do Sul	Taunay/Ipegue	Regularizada
	Lalima	Regularizada
	Limão Verde	Regularizada
	Kadiwéu	Regularizada
	Cachoeirinha	Regularizada
	Nioaque	Regularizada
	Pitad Rebuá	Regularizada
	Aldeinha	Em Estudo
	Água Limpa	Em Estudo
	Nossa Senhora de Fátima	Reserva Indígena
	Buriti	Regularizada
	Dourados	Regularizada

Figura 3 - Territórios Indígenas Terena.

Fonte:

http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_povos_indigenas.wsp
#

Apesar dos desafios enfrentados, os Terena têm se esforçado para manter e adaptar diversas de suas tradições, como as pinturas corporais e danças, que continuam a ser expressões fundamentais de sua identidade cultural. Além disso, têm ajustado seus métodos tradicionais de subsistência para se adequar às novas realidades impostas pelo contexto contemporâneo.

Atualmente, os Terena enfrentam desafios significativos que vão desde a constante luta pela preservação de seus territórios até a necessidade de negociar sua identidade e tradições em um mundo cada vez mais globalizado. A migração para áreas urbanas e a participação em economias locais, embora ofereçam novas oportunidades, também representam potenciais ameaças à preservação de sua cultura e modos de vida tradicionais.

Ao longo deste capítulo, examinamos a rica história e cultura do povo Terena, explorando suas interações com a sociedade circundante, suas tradições, práticas culturais e os desafios que enfrentaram ao longo do tempo. Desde o primeiro contato com exploradores europeus até os impactos da colonização e a luta pela preservação de suas terras e identidade, os Terena têm demonstrado uma notável resiliência. Apesar das profundas transformações trazidas pela modernidade, eles continuam a adaptar suas tradições às novas realidades.

Essa análise sobre os Terena nos prepara para o próximo capítulo, onde aprofundaremos os conceitos de comportamento informacional, focando no estudo do comportamento dos povos indígenas em diferentes regiões do mundo. Nosso objetivo será investigar como diversas situações, contextos e necessidades influenciam o comportamento informacional de algumas etnias.

2 O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A pesquisa dos comportamentos da informação tem ocupado os cientistas da informação desde antes mesmo da criação do termo “Ciência da Informação” ser cunhado. Podemos traçar suas origens até a Conferência de Informação Científica da Royal Society de 1948 (Wilson, 1999). Este campo não é exclusivo da Ciência da Informação, abrange estudos sobre a personalidade na psicologia e aspectos do design e sistemas de informação, como destacado por Moreira & Sirihal Duarte (2016). A evolução desses estudos reflete uma expansão significativa, ultrapassando o enfoque inicial em bibliotecas para abarcar uma análise mais ampla do comportamento e atitudes dos usuários da informação, em diversas áreas do conhecimento (Wilson, 1994).

A década de 1970 marcou uma transformação paradigmática na compreensão do comportamento informacional, iniciando com o paradigma físico, focado em utilizar o sistema no processo de busca de informações, e evoluindo para o paradigma cognitivo, impulsionado pelas pesquisas de Wilson (1981), Ellis (1989) e Kuhlthau (1991), que reconheciam as necessidades informacionais dos usuários. A seguir, o paradigma social, baseado em Talja et al. (2005), posicionou o indivíduo como um agente de transformação.

A exploração sobre a terminologia usada para descrever o campo relacionado ao modo como indivíduos procuram e processam informações é notavelmente diversificada e complexa, englobando termos como "comportamento informacional" (Wilson, 1981), "comportamento de busca de informações" (Krikelas, 1983) e "processo de busca de informações" (Kuhlthau, 1991). Esta variedade de designações reflete a riqueza e a multiplicidade de significados associados ao estudo da interação entre pessoas e informações, conforme destacado por Hernández Salazar et al. (2007).

Considerando essa rica complexidade terminológica, é fundamental iniciar qualquer abordagem no campo com uma exploração cuidadosa de alguns conceitos chave. Especificamente, quanto ao termo "comportamento informacional", Wilson (1981) observa que essa expressão não está isenta de críticas. A escolha das palavras pode, inadvertidamente, sugerir que a informação em si manifesta um tipo de "comportamento", uma interpretação que desvia da intenção original do conceito. Wilson argumenta que uma nomenclatura mais precisa seria "comportamento de informação humana", pois esclarece que o interesse reside nas ações humanas relativas à informação, e não em atribuir

características comportamentais à própria informação. Apesar dessa sugestão para uma terminologia mais precisa, observa-se que a adoção do termo original "comportamento informacional" já se consolidou amplamente na literatura da área. Este uso generalizado reflete, talvez, uma aceitação coletiva da expressão, apesar de suas limitações reconhecidas, destacando a complexidade e os desafios na padronização da linguagem em campos multidisciplinares.

Chatman (1991) dedicou-se ao estudo do comportamento informacional em contextos específicos, que ela caracteriza como "*small worlds*". Seu foco recaiu sobre populações tradicionalmente marginalizadas e raramente abordadas na literatura acadêmica. Em sua análise, Chatman descobriu que os membros desses grupos apresentam uma coesão baseada em opiniões compartilhadas e compreensão mútua, fomentadas por costumes e linguagens únicas dentro de suas comunidades, reforçada por normas sociais e visões de mundo que estabelecem crenças e regras críticas, moldando as percepções e comportamentos dos indivíduos.

Prosseguindo na exploração dessas nuances conceituais, Wilson (2000) expande a definição de comportamento informacional ao descrevê-lo como a interação humana com todas as fontes e canais de informação, caracterizando essa interação tanto de forma ativa quanto passiva. Sob essa perspectiva, o comportamento informacional abarca não apenas a comunicação direta com outras pessoas, seja de maneira oral ou escrita, mas também o uso de diversos tipos de recursos de informação e a recepção passiva de informações. Exemplos disso incluem assistir a anúncios na televisão ou ler mensagens de e-mail não solicitadas.

Huotari & Chatman (2001) proporcionam uma contribuição notável aos estudos de comportamento informacional ao explorarem como a confiança se configura como um elemento crucial nesses comportamentos dentro dos contextos denominados "*small worlds*". Elas argumentam que a confiança exerce um papel fundamental na modulação da aceitação ou rejeição de informações por parte dos indivíduos. Descrevem este fenômeno como um fator decisivo que exerce influência substancial sobre o comportamento informacional: a confiança mútua entre os membros de um grupo promove a valorização de determinadas informações, enquanto sua ausência tende a relegar outras a um status de trivialidade ou irrelevância.

Savolainen (2007) explora as complexidades do comportamento informacional e da prática informacional, tratando-os como conceitos guarda-chuva que abrangem uma variedade de interpretações e geram pouco consenso entre os estudiosos. Ele destaca que uma das principais barreiras para uma definição clara desses conceitos reside na diversidade de significados que eles adquirem nos vocabulários da filosofia, psicologia, sociologia e nos estudos de busca de informação. De acordo com Savolainen, o comportamento informacional é geralmente desencadeado por necessidades emocionais e orienta-se predominantemente por uma abordagem cognitiva. Em contraste, a prática informacional é profundamente influenciada por fatores culturais e se alinha com as perspectivas do construcionismo social.

Avançando na análise das diversas interpretações do comportamento informacional, a contribuição de Martínez-Silveira & Oddone (2007, p.121) merece destaque. Eles definem o “comportamento informacional como uma ampla gama de interações humanas com fontes e canais de informação, englobando desde a busca ativa e passiva de informações até o uso subsequente dessas informações.”

Sob a perspectiva de Silva (2010) o conceito de comportamento informacional revela uma camada adicional de complexidade, descrevendo-o como um reflexo do modo de ser ou reagir de indivíduos ou grupos em contextos específicos. Esta interpretação reconhece que o comportamento informacional é influenciado por necessidades tanto induzidas quanto espontâneas, abordando todo o ciclo de interação com a informação desde sua produção e emissão até a recepção, armazenamento, reprodução e compartilhamento.

Na conceituação de Bates (2010), o comportamento informacional emerge como o termo contemporaneamente adotado para elucidar a diversidade de interações humanas com a informação. Esta noção abrange especificamente as variadas formas pelas quais as pessoas buscam, acessam e empregam informações.

Expandindo essa análise, Agarwal (2018) destaca a complexidade intrínseca ao comportamento informacional, salientando que as variáveis que o influenciam não são uniformemente experimentadas por todos os indivíduos. O processo, caracterizado pela identificação da necessidade de informação, seguido pela busca, utilização e eventual compartilhamento dessa informação, é significativamente afetado por características individuais, como traços de personalidade. Ademais, é crucial reconhecer o papel do

contexto específico em que o indivíduo se encontra, o qual direciona e dá forma à sua jornada em busca de informação.

Avançando no diálogo acadêmico, Wilson (2022) ampliou suas reflexões evidenciando que o comportamento informacional humano é resultado de uma complexa interação de fatores. Esses fatores são categorizados tanto em características pessoais intrínsecas, que incluem elementos como nível educacional, profissão e renda, quanto em aspectos demográficos. Wilson também enfatiza a significativa influência dos grupos sociais - incluindo família, ambiente profissional e círculos sociais - na modulação do comportamento informacional, além de considerar o papel das normas e valores sociais vigentes.

Neste capítulo, exploraremos conceitos adicionais que estão intimamente vinculados ao comportamento informacional. Dentre essas noções de alta relevância, abordaremos os modelos de comportamento informacional, as necessidades de informação, o comportamento de busca de informações, bem como as fontes e canais através dos quais a informação é acessada e disseminada. Além disso, examinaremos as práticas de uso e compartilhamento da informação. Esses aspectos serão discutidos detalhadamente nas seções subsequentes deste capítulo e servirão para analisar e discutir os dados de campo recolhidos durante a pesquisa.

2.1 Modelos de comportamento informacional

Ao longo dos anos, diversos modelos têm sido propostos para caracterizar distintos aspectos do comportamento informacional. Os modelos tradicionais de comportamento de busca de informações foram concebidos numa época anterior à proliferação da internet. Estudos conduzidos por Savolainen (1995) e Wilson (1999) ofereceram análises pioneiras, destacando que Dervin (1976) foi uma precursora ao propor uma visão situacional e construtivista na abordagem da busca e utilização de informações, com a perspectiva que é moldada por valores e interesses do modo de vida.

Krikelas (1983), em seu modelo de comportamento de busca de informações, destaca a categoria de necessidade como um fator intermediário que desencadeia a busca e

compartilhamento de informações. Por outro lado, a pesquisa de Bates (1989) reconhece a busca de informações como um processo menos planejado e mais orgânico, argumentando que as pessoas podem coletar informações em um ponto e, posteriormente, direcionar-se para outra direção com base no que foi encontrado.

Ellis (1989) analisa os componentes cognitivos do comportamento de busca de informações em contextos formais e sistemáticos. Seu enfoque incide sobre o comportamento de acadêmicos, evidenciando os aspectos cognitivos dessa busca em ambientes estruturados. Essa perspectiva concebe as informações como elementos intrínsecos das práticas cotidianas, moldadas pelos valores e interesses do modo de vida. Contudo, ao final da década de 1990, Dervin adotou uma postura crítica em relação à categorização do "comportamento", preferindo a concepção mais abrangente de "prática".

Savolainen (1995) introduziu um modelo de comportamento de busca de informações vinculado especificamente à "vida cotidiana", fundamentado no conceito de 'domínio da vida'. Este conceito abrange de maneira mais ampla e difusa do que a resolução de problemas específicos ou preenchimento de lacunas de conhecimento.

Kuhlthau (2004) concebeu um modelo de processo de busca de informações que se diferencia do modelo proposto por Ellis, ao organizar as atividades em estágios definidos. Além disso, identificou ações comuns a serem executadas em cada fase do processo de busca de informações, abrangendo desde a obtenção de informações básicas, relevantes e específicas.

Os contributos desses autores para o desenvolvimento de modelos de comportamento informacional são notáveis. Contudo, é crucial destacar que o modelo de Wilson (1981, 1997 e 1999) desempenharam um papel pioneiro ao introduzir uma nova perspectiva na pesquisa do comportamento informacional, direcionando-se a estudos mais centrados na pessoa. Ao longo dos anos, os modelos gerais de comportamento informacional propostos por Wilson expandiram-se de maneira significativa. Vale ressaltar que, embora muitos desses modelos estejam fundamentados em pesquisas comportamentais, apresentam limitações ao descrever a busca de informações na vida cotidiana. Muitas vezes, esses modelos concentram-se predominantemente em contextos acadêmicos ou profissionais, negligenciando práticas menos orientadas (McKenzie, 2003).

À medida que pesquisadores começaram a empregar os modelos de Wilson como base para analisar o comportamento informacional de usuários de diversos grupos de diferentes

partes do mundo, foi observado que é o contexto das necessidades de informação que desempenha um papel central na formação do comportamento informacional geral dos usuários (Potnis, 2015).

2.2 Necessidades de informação

Ao aprofundar a análise do comportamento informacional, é crucial examinar a complexa interação entre este e as necessidades de informação. A necessidade de informação, um pilar fundamental na Ciência da Informação, é frequentemente mal interpretada. É vital reconhecer que esta necessidade serve como o ponto inicial de todas as buscas informacionais realizadas pelo usuário. Devido à sua natureza intangível e visceral, a necessidade de informação se apresenta como um conceito incognoscível, destacando a necessidade de um entendimento mais profundo nessa área de estudo (Cole, 2011).

A teoria de Taylor (1968) propõe um modelo evolutivo para o desenvolvimento mental das necessidades de informação, começando com a 'necessidade visceral', que é uma necessidade real, mas não articulada, de informação. Esta necessidade pode ser profundamente inconsciente, frequentemente ausente nas memórias conscientes do usuário. À medida que essa necessidade se torna mais explícita, evolui para a 'necessidade consciente', na qual o usuário tem uma compreensão clara da informação que deseja obter e espera encontrar soluções específicas para suas questões. Taylor também identifica a 'necessidade comprometida', que representa uma fase mais avançada na busca de informação, onde o usuário está engajado em satisfazer sua necessidade de forma concreta e prática.

Line (1974) estabelece as bases para a discussão ao observar que uma necessidade pode ou não ser percebida como um desejo. Em termos estritos, uma necessidade refere-se a uma condição indispensável para o bem-estar ou funcionamento adequado de um indivíduo. No entanto, o que é considerado verdadeiramente 'necessário' pode variar consideravelmente, tanto para o próprio indivíduo quanto para outros. Complementando essa perspectiva, Derr (1983) argumenta que a existência de um desejo por informação não é, por si só, um

indicativo de uma necessidade real por informações específicas. Le Coadic (1998) amplia essa análise ao sugerir que, embora possamos estar cientes de nossos desejos ou pedidos de informação, frequentemente não temos plena consciência das nossas reais necessidades informacionais. Assim, é possível que indivíduos necessitem de informações sem reconhecer explicitamente essa necessidade.

Avançando nesta discussão, Wilson (1999) nos conduz a uma reflexão crítica sobre a associação frequentemente mal interpretada entre 'informação' e 'necessidade'. Ele destaca a confusão prevalente que, erroneamente, equipara as necessidades de informação às necessidades humanas básicas, uma perspectiva que ele desafia vigorosamente. Wilson argumenta que as necessidades de informação não são primárias, mas sim secundárias, emergindo em resposta a contextos específicos e enfrentando obstáculos variados na sua satisfação.

Ao estudar os fatores motivacionais que influenciam as atitudes humanas, McClelland (1989) identificou quatro padrões principais: 1) a necessidade de realização, que se manifesta em atitudes voltadas à superação de desafios; 2) a necessidade de afiliação, que origina comportamentos que facilitam o relacionamento social; 3) a necessidade de poder, que reflete o anseio por influenciar e modificar o contexto alheio; e 4) a necessidade de competência, que fomenta a busca pela excelência em todas as atividades empreendidas.

Devadason & Lingam (1997) analisam a complexidade na identificação das necessidades de informação, identificando vários fatores que contribuem para essa complexidade. Para os propósitos deste estudo, dois desses fatores foram destacados:

- 1) A percepção variável da informação entre os usuários, que é moldada pelas suas necessidades de informação específicas.
- 2) A influência das preferências individuais e dos comportamentos dos usuários, que adicionam uma dimensão adicional ao processo.

Devadason & Lingam (1997) enfatizam que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação se originam da particularidade de suas funções. Diferentemente de médicos, advogados, arquitetos e engenheiros, que têm a autoridade para oferecer soluções definitivas, os profissionais da informação devem equilibrar o que o usuário deseja com o que realmente necessita. Esta tarefa não se apoia em uma autoridade prescritiva, mas em um processo colaborativo e consultivo, exigindo

um discernimento cuidadoso para alinhar as orientações de informação às necessidades autênticas do usuário.

Line (1974) aborda que a necessidade de informação é frequentemente definida em termos das exigências que um indivíduo enfrenta para realizar seu trabalho, conduzir sua pesquisa, buscar desenvolvimento pessoal ou satisfazer interesses recreativos. A concepção de necessidade de informação pode envolver um julgamento implícito de valor, onde as necessidades são geralmente associadas a objetivos sérios e produtivos, em contraste com fins considerados frívolos. No entanto, é importante reconhecer que uma necessidade recreativa pode ter igual importância.

Na visão de Byström (1999, p.45), o conceito de necessidade de informação é articulado da seguinte forma: “Information need is considered as a necessity or desire to acquire that tool in order to complete the task. Thus, both information and the need for it are viewed from the task performer's perspective.”⁹

Byström (1999) ilustra uma abordagem multidimensional para a categorização da informação, enfatizando a interconexão entre o tipo de informação e sua função no contexto da realização de tarefas. A autora categorizou os tipos de informação em três grupos distintos:

1) Informações da Tarefa: Refere-se primordialmente às respostas para os requisitos de informação que estão diretamente associados à tarefa em questão. Este tipo engloba os dados e conhecimentos específicos necessários para a execução direta da atividade.

2) Informações de Domínio: Abrangem os aspectos gerais de uma tarefa. Essa categoria de informação satisfaz os requisitos de informação que são comuns a diversas tarefas do mesmo tipo, englobando uma visão mais ampla e generalista do campo ou área à qual a tarefa pertence.

3) Informações para Resolução de Tarefas: Cobrem os aspectos relacionados ao processamento e abordagem da tarefa. Este tipo detalha como as tarefas devem ser percebidas e estruturadas, implicando que as descrições da estrutura e dos requisitos das

⁹ A necessidade de informação é considerada como uma necessidade ou desejo de adquirir aquela ferramenta para completar a tarefa. Assim, tanto a informação como a necessidade dela são vistas da perspectiva do executor da tarefa.

tarefas são consideradas como informações necessárias para a resolução de tarefas, não meramente como informações sobre as tarefas.

Tague et al. (1976) também contribui para a categorização das necessidades de informação, identificando que estas podem ser baseadas em atributos como localização geográfica, profissão, educação, emprego ou interesses especiais. Os indivíduos podem ser membros de várias comunidades de informação, seja de forma sequencial ou simultânea, dependendo de suas necessidades. As necessidades de informação podem ser divididas nas seguintes categorias:

- 1) Necessidades de informações sociais ou pragmáticas, que abrangem as informações necessárias para lidar com a vida cotidiana dentro de uma comunidade geográfica;
- 2) Necessidades de informações recreativas, voltadas para satisfazer os interesses recreativos e culturais de um indivíduo;
- 3) Necessidades de informações profissionais, que são aquelas necessárias para operar com competência em um ambiente empresarial ou profissional; e
- 4) Necessidades de informações educacionais, que envolvem as informações necessárias para satisfazer os requisitos acadêmicos em uma instituição.

Le Coadic (1998) explora a tipologia das necessidades de informação, propondo a distinção entre duas grandes classes de necessidades, ambas derivadas de necessidades humanas fundamentais. A primeira classe é a necessidade de informação voltada para o conhecimento, que envolve a busca para compreender contextos e situações, como, por exemplo, entender o sistema político e administrativo regional ou o estado de poluição ambiental em um bairro específico. A segunda classe refere-se à necessidade de informação orientada para a ação, que está relacionada à utilização prática da informação para tomar decisões e realizar atividades, como acessar serviços públicos ou participar de processos políticos. Le Coadic complementa essa análise ao destacar que, estatisticamente, as pessoas precisam de informação para conhecimento e para ação em momentos diferentes e em quantidades distintas. No entanto, ele argumenta que uma forma de necessidade de informação não é mais fundamental que a outra.

Hjørland (2007) ressalta que as necessidades de informação estão intimamente ligadas a problemas, tornando fundamental entender como esses problemas são definidos, delimitados e formulados. Ele também argumenta que a experiência de uma necessidade

de informação não está necessariamente associada à ideia de que essas necessidades surgem como uma experiência interna, psicológica ou subjetiva do indivíduo. Isso significa que alguém pode ter uma necessidade de informação sem estar ciente dela, ou que outras pessoas podem reconhecer essa necessidade antes do próprio indivíduo. Essa perspectiva sugere que as necessidades de informação podem ser interpretadas de maneira mais objetiva e externa, relacionadas ao contexto ou aos problemas enfrentados, mesmo que a pessoa não os perceba conscientemente.

Shenton (2007, p.487) propõe uma metodologia detalhada para a categorização das necessidades de informação, dividindo-as em cinco segmentos específicos:

Needs that are known to the individual but not to the information professional; needs that are known to both parties; needs that are known to the information professional but not the individual; needs that are misunderstood by the individual; and needs that are not known to either the individual or the information professional.¹⁰

No estudo realizado por Calva González (2007, p.18), é explorado o que ele denomina de fenômeno das necessidades de informação. Este fenômeno é estruturado em três partes cruciais, conforme descrito no “Modelo de las necesidades de información (Modelo Nein)”, que o autor propõe:

- 1) Surgimiento de las necesidades de información.
- 2) La manifestación de las necesidades de información documental através de un comportamiento informativo.
- 3) La satisfacción de dichas necesidades de información documental.

De maneira abrangente, o processo proposto por Calva González (2007) indica que o surgimento das necessidades de informação — o ponto de partida — e o comportamento informacional, através do qual estas necessidades se expressam, são influenciados tanto por fatores externos, como o ambiente em que o usuário está inserido, quanto por fatores internos, que incluem as características individuais de cada usuário.

Mediante a análise de Almeida Júnior (2015) as necessidades informacionais raramente são claras ou isoladas e, por sua natureza, nunca são totalmente satisfeitas. Ele sugere que estas necessidades não emergem simplesmente de desejos ou anseios individuais, mas

¹⁰ “necessidades que são conhecidas pelo indivíduo, mas não pelo profissional da informação; necessidades que são conhecidas por ambas as partes; necessidades que são conhecidas pelo profissional da informação, mas não pelo indivíduo; necessidades mal compreendidas pelo indivíduo; e necessidades que não são conhecidas nem pelo indivíduo nem pelo profissional da informação.”

também de uma necessidade intrínseca de troca e pertencimento a comunidades ou grupos sociais. Esta perspectiva adicional enfatiza a complexidade das necessidades informacionais, vinculando-as não apenas às demandas individuais, mas também ao contexto social mais amplo em que os indivíduos estão inseridos.

Le Coadic (1998, p.22) complementa que “Le besoin d’information n’est pas quelque chose de statique mais est produit dynamiquement¹¹. Reforçando que Le Coadic (1998, p.24) “Le beison d’information ne peut donc pas être séparé du context, de la situation, de l’environnement qui l’a créé et de l’individu qui lá l’a perçu. Il est donc sociologiquement et psychologiquement déterminé.”¹²

Entender as necessidades de informação de maneira eficaz exige uma compreensão profunda das necessidades autênticas dos usuários. Isso implica na utilização de uma gama de métodos para adquirir informações sobre os diversos fatores que afetam essas necessidades. A abordagem necessita ser multifacetada, com a seleção e combinação de diversas técnicas que devem ser cuidadosamente adaptadas ao contexto do usuário em estudo (Devadason & Lingam, 1997).

2.3 Comportamento de busca de informação

A busca por informação está profundamente vinculada ao conceito de necessidade, possivelmente devido ao fato de muitos pesquisadores considerarem seu significado como autoevidente. Com isso, assume-se de maneira implícita que a busca por informação é uma resposta direta a uma necessidade informacional, geralmente definida de forma restrita como um comportamento ativo e intencional. No entanto, essa concepção limita sua aplicabilidade às variadas abordagens contemporâneas que investigam o uso da informação pelos indivíduos, deixando de abranger comportamentos informacionais mais sutis ou indiretos (Case & Given, 2016).

¹¹ A necessidade de informação não é algo estático, mas produzida de forma dinâmica.

¹² A necessidade de informação não pode, portanto, ser separada da situação contextual, do ambiente que a criou e do indivíduo que a possui e é, portanto, determinada sociológica e psicologicamente.

Wilson (1981) discute a existência de múltiplos estágios no comportamento de busca de informação, nos quais a interação engloba trocas de informações entre diversas pessoas, algumas das quais são consideradas úteis e compartilhadas. No entanto, é importante reconhecer a presença de barreiras nesse processo, que podem obstruir a busca por informações, muitas vezes originadas dentro dos mesmos contextos que a exigem.

Quando se trata de busca informacional, Savolainen (1995) identifica que os hábitos de busca permeiam o tecido da existência, muitas vezes enraizados no subconsciente. Os indivíduos tomam decisões em uma variedade de situações, mas sempre dentro dos limites de sua competência, a qual é moldada por fatores sociais e culturais. Além disso, Savolainen (1995) ressalta que o estilo de vida não é o único determinante do comportamento de busca informacional. Mesmo entre informantes pertencentes à mesma classe social, com níveis educacionais semelhantes e condições de trabalho e hobbies idênticos, pode haver notáveis diferenças na maneira como buscam informações.

Wilson (1999) argumenta que o comportamento de busca de informações constitui um subconjunto do campo mais amplo do comportamento informacional. Esse subconjunto é particularmente preocupado com uma variedade de métodos que as pessoas empregam para descobrir e obter acesso a recursos de informação. Este comportamento é impulsionado por uma necessidade informacional percebida, levando o usuário a demandar informações de fontes diversas, tanto formais quanto informais. Este processo pode resultar com o sucesso ou fracasso para obter informações relevantes.

Bates (2002) amplia a discussão ao argumentar que o estudo do comportamento de busca de informação demanda uma análise abrangente que transcenda meramente as dimensões sociais ou individuais. É imperativo considerar tanto os aspectos biológicos quanto antropológicos, os quais desempenham papéis significativos na moldura dos comportamentos sociais historicamente observados nos seres humanos em relação à procura de informações.

McKenzie (2003) destaca que a busca por informação transcende a necessidade de solucionar problemas, podendo ser motivada por curiosidade ou de maneira casual. Em seu estudo, McKenzie critica a limitação dos modelos tradicionais de comportamento informacional, que se focam primariamente em contextos acadêmicos ou profissionais sob uma ótica cognitiva. Ela advoga pela adoção de um paradigma construcionista social, que valoriza as práticas de busca de informação no cotidiano, salientando a importância das

interações sociais e das atividades situadas que ocorrem em contextos sociais habituais, reforçando assim a dimensão social e prática da interação com a informação.

A evolução desses estudos reflete uma visão mais holística, considerando o contexto que motiva a necessidade de informação e o uso que é feito dela para resolver problemas ou enfrentar situações demandantes. Isso inclui uma avaliação abrangente do comportamento informacional do indivíduo, indo além da simples busca de informação (Sirihal Duarte, 2012).

A busca de informações é um processo que frequentemente escapa da linearidade e racionalidade, sendo profundamente moldado pelo contexto no qual o usuário está imerso. Diversos fatores exercem influência nesse processo, incluindo a constituição psicológica do indivíduo, a natureza de seus objetivos e as atitudes e percepções que prevalecem no ambiente em que a busca de informações ocorre (Ford, 2015).

2.4 Fontes e canais de informação

É imperativo redirecionar nossa atenção aos princípios que regem as fontes de informação, dado que a sua eficácia é fundamental para satisfazer as demandas informacionais dos usuários. No contexto dos conceitos associados às fontes de informação, as contribuições de diversos autores são particularmente esclarecedoras. Por exemplo, Castillo (2002) define fontes de informação como materiais ou produtos, sejam originais ou elaborados, que não apenas fornecem informações ou testemunhos, mas também atuam como veículos essenciais para o acesso ao conhecimento. Esta definição é aprimorada ao abranger qualquer elemento que forneça notícias, informações ou dados, e que, em última instância, tenha a capacidade de transmitir conhecimento, sendo considerado, portanto, uma fonte de informação.

A amplitude desse entendimento é ainda mais enriquecida pelas reflexões de Arruda & Chagas (2002, p.99) que expandem o escopo ao afirmar que "fontes de informação abrangem todos os tipos de meios e suportes que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas." Essas considerações amplas consolidam uma visão abrangente das fontes

de informação, transcendendo a distinção entre materiais tangíveis e recursos digitais ou institucionais. Esse enfoque alargado proporciona uma base sólida para explorar as intrincadas dinâmicas do comportamento informacional, destacando a interconexão entre as necessidades individuais de informação e a diversidade de fontes disponíveis para satisfazê-las.

Byström (1999) categoriza as fontes de informação em dois grupos principais: fontes humanas e fontes documentais. As fontes humanas referem-se às pessoas que são consultadas especificamente para fornecer informações devido ao seu conhecimento ou experiência na área em questão. Já as fontes documentais abrangem uma variedade de materiais impressos e digitais, incluindo livros, relatórios, revistas, jornais, documentos oficiais, agendas, atas, cartas, mapas e fotografias. Ademais, Byström investiga a interação entre os tipos de tarefas executadas e as fontes de informação correspondentes, destacando que a complexidade de determinadas tarefas está intrinsecamente ligada às necessidades específicas de informação requeridas durante a execução dessas tarefas.i

Na pesquisa conduzida por Dervin (1999), observou-se uma análise metódica das preferências relativas às fontes de informação adotadas pelos cidadãos. A investigação revelou que, independentemente do nível de instrução, a maioria dos indivíduos exibiu uma tendência a recorrer primordialmente a amigos próximos e familiares como mecanismos preponderantes para a aquisição de informações. Neste contexto, a televisão emergiu como o principal veículo de informação cotidiana, enquanto o recurso a livros, jornais e revistas era notavelmente inferior, sendo estas fontes formais de informação procuradas apenas em circunstâncias excepcionais, quando alternativas informais se mostravam insuficientes ou quando circunstâncias externas impeliam a essa busca.

É imperativo enfatizar a distinção entre "fonte" e "canal", termos que, embora frequentemente empregados de maneira intercambiável, representam conceitos distintos no domínio da comunicação, conforme elucidado por Agarwal (2011). Nesse contexto, uma "fonte" de informação é caracterizada como o ente portador de informação, com a capacidade de prover uma diversidade de conteúdo. O conteúdo oriundo de uma determinada fonte pode ser acessado através de múltiplos canais. Por sua vez, o "canal" é definido como o veículo através do qual a informação é transmitida da fonte ao destinatário, abrangendo uma gama que inclui interações pessoais diretas, comunicação telefônica, correspondência eletrônica, entre outros meios.

No cenário subsequente ao crescimento vertiginoso da internet como ferramenta informacional dita como amplamente acessível, observou-se uma expansão notável no leque de fontes de informação disponíveis. Agarwal (2011) aprofundou a análise ao classificar as fontes em cinco categorias distintas, considerando tanto o canal quanto o modo de comunicação. Essa abordagem é fundamental, pois destaca a complexidade na escolha de fontes de informação, onde o buscador ou ator pode enfrentar desafios ao distinguir entre o que efetivamente constitui um canal e uma fonte. Compreender estas distinções é crucial para uma gestão de informação eficiente, como evidenciado pela Tabela 1 desenvolvida por Agarwal, que fornece uma estrutura para navegar neste terreno complexo.

SNo	Source/Channel Type	Description
1.	Face-toface	Meeting a person face to face (people, colleagues, friends)
2.	Phone / Online Chat	Calling a person using landline/mobile or reaching out to a person through online voice/video/chat/instant messaging (Skype, Yahoo/MSN messenger, Google talk, Facebook chat, etc.)
3.	Email / Online Forums	Reaching out to a person through email, messaging in social networking websites (Facebook, Friendster, Orkut, etc.) or through online forums/blogs (posting queries in specialized forums) or Twitter.
4.	Book / Manual	Physically accessing books (from the library, company, etc.), magazines, hard copies of manuals, reports, journal/conference proceedings, printouts, etc.
5.	Online Information	Electronic/online sources of information such as web search engines (Google, Bing, Yahoo, etc.), online knowledge bases, professional websites (company websites, Wikipedia, etc.), electronic/soft copies of journals/conference proceedings/books/manuals/reports, finding answers in pre-posted entries in forums/blogs, etc.

Tabela 1- Lista a classificação proposta dos tipos de fonte/canal.

Fonte: Agarwal (2011, p.51)

No cenário contemporâneo, marcado pela predominância digital, a existência da adoção de tecnologias como novas formas de buscar informações, contribuiu com a substituição de fontes e canais dito como antiquados e menos eficazes, a análise de Savolainen (2004)

aprofundou-se na internet como recurso informativo, decodificando as perspectivas dos indivíduos entrevistados acerca deste meio. Savolainen identificou três arquétipos representativos nas atitudes em relação à internet: o entusiasta, que enxerga a rede como um instrumento empoderador e uma primazia informativa, proporcionando liberdade e acesso ilimitado ao conhecimento; o realista, que percebe a seleção de fontes como intrinsecamente ligada aos contextos e circunstâncias específicas; e o crítico, que destaca a escassez de informações pertinentes e a desorganização na web, obstáculos estes que comprometem a eficácia na recuperação de dados relevantes.

As fontes, definidas como veículos essenciais para o acesso ao conhecimento, e os canais, que funcionam como meios de transmissão, desempenham papéis complementares e cruciais na satisfação das demandas informacionais. Com o avanço das tecnologias digitais, o cenário informacional se tornou ainda mais dinâmico, exigindo que os usuários façam escolhas estratégicas sobre onde e como buscar informações. Essa distinção entre fonte e canal prepara o terreno para uma análise mais profunda sobre o uso da informação, que não se limita a como as pessoas acessam e absorvem o conteúdo disponível nas fontes de informação.

2.5 Uso e compartilhamento de informações

O processo de utilização da informação, que se inicia uma vez que esta está sob controle do indivíduo, constitui um tema de intensa discussão entre os estudiosos da área. Eles geralmente consideram esta fase como uma atividade instrumental, e não um objetivo final. Contudo, persistem divergências sobre o momento exato dentro do processo informacional em que o uso da informação se estabelece. Algumas teorias propõem que o uso inicia assim que o indivíduo acessa a informação, outras associam o uso à internalização da informação, e ainda há aquelas que defendem que a utilização efetiva ocorre somente após a mensagem ser completamente absorvida pelo receptor. Este debate sublinha a complexidade em delinear as etapas do uso da informação e suas implicações práticas (Kari, 2007).

Em complemento, Savolainen (2009) afirma que o termo "uso da informação" tem sido frequentemente empregado de maneira genérica para descrever como as pessoas acessam e absorvem o conteúdo disponível nas fontes de informação. Esta visão ressalta que o cerne

das discussões sobre o uso da informação reside na maneira como os indivíduos interagem com a informação ou a utilizam para realizar ações específicas. Tal perspectiva é essencial para entender as dinâmicas práticas do acesso à informação e sua subsequente absorção.

Avançando nesta discussão, Case & Given (2016) abordam o uso da informação principalmente em termos de consulta a fontes ou canais específicos, mas enfatiza que o aspecto mais significativo é o impacto gerado pelo uso da informação. Os autores destacam a importância dos resultados que emergem desse processo, especialmente no que tange ao efeito sobre a pessoa que recebe e assimila a informação.

Hughes (2006) expande a discussão sobre a complexidade do uso da informação, propondo que este seja entendido como “This is understood as a multifaceted experience involving users' context, needs, actions (behaviour, information seeking), responses and influences (cognitive, affective, cultural, linguistic) and outcomes (insight, knowledge construction).”¹³ Nessa mesma percepção, Spink & Cole (2006) abordam a dimensão do uso da informação, alegando que abrange uma ampla gama de dimensões, sendo um ponto de interseção onde o ambiente e o ser humano colidem em uma certa sinergia.

Em relação ao compartilhamento de informações, Savolainen (2017) destaca uma variação terminológica nos estudos da área, observando que o termo "compartilhamento de informações" é particularmente preferido na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Por outro lado, pesquisadores de áreas como ciência da gestão, gestão estratégica e interação humano-computador tendem a favorecer o termo "compartilhamento de conhecimento".

O compartilhamento de informações é uma prática multifacetada, marcada por sua natureza não estruturada e onipresente, o que dificulta sua observação, compreensão e descrição (Pilerot, 2014). Essa complexidade se intensifica devido à sua integração com atividades cotidianas, como falar, escrever e ler, tornando-se parte inerente da vida diária (Savolainen, 2017b). Ademais, Case & Given (2016) destacam que essa dinâmica ocorre tanto em contextos de trabalho quanto em interações sociais, envolvendo grupos de indivíduos e reforçando sua relevância em múltiplos cenários.

¹³uma experiência multifacetada, que envolve o contexto, as necessidades, as ações dos usuários (comportamento, busca de informações), respostas e influências (cognitivas, afetivas, culturais, linguísticas) e resultados (insight, construção de conhecimento).

Adicionalmente, Sonnenwald (2006) destaca que o compartilhamento de informações é um componente crucial do comportamento informacional, desempenhando um papel essencial em qualquer trabalho colaborativo. Este processo não só fortalece a coesão entre grupos e comunidades, mas também envolve um conjunto de atividades proativas ou reativas pelas quais as informações são transmitidas a outras pessoas. Isso inclui a responsabilidade de confirmar se as informações foram devidamente recebidas e compreendidas, garantindo assim a eficácia da comunicação e a continuidade do conhecimento compartilhado.

Dado o caráter dinâmico e multifacetado do comportamento informacional discutido ao longo deste capítulo, é fundamental reconhecer que cada etapa – desde a identificação das necessidades informacionais até ao uso e compartilhamento de informações – está interconectada e influencia diretamente a maneira como os indivíduos conduzem suas buscas para atender essas necessidades. Essas interações desempenham um papel crucial na maneira como a informação é acessada, utilizada e compartilhada em diversos contextos. Essa compreensão torna-se ainda mais relevante ao nos voltarmos para o comportamento informacional dos povos indígenas, tema que será explorado a seguir, levando em conta suas especificidades culturais e sociais, bem como as formas tradicionais e contemporâneas de transmissão e uso do conhecimento.

2.6 Comportamento informacional dos povos indígenas

As pesquisas que abordam a temática de estudos comportamentais dos povos indígenas são relativamente pouco exploradas. Um dos primeiros autores que escreveu sobre o assunto foi Chakrabarti (2001), que investigou as informações buscando o comportamento dos Totos, uma comunidade tribal do Himalaia West Bengal, na Índia. Os principais pontos deste trabalho sublinham que estas pessoas obtinham informações principalmente de fontes não tradicionais e dependiam do chefe da comunidade – o padre ou líder religioso.

Na pesquisa conduzida por Lee (2001) no Canadá, focada especificamente nos estudantes indígenas universitários da província de Alberta matriculados na Faculdade de Estudos Nativos, foi realizada uma análise sobre as necessidades acadêmicas desses alunos em

relação ao uso de informações e serviços oferecidos pelas bibliotecas acadêmicas. Os resultados revelaram lacunas significativas no sistema bibliotecário, incluindo a escassez de materiais e recursos acadêmicos focados em questões indígenas, uma escassez no desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temáticas indígenas e uma ausência de serviços bibliotecários que efetivamente reconheçam e valorizem os princípios e valores indígenas.

O estudo de Yeh (2007) utilizou uma abordagem de pesquisa etnográfica com duas comunidades aborígenes de Taiwan: os Yami e os Tsau. Este estudo apresenta um novo modelo de comportamento informacional, enfocando o papel e a importância da cultura do pensamento, bem como o estudo do comportamento informacional humano. Esta pesquisa demonstra como o método etnográfico pode contribuir para explorar a influência da cultura na vida humana, bem como detalhes do mundo e do comportamento informacional dos indivíduos.

Do México, destacam-se diversos estudos, em grande parte devido à linha de pesquisa do Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información da UNAM, que se dedica à investigação de grupos sociais, incluindo os povos indígenas. A pesquisa de Graniel Parra (2002) analisou comunidades indígenas e serviços bibliotecários no México e propõe um desenho e melhorias voltados para a comunidade indígena de Zautla, cidade da Serra Norte de Puebla.

Ramírez Velásquez dedicou-se a uma série de investigações profundas com a comunidade indígena Tepehua do México. Como ponto de partida destes estudos, Ramírez Velásquez (2006) empreendeu uma análise criteriosa sobre as necessidades de informação dessa comunidade. Os resultados obtidos oferecem uma prova contundente de que tais necessidades não são meramente individuais, mas emergem como consequência direta do desenvolvimento social tanto dos indivíduos quanto da coletividade.

As necessidades de informação dos imigrantes indígenas do povo Nahua na Cidade do México foram analisadas por Valdez Angeles (2010), identificando os principais temas de interesse e as fontes utilizadas. O estudo concluiu que essas necessidades estão essencialmente voltadas para as atividades do cotidiano.

Em relação à análise e ao comportamento informacional dos estudantes universitários indígenas da Universidade Autônoma de Chiapas, Pinto Lopez (2011) observou seus hábitos, costumes, atitudes, procedimentos e habilidades na busca de fontes de informação.

No que diz respeito ao comportamento informacional de uma comunidade indígena em um ambiente de biblioteca pública, Alfaro Rincón (2014) analisou as necessidades de informação da comunidade indígena Tsotsil e a importância de integrar os serviços de biblioteca com o seu contexto cultural.

Na pesquisa conduzida por Calva González (2023), focada na comunidade indígena Purépecha do México, revela que as dinâmicas do comportamento informativo variam significativamente em função de diversos fatores demográficos e socioculturais, tais como idade, gênero, língua falada, nível de escolaridade e ocupação. Demonstrando de maneira eloquente como elementos externos e internos exercem influência decisiva sobre os indivíduos, moldando as suas necessidades informacionais de maneiras distintas.

Rivera López (2019) investigou as necessidades de informação dos estudantes indígenas de um centro de música na Serra de Mixe, bem como seu comportamento informacional, identificando que os estudantes de música indígenas também eram usuários da informação.

Na Guatemala, Hunt & Shoaps (2018) investigaram o comportamento de busca de informações e as práticas de compartilhamento de informações de estudantes e adultos bilíngues em uma comunidade maia, identificando que os bibliotecários não eram, e nunca foram, os principais fornecedores de informação em Nahuala.

Lilley (2008) publicou um artigo que investiga o comportamento de busca de informações de estudantes Māori do ensino médio na Nova Zelândia, identificando as barreiras enfrentadas por esses estudantes nesse processo. Ao longo dos anos, Lilley manteve o foco de pesquisa em tópicos como comportamento informacional indígena, questões de alfabetização informacional e desenvolvimento profissional e cultural de bibliotecas e equipes de gestão de informação. Seus artigos receberam reconhecimento internacional, e Lilley recebeu o prêmio Marsden da Royal Society of New Zealand.

No que diz respeito ao compartilhamento de informações culturais, Meyer (2009) analisou que o comportamento informacional dos povos indígenas prova que é o fator subjacente na determinação do compartilhamento de informações através das fronteiras culturais entre culturas alfabetizadas e orais.

O trabalho de Dutta (2009) baseia-se nas pesquisas referentes às necessidades de informação e no comportamento de busca de informação dos povos indígenas nos países em desenvolvimento, analisando comunidades urbanas e rurais na Argentina, Botsuana,

Gana, Índia, Malawi, Malásia, Nigéria e Uganda. Dutta identificou que a divisão da informação e da comunicação não era tanto definida pela situação econômica de uma localização geográfica, mas sim pelo conhecimento dos usuários.

Uma investigação realizada na Austrália por Du & Haines (2017) abordou o comportamento de informações de uma comunidade indígena daquele país e identificaram que a Internet não foi a principal fonte de informação para satisfazer as necessidades de informação cotidianas; em vez disso, as principais fontes de informação dos participantes da pesquisa continuou sendo o compartilhamento de conhecimento familiar e canais de televisão (TV). Outro estudo, realizado por Haines et al. (2017), envolveu idosos de uma comunidade australiana e investigou a construção do conhecimento oral e sua transmissão; descobriu-se que teve um impacto direto na história coletiva e nas práticas compartilhadas pelos mais velhos.

Na sua tese de doutoramento, Haines (2021) aborda o contexto dos povos indígenas em um estudo interdisciplinar utilizando o método etnográfico relacionado ao comportamento informacional. Esta pesquisa deu uma contribuição significativa para a Ciência da Informação, ganhando o prêmio ProQuest Doctoral Dissertation Award da Association for Information Science and Technology (2022), e incentivou novos estudos relacionados às populações indígenas.

Rahim et al. (2022) propuseram uma estrutura conceitual para analisar a relação entre o comportamento dos alunos, o ambiente de aprendizagem sociocultural e a alfabetização informacional no gerenciamento do conhecimento indígena entre os povos indígenas na Malásia. O estudo identificou diversos fatores que influenciam o desejo de aprendizado dessas comunidades. O comportamento dos alunos, por exemplo, envolve aspectos relacionados à motivação, emoções e engajamento com a escola. O ambiente sociocultural, por sua vez, abrange fatores como língua, apoio familiar e práticas culturais. Já o ambiente de aprendizagem está relacionado a elementos como instalações físicas, materiais educacionais e o uso de tecnologias.

Okonkwo et al., (2022) investigaram a alfabetização informacional entre indígenas bilíngues e multilíngues de áreas rurais da Nigéria, com o objetivo de identificar os fatores que influenciam suas necessidades de literacia informacional e em que momentos essas populações necessitam de tais habilidades. Para isso, foram realizadas entrevistas com grupos focais em três estados nigerianos. Os resultados revelaram que a literacia

informacional, nesses contextos, está fortemente vinculada à capacidade de se comunicar com o ambiente, mas também envolve, de maneira crucial, a contribuição para a sociedade por meio do uso das línguas indígenas.

Burke (2020) realizou uma análise abrangente da literatura sobre comportamento informacional em saúde, bem como de modelos de pesquisa participativa e interdisciplinar com comunidades indígenas. Com base nessa análise, o autor desenvolveu estratégias para futuros trabalhos com comunidades indígenas falantes de línguas ameaçadas, propondo uma metodologia participativa voltada especificamente para questões de saúde.

Dois estudos podem ser identificados no Brasil. Prado et al. (2017) abordaram a competência de alfabetização informacional de estudantes indígenas brasileiros da Universidade Estadual de Londrina. Os principais resultados indicam que a Internet foi a fonte de informação mais acessada, com preferência pelo motor de busca Google. Queiroz & Paiva (2018) analisaram o comportamento de busca e uso de informações por estudantes universitários indígenas da Universidade da Paraíba. Eles identificaram estudantes de nove comunidades da Terra Indígena Potiguará refletindo suas identificações culturais e ambientais.

Os estudos discutidos acima investigam o comportamento informacional dos povos indígenas em várias partes do mundo. Cada estudo aborda aspectos específicos do comportamento informacional, tais como fontes de informação, necessidades de informação, os principais obstáculos, utilização de tecnologias de informação e conhecimentos indígenas. Estes estudos revelam diferenças nas tradições culturais, línguas e recursos disponíveis, bem como os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em cada região.

Com base nas análises realizadas sobre o comportamento informacional dos povos indígenas, torna-se evidente a necessidade de garantir que suas demandas específicas sejam atendidas de maneira adequada. Para que isso ocorra, é fundamental discutir os direitos de acesso à informação dessas comunidades, considerando os princípios legais e as políticas públicas que asseguram a eles o direito à informação.

3 MULTICULTURALIDADE E INSTRUMENTOS LEGAIS DE APOIO AO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

O presente capítulo aborda a multiculturalidade e os instrumentos legais que garantem o direito de acesso à informação aos povos indígenas, destacando sua relevância para a preservação cultural e a inclusão social. Nesse contexto, são analisadas as políticas públicas e iniciativas internacionais voltadas para a garantia de seus direitos. A relação entre diversidade cultural, direitos humanos e acesso à informação será explorada para evidenciar a importância de ações concretas na promoção da equidade e no fortalecimento das culturas indígenas no Brasil e no mundo.

3.1 A diversidade cultural e multicultural

As sociedades modernas do final do século XX enfrentaram transformações profundas, marcadas por mudanças estruturais que fragmentaram as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, conforme destacado por Hall (2006). Essas transformações tiveram implicações significativas para o conceito de cultura, inicialmente formulado por Edward Tylor em 1871 como um fenômeno natural sujeito a causas e regularidades que governam seu desenvolvimento e evolução (Laraia, 2015).

Com o tempo, a compreensão de cultura evoluiu significativamente. De acordo com Laraia (2015, p.45), a cultura transcende à herança genética e influencia decisivamente o comportamento e as realizações humanas. Ele afirma que "o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado", destacando que, ao adquirir cultura, o ser humano passa a depender substancialmente mais do aprendizado social e cultural do que de comportamentos instintivos ou geneticamente predeterminados.

Essa perspectiva ampliada reconhece que a cultura é uma força dinâmica e adaptativa, moldando não apenas como os indivíduos se comportam, mas também como eles interpretam suas experiências e interagem com o mundo ao redor. Portanto, a cultura não

é apenas um contexto em que a ação humana ocorre, mas um agente ativo na formação da identidade individual e coletiva.

O estabelecimento formal das políticas culturais pela UNESCO teve início com a primeira conferência mundial sobre o tema, realizada em 1982 na Cidade do México. Esta conferência inaugurou uma série de discussões críticas que eventualmente culminaram na inclusão da diversidade cultural na agenda da organização em 2001. Essa significativa inclusão redefine a cultura como:

o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (Organização das Nações Unidas para a Educação, 2001).

A herança social, dinâmica e mutável, é profundamente influenciada pelas transformações contínuas que ocorrem na sociedade. Neste contexto, o fenômeno da globalização emerge como um catalisador que favorece as trocas culturais, simultaneamente destacando a imperativa necessidade de preservar a cultura para assegurar que as futuras gerações mantenham suas tradições e práticas culturais. Castells (1999) analisa o papel crucial da revolução tecnológica nestas transformações, enfatizando que a informação e o conhecimento são elementos decisivos em todos os modos de desenvolvimento.

Um dos efeitos mais significativos da globalização é a fragilização dos laços entre fenômenos culturais e suas localizações geográficas, criando uma imediata troca de influências e experiências anteriormente distantes, conforme reportado pela Organização das Nações Unidas para Educação (2009). Esta dinâmica resulta em uma tendência à homogeneização de alguns conhecimentos locais que se tornam globais, enquanto outros permanecem firmemente ancorados às suas origens, servindo como uma resistência cultural na qual as sociedades lutam para preservar suas identidades e práticas culturais para gerações futuras.

Neste cenário global, as questões de diversidade cultural são frequentemente debatidas por organizações internacionais como a ONU e Conselho da Europa, com o objetivo de harmonizar questões sociais. Estes diálogos são fundamentais, pois estão vinculados à educação e à aquisição de competências interculturais, capacitando indivíduos a conviverem respeitosamente com as diferenças culturais e a participarem de uma coexistência democrática e harmoniosa.

O movimento de diversidade cultural representa uma abordagem crucial não apenas para reconhecer, mas também para corrigir injustiças históricas, como a marginalização de contribuições significativas de certos grupos e indivíduos que foram frequentemente negados ou ignorados em muitas sociedades, juntamente com a negação de suas culturas e identidades (Banks, 2008). Este esforço para reparar erros do passado é vital para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

No contexto da vida social, estamos imersos em sociedades que são intrinsecamente diversas. A manutenção de uma convivência harmoniosa e pacífica requer uma constante revisão e debate das políticas sociais, especialmente aquelas relacionadas à diversidade cultural. As discussões globais sobre multiculturalismo, interculturalismo, intraculturalismo e transculturalismo destacam a complexidade e as controvérsias que circundam esses conceitos, refletindo a necessidade contínua de diálogo e compreensão mútua.

Ao analisar o conceito de multiculturalidade, Femenías (2007) ressalta que se trata de um conceito complexo e multifacetado, frequentemente utilizado de maneira imprecisa e ambígua. Segundo a autora, não é possível sustentar um modelo único de multiculturalismo, nem compreendê-lo apenas de forma rígida. Originalmente, o termo visava descrever a coexistência de diversas culturas em um mesmo espaço geográfico ou social, como um estado-nação ou uma cidade.

O dicionário Michaelis (2010) define multiculturalismo como algo "relativo ou pertencente a várias culturas ao mesmo tempo", sugerindo uma política de coexistência de múltiplas identidades culturais dentro de uma mesma sociedade. Esta definição aponta para a intenção de harmonizar diferentes culturas no mesmo espaço social, promovendo a convivência e o respeito mútuo. No entanto, algumas pessoas utilizam o termo "multicultural" de forma ainda mais ampla, para abranger uma vasta gama de grupos sociais não étnicos que, por diversas razões, foram excluídos ou marginalizados do núcleo maioritário da sociedade. Este uso é particularmente prevalente nos Estados Unidos, onde os defensores de um currículo "multicultural" aludem frequentemente aos esforços para reverter a exclusão histórica de alguns grupos, como os deficientes, os gays e lésbicas, as mulheres, a classe trabalhadora, os ateus ou os comunistas (Kymlicka, 1996).

Adicionalmente, Santos (2004) argumenta que, embora o termo inicialmente descrevesse a convivência de diferentes formas culturais em sociedades modernas, ele rapidamente

evoluiu para um conceito que aborda as diferenças culturais em um contexto transnacional e global. Esta evolução reflete a crescente interconexão e interdependência entre nações e culturas no mundo contemporâneo, ampliando a discussão sobre multiculturalismo para além das fronteiras nacionais e reconhecendo a complexidade das identidades culturais em um cenário globalizado.

Femenías (2007) também relata que o multiculturalismo pode ser visto sob duas principais perspectivas: descritiva e crítica. A perspectiva descritiva tende a banalizar ou diluir as características e avaliações das culturas, frequentemente levando à idealização ou demonização das mesmas. Por outro lado, a perspectiva crítica foca em questões de identidade, justiça e gênero, propondo um exame mais profundo dos mecanismos de opressão e discriminação, além da busca por reconhecimento e liberdade.

Kymlicka & Norman (2003) complementam esta análise ao argumentar que a integração multicultural não busca eliminar as diferenças culturais entre os subgrupos dentro de um Estado. Pelo contrário, reconhece que as identidades etnoculturais são significativas para os cidadãos e persistirão ao longo do tempo e devem ser reconhecidas e acomodadas dentro de qualquer instituição. O objetivo é que cidadãos de diferentes origens possam se reconhecer e sentir-se à vontade dentro de qualquer ambiente, promovendo um sentimento de pertencimento e inclusão.

Neste contexto, o multiculturalismo implica em reconhecer e respeitar as necessidades culturais de grupos minoritários, adaptando legislações e práticas para permitir que esses grupos mantenham suas práticas culturais distintas, sem a necessidade de assimilação à cultura dominante (Barrett, 2013).

Moreira & Candau (2008) contextualizam a abordagem assimilacionista do multiculturalismo, parte-se da premissa de que vivemos em uma sociedade multicultural, mas que não oferece igualdade de oportunidades para todos. Grupos como indígenas, negros, homossexuais, pessoas de determinadas regiões geográficas, de outros países, de classes populares, com baixos níveis de escolarização ou com deficiência não têm o mesmo acesso a serviços, bens e direitos fundamentais que outros grupos sociais, geralmente compostos por indivíduos de classe média ou alta, brancos, considerados “normais” e com altos níveis de escolarização. A política assimilacionista, sob uma perspectiva prescritiva, visa integrar esses indivíduos na sociedade e incorporá-los à cultura hegemônica. No entanto, essa abordagem não altera a estrutura fundamental da sociedade; em vez disso,

busca integrar os grupos marginalizados aos valores, mentalidades e conhecimentos valorizados pela cultura dominante, mantendo o status quo sem questionar ou modificar as bases de desigualdade existentes.

A perspectiva propositiva entende o multiculturalismo não apenas como uma característica da realidade, mas como uma forma de agir, intervir e transformar a dinâmica social. Trata-se de um projeto político-cultural que visa trabalhar as relações culturais na sociedade, criando políticas públicas orientadas para a radicalização da democracia e a desenvolver estratégias educacionais alinhadas com essa visão (Moreira & Candau, 2008).

Em contraste, o multiculturalismo interativo, também conhecido como interculturalidade, é considerado uma abordagem mais adequada para a construção de sociedades democráticas, pluralistas e inclusivas, que articulam políticas de igualdade com políticas de identidade. Esta perspectiva rompe com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as como processos contínuos de elaboração, construção e reconstrução. Embora cada cultura tenha suas raízes, estas são históricas e dinâmicas, não fixando as pessoas em padrões culturais rígidos (Moreira & Candau, 2008).

No que se refere ao conceito de interculturalidade, Barrett (2013) enfatiza que é tanto a integração quanto a inclusão, definindo a integração como um processo bidirecional em que minorias e majorias se adaptam mutuamente. O diálogo intercultural promove uma compreensão mais profunda das crenças e práticas culturais diferentes, aumentando a confiança interpessoal, a cooperação e a participação, além de promover a tolerância e o respeito mútuo. A Organização das Nações Unidas para a Educação (2009) complementa essa visão, destacando que um diálogo intercultural frutífero depende do reconhecimento da igual dignidade dos participantes, respeitando suas diversas formas de conhecimento, expressão, costumes e tradições. Além disso, é essencial criar um contexto culturalmente neutro que permita às comunidades se expressarem livremente.

O multiculturalismo na sociedade brasileira é analisado por Moreira & Candau (2008), destacando suas diferenças em relação ao multiculturalismo presente nas sociedades europeias e estadunidenses. Femenías (2007) acrescenta que, embora o multiculturalismo não seja um fenômeno social moderno, a emergência recente de grupos sociais anteriormente invisíveis, que estão crescendo rapidamente e cujos laços culturais com a afirmação de identidade estão, no mínimo, em tensão, é um desenvolvimento relativamente recente.

Ao analisar o debate multicultural na América Latina, especialmente no Brasil, observa-se uma configuração peculiar, resultante de uma base multicultural robusta. As relações interétnicas têm sido uma constante ao longo de toda a sua história, marcada por episódios dolorosos e trágicos, especialmente no que tange aos grupos indígenas e afrodescendentes. Essa história é caracterizada pela eliminação física do "outro" ou pela sua escravização (Moreira & Candau, 2008).

No que se refere à questão da multiculturalidade com os povos indígenas, é evidente que não existe apenas uma cultura indígena dentro do território brasileiro. São vários povos com características, línguas e diversidades que devem ser respeitadas. Os povos indígenas são uma parte fundamental do multiculturalismo no Brasil, possuindo uma rica diversidade cultural, com línguas, tradições, crenças e práticas distintas que variam de acordo com cada etnia. Infelizmente, ao longo da história, esses povos enfrentaram desafios significativos, incluindo a perda de terras, a violação de direitos e a luta pela preservação de suas tradições.

De modo a atenuar os impactos negativos na preservação multicultural dos povos indígenas, foram implementadas iniciativas, leis e tratados para incorporar a população indígena nos parâmetros de preservação de sua diversidade cultural e no direito universal ao acesso à informação, conforme evidenciado pela Constituição Federal ((Brasil [Constituição (1988)]) e pelos tratados internacionais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (United Nations, 1948), Declaração da Organização das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas (Organização das Nações Unidas (ONU), 2007) e a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU (United Nations, 2015).

3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

A equidade entre os seres humanos é um direito fundamental reconhecido por diversas culturas contemporâneas. Para garantir a concretização desse direito, a mobilização de movimentos civis e a criação de dispositivos legais foram essenciais. Esses esforços visam promover um mundo mais equitativo e justo, onde a dignidade e os direitos de todos os indivíduos sejam plenamente respeitados e assegurados.

Uma das declarações mais significativas foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (United Nations, 1948). Este documento estabelece um conjunto fundamental de direitos e deveres essenciais para a convivência em sociedade. Considerada a base da liberdade, justiça e paz mundial, a DUDH, composta por 30 artigos, reconhece a importância dos aspectos culturais como direitos humanos, destacando-os especificamente nos artigos 22 e 27.

De acordo com o artigo 22:

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país (United Nations, 1948).

Por seu lado, o artigo 27 estabelece que: “ Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (United Nations, 1948).

A inclusão da cultura nestes artigos demonstra sua intrínseca relação com os Direitos Humanos, buscando atender a multiculturalidade de diversos povos e colaborando para a preservação de suas identidades culturais. A DUDH se tornou uma referência universal para a proteção e promoção dos direitos humanos, influenciando a elaboração de diversas legislações e políticas públicas ao redor do mundo.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos ter sido um marco fundamental na promoção dos direitos universais, ao longo do tempo ficou claro que alguns grupos, especialmente os povos indígenas, precisavam de uma proteção mais específica para garantir seus direitos culturais, territoriais e de autodeterminação. A complexidade das demandas e desafios enfrentados por esses povos evidenciou a necessidade de ampliar esses direitos por meio de instrumentos legais mais direcionados. Nesse contexto, destaca-se a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 2007, que será discutida a seguir.

3.3 Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas (2007)

Ainda vivemos em um mundo onde os povos indígenas são frequentemente estigmatizados e marginalizados. Eles, que já sobreviveram a genocídios, guerras, escravidão e epidemias, agora enfrentam o epistemicídio, que ameaça seu conhecimento tradicional. Para promover uma convivência harmoniosa diante das diversidades culturais, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Organização das Nações Unidas (ONU), 2007) reafirma a necessidade de garantir que esses povos desfrutem de seus direitos sem discriminação. Isso inclui o reconhecimento do direito das famílias e comunidades indígenas ao acesso à educação, considerando as variações nas situações desses povos em diferentes regiões e países, bem como suas diversas histórias e origens.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUPI), aprovada em 2007 após 22 anos de elaboração, é composta por 46 artigos que reafirmam a igualdade dos povos indígenas em relação aos demais povos. Contudo, a DNUPI também reconhece o direito desses povos à diferença e ao respeito por suas especificidades culturais. Este reconhecimento implica que a situação dos povos indígenas varia significativamente de região para região e de país para país, e que as particularidades nacionais e regionais, bem como os diversos contextos históricos e origens culturais, devem ser levados em consideração (Organização das Nações Unidas-ONU, 2007).

A luta pela terra é um dos maiores desafios enfrentados pelos povos indígenas, desde o período colonial até os dias atuais. O artigo 10 da DNUPI estabelece que "os povos indígenas não devem ser removidos à força de suas terras ou territórios". Ainda assim, muitos enfrentam problemas para a manutenção dos seus territórios (Organização das Nações Unidas-ONU, 2007).

No que tange aos aspectos culturais, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUPI) estabelece, no artigo 11 que eles têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Esse direito abrange a preservação, proteção e desenvolvimento das diversas expressões de suas culturas, incluindo sítios arqueológicos e históricos, artefatos, designs, cerimônias, tecnologias, bem como artes visuais, performáticas e literatura (Organização das Nações Unidas-ONU, 2007).

Quanto às línguas e tradições, o artigo 13 da DNUPI afirma que os povos indígenas têm o direito de revitalizar, usar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, línguas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas. Além disso, eles têm o direito de designar e manter seus próprios nomes para comunidades, lugares e pessoas (Organização das Nações Unidas (ONU), 2007)

A DNUPI também reconhece o direito das famílias e comunidades indígenas de manterem a responsabilidade compartilhada pela educação, treinamento e bem-estar de seus filhos, conforme estabelecido nos direitos das crianças. Especificamente sobre o sistema educacional, o artigo 14 estabelece que os povos indígenas têm o direito de controlar seu próprio sistema educacional e as instituições que oferecem educação em suas próprias línguas, de maneira adequada aos seus métodos culturais (Organização das Nações Unidas-ONU, 2007).

Portanto, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas é um marco fundamental na promoção e proteção dos direitos desses povos, reconhecendo suas especificidades culturais e assegurando sua participação plena e efetiva na sociedade.

3.4 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU como um plano de ação universal, delinea objetivos e metas abrangentes nas dimensões ambiental, econômica e social. Esta agenda busca promover o engajamento dos países na responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de estratégias alinhadas com suas circunstâncias específicas. Ela incentiva a incorporação dessas estratégias em políticas, programas e planos de governo, com monitoramento e prestação de informações sobre os progressos realizados (United Nations, 2015).

Como resultado do forte engajamento dos povos indígenas no processo rumo à Agenda 2030, é relevante destacar que esses povos estão contemplados na resolução final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (United Nations, 2015). Os povos indígenas são mencionados seis vezes, sendo três vezes na declaração política, duas vezes nas metas

– especificamente na Meta 2 sobre Fome Zero (meta 2.3) e na Meta 4 sobre Educação (meta 4.5) - e uma vez na seção sobre acompanhamento e revisão, que solicita a participação dos povos indígenas (2030 Agenda and Indigenous Peoples, n.d.).

Além das referências diretas, muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas associadas são altamente pertinentes para os povos indígenas. A estrutura abrangente da Agenda 2030 incorpora diversos elementos que atendem às preocupações de desenvolvimento desses povos, promovendo sua inclusão e sustentabilidade. Nesse cenário desafiador, os ODS funcionam como uma bússola essencial para combater as profundas disparidades enraizadas desde o colonialismo e a resistência em reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas. Exemplos disso são as diretrizes que focam questões como o acesso e a preservação da informação, que são cruciais para a promoção da equidade e justiça social. A seguir, serão apontadas algumas diretrizes específicas que ilustram como os ODS (United Nations, 2015) podem contribuir para a melhoria das condições de vida e preservação dos direitos dos povos indígenas:

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável oferecem uma oportunidade crucial para enfrentar questões críticas vivenciadas por diversos grupos, incluindo os povos indígenas. No entanto, apesar dos esforços das organizações governamentais e dos marcos

normativos internacionais e nacionais para garantir os direitos dos povos indígenas, Krenak (2022) um estudioso indígena e o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras, apresenta uma perspectiva essencial. Krenak critica a noção de humanidade como acesso igual para todos, argumentando que, apesar da importância de organizações como a ONU e a OMS, essas instituições mantêm, em sua essência, uma ilusão de igualdade. Ele afirma que a humanidade é um clube exclusivo, inacessível para muitos, perpetuando uma sub-humanidade constantemente sujeita à violência e ao extermínio.

3.5 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

Em 1982, as Nações Unidas iniciaram oficialmente seus esforços em relação às populações indígenas com a criação do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas. Este órgão permanente reúne anualmente, em Genebra, milhares de representantes de populações indígenas de todo o mundo. A UNESCO, em conjunto com outras agências especializadas do sistema ONU, participa ativamente dessas reuniões (“Contribución de La UNESCO al Decenio Internacional de Las Poblaciones Indígenas Del Mundo, 1995-2004,” 2001).

A UNESCO foi fundada com o objetivo de promover a paz através da cooperação internacional nos domínios da educação, ciência e tecnologia, cultura, ciências humanas e sociais, comunicação e informação. A organização tem a autorização para colaborar com agências especializadas e organizações intergovernamentais cujos interesses e atividades estejam alinhados com esses objetivos (“Contribución de La UNESCO al Decenio Internacional de Las Poblaciones Indígenas Del Mundo, 1995-2004,” 2001).

Desde 1989, a UNESCO tem implementado programas específicos voltados para os povos indígenas, atendendo à demanda expressa pelos Estados Membros na 130ª reunião do Conselho Executivo. As atividades da UNESCO em favor das comunidades indígenas se multiplicaram através de consultas regulares envolvendo povos indígenas, governos e organizações não governamentais. Um marco significativo foi o segundo Fórum da Iniciativa Indígena pela Paz, realizado em Paris em 1995 (“Relaciones Con El Fondo Para

El Desarrollo de Los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe, y Proyecto de Acuerdo Entre La UNESCO y El Fondo,” 1996).

Em 1992, foi proposta a criação de um Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe, apresentado ao presidente da Bolívia durante a II Cúpula Iberoamericana em Madrid. A proposta foi aprovada, resultando na instituição do Fundo com sede em La Paz, Bolívia. Este fundo, instituído pelos países da América Latina e Caribe, tem como objetivo oferecer suporte técnico e financeiro para a autogestão do desenvolvimento dos povos indígenas e a plena vigência de seus direitos coletivos (“Relaciones Con El Fondo Para El Desarrollo de Los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe, y Proyecto de Acuerdo Entre La UNESCO y El Fondo,” 1996).

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 1993 como o Ano Internacional das Populações Indígenas do Mundo, um marco que contribuiu significativamente para aumentar a consciência pública sobre os desafios e as aspirações dessas populações. Esta iniciativa visava criar um espaço de diálogo entre as populações indígenas, especialistas ou representantes governamentais. Em continuidade a esse esforço, a Assembleia Geral proclamou, no ano seguinte, a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo (“Contribución de La UNESCO al Decenio Internacional de Las Poblaciones Indígenas Del Mundo, 1995-2004,” 2001).

O Programa de Atividades da Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo tem como objetivo principal fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os problemas vivenciados pelas populações indígenas, abrangendo áreas como direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, saúde, cultura e educação. A UNESCO, em colaboração com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas (UNDESA) e outras agências relevantes, atua como agência líder dessa iniciativa, em parceria direta com os povos indígenas (UNESCO, 2022).

A Década Internacional das Línguas Indígenas proporciona uma oportunidade única para o desenvolvimento de políticas que garantam a continuidade e a coerência das ações, estimulando um diálogo intercultural genuíno e multissetorial. Este esforço contribui para a concretização dos direitos humanos por meio da adoção de medidas interdisciplinares que visam apoiar e fortalecer as línguas indígenas em todo o mundo (UNESCO, 2022).

Em 2000, foi criado um Fórum Permanente sobre Questões Indígenas dentro do sistema das Nações Unidas, atuando como órgão consultivo do Conselho Econômico e Social

(ECOSOC). Este Fórum é composto por 16 especialistas independentes que contribuem em caráter pessoal por um mandato de três anos, renovável por mais um período. Sua principal função é examinar as questões indígenas no contexto das atribuições do Conselho, que incluem o desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos. O Fórum realiza sessões anuais com a participação de diversas organizações representativas das Nações Unidas e outras entidades intergovernamentais, além de centenas de participantes provenientes de comunidades indígenas e ONGs (Naciones Unidas Derechos Humanos, n.d.)

Em relação às atividades da UNESCO no Brasil, estas foram formalmente iniciadas em 1964. No entanto, foi somente em 1992 que a UNESCO assinou um acordo de cooperação abrangente com o Ministério da Educação do Brasil, culminando na criação do primeiro plano de trabalho com o propósito de apoiar a decisão do governo de elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos. Este marco histórico assinalou um compromisso mais profundo e estruturado com a educação no país (UNESCO, 2024).

Atualmente, a UNESCO no Brasil executa seus projetos por meio de acordos de cooperação técnica com os três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com instituições públicas e o setor privado, além de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades e redes (UNESCO, 2024). Um dos focos principais da UNESCO é aprofundar sua contribuição na preservação das línguas maternas em risco de extinção. De acordo com o Atlas Interativo de Línguas em Perigo no Mundo, o Brasil é o terceiro país com o maior número de línguas ameaçadas de extinção (Moseley, 2010). Das 2.500 línguas que correm o risco de desaparecer até o final deste século, 190 pertencem a povos indígenas do Brasil, sendo que 45 delas estão classificadas no grupo de maior risco.

Um exemplo atual significativo das iniciativas da UNESCO é a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). Este período visa chamar a atenção para a perda significativa das línguas indígenas e a necessidade urgente de preservá-las, revitalizá-las e promovê-las. O Plano de Ação Global proposto para a Década (UNESCO, 2022) estabelece orientações e sugestões de medidas a serem adotadas por agências do Sistema das Nações Unidas, governos, instituições e organizações de Povos Indígenas. Entre as etapas sugeridas estão:

- Criação de condições favoráveis para a capacitação digital, liberdade de expressão, desenvolvimento das mídias, acesso à informação e às tecnologias da linguagem, e a promoção da criação artística nas línguas indígenas.
- Capacitação dos Povos Indígenas, especialmente da juventude e das organizações profissionais, em alfabetização midiática e informacional, ativismo e defesa de direitos digitais e online, competências digitais relevantes para a produção e divulgação de conteúdos, ferramentas e serviços adequados, respeitando os princípios de abertura, interoperabilidade, reutilização, acessibilidade e diversidade (como software livre e de código aberto, recursos educacionais abertos e acessibilidade a informações e internet).

Além dessas ações específicas, a UNESCO tem como objetivo promover a diversidade cultural frente aos desafios da globalização, assegurando a preservação e a transmissão do patrimônio indígena, tanto material quanto imaterial, às futuras gerações. Este esforço é complementado pela busca em encorajar o diálogo entre culturas e civilizações (“Contribución de La UNESCO al Decenio Internacional de Las Poblaciones Indígenas Del Mundo, 1995-2004,” 2001).

A UNESCO tem como objetivo promover a diversidade cultural frente aos desafios da globalização, assegurando a preservação e a transmissão do patrimônio indígena, tanto material quanto imaterial, às futuras gerações (“Contribución de La UNESCO al Decenio Internacional de Las Poblaciones Indígenas Del Mundo, 1995-2004,” 2001). Além disso, busca encorajar o diálogo entre culturas e civilizações. No portal da UNESCO, encontra-se uma vasta base de pesquisa com informações detalhadas sobre as diretrizes da instituição nos campos da educação, cultura, ciências naturais, ciências sociais e comunicação. O portal é continuamente atualizado com relatórios de especialistas que elaboram documentos normativos e recomendações. Há uma página específica dedicada aos povos indígenas¹⁴, onde estão disponíveis todas as leis e estudos relacionados à situação global desses povos.

¹⁴ <https://www.unesco.org/en/indigenous-peoples>

3.6 Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

No Brasil, o órgão oficial de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas é a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas. Criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a FUNAI é responsável pela execução e coordenação da política indigenista do Governo Federal. Suas atribuições incluem a promoção de estudos de identificação, delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar essas terras para garantir sua proteção. A FUNAI também coordena e implementa políticas de proteção para povos indígenas isolados e recém-contatados (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, n.d.).

No âmbito do desenvolvimento sustentável, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e recuperação ambiental nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de impactos ambientais resultantes de interferências externas. Sua missão inclui ainda a articulação interinstitucional para assegurar o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas. Isso é realizado por meio do monitoramento de políticas voltadas à seguridade social e à educação escolar indígena, bem como do apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da FUNAI é orientada por princípios que reconhecem e valorizam as organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, com o objetivo de alcançar a plena autonomia e autodeterminação dessas comunidades, contribuindo para a consolidação de um Estado democrático e pluriétnico no Brasil. No entanto, a existência de um órgão indigenista oficial não impede conflitos entre indígenas e não indígenas, sendo especialmente comuns as disputas por terras. Invasões por não indígenas em busca de riquezas minerais e vegetais, construções de estradas, barragens e usinas hidroelétricas causam sérios danos à sobrevivência física e cultural das populações indígenas e de seus habitats (Silva & Costa, 2018).

A defesa dos povos indígenas é uma responsabilidade que transcende a FUNAI, sendo também dever do Estado brasileiro proteger essas comunidades de tradição milenar, que hoje rejeitam a condição de “tutelados”. Apesar dos avanços, a FUNAI perpetuou durante muito tempo uma política paternalista e intervencionista, promovendo a dependência das

comunidades indígenas brasileiras à ideia de “civilização” e à gradual integração à sociedade não indígena. A implementação de algumas políticas enfrenta desafios, seja pela falta de recursos ou por atender a diversos outros interesses, o que dificulta a plena efetividade das ações voltadas aos povos indígenas (Silva & Costa, 2018).

3.7 Educação escolar dos povos indígenas

A educação escolar dos povos indígenas no Brasil possui uma história complexa e multifacetada. A implantação das primeiras escolas foi inicialmente realizada pelas missões jesuítas, além de seu caráter religioso, buscaram “civilizar os índios” por meio do ensino da língua portuguesa, leitura e escrita (Moura & Acçolini, 2015). Oliveira & Freire (2006) complementam que esse processo pedagógico incluía o aprendizado de trabalhos manuais e cuidados corporais, como o uso de vestimentas e práticas higiênicas.

É importante destacar que antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas já possuíam processos educacionais próprios, profundamente enraizados em suas culturas e modos de vida. No contexto da educação indígena, a aldeia opera como uma verdadeira escola, um laboratório a céu aberto, onde a natureza, os animais, as matas, as ervas e a arte são elementos fundamentais do aprendizado. A educação é transmitida de várias formas dentro da aldeia, entre elas a música, que ajuda crianças e adultos a memorizarem palavras da língua nativa e a reafirmarem diariamente seu compromisso com a manutenção e perpetuação dessa língua (Kambeba, 2020).

A educação proveniente dos pajés é uma prática milenar que envolve cura pelo uso de ervas medicinais, pela força das águas e das matas e pela conexão com os espíritos. Ter sua história nas próprias mãos é crucial para fortalecer, uns nos outros, a continuidade de suas (re)existências (Kambeba, 2020).

No ambiente dos povos indígenas, o aprendizado não é regido pelo relógio, com horários rígidos para início e término, nem por conteúdos específicos para cada série. O conhecimento é adquirido de forma integrada e contínua, respeitando o ritmo natural da vida e da cultura indígena (Kambeba, 2020). Guajajara (2019) afirma que essa perspectiva

privilegia o aprendizado por meio dos conhecimentos tradicionais, concebendo-o como um "aprender sem se prender", que rejeita a restrição dos corpos ao espaço limitado da sala de aula. Essa abordagem é fundamentada na crença de que confinar os corpos implica limitar a mente; portanto, a educação deve ser fluida e integrada ao ambiente natural e cultural dos povos indígenas.

No entanto, com base nas concepções eurocêntricas das práticas coloniais de educação, houve uma desconsideração quase completa das especificidades autônomas desses povos, impondo novas formas de visão de mundo, organização do tempo e relação com a natureza e o trabalho em que os elementos da modernidade se opunham ao modo indígena do bem viver, com suas formas de produção de conhecimento e suas cosmologias indissociáveis da natureza (Urquiza, 2019). De acordo com Baniwa (2012) o modelo implantado pelos colonizadores, com professores, salas de aula, livros, carteiras e disciplinas, era totalmente alheio à cultura indígena tradicional, conforme demonstra a Figura 4:



Figura 4- Escola Getúlio Vargas. Vista parcial da sala de aula. Posto indígena Duque de Caxias, Santa Catarina, s.d.

Fonte: (Freire, p.65, 2011)

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) com o objetivo de prestar assistência aos indígenas em todo o território nacional. No entanto, a política indigenista adotada pelo SPI visava "civilizar" os indígenas, transformando-os gradativamente em trabalhadores, com o intuito de afastar a influência da Igreja Católica na catequese dos indígenas. Para alcançar esse objetivo, foram empregados métodos e técnicas educacionais destinadas a controlar e promover a nacionalização dos povos indígenas (Silva & Costa, 2018).

A partir de 1967, a responsabilidade pela educação escolar indígena foi transferida para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), substituindo o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que na época enfrentava acusações de desvios de dinheiro público e negligência em atender às demandas das populações indígenas.

Na década de 1970, emergiu a proposta de uma educação escolar indígena intercultural, bilíngue e diferenciada, como um contraponto ao modelo colonizador da escola tradicional oferecida aos povos indígenas. A sua abordagem diferenciada é baseada nos princípios de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos específicos de cada povo indígena. Esse tipo de educação visa garantir o fortalecimento e a continuidade dos sistemas de saber próprios de cada comunidade, ao mesmo tempo em que integra conhecimentos científicos e tecnológicos conforme a vontade e decisão de cada comunidade. Tal abordagem permite que as comunidades indígenas se apropriem de conhecimentos tecnológicos para resolver problemas antigos e novos nas aldeias, sem precisar abandonar suas tradições, valores e conhecimentos tradicionais, que antes eram perseguidos, negados e proibidos pela própria escola (Baniwa, 2012).

Essa educação diferenciada representa um avanço significativo, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e plural, que respeita e celebra a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas. Além disso, essas escolas facilitam o acesso adequado às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários para garantir e melhorar as condições de vida (Baniwa, 2012). Urquiza (2019) complementa afirmando que a escola foi resignificada pelos povos indígenas como uma ferramenta de luta política e de autodeterminação, com a construção de um modelo intercultural de educação focado na participação das comunidades indígenas, em suas particularidades e especificidades das diferentes culturas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, foi dedicado um capítulo próprio aos direitos dos povos indígenas. O artigo 231 declara, sobre os direitos culturais dos índios, que são reconhecidos a organização social dos índios, seus costumes, línguas, crenças e tradições, e que compete à União proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Esta norma é complementada pelo artigo 210, § 2 e pelo artigo 215, § 1. Conforme o artigo 210, §2, o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa. É assegurada, no entanto, às comunidades indígenas, também a utilização de suas próprias línguas e processos de aprendizagem. Com o artigo 215, § 1, cabe à União a obrigação de proteger as manifestações culturais indígenas (Brasil [Constituição (1988)], 1988).

Houve uma evolução significativa no reconhecimento da diversidade cultural no Brasil e na proteção das culturas indígenas com a Constituição de 1988, reconhecendo explicitamente a obrigação de proteger as diferentes culturas indígenas. No entanto, esse avanço, embora substancial, não representou o maior passo possível em relação ao reconhecimento das culturas indígenas. O maior avanço teria sido a declaração explícita de que o Brasil é um país multiétnico e pluricultural. Todavia, as inovações introduzidas em 1988 representam um progresso significativo, estabelecendo uma base importante para a proteção e valorização das culturas indígenas no contexto constitucional brasileiro (Kayser, 2010).

A condução exclusiva do processo educacional da FUNAI junto às sociedades indígenas foi retirada em 1991, transferindo-se a coordenação dessas ações ao Ministério da Educação (MEC), com a participação consultiva da FUNAI. A execução das ações educacionais passou a ser responsabilidade dos estados e municípios. Ao MEC ficou atribuída a competência de coordenar as ações referente à educação escolar indígena no país, (gestor das políticas de Educação Escolar Indígena), cabendo a execução das políticas às secretarias estaduais e municipais de educação, com uma articulação efetiva entre estas esferas de governo responsáveis pela educação fundamental e básica (Brasil. Ministério da Educação, 2002).

A transformação na educação das escolas indígenas no Brasil foi significativamente impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996). Essa legislação, fundamental para o sistema educacional brasileiro, estabelece diretrizes que valorizam a diversidade cultural e histórica do país, especialmente no que tange aos povos afro-brasileiros e indígenas.

Um dos pontos principais da LDB é a inclusão obrigatória do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo do ensino fundamental e médio, tanto em instituições públicas quanto privadas. Essa inclusão, formalizada pela Lei nº 11.645 de 2008, visa a reconhecer e valorizar a contribuição desses grupos na formação da sociedade brasileira. O currículo abrange a história da África e dos africanos, a luta dos povos indígenas e negros no Brasil, e a influência cultural dessas comunidades na construção do país. Esse enfoque busca resgatar a memória histórica, reafirmar as identidades étnicas e valorizar as línguas e ciências tradicionais (Brasil. Presidência da República, 2008)

Além disso, a LDB garante que o ensino fundamental seja ministrado em língua portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas o direito de utilizarem suas línguas maternas e métodos próprios de aprendizagem. Esse respeito às línguas indígenas é fundamental para a preservação cultural e para uma educação que realmente atenda às necessidades dessas comunidades (Art. 32 § 3º Brasil, 1996).

No ensino médio, o estudo da língua portuguesa e da matemática é obrigatório durante os três anos, porém, às comunidades indígenas também é assegurada a utilização de suas línguas maternas. Essa medida, incluída pela Lei nº 13.415 de 2017, reforça o compromisso com uma educação inclusiva e respeitosa das particularidades culturais (Art. 35 § 3º Brasil, 1996).

O sistema de ensino da União, com a colaboração de agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolve programas integrados de ensino e pesquisa, proporcionando uma educação escolar bilíngue e intercultural. Esses programas visam recuperar memórias históricas, reafirmar identidades étnicas e valorizar as línguas e ciências dos povos indígenas. Além disso, garantem o acesso a conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e de outras sociedades, tanto indígenas quanto não indígenas (Art. 78 Brasil, 1996).

A União também apoia técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. Esses programas são planejados com a participação das próprias comunidades indígenas, garantindo que suas necessidades e particularidades sejam atendidas. Entre os objetivos desses programas estão o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade, a formação de pessoal

especializado para a educação escolar indígena, e o desenvolvimento de currículos e materiais didáticos específicos e diferenciados. (Art. 79 Brasil, 1996).

Essas diretrizes e programas refletem um compromisso com a valorização da diversidade cultural e histórica do Brasil, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Ao garantir que a história e a cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas sejam parte integrante do currículo escolar, a LDB contribui para a construção de uma sociedade mais consciente e respeitosa das suas raízes multiculturais.

O Decreto n.6861 (Brasil, 2009), delinea a estrutura da educação escolar indígena, organizando-a em territórios etnoeducacionais e estabelecendo outras providências necessárias para uma educação culturalmente adequada. O Decreto destaca a importância da criação de materiais didáticos específicos para as escolas indígenas, com o objetivo de garantir que os conteúdos educacionais sejam adaptados e pertinentes à realidade cultural e linguística das comunidades indígenas. Isso inclui a produção de materiais didáticos bilíngues, multilíngues ou em línguas indígenas, respeitando suas tradições orais e necessidades específicas.

Para apoiar essa iniciativa, a União se compromete a fornecer suporte técnico e financeiro. Esse suporte é direcionado para a ampliação da oferta de educação escolar, incluindo a produção desses materiais didáticos diferenciados. Além disso, a formação de professores indígenas, que ocorre nas instituições formadoras de professores, dá ênfase à produção de material didático, assegurando que os educadores estejam bem-preparados para atender às necessidades específicas de suas comunidades (Brasil, 2009).

Em 2012, a Resolução nº 5(2012) definiu diretrizes curriculares nacionais que reforçam o acesso dos estudantes indígenas a conhecimentos técnicos, científicos e culturais, tanto da sociedade nacional quanto de outras sociedades indígenas e não indígenas. Um dos princípios fundamentais é a utilização de materiais didático-pedagógicos que respeitem e reflitam o contexto sociocultural de cada povo indígena.

Os sistemas de ensino são incentivados a garantir uma infraestrutura adequada para as escolas indígenas, incluindo laboratórios, bibliotecas e espaços para atividades esportivas e artístico-culturais. Esses recursos são essenciais para proporcionar uma educação de qualidade que atenda às especificidades culturais e pedagógicas das comunidades indígenas (Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012).

Para as escolas indígenas que oferecem educação infantil, é crucial a elaboração de materiais didáticos específicos que incorporem aspectos socioculturais significativos para a comunidade. Os currículos devem ser desenvolvidos com base em materiais didáticos que reflitam a perspectiva intercultural da educação diferenciada, sendo esses materiais elaborados e publicados em colaboração com os professores indígenas e seus estudantes (Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012).

A formação de professores indígenas é orientada para a criação, desenvolvimento e avaliação de currículos e programas próprios, além da produção de materiais didáticos específicos. A União desempenha um papel central nesse processo, promovendo a elaboração e publicação sistemática desses materiais didáticos e pedagógicos. Os Estados também têm a responsabilidade de apoiar essa produção, garantindo que os materiais utilizados nas escolas indígenas sejam culturalmente relevantes e adequados (Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012).

Realizamos um questionamento sobre os programas desenvolvidos com os povos indígenas, através do Acesso de Informações ao Governo em 15 de março de 2024, que em resposta, o Ministério da Educação (MEC) detalhou várias iniciativas importantes na Nota Técnica No 2/2024/CGEEI/DIPECEI/SECADI (2024). Este documento lista os principais programas e ações destinados a todos os níveis de educação escolar, incluindo a educação indígena. Entre os programas destacados estão o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

- Plano de Ações Articuladas (PAR): Criado em 2007, o PAR é uma estratégia de assistência técnica e financeira que visa melhorar a gestão, formação de profissionais, materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e infraestrutura escolar. O programa promove a colaboração entre diferentes entes subnacionais, facilitando o planejamento e a execução de ações que melhorem a qualidade da educação.
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Desde 1997, o PNBE promove o acesso à cultura e incentiva a leitura entre alunos e professores, distribuindo acervos de obras de literatura, pesquisa e referência. O programa atende todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar, dividindo-se em três ações principais:
 - PNBE Literário: Avalia e distribui obras literárias em prosa, verso, livros de imagens e histórias em quadrinhos.

- PNBE Periódicos: Distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio.
- PNBE do Professor: Apoia a prática pedagógica dos professores por meio da avaliação e distribuição de obras teóricas e metodológicas.
- Prolind (Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais Indígenas): Focado na formação superior de professores para escolas indígenas de educação básica, o Prolind incentiva o desenvolvimento de cursos de licenciatura intercultural em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, preparando professores para atuar no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental.
- Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE): Criada em 2013, a ASIE oferece formação continuada para professores indígenas, especialmente nas séries iniciais. Com cursos oferecidos anualmente a mais de 1.000 alunos, as instituições de ensino superior são convidadas a participar, desde que apresentem bons resultados junto aos povos indígenas. No Estado de Mato Grosso do Sul, a ação “Saberes Indígenas na Escola” é coordenada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e envolve outras universidades do Estado, como a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As metas do programa incluem:
 - Formação Continuada: Promover a formação continuada de professores indígenas, priorizando a produção de material didático e paradidático destinados ao letramento/alfabetização e ao numeramento em língua materna, considerando a realidade sociolinguística dos povos indígenas atendidos.
 - Inclusão de Professores: Atingir como prioridade os professores indígenas da primeira fase da educação básica que não participaram das fases anteriores do programa, além dos demais professores, até o limite de cada instituição de ensino superior, em todas as aldeias.
 - Produção e Formação: Produzir material didático e realizar a formação continuada de professores indígenas por meio de encontros presenciais e repasses nas escolas das aldeias, introduzindo novas práticas de letramento e numeramento.

O MEC complementa na Nota Técnica No 2/2024/CGEEI/DIPECEI/SECADI (2024), que em conformidade com a já citada LDB, cumpre às secretarias de educação municipais e

estaduais a edificação predial das escolas indígenas e seus anexos, laboratórios, bibliotecas e outros, assim como sua gestão administrativa e pedagógica. Quando houver necessidade de apoio financeiro e/ou pedagógico para o cumprimento das obrigações legalmente atribuídas aos entes federados, esses deverão apresentar suas demandas/pleitos ao Ministério da Educação no âmbito do PAR, ou de programas específicos, como Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE) –Campo, PDDE–Água e outros, para, após análise do projeto apresentado, viabilizar o recurso financeiro suplementar pleiteado.

Após a análise dos documentos oficiais que retratam o histórico da educação escolar indígena no Brasil, novos dados foram solicitados ao longo desta pesquisa para atualizar o panorama atual da educação escolar indígena no país. Foram realizadas duas consultas ao canal de acesso à informação do Governo Federal. A primeira consulta, em 6 de novembro de 2020, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelos dados do Censo Escolar 2019, revelou a existência de 3.378 escolas indígenas com um total de 278.688 estudantes indígenas matriculados. A segunda consulta, em 29 de fevereiro de 2024, indicou que o Censo Escolar 2022 contabilizou 3.597 escolas indígenas com um total de 300.658 estudantes matriculados. O INEP esclareceu que os dados do Censo são fornecidos pelas escolas e Secretarias de Educação de todas as unidades da federação. Esses números evidenciam uma crescente demanda dos povos indígenas pela escolarização, demonstrando que a formação escolar é vista como um provável instrumento potencial de defesa e garantia dos direitos indígenas, bem como uma necessidade de apropriação de novos conhecimentos e tecnologias para contribuir com o desenvolvimento de seus territórios (INEP, comunicação pessoal, 06 de novembro de 2020 e 29 de fevereiro de 2024).

No que se refere ao ensino superior no Brasil, os povos indígenas têm assegurada a garantia de um sistema de cotas pela Lei nº 12711 (2012), que institui a reserva especial de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, especialmente negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior. Em 2022, nosso estudo analisou dados da (*SCImago Institutions Rankings (SIR)*, 2021), uma ferramenta de classificação de instituições acadêmicas, selecionando as 50 principais instituições de ensino superior do Brasil. Identificou-se que dez instituições realizam vestibulares específicos para indígenas, 33 universidades possuem cotas para alunos indígenas, e, dentre essas, duas reservam 35% das vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Em 2023, os povos indígenas defendem a criação de uma universidade própria, solicitando a participação ativa de professores indígenas na construção coletiva desta instituição, em consonância com suas necessidades específicas. Segundo Lucia Alberta Andrade, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Brasil conta com aproximadamente 60 mil estudantes indígenas no ensino superior. Contudo, as instituições de ensino superior não estão adequadamente preparadas para receber esses estudantes, pois "o racismo é muito forte" (Ramos, 2023).

Em suma, a educação escolar indígena no Brasil tem apresentado avanços significativos nos últimos anos, com o aumento do número de escolas e estudantes matriculados, além das importantes discussões sobre o acesso ao ensino superior e a criação de uma universidade indígena própria. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de maior valorização dos saberes indígenas e a superação de barreiras institucionais. Assim, a educação, além de ser um direito fundamental, também se configura como um instrumento de resistência e fortalecimento das culturas indígenas. Nesse contexto, é essencial abordar outro aspecto crucial para o desenvolvimento dessas comunidades: o acesso informacional dos povos indígenas, que desempenha um papel central na preservação e transmissão de seus conhecimentos, bem como no exercício de seus direitos.

3.8 O acesso informacional nas aldeias

A centralidade da informação e do conhecimento na vida contemporânea é amplamente reconhecida, impulsionando tratados e acordos internacionais que visam garantir o acesso à informação como um elemento essencial para o avanço de uma sociedade alicerçada no conhecimento. O acesso à informação, portanto, é consolidado como uma necessidade e um direito humano fundamental, configurando-se como um recurso indispensável para o desenvolvimento tanto individual quanto coletivo (Nações Unidas Brasil, 2013).

Segundo Garrido & Whyber (2019, p.2) o acesso à informação é entendido como um “motor do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões”. Nesse sentido, a International Federation of Library Associations and Institutions (2021) enfatiza que o

acesso à informação promove o desenvolvimento ao sustentar e viabilizar uma ampla gama de direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão, o direito à participação política, o direito à saúde e à educação, além dos direitos culturais

Na visão de Garrido & Wyber (2017,p.15), o acesso à informação constitui um processo complexo, englobando "the rights and capacity to use, create, and share information in ways that are meaningful to each individual, community, or organization"¹⁵ Essa perspectiva é reforçada pelo Diretor-Geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, ao destacar que o acesso à informação e ao conhecimento exerce uma influência crescente sobre os padrões de aprendizagem, a expressão cultural e a participação social, ao mesmo tempo em que abre novas possibilidades de desenvolvimento. Juntos, esses pontos ressaltam que o acesso à informação vai além da simples disponibilidade de recursos, contribuindo diretamente para o crescimento individual e coletivo em diversas esferas da sociedade (Amelan, 2003).

Garrido & Wyber (2017, p.7) complementam apontando que o acesso significativo à informação requer quatro elementos principais:

1. Infraestrutura de acesso à informação e comunicação: refere-se à conectividade e aos recursos materiais necessários para estabelecer uma conexão física com a informação.
2. Contexto social de uso: engloba fatores locais e culturais que influenciam como os usuários interagem com as informações.
3. Capacidades: corresponde ao conjunto de conhecimentos, habilidades e recursos que a população desenvolve ao longo do tempo, moldando a forma como a informação é utilizada.
4. Cenário legal e político: diz respeito às políticas e estruturas regulatórias que podem promover ou restringir a conectividade, acessibilidade, inclusão e direitos, incluindo questões de direitos autorais, liberdade de expressão, privacidade e segurança.

É importante destacar que, no contexto do “acesso à informação”, o fortalecimento do “direito à informação” aumentou substancialmente a capacidade dos cidadãos de acessar e utilizar informações para promover a responsabilização e a transparência na governança. Conforme aponta a UNESCO, desde 1991 houve um aumento significativo no

¹⁵ Os direitos e a capacidade de usar, criar e compartilhar informações de forma significativa para cada indivíduo, comunidade ou organização.

reconhecimento legal do direito de acesso à informação. Enquanto em 1991 apenas 12 países possuíam leis que garantiam aos cidadãos o direito de acessar informações governamentais, esse número subiu para 40 países em 2009, alcançando 126 países em 2019 (Garrido & Wyber, 2024).

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) constitui um importante meio para ampliar o acesso à informação, contribuindo para a capacitação dos indivíduos ao possibilitar que exerçam seus direitos, participem da economia e desenvolvam novas habilidades. Além disso, as TICs desempenham um papel fundamental na melhoria do acesso e da disseminação da informação, com o potencial de reduzir os custos associados à produção, compartilhamento, distribuição e visualização de dados e conhecimentos (Mansell & Tremblay, 2015).

O acesso à informação vai além da simples disponibilidade de dispositivos ou da conexão à internet, apesar dos números apontarem o aumento expressivo de pessoas conectadas. Em 2022, aproximadamente 60% da população mundial utilizava a internet, comparado aos 40% registrados em 2015. Contudo, embora o acesso à internet seja uma condição necessária, ele não é suficiente para garantir que indivíduos e comunidades tenham acesso à informação e ao conhecimento de que necessitam. As soluções tecnológicas, por si só, não atendem plenamente a essas demandas; um enfoque exclusivo na tecnologia não assegura o sucesso (Garrido & Wyber, 2024).

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), realizou um levantamento do quarto trimestre de 2023 que abordou o acesso à internet e à televisão, bem como a disponibilidade de equipamentos como telefone, microcomputador e tablet nos domicílios particulares permanentes. Adicionalmente, examinou o acesso à internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal entre pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Em relação ao acesso à internet, a PNDA contínua revelou que, em 2023, a internet foi utilizada em 92,5% dos domicílios particulares permanentes do país (totalizando 72,5 milhões de lares), representando um aumento de 1,0 ponto percentual em relação a 2022. Embora a utilização da Internet seja menor entre os residentes em áreas rurais, observou-se, ao longo dos anos, uma forte expansão de seu uso nesse grupo populacional, reduzindo a diferença em relação à população urbana, conforme ilustrado na Figura 5, que apresenta

os índices de acesso à internet nas diferentes regiões do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024).

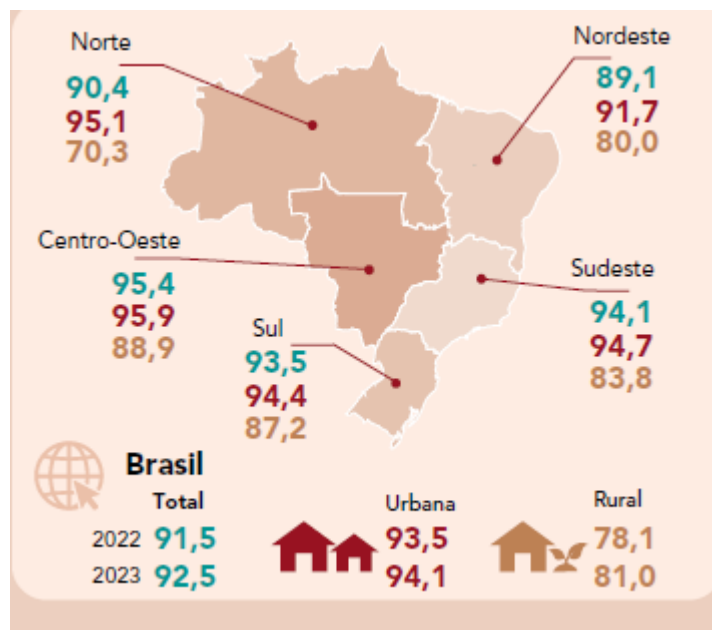


Figura 5 -Domicílios em que havia utilização da internet, por situação do domicílio (%)

Fonte: IBGE, 2024.

Entre os 5,9 milhões de domicílios no Brasil que não utilizavam a internet, os três principais motivos foram: a falta de conhecimento dos moradores para usar a internet (33,2%), o custo elevado do serviço (30,0%) e a percepção de que não havia necessidade de acesso (23,4%). Nas áreas rurais, além desses motivos, destacou-se a indisponibilidade do serviço de acesso à internet na localidade do domicílio, representando 13,8% dos casos. A Figura 6 apresenta outros motivos para a não utilização da internet (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024).

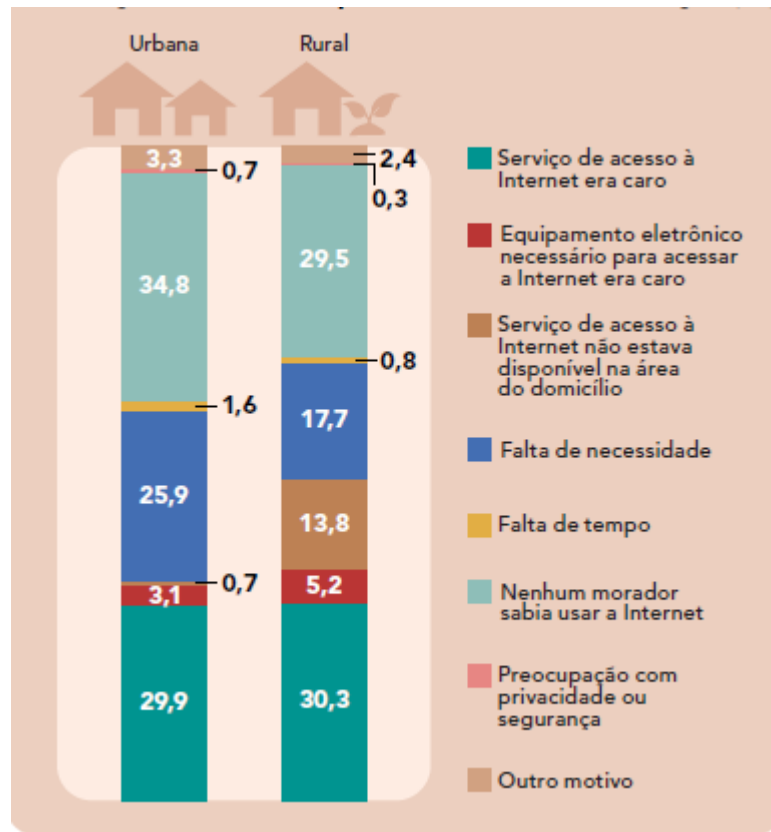


Figura 6– Distribuição dos domicílios em que não utilização da internet, por motivo da não utilização (%).

Fonte: IBGE, 2024.

Em 2023, o meio de acesso indicado pelo maior número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,8%), seguido, em menor medida, pela televisão (49,8%), pelo microcomputador (34,2%) e pelo tablet (7,6%). Entre 2022 e 2023, houve aumento de pessoas que utilizaram a televisão para acessar a Internet (2,3 pontos percentuais) e redução do uso do microcomputador (-1,3 ponto percentual), conforme a Figura 7 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024).

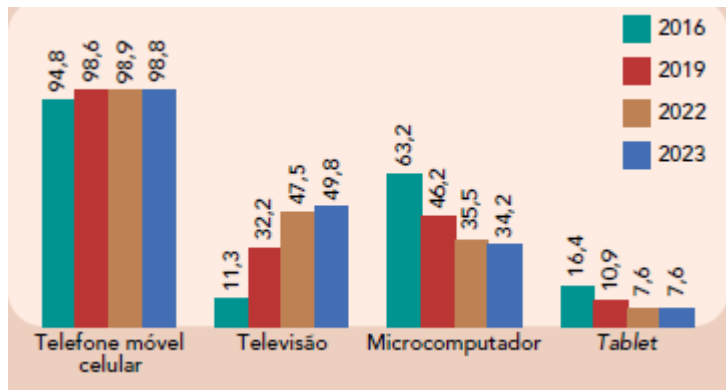


Figura 7 – Equipamento utilizado para acessar a internet (%).

Fonte: IBGE, 2024.

O levantamento do IBGE (2024) destacou a crescente presença da internet na vida de muitos brasileiros, mas também revelou que uma parcela significativa da população ainda não utiliza essa tecnologia, principalmente pela falta de conhecimento sobre seu potencial no cotidiano. Segundo Hernández Pérez (2022), além da enorme lacuna no acesso à tecnologia, existe o que ele chama de "pandemia do analfabetismo digital", em que grande parte da população não é alfabetizada digitalmente e, por isso, não consegue aproveitar plenamente as oportunidades da era digital.

Além disso, o relatório do IBGE (2024) destaca o uso predominante do celular como principal dispositivo de acesso à informação, uma escolha motivada pelo custo mais acessível em relação ao microcomputador. No entanto, o celular nem sempre proporciona a mesma experiência de uso que o computador, o que pode limitar o acesso a certas atividades online, reforçando a necessidade de ampliar o acesso a uma variedade de dispositivos.

Apesar dos avanços na democratização tecnológica e das crescentes possibilidades de acesso, a realidade brasileira ainda revela uma significativa exclusão digital. O acesso à informação, embora vise essencialmente à inserção de todos na sociedade—como uma importante forma de poder e interação—pode paradoxalmente também se tornar uma fonte de exclusão quando distribuído de forma desigual (Alonso et al., 2010). Esse desequilíbrio aprofunda o abismo entre os incluídos e excluídos, deixando à margem aqueles sem acesso informacional (Lemos, 2021). Privados de um recurso essencial, essas pessoas enfrentam limitações para melhorar suas condições de vida e acabam excluídas das esferas cultural, econômica, social e cívica, conforme destacado por Garrido & Whyber (2019).

A pandemia de COVID-19 evidenciou desafios significativos para muitos grupos, especialmente para os povos indígenas, que enfrentam barreiras substanciais no acesso à informação. Esse acesso desigual tende a acentuar as desigualdades preexistentes e a limitar oportunidades, conforme evidenciado em algumas notícias de várias regiões do país. A reportagem de Lemos (2021) identificou que o sistema educacional foi particularmente afetado pela precariedade das infraestruturas informacionais, com poucos alunos tendo acesso à internet e muitos sem computadores, o que dificultou a realização de atividades exclusivamente pelo celular. No caso dos estudantes indígenas que frequentavam uma universidade particular em Jacareacanga, no Pará (região norte do Brasil), os responsáveis pela instituição distribuíram kits com materiais universitários, enviados aos alunos em suas aldeias por transporte fluvial, como forma de mitigar as limitações de acesso.

Até mesmo os estudantes universitários que frequentavam instituições em centros urbanos enfrentaram grandes desafios de acesso à informação durante a pandemia, já que foram obrigados a retornar para suas aldeias, o que trouxe transtornos significativos ao seu percurso educacional. Um exemplo é o caso de uma estudante de uma aldeia no sertão pernambucano, que, sem computador, conseguiu por meio de um edital de inclusão digital da Universidade de Brasília uma verba parcial para a compra do equipamento. Com o apoio financeiro dos pais, ela adquiriu o computador, mas continuou a enfrentar dificuldades para acompanhar as aulas, pois a internet na aldeia é via satélite e possui sinal fraco, frequentemente interrompendo a conexão e levando à perda de provas importantes. Mesmo diante dessas dificuldades, a estudante perseverou, afirmando que não abandonou as aulas por acreditar que concluir o ensino superior é fundamental para construir uma carreira profissional (Lemos, 2021).

Apesar da determinação de muitos estudantes, a pandemia resultou em desistências inevitáveis. O coordenador das ações nacionais de estudantes indígenas relatou vários casos de universitários que abandonaram seus cursos. Ele observou que muitos estudantes precisavam se deslocar para outras comunidades em busca de acesso à internet, enquanto alguns tinham que ir até a cidade para encontrar sinal de telefone e acessar os conteúdos acadêmicos. Em situações extremas, havia estudantes que enfrentavam viagens de até três dias de suas aldeias até a cidade para conseguir conexão. Segundo o coordenador, muitos desses estudantes indígenas planejavam retornar ao ensino superior apenas quando a situação da pandemia melhorasse e as aulas presenciais fossem retomadas (Lemos, 2021).

As dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas durante a pandemia de COVID-19 reforçam o que foi destacado por Garrido & Wyber (2024) em relação a comunidades e indivíduos em situação de desvantagem que não estão em condições igualitárias quando as informações necessárias para atender às suas demandas sociais não estão acessíveis. Sem acesso adequado à comunicação, a participação desses grupos torna-se limitada. Os povos indígenas, no entanto, estão cientes da importância da tecnologia, como exemplifica o relato do coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) que aponta que, embora reconheçam que a tecnologia não é um agente de salvação, valorizam seu uso, especialmente quando serve para garantir direitos essenciais, como o acesso à educação (Lemos, 2021.)

A exclusão digital vai além da simples falta de acesso à internet, abrangendo lacunas em conectividade, conteúdo e competências (Hernández Pérez, 2022). O coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) destacou que o acesso dos povos indígenas à internet nunca foi uma prioridade do poder público. Os planos nacionais de banda larga lançados por diferentes governos não incluíram adequadamente as comunidades indígenas, o que ficou evidente nos desafios enfrentados por estudantes indígenas durante a pandemia de COVID-19 (Lemos, 2021).

Em relação ao acesso à internet nas aldeias, o Ministério da Educação (MEC) afirmou ter distribuído 400 mil chips de internet banda larga para estudantes em situação de vulnerabilidade, incluindo indígenas. Esses chips oferecem internet 4G pré-paga, e as universidades e institutos federais eram responsáveis por solicitar e distribuir os chips aos estudantes. Contudo, a medida foi criticada por ativistas indígenas, que apontaram que muitos estudantes não conseguiram acesso ao chip, pois o processo de solicitação foi feito virtualmente, e muitas aldeias não possuem qualquer tipo de sinal de internet. Como resultado, os estudantes precisavam se deslocar para outros locais para conseguir conexão (Lemos, 2021).

Estudantes do ensino fundamental também enfrentaram sérias dificuldades de acesso à informação durante a pandemia. Em Mato Grosso do Sul, uma professora da etnia Guarani relatou que, em sua aldeia no município de Bela Vista (MS), não havia torre de celular, e poucas famílias tinham acesso à internet — geralmente, apenas aquelas com empregos assalariados que podiam arcar com o custo do serviço. Além disso, muitas famílias sequer tinham eletricidade (Carrara, 2020).

Mesmo em aldeias mais próximas de grandes centros, como em Dourados (MS), a situação permanecia crítica. O professor de estudos indígenas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) relatou que a maioria dos alunos não tinha acesso à internet, o que dificultava até a realização da inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já que o confinamento impedia a saída para cidades onde pudessem encontrar conexão. Diante desse cenário, as comunidades indígenas solicitaram ao MEC a instalação de internet via satélite nas escolas indígenas, visando atender tanto às necessidades das próprias instituições de ensino quanto à conectividade para estudantes universitários indígenas que necessitam de acesso para acompanhar suas atividades acadêmicas (Carrara, 2020).

Em busca de dados governamentais para avaliar o acesso à informação nas escolas indígenas, o canal de acesso à informação do INEP, forneceu informações do Censo de 2022 que revelam uma realidade desafiadora: apenas 33,72% das 3.597 escolas indígenas em nível nacional dispõem de acesso à internet, e somente 12,73% possuem uma biblioteca ou sala de leitura. No estado do Mato Grosso do Sul, foco deste estudo, o cenário é relativamente mais positivo: das 71 escolas indígenas, 92,96% têm acesso à internet e 65,86% contam com uma biblioteca ou sala de leitura (INEP, comunicação pessoal, 29 de fevereiro de 2024).

O acesso à informação, embora reconhecido como um direito fundamental e um motor para o desenvolvimento, ainda enfrenta desafios estruturais que limitam a inclusão de algumas comunidades, especialmente indígenas, em uma sociedade cada vez mais digitalizada. As lacunas em conectividade, infraestrutura, alfabetização digital e políticas públicas inadequadas demonstram que, embora os números de conectividade estejam em expansão, o direito pleno ao acesso à informação continua restrito para muitos. Para que o acesso à informação cumpra seu papel transformador e promova uma inclusão social real, é essencial que políticas públicas específicas, infraestrutura robusta e programas de alfabetização digital sejam implementados, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua localidade ou condição, possam exercer plenamente esse direito.

Nesse cenário, as bibliotecas emergem como espaços essenciais para a inclusão e o acesso informacional, oferecendo aos cidadãos a oportunidade de se conectar, promover seus direitos e adquirir autonomia para participar plenamente na sociedade. Conforme reafirma o Manifesto IFLA Internet 2024, as bibliotecas são uma parte fundamental da infraestrutura para a inclusão digital, desde a formulação de políticas até a oferta de serviços. Esses

espaços, intrinsecamente democráticos, são capazes de expandir o acesso à informação para todos, incluindo aqueles digitalmente desfavorecidos. Assim, as bibliotecas devem continuar como parceiras facilitadoras na construção de sociedades conectadas, sustentáveis, responsáveis e centradas nas pessoas (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2024).

4 A BIBLIOTECA MULTICULTURAL

Ao longo da história, os arquivos, museus e bibliotecas desempenharam um papel fundamental como organizações culturais dedicadas à preservação da produção cultural e à promoção da continuidade de diversas culturas (Araújo, 2014). Especificamente, as bibliotecas públicas emergiram como pilares essenciais, oferecendo uma variedade de serviços de informação em diferentes formatos, adaptando-se às mudanças sociais e garantindo acessibilidade a todos os usuários, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade ou condição social (Caridad et al., 2010).

Os deslocamentos em massa ocorridos durante e após a Segunda Guerra Mundial, aliados às profundas transformações sociopolíticas decorrentes, resultaram em um cenário global de diversidade étnica e cultural sem precedentes. Nesse contexto, o campo da Biblioteconomia foi palco de intensos debates nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ressaltando a necessidade urgente de desenvolver serviços bibliotecários capazes de atender às demandas das populações cada vez mais heterogêneas (IFLA Library Services to Multicultural Populations Section, 2001).

Um marco significativo ocorreu em 1973 com a nomeação de Marie F. Zielinska para a organização da Biblioteca Nacional do Canadá, uma instituição central cujo objetivo era atender às comunidades etnolinguísticas do país. Zielinska, reconhecendo a importância de promover a troca de informações e ideias sobre o tema, reuniu um grupo informal de bibliotecários interessados nessa questão. Esse grupo, inicialmente engajado em correspondências, teve a oportunidade de se encontrar pessoalmente na conferência da IFLA em Bruxelas, em 1977 (IFLA Library Services to Multicultural Populations Section, 2001).

Durante esses encontros, surgiram as primeiras discussões sobre a criação de um fórum internacional apropriado para a troca de informações sobre assuntos multiculturais. Como resultado dessas discussões, em 1980, o Conselho Profissional da IFLA autorizou a criação de um grupo de trabalho dedicado a essa temática. Nos três anos seguintes, esse grupo de trabalho coletou informações sobre os serviços bibliotecários destinados às comunidades etnolinguísticas em diversos países. Em 1983, foi submetido à IFLA um pedido para transformar o grupo de trabalho em uma mesa-redonda, o que culminou, em 1986, na elevação do status para Seção, hoje conhecida como Section on Library Services to

Multicultural Populations (MCULTP) (IFLA Library Services to Multicultural Populations Section, 2001).

A Section on Library Services to Multicultural Populations (MCULTP) assume uma responsabilidade crucial ao atender às necessidades de informação das minorias étnicas, linguísticas e culturais, garantindo que todos os membros de uma comunidade bibliotecária tenham acesso aos seus serviços. Seus principais objetivos incluem:

- Reunir bibliotecas e instituições interessadas no desenvolvimento e disponibilização de serviços bibliotecários concebidos para satisfazer as necessidades das minorias culturais e linguísticas.
- Partilhar a sua experiência em serviços bibliotecários com populações multiculturais e garantir que todos os membros da sociedade global tenham acesso a uma gama completa de serviços bibliotecários e de informação.
- Para conseguir isso, o MCULTP promove a cooperação internacional em toda a área. (*Library Services to Multicultural Populations Section*, 2024).

A Section on Library Services to Multicultural Populations (MCULTP) publicou uma variedade de obras e diretrizes internacionais, abrangendo desde o "Multicultural Communities: Guidelines for Library Services", em 1987, até ao "Multicultural Librarianship: An International Handbook", em 1992, e a segunda edição revisada do "Multicultural Communities: Guidelines for Library Service", em 1998. Posteriormente, em 2009, foi lançado o "Multicultural Communities: Guidelines for Library Services" e o "Multicultural Library Manifest". Essas publicações foram traduzidas para diversos idiomas, o que facilitou sua implementação em diferentes contextos culturais, oferecendo uma base sólida para a prestação de serviços bibliotecários adaptados às necessidades de comunidades culturalmente diversas em todo o mundo (IFLA Library Services to Multicultural Populations Section, 2001).

A MCULTP é representada por um Comitê Permanente de membros eleitos de diferentes países, muitos dos quais são líderes emergentes e defensores da prestação de serviços a comunidades cultural e linguisticamente diversas. O Comitê se reúne anualmente durante o Congresso Mundial de Bibliotecas e Informações da IFLA (WLIC) para relatar e planejar suas atividades do ano, além de conduzir sessões abertas durante o Congresso. Além disso, é comum que o comitê realize uma reunião satélite antes do congresso anual e/ou uma reunião semestral em fevereiro ou março. Esses encontros oferecem oportunidades valiosas

para o intercâmbio de ideias entre bibliotecários de todo o mundo, contribuindo para o enriquecimento do desenvolvimento e implementação de serviços de bibliotecas para populações multiculturais. Além disso, a Seção compartilha regularmente notícias sobre iniciativas e projetos no setor bibliotecário global por meio de seu boletim informativo semestral e canais de mídia social (IFLA Library Services to Multicultural Populations Section, 2001).

O Manifesto da Biblioteca Multicultural, resultado da colaboração entre a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) & United Nations Educational (2009) estabelece princípios fundamentais visando assegurar o acesso equitativo aos serviços bibliotecários e informacionais em uma sociedade globalmente diversa. Este documento ressalta o direito inalienável de todos os indivíduos usufruírem dos serviços de biblioteca e informação em um contexto cultural e linguisticamente variado, desde a oferta geral para todos os usuários até a provisão de serviços específicos direcionados a grupos cultural e linguisticamente marginalizados, como minorias étnicas, requerentes de asilo, refugiados, residentes temporários, trabalhadores migrantes e comunidades indígenas.

Além de definir o conceito de biblioteca multicultural como um espaço dedicado à promoção da tolerância, compreensão e descoberta pessoal, o manifesto ressalta o papel fundamental dessas instituições como centros de aprendizagem, culturais e de informação. Ao adotarem uma abordagem sensível à diversidade cultural e linguística, as bibliotecas multiculturais garantem que seus serviços sejam orientados pelos princípios das liberdades fundamentais e do acesso equitativo à informação, respeitando a identidade e os valores culturais de todos os usuários (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) & United Nations Educational, 2009).

A preocupação da IFLA com as Comunidades Multiculturais é refletida na criação de linhas de orientação, exemplificada pelo documento "Multicultural Communities: Guidelines for Library Services"(2009). Esta obra, que já possui várias edições em diferentes idiomas, resulta das estratégias desenvolvidas pela MCULTP que visa revisar as diretrizes para incorporar novas tecnologias e avanços profissionais e sociais que afetam a prestação de serviços. O principal objetivo dessas diretrizes é promover a justiça e a igualdade no acesso aos serviços de biblioteca para comunidades multiculturais. (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2009).

As diretrizes contidas no "Multicultural Communities: Guidelines for Library Services" (2009) apresentam exemplos de melhores práticas adotadas em diversos países, como Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Estônia, Noruega e Reino Unido. Recomenda-se que essas diretrizes sejam utilizadas em conjunto com os padrões e diretrizes específicos de cada tipo de biblioteca em cada país, seguindo também os padrões internacionais. O princípio central dessas diretrizes é o da equidade, que deve nortear a aplicação das normas e diretrizes nas bibliotecas públicas, escolares, acadêmicas e demais (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2009).

Em 2014, a IFLA elaborou o "IFLA/UNESCO Multicultural Library Manifesto Toolkit" (2014), um conjunto de ferramentas desenvolvido para auxiliar as bibliotecas na aplicação dos conceitos do Manifesto de Bibliotecas Multiculturais da IFLA/UNESCO. Este kit foi revisado em 2018 e é composto por diversos componentes, incluindo um kit de implementação e apêndices que abordam desde a análise comunitária até o desenvolvimento de uma declaração de missão, oferecendo recursos práticos para a implementação dos princípios do manifesto (IFLA Libraries Serving Multicultural Populations Section et al., 2018).

Ao centrar a análise nos manifestos e diretrizes da IFLA, voltada especificamente para a população indígena - que é o público-alvo desta tese -, destacam-se itens que delineiam orientações específicas para contemplar essas comunidades, conforme recomendado. O item 1.4.2 enfatiza a necessidade de as bibliotecas fornecerem recursos que facilitem a aprendizagem, com suportes adaptados às línguas indígenas, incluindo o uso de tecnologia, como computadores com programas de alfabetização e linguagem. Além disso, esse mesmo item preconiza o papel das bibliotecas na preservação e promoção das línguas orais indígenas, reconhecendo sua importância para as comunidades multiculturais e indígenas (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2009).

No que diz respeito aos recursos da biblioteca, o item 4.3.2 destaca a necessidade de coleções bilíngues para todas as faixas etárias, incentivando a inclusão de publicações de autores locais indígenas e a criação de coleções digitalizadas de documentos e imagens relevantes para os grupos indígenas (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2009).

No contexto dos recursos eletrônicos, o item 4.8.6 sugere que as bibliotecas ofereçam uma variedade de serviços eletrônicos multilíngues para atender às necessidades das

comunidades linguística e culturalmente diversas. Isso inclui a disponibilização de coleções digitalizadas de documentos e imagens importantes para os grupos indígenas, exemplificado por iniciativas como a Library and Archives Canada e o projeto Picture Australia da Biblioteca Nacional da Austrália (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2009).

Após analisar a implementação da temática da biblioteconomia multicultural nos grupos da IFLA, é crucial destacar uma breve trajetória dessa abordagem nos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Estudos como os de Nance-Mitchell (1996) e Gollop (1999) destacam a sub-representação de minorias nos programas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e a necessidade de iniciativas de ação afirmativa nesse sentido. Esses estudos também ressaltam a importância de preparar os graduados para atuar em ambientes multiculturais mais amplos, sublinhando a relevância crescente da diversidade cultural no contexto da informação e da educação.

E considerando o contexto das diretrizes para bibliotecas multiculturais, é essencial examinar como essas instituições estão lidando com questões multiculturais em suas operações diárias. Trembach (2022) observa que, apesar das diferenças entre as populações multiculturais e os usuários nativos da biblioteca - que podem envolver origens étnicas, culturais, linguísticas, entre outras - há um elemento comum que os une: sua inclusão na comunidade humana. Contribuindo para essa perspectiva, Chadnova (2012) relata que as bibliotecas russas modernas usam o termo “biblioteca multicultural”, englobando não apenas grupos étnicos minoritários, mas também culturais e linguísticos, como grupos indígenas, migrantes e refugiados (requerentes de asilo). Nesse sentido, Audunson (2005) sugere que as bibliotecas multiculturais podem criar espaços onde pessoas de diferentes culturas tenham a oportunidade de se relacionar e interagir.

Tello (2020) destaca que a biblioteca multicultural deve assumir o papel de uma instituição que promova a construção de sociedades mais justas, baseando-se no princípio do acesso igualitário, equitativo e livre à informação. Complementarmente, Civallero (2017) ressalta a importância das estruturas das bibliotecas multiculturais na preservação das tradições orais e históricas, no apoio às diversas línguas e heranças, bem como na promoção da educação bilíngue.

É crucial que as bibliotecas multiculturais estabeleçam parcerias efetivas com grupos locais e representantes das comunidades, como enfatizado por Jesus et al. (2015). Essa

colaboração é fundamental para a recuperação e preservação da cultura nativa regional, garantindo que as coleções e serviços bibliotecários atendam de forma eficaz às necessidades e interesses locais. Nesse sentido, a visão holística proposta por Sturges (2005) é relevante, sugerindo que as bibliotecas multiculturais devem não apenas disponibilizar materiais em línguas e tradições culturais das comunidades minoritárias, mas também criar condições para um acesso informacional livre de preconceitos, equívocos e inadequações. A incorporação das tecnologias da informação emerge como um recurso poderoso para engajar essas comunidades, promovendo o acesso à informação de forma inclusiva e eficiente.

Diante das transformações nos serviços bibliotecários, análises e adaptações contínuas foram implementadas para atender às necessidades das comunidades multiculturais, culminando na criação de diretrizes essenciais para a construção de ambientes informacionais mais inclusivos. No entanto, quando se trata de grupos específicos, como os povos indígenas, surgem desafios particulares que requerem abordagens ainda mais especializadas, sensíveis à preservação cultural, ao respeito às línguas tradicionais e à transmissão dos saberes ancestrais. A seguir, será explorada a trajetória histórica voltada para as bibliotecas indígenas, destacando suas singularidades e contribuições.

4.1 A biblioteca indígena

Nas últimas décadas, as concepções e práticas relacionadas às bibliotecas indígenas ao redor do mundo passaram por uma evolução profunda. Esse processo incluiu a criação de associações, fóruns e diretrizes que não apenas reconhecem a importância dos povos indígenas, mas também promovem ativamente o respeito e a valorização de suas culturas e conhecimentos. Esses avanços, que serão detalhados adiante, refletem um compromisso crescente com a adaptação dos serviços bibliotecários às necessidades específicas dessas comunidades.

Com o reconhecimento crescente da inadequação dos serviços bibliotecários para os povos nativos americanos, a American Indian Library Association (AILA) foi fundada em 1979,

com a missão de melhorar os serviços de biblioteca, cultura e informação para os índios americanos e nativos do Alasca. A AILA reúne indivíduos e instituições comprometidos com o desenvolvimento de programas voltados para bibliotecas escolares, públicas e de pesquisa, tanto dentro quanto fora das reservas. Além de promover e disseminar informações sobre culturas, línguas, valores e necessidades informacionais indígenas para a comunidade bibliotecária, a AILA copatrocina uma conferência anual e realiza reuniões em conjunto com a American Library Association, além de publicar semestralmente o "American Indian Libraries Newsletter", fortalecendo o intercâmbio e o apoio às bibliotecas indígenas (American Indian Library Association, 2024).

Paralelamente, a Nova Zelândia, representada por membros da etnia Māori, deu origem ao primeiro Fórum Internacional de Bibliotecários Indígenas em 1999. Este evento bienal, exceção feita a 2021 devido à pandemia de COVID-19, é planejado por Bibliotecários indígenas ou por membros de organizações nacionais voltadas para a preservação cultural e linguística. O Fórum proporciona um espaço vital para apresentações, discussões e workshops, resultando em documentos chave como declarações de visão, manifestos e planos de ação (International Indigenous Librarians' Forum (IILF) Guide, 2024).

Em termos de iniciativas da IFLA relacionadas às questões indígenas, destaca-se a IFLA Statement on Indigenous Traditional Knowledge (2002) adotada durante a 15th Standing Conference for Eastern, Central and Southern African Library Associations (SCECSAL). Nesta Declaração, a IFLA reconhece o valor intrínseco, a importância do conhecimento tradicional indígena e do conhecimento da comunidade local, e a necessidade de considerá-lo holisticamente, apesar das definições e usos conceituais conflitantes.

A IFLA Statement on Indigenous Traditional Knowledge (2002) destaca a importância de integrar o conhecimento tradicional indígena com o conhecimento da comunidade local para abordar problemas contemporâneos complexos. Também ressalta a necessidade de proteger esse conhecimento, que está sob ameaça devido a perda dos mais velhos e falta de transmissão para as gerações mais jovens em face à modernização. Além disso, a IFLA recomenda a implementação de mecanismos de transferência de tecnologia e proteção da pesquisa, em conformidade com convenções internacionais sobre desenvolvimento sustentável e os interesses dos povos indígenas.

Na sequência da declaração da IFLA Statement on Indigenous Traditional Knowledge (2002) destaca-se a importância da preservação do conhecimento tradicional indígena, em

que as bibliotecas e arquivos são incentivadas pela IFLA a coletar, preservar e disseminar recursos desse conhecimento, além de disponibilizar e promover informações que apoiem sua investigação e aprendizagem. Também é destacada a importância de divulgar o valor desse conhecimento para toda a sociedade, envolvendo os idosos e as comunidades na produção de recursos e no ensino às crianças. A IFLA também advoga pela isenção de impostos sobre livros e outros suportes de gravação do conhecimento indígena e incentiva o reconhecimento da propriedade intelectual para proteger e utilizar adequadamente esse conhecimento.

A partir das discussões iniciais sobre o papel das bibliotecas na promoção das línguas e culturas indígenas, a IFLA decidiu formalizar seu compromisso estabelecendo inicialmente um grupo de interesse especial. Em 2008, esse grupo foi concebido como um *task force* para investigar mais profundamente essa questão. Como uma das tarefas de examinar o papel das bibliotecas no apoio às línguas nativas foi desenvolvido o livro *Library Services to Indigenous Populations: case studies* (Roy & Frydman, 2013), elaborado a partir da coleta de casos por meio de um convite à apresentação de propostas enviado a bibliotecas e programas que demonstraram compromisso com os princípios da IFLA. Este teve por objetivo fornecer aos bibliotecários de todo o mundo um guia de referência para orientar seus serviços com os povos indígenas. O livro consiste em 40 estudos de caso que descrevem o trabalho realizado em quatro continentes: América do Norte, Ásia, África e Austrália, abrangendo onze países.

Uma evolução ocorreu na IFLA em 2016 ao criar a Indigenous Matters Section. O seu principal objetivo é de promover serviços culturalmente sensíveis e eficazes para comunidades indígenas em todo o mundo. Além disso, busca incentivar a liderança indígena, promover a cooperação internacional e facilitar a troca de experiências, educação, treinamento e pesquisa sobre questões relacionadas aos povos indígenas. Para alcançar esses objetivos, a Seção colabora estreitamente com outras partes interessadas dentro da IFLA, bem como com organizações nacionais e internacionais dedicadas à preservação e promoção dos direitos e interesses das comunidades indígenas (International Federation of Librarian Associations and Institutions, n.d.)

É relevante destacar que, em diversos países, algumas bibliotecas têm implementado ações estratégicas específicas voltadas para os povos indígenas. Um exemplo notável é o da Austrália, onde a diversidade linguística, com cerca de 150 línguas indígenas, apresenta desafios significativos para o acesso às coleções e serviços bibliotecários, conforme

apontado por Thorpe & Galassi (2018). Em resposta a essas dificuldades, foi criado, em 1995, o protocolo *Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network Inc. (ATSILIRN, 1995)*, que oferece orientações para profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com o objetivo de garantir serviços apropriados e o gerenciamento eficaz de recursos voltados às comunidades indígenas. Esses protocolos, atualizados em 2012, serviram de inspiração para a criação de diretrizes semelhantes em instituições nos Estados Unidos e no Canadá, e foram amplamente adotados por diversas instituições culturais na Austrália.

Nos Estados Unidos, nas últimas décadas do século XX, houve um crescente interesse entre líderes tribais, arquivistas e bibliotecários em fortalecer as relações existentes e estabelecer novas parcerias com instituições não tribais que possuem materiais de arquivo relacionados aos povos indígenas americanos. Em 2006, um grupo de membros desse segmento se reuniu com o propósito de identificar as melhores práticas profissionais para oferecer um atendimento culturalmente responsivo e utilizar o material de arquivo dos povos indígenas americanos mantido por organizações não tribais. Baseando-se em diversos códigos de ética profissional, bem como em declarações internacionais que reconhecem os direitos indígenas e nos Protocolos dos Aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres para Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Informação, foi estabelecido em 2007 os *Protocols for Native American Archival Materials*. O objetivo desses protocolos é incentivar os arquivistas e bibliotecários a adotarem e adaptarem recomendações culturalmente sensíveis para atender às necessidades locais, levando em consideração as perspectivas dos povos indígenas americanos (Northern Arizona University, 2007).

Em virtude do Estado de Nova Gales do Sul abrigar o maior número de povos indígenas na Austrália, a Biblioteca Estadual de New South Wales (NSW) empreendeu uma pesquisa abrangente sobre os Serviços Indígenas de suas bibliotecas em 2015. Diversos métodos foram empregados, como avaliação de serviços, revisão de literatura e workshops de grupos focais, para entender as necessidades específicas dessas bibliotecas. Os resultados deram origem ao projeto *Indigenous Spaces In Library Places*, lançado em 2016 (State Library New South Wales, 2016), que visa orientar a rede de bibliotecas públicas para melhorar os serviços dedicados à população indígena local, promovendo conscientização e envolvimento com essas comunidades.

Como parte do projeto *Indigenous Spaces In Library Places*, foi elaborado um fluxograma, Figura 8 que representa as muitas oportunidades que cada biblioteca pode moldar ao longo de sua jornada rumo à inclusão e ao serviço mais efetivo para os povos indígenas.



Figura 8- Objetivos do Indigenous Spaces In Library Places.

Fonte: (State Library New South Wales, 2016)

Através do desenvolvimento dos pontos da estratégia elaborada pela Biblioteca Estadual de NSW espera-se construir uma rede dinâmica de bibliotecas públicas que inclua povos e comunidades indígenas, fornecendo orientação contínua e promovendo melhorias constantes nos serviços dedicados à população indígena local. Para facilitar esse processo de capacitação e implementação, o projeto disponibiliza um site com um kit de ferramentas online abrangente¹⁶, fornecendo recursos e orientações práticas para as bibliotecas interessadas em melhorar seu engajamento com os povos indígenas e suas comunidades (State Library New South Wales, 2016).

¹⁶ <https://www.sl.nsw.gov.au/public-library-services/services/indigenous-spaces-library-places>

No contexto do Alasca, as Diretrizes Culturalmente Responsivas para Bibliotecas Públicas foram desenvolvidas por um grupo de diretores de bibliotecas em 2010 durante um workshop. Essas diretrizes, posteriormente revisadas em 2018 por um subcomitê da Mesa Redonda de Questões Nativas do Alasca, destacam a importância de serviços, coleções, programas, equipe e ambiente da biblioteca que sejam culturalmente responsivos, priorizando as necessidades das comunidades indígenas do estado. Essas orientações abordam o multiculturalismo nos serviços bibliotecários por meio de ações específicas em quatro áreas principais: ambiente da biblioteca, serviços e programas, coleções e equipe. É fundamental observar que, embora inicialmente destinadas predominantemente à comunidade nativa do Alasca, as Diretrizes expandiram sua relevância e alcance para incluir outros grupos étnicos e culturais residentes no estado (Alaska Library Association, 2010).

A partir do desenvolvimento desses protocolos voltados para o atendimento das comunidades indígenas, estudiosos têm delineado conceitos fundamentais para a compreensão do papel das bibliotecas indígenas. Llamazares et al.(2011) descreve a biblioteca indígena como uma entidade de informação profundamente integrada à estrutura comunitária, com o objetivo de preservar e disseminar o saber oral enraizado nas tradições familiares indígenas. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de participação ativa de diversos atores, incluindo Bibliotecários, membros da comunidade e, quando possível, o apoio interdisciplinar de organizações indigenistas. Além disso, destaca-se a constituição de um acervo próprio como uma característica distintiva dessas bibliotecas, visto como essencial para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade que a biblioteca serve.

Ademais, o projeto desenvolvido por Civallero (2006) na Argentina trouxe uma perspectiva inovadora, sugerindo que bibliotecas indígenas poderiam se beneficiar significativamente ao adotar modelos mais flexíveis e adaptáveis. Civallero propôs a criação de coleções sonoras, em vez de acervos tradicionais baseados em textos escritos, o que possibilitaria uma maior proximidade com a oralidade e as tradições culturais das comunidades indígenas. Além disso, Civallero destacou a viabilidade de bibliotecas indígenas sem estantes, paredes ou catálogos formais, permitindo que fossem facilmente modificadas e ajustadas de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade.

Inspirado pela visão de Civallero (2006) sobre uma biblioteca que transcende os limites do espaço físico convencional, Leite (2011) avança ao propor a ideia de uma biblioteca indígena que se transforma em um Centro do Saber. Esse conceito revolucionário concebe o Centro do Saber como um ambiente dinâmico e multifacetado, não se limitando apenas a ser uma fonte de informação, mas tornando-se um ponto focal para o desenvolvimento e

a participação ativa das comunidades indígenas. Dentro dessa atmosfera enriquecedora, os indígenas têm a oportunidade não só de compartilhar elementos cruciais de sua cultura, como práticas comerciais, cerimônias e descobertas, mas também de estimular a realização de estudos comparativos que aprofundam o entendimento mútuo entre os diversos grupos étnicos.

A terminologia tradicional de "biblioteca indígena" pode ser repensada, como sugerido por Gómez Pava (2011, p.26), que propôs o estabelecimento de conceitos alternativos, tais como: “casas de conocimiento”, “malocas de saber” o “unidades de información y recreación” Por outro lado, os autores Llamazares et al.(2011) definiram a biblioteca como uma "casa de la memoria", enfatizando que esta se enriquece com a sabedoria dos anciões indígenas, considerados como "livros vivos", cujo desaparecimento seria comparável a um incêndio na biblioteca. Yube (2011) complementa essa visão ao considerar os anciões como a própria biblioteca, pois detêm o conhecimento cultural, sendo denominados de "arquivo vivo".

Os caminhos trilhados por algumas instituições desempenharam um papel fundamental em prol da preservação da diversidade cultural, do acesso equitativo à informação e na promoção do conhecimento tradicional das comunidades indígenas. Através de manifestos, diretrizes, estudos de caso e propostas inovadoras, é possível buscar soluções e abordagens sensíveis à diversidade cultural nos ambientes informacionais. A continuidade dessa discussão é essencial para garantir que as bibliotecas continuem a evoluir e a se adaptar às necessidades em constante mudança das comunidades que servem, promovendo assim a inclusão e a preservação das diversas culturas ao redor do mundo.

4.2 Explorando as bibliotecas multicultuais e indígenas: uma análise de estudos relevantes

Uma das missões fundamentais das bibliotecas é atender às necessidades culturais e linguísticas de suas comunidades, muitas vezes compostas por grupos multiculturais e multilíngues. Isso implica que os serviços bibliotecários devem ser adaptados para servir uma sociedade diversificada, incluindo minorias imigrantes, pessoas que buscam asilo, trabalhadores migrantes e minorias nacionais—grupos indígenas ou comunidades

estabelecidas há muito tempo, com identidades étnicas, linguísticas ou culturais distintas (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) & United Nations Educational, 2009).

Este estudo teve como um dos objetivos identificar bibliotecas voltadas para povos indígenas, um grupo multicultural específico. Para isso, foram consultadas bases de dados internacionais, como Web of Science, Scopus e Library & Information Science Source, além das bases brasileiras Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Dada a especificidade do tema, não houve delimitação temporal para a coleta de publicações dessas bases. Considerando a possível ausência de indexação de todas as revistas pertinentes nessas plataformas, foi realizada uma pesquisa complementar no *Google Alerts*, que é uma opção valiosa e gratuita que permite receber notificações por *e-mail* com os documentos indexados no Google, com base em palavras-chave específicas. Essa escolha foi feita devido à capacidade da ferramenta em fornecer informações atualizadas e relevantes para a pesquisa em questão.

Os termos utilizados para análise no *Google Alerts* foram “multicultural library” ou “biblioteca multicultural” e “Indigenous libraries,” ou “biblioteca indígena” com alertas configurados entre 2022 e 2023, assegurando uma cobertura mais abrangente e atualizada sobre o tema.

Na análise do termo “**multicultural library**”, os resultados mostraram que muitos dos estudos sobre bibliotecas multiculturais focam em serviços para imigrantes. Dessas publicações, houve um foco significativo em bibliotecas públicas, especialmente nos países nórdicos, onde imigrantes representam 13,3% da população, e seus descendentes, 3,7% (Statistisk sentralbyrå, 2022). Três estudos se destacam nesse contexto. O estudo de Elbeshausen & Skov (2004) examinou a biblioteca pública de Holbaek, na Dinamarca, destacando sua abordagem proativa com a criação de um comitê de integração e participação em fóruns dedicados à integração de refugiados e imigrantes. Em outro estudo, Audunson (2005) refletiu sobre o papel das bibliotecas públicas como instrumentos democráticos em contextos multiculturais e digitais, destacando exemplos como a promoção de palestras com especialistas na biblioteca pública de Kolding, na Dinamarca, uma página na web documentando a história de três comunidades locais da biblioteca pública de Oslo e a criação de uma sala literária interativa na biblioteca pública de Aarhus na Dinamarca. Além disso, o estudo conduzido por Ulvik (2010) na filial da biblioteca pública de Oslo, documentou um projeto colaborativo envolvendo a criação de um grupo

de memória multicultural em parceria com uma escola de idiomas local, evidenciando a importância da confiança e do engajamento contínuo na construção de uma comunicação multicultural sólida.

Além do exposto sobre a região nórdica, é fundamental ressaltar a sólida tradição de cooperação entre os países. Desde 2009, as bibliotecas nacionais da Noruega, Suécia e Dinamarca têm estabelecido uma rede formal de cooperação em serviços bibliotecários para a população de língua minoritária. Em complemento, no ano de 2012, uma iniciativa política do Conselho de Ministros Nórdicos impulsionou o desenvolvimento de um serviço digital dedicado à população de línguas minoritárias. Com financiamento adequado, o projeto foi concretizado com o objetivo de disponibilizar material em cinco línguas minoritárias relevantes, abrangendo música, filmes e livros digitais (Vestlie, 2020).

Em relação aos resultados identificados nos Estados Unidos, estes são frequentemente vistos como a terra das oportunidades, oferecendo um novo lar e esperança renovada para inúmeras gerações de imigrantes, que alcançaram marcos significativos no país. Reconhece-se amplamente que muitos dos desafios enfrentados pelos imigrantes derivam de uma variedade de necessidades não atendidas, incluindo aquelas de natureza cultural, social e, acima de tudo, informacional. Portanto, não é surpreendente que essa mesma diversidade eventualmente permeie o cenário das bibliotecas públicas americanas. No início da década de 1980, emergiu uma demanda crescente para elevar a qualidade global dos serviços bibliotecários voltados para esse grupo específico de usuários, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo (Trembach, 2022).

O estudo conduzido por Boisse (1996) investigou as razões pelas quais a Universidade da Califórnia está comprometida em atender às necessidades de sua comunidade multicultural, enfatizando a importância de direcionar estratégias da biblioteca para esse fim. A criação do comitê de diversidade foi um passo significativo nesse sentido, buscando moldar a biblioteca de forma a melhor atender às demandas e características dessa comunidade diversificada.

Em estudos que investigaram as percepções dos serviços bibliotecários por parte de pessoas pertencentes a grupos étnicos minoritários de uma universidade estadunidense, o trabalho de Puente et al. (2009) conduz uma pesquisa na Universidade do Tennessee, utilizando a coleta de dados online entre estudantes, professores e funcionários desses grupos. O objetivo principal da análise foi compreender o comportamento de busca de informação

desses grupos, visando o desenvolvimento de programas e serviços adequados, além de identificar possíveis colaborações entre a biblioteca universitária e os centros estudantis multiculturais no campus.

Esses exemplos de bibliotecas multiculturais são cruciais, pois os povos indígenas também se inserem nesse arcabouço. Embora existam diferenças marcantes entre os estudos voltados para imigrantes e para os povos indígenas, no que tange à história, cultura e contexto social, ambos os grupos compartilham a experiência de exclusão e a luta pela preservação de suas identidades. Isso ocorre em ambientes que frequentemente não reconhecem ou valorizam adequadamente suas culturas. Tanto imigrantes quanto povos indígenas enfrentam barreiras significativas no acesso à informação, que muitas vezes não é culturalmente relevante nem linguística ou socialmente adaptada às suas necessidades. Além disso, muitas bibliotecas não dispõem de coleções ou serviços que correspondam às realidades desses grupos, perpetuando sua exclusão e dificultando seu desenvolvimento cultural e educacional.

Ao analisar o termo “**indigenous libraries**”, ou “**biblioteca indígena**”, verifica-se que grande parte da literatura atual sobre bibliotecas e povos indígenas enfoca principalmente a coleta, arquivamento e manutenção de coleções indígenas (Hare & Abbott, 2015), bem como questões profissionais e descrições de bibliotecas, eventos históricos, coleções ou serviços, em detrimento de pesquisas e/ou tópicos teóricos (Lilley, 2017).

Com base nessa revisão da literatura, foram selecionados estudos que contribuem significativamente para o avanço da pesquisa sobre a criação, manutenção e oferta de serviços em bibliotecas voltadas às comunidades indígenas. As bases de dados consultadas indicaram que os principais países com pesquisas relevantes sobre o tema incluem Austrália, Canadá, Estados Unidos, além de diversos países africanos, com destaque para a Nigéria. Apesar de haver poucas referências sobre o tema na base Scopus – com apenas duas citações específicas – nota-se uma crescente produção científica no México, especialmente no Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información (IIBI), que explora o papel das bibliotecas indígenas e a gestão do conhecimento. Além disso, foram realizadas buscas complementares para identificar artigos e notícias relacionados aos povos indígenas no Brasil, ampliando a compreensão do contexto local.

África do Sul

A África do Sul, com cerca de 50 milhões de habitantes, conta com uma representação indígena de aproximadamente 1% (International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), n.d.). Em 2009, estimava-se que cerca de 6 milhões de sul-africanos enfrentavam exclusão devido à falta de habilidades de leitura (Ocholla, 2009). Apesar disso, o país avançou significativamente no campo tecnológico, consolidando-se como um líder em inovações no continente africano (Chisa & Hoskins, 2024).

Para combater a exclusão digital e garantir o acesso ao patrimônio cultural, as bibliotecas públicas sul-africanas têm investido em tecnologias de informação e comunicação. Greyling & Zulu (2010) destacaram a importância da participação comunitária na criação de conteúdo para uma biblioteca digital focada no conhecimento indígena, ressaltando a interação entre a comunidade, a biblioteca e as tecnologias.

A análise da presença e integração dos povos indígenas nas bibliotecas da África do Sul foi aprofundada por Mhlongo, cujo trabalho inicial, em 2018, investigou as possibilidades de incorporação do conhecimento indígena nos serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas na África do Sul. Este estudo identificou que, apesar dos esforços para tornar as informações mais acessíveis às comunidades, as bibliotecas continuavam a aplicar métodos tradicionais de desenvolvimento de coleções que, em certa medida, negligenciavam o conhecimento indígena. Em 2020, Mhlongo conduziu uma análise mais aprofundada, examinando os serviços de bibliotecas selecionadas na África do Sul, por meio de entrevistas com seus diretores. Este estudo evidenciou um desalinhamento no engajamento comunitário, sugerindo a necessidade de melhorar a sinergia entre as necessidades informacionais da comunidade e os serviços prestados pelas bibliotecas (Mhlongo, 2020; Mhlongo & Ngulube, 2018).

Nigéria

A população total da Nigéria foi estimada em 14.693.110 em 2009, das quais 18% pertenciam a povos indígenas. Com mais de 250 grupos étnicos e línguas indígenas, o país possui uma diversidade cultural significativa, onde as populações indígenas representam

uma parte importante da sua composição demográfica (International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), n.d.-c). No contexto da disseminação e troca global de informações, Okorafor (2010) destaca os desafios das bibliotecas e centros de documentação na preservação do conhecimento indígena em diferentes formatos, como impressos e digitais. Ele enfatiza que a colaboração entre instituições, governo e agências de financiamento é essencial para fortalecer a disseminação dessas informações.

Adeniyi & Subair (2013) identificaram grandes obstáculos no acesso ao conhecimento indígena em bibliotecas no Estado de Oyo. Sua pesquisa mostrou que as bibliotecas locais não ofereciam bases de dados públicas ou bibliotecas digitais adequadas. Makinde & Shorunke (2013) complementam essa análise ao discutir os desafios e perspectivas enfrentados pelas bibliotecas, enfatizando que elas devem desempenhar um papel central na organização, preservação e promoção do acesso ao conhecimento indígena.

Abioye et al. (2014) investigaram o papel das bibliotecas de pesquisa agrícola na preservação do conhecimento indígena relacionado às práticas agrícolas. Os bibliotecários entrevistados citaram a falta de recursos como um dos maiores desafios. A análise realizada por Maria et al. (2021) em bibliotecas acadêmicas de Lagos também revelaram a escassez de tecnologia e políticas específicas para a gestão do conhecimento indígena.

Nas bibliotecas públicas do sudoeste da Nigéria, pesquisas mostraram que vídeos e gravações de áudio são as principais formas de preservação do conhecimento indígena, acessados por meio de tecnologias como computadores. No entanto, o financiamento insuficiente foi identificado como o maior obstáculo. As recomendações incluíram o aumento do orçamento para as bibliotecas públicas e maior conscientização sobre a preservação audiovisual (Owolabi et al., 2022).

Austrália

A população indígena da Austrália é estimada em aproximadamente 745.000 pessoas, representando 3,3% da população total de 24.220.200. Geograficamente, 62% dessa população vive fora das principais cidades, com 12% residindo em áreas classificadas como muito remotas (International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), n.d.-a). Apesar dos desafios impostos pela distância geográfica em relação aos grandes centros

urbanos, a Austrália possui uma trajetória notável na oferta de serviços bibliotecários e informacionais às populações indígenas, destacando-se pelo desenvolvimento de iniciativas voltadas às necessidades dessas comunidades.

Bayfield (1982) destacou que, já na década de 1970, relatórios alertavam bibliotecários e autoridades sobre a necessidade urgente de serviços multiculturais adequados para comunidades diversas, incluindo migrantes e populações indígenas. Em 1982, a primeira biblioteca comunitária foi estabelecida em Barunga, mas logo se percebeu que esse modelo não atendia às demandas das comunidades indígenas remotas. Em resposta, foram desenvolvidos Centros de Conhecimento Indígena, com serviços adaptados às necessidades locais (Beale, 2003).

Em resposta ao estímulo para que as universidades australianas criem ambientes que promovam o entendimento das histórias, culturas e práticas indígenas, estudos pioneiros foram iniciados antes do ano 2000 (Mhlongo, 2020). Um exemplo notável é o trabalho conduzido por Novak & Robinson (1998), na Queensland University of Technology, que abordou a alta taxa de abandono nas universidades, concentrando-se nas necessidades específicas dos estudantes indígenas e sua relação com a biblioteca. Durante as entrevistas realizadas com os alunos, emergiu a percepção de que eles desejavam que sua cultura fosse reconhecida, destacando uma sensação de negação, presumivelmente relacionada à sua história e identidade contemporânea.

Além disso, outra pesquisa realizada em uma universidade não identificada, também localizada no sudeste de Queensland por Hare & Abbott (2015), coletou feedback de estudantes indígenas para identificar evidências de boas práticas em bibliotecas acadêmicas. Os resultados revelaram que as necessidades e preocupações dos estudantes indígenas em relação ao uso da biblioteca não eram diferenciadas pela sua formação cultural. Em vez disso, suas preocupações se alinhavam às questões levantadas pela população estudantil em geral.

No campo das bibliotecas estaduais, a Biblioteca Estadual de Queensland, desde 1997, criou a Unidade de Bibliotecas Indígenas, direcionando seus esforços para atender às necessidades específicas das comunidades indígenas. Inicialmente concentrada em fornecer tecnologia de Internet e multimídia, juntamente com treinamento, para os serviços remotos de bibliotecas públicas, e aprimorando a ideia durante os últimos nove anos, reconhecendo as barreiras enfrentadas pelos povos indígenas e procurando estabelecer

conexões mais profundas com essas comunidades. A criação de Centros de Conhecimento Indígena em 31 comunidades é um testemunho desse compromisso, proporcionando acesso gratuito a recursos de bibliotecas tradicionais adaptados às necessidades específicas de cada localidade, incluindo materiais que preservam e promovem suas tradições orais e visuais (Taylor,2003).

Em relação a Biblioteca Estadual de Victoria, localizada na Austrália, uma iniciativa desenvolveu projetos de publicação comunitária, conduzidos pela própria comunidade indígena, permitindo-lhes contar suas histórias de forma autêntica. Sob a orientação dos mais experientes, crianças e jovens foram encorajados a expressar suas vivências por meio da escrita e/ou ilustração, contribuindo assim para a criação de livros que refletissem suas experiências únicas. Esse processo não apenas fortaleceu os laços dentro da comunidade, incluindo grupos específicos e a população aborígine em geral, mas também foi amplamente valorizado por todos os envolvidos (Roy & Frydman, 2013).

Canadá

No Canadá, as estatísticas de 2001 identificaram mais de 1,8 milhões de pessoas como indígenas, representando 5% da população nacional(Parrott, 2007). Nos últimos 20 anos, organizações bibliotecárias norte-americanas, junto com governos provinciais e territoriais do Canadá, têm direcionado esforços para aprimorar os serviços voltados aos povos indígenas. Um exemplo é o projeto *Saskatchewan Aboriginal Storytelling*, ativo desde 2004, que promove anualmente a narrativa tradicional indígena, apoiando uma rede de contadores de histórias e fortalecendo as relações com as bibliotecas (Million, 2021).

No contexto universitário, Lee (2001) investigou se bibliotecas como a da Universidade de Alberta atendem adequadamente às necessidades dos estudantes indígenas. O estudo apontou aspectos positivos e negativos na experiência desses alunos e sugeriu melhorias para aumentar a interação com a comunidade indígena, visando aprimorar os serviços oferecidos. Stieglitz (2019) examinou os serviços oferecidos por 68 bibliotecas acadêmicas canadenses, identificando tanto o apoio disponível quanto as barreiras enfrentadas ao atender estudantes indígenas.

Ademais, práticas inovadoras têm sido implementadas em bibliotecas canadenses para melhor servir à população indígena. Por exemplo, a Biblioteca de Ryerson do Canadá repensou suas abordagens para incluir um Portal de Pesquisa Indígena em seu site e expandir as atividades internas para sensibilizar os funcionários sobre questões indígenas, incluindo palestras e exibições de filmes (Sloan, 2018). Em Toronto, onde vivem cerca de 70.000 indígenas, a Dawes Road Library está sendo reformada para se tornar uma biblioteca e centro comunitário. Localizada em terras de tratados indígenas, a biblioteca está sendo projetada com arquitetura e métodos de construção tradicionais das nações Anishinaabeg, Haudenosaunee e Huron-Wendat (Henrique, 2022); (Gismondi, 2023).

Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América, a população indígena é estimada entre 4 e 7 milhões de pessoas, com cerca de 20% vivendo em áreas indígenas ou aldeias nativas do Alasca. Existem 574 povos indígenas americanos e nativos do Alasca reconhecidas pelo governo federal (International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2022). Desde os anos 1980, houve um movimento crescente para melhorar os serviços bibliotecários voltados para imigrantes e povos indígenas, destacando a diversidade multicultural e o papel central das bibliotecas — de comunitárias tribais a acadêmicas — na preservação e disseminação do conhecimento indígena (Roy, 2019; Trembach, 2022).

Em termos de investimentos para o fortalecimento das bibliotecas comunitárias tribais e universitárias, Roy (2019) destaca que, desde 1998, mais de 250 bolsas foram concedidas pelo Institute of Museum and Library Services, visando adaptar essas instituições às necessidades das comunidades multiculturais, incluindo os povos indígenas. Esses esforços culminaram na criação de serviços de bibliotecas virtuais, como o projeto desenvolvido por estudantes da Escola de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade do Texas, que estabeleceram uma biblioteca virtual para apoiar alunos e educadores em uma faculdade tribal por meio de um modelo de aprendizagem inovador (Roy, 2019).

Outro marco importante foi o lançamento, pela Biblioteca do Congresso, do Indigenous Law Portal em 2014. Essa plataforma de acesso aberto disponibiliza recursos digitais sobre

a governança dos povos indígenas nas Américas, com destaque para sua criação e pesquisas sobre grupos indígenas da América Central (Davis-Castro, 2017). Além de uma iniciativa desde 2012, do povo Karuk, a segunda maior povo da Califórnia, que vem desenvolvendo a Biblioteca Digital, Arquivos e Museu Sípnuuk e oferece um controle autorrepresentativo e culturalmente adequado para a preservação e disseminação de sua herança cultural (Karuk Tribe et al., 2017). Tais iniciativas refletem um compromisso contínuo com a integração e preservação do conhecimento indígena em plataformas digitais.

No ambiente universitário, as bibliotecas frequentemente se tornam se torna um refúgio para a pluralidade cultural, desempenhando um papel crucial na integração e valorização da diversidade (Boisse, 1996). Kostelecky et al.(2017) analisaram três instituições de ensino superior tribais no sudoeste dos Estados Unidos — Diné College, Institute of American Indian Arts e Southwestern Indian Polytechnic Institute — e identificaram várias estratégias para "centralizar" o conhecimento indígena. Embora a maior parte dos materiais nessas instituições seja produzida por e para não indígenas, os desafios e as oportunidades para indigenizar as bibliotecas são comuns e requerem abordagens cuidadosas na integração de perspectivas indígenas.

Na Universidade do Novo México, o Programa de Biblioteca das Nações Indígenas desenvolveu uma abordagem inovadora para a biblioteconomia indígena. O programa desempenhou um papel ativo na contextualização do conhecimento indígena, com a criação de espaços de aprendizagem culturalmente sensíveis, o desenvolvimento de coleções adequadas e a promoção do saber indígena nas atividades acadêmicas (Brown, 2017).

Ibacache (2021) por sua vez, examinou os acervos de materiais em línguas indígenas, como quíchua, náuatle, guarani, zapoteca, maia, mapudungun e aimará, presentes em 87 bibliotecas universitárias nos Estados Unidos. Seu estudo verificou se essas bibliotecas apoiam a inclusão e a diversidade por meio da aquisição de materiais em línguas indígenas latino-americanas. A pesquisa revelou que, embora existam esforços para disseminar o conhecimento dessas culturas, os acervos são limitados e distribuídos de forma desigual entre as bibliotecas analisadas.

Brasil

Segundo dados do censo demográfico de 2022, o Brasil abriga 266 povos indígenas com uma população de 1.693.535 pessoas, ou aproximadamente 0,83% da população total brasileira. Esses povos se comunicam em 275 línguas diferentes. A região norte do Brasil concentra quase 45% da população indígena e o estado do Amazonas representa o epicentro, com 490.000 indivíduos indígenas (International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), n.d.-b)

A existência de uma biblioteca indígena no Brasil foi identificada por Freire (1999), com a Biblioteca Magüta que tem suas atividades desde 1991 em conjunto com o museu Magüta, localizado na cidade de Benjamín Constant, no Estado do Amazonas. Esta biblioteca desempenha um papel fundamental como espaço de preservação e difusão da cultura dos povos indígenas da etnia Ticuna, que devido à falta de bibliotecas escolares ou municipais na região, também atende aos alunos não indígenas das escolas da rede pública, demonstrando seu impacto e importância além das fronteiras étnicas.

No ano de 2005 foi desenvolvido um projeto de extensão “Biblioteca Guarani” pela Universidade Estadual de Santa Catarina, com a coordenação do curso de Biblioteconomia, em parceria com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi realizada uma série de visitas à aldeia, para uma interação com os membros da comunidade e seus líderes, com o objetivo de introduzir noções básicas de conceitos ligados à informação e especialmente o conceito de biblioteca. Durante cerca de um ano e meio, a comunidade foi ouvida em relação ao seu desejo de criação da biblioteca. Em contato recente com a autora do projeto, foi identificado que não está mais em andamento (Corrêa et al., 2005).

A ausência e o desejo de uma biblioteca em uma aldeia foi relatada por Yube (2011), representante indígena da Terra Indígena Praia do Carapanã, localizada no município de Tarauacá, no Acre, Brasil. Este menciona que a escola possui algumas publicações doadas pela secretaria de educação, mas ressalta o desejo da comunidade em ter acesso a acervos que reflitam a história e a cultura do seu povo, incluindo livros, fotos, vídeos e músicas. Isso evidencia a necessidade e o anseio por um espaço adequado para reunir e preservar uma ampla coleção de produtos culturais indígenas, tanto antigos quanto recentes.

Ruedas (2012) aborda que desde 1997 vem conduzindo um trabalho a pedido do filho do chefe do povo indígena Marubo do Brasil. O pesquisador iniciou um projeto que envolveu gravações audiovisuais, fotografia e produção de textos escritos, incluindo transcrições e traduções. O objetivo principal desse esforço foi preservar o valioso patrimônio cultural da comunidade. Além disso, o pesquisador desenvolveu um repositório digital para armazenar esses materiais culturais, garantindo sua acessibilidade e perpetuação para as gerações futuras.

Chaves (2018) realizou uma análise sobre a compreensão da relação entre estudantes quilombolas e indígenas com a biblioteca de uma universidade localizada na região oeste do Pará, na cidade de Santarém. O estudo teve como objetivo promover uma reflexão acerca dos processos de mediação de informação nas bibliotecas em contextos interculturais, buscando compreender como as bibliotecas podem melhor atender às necessidades específicas desses grupos étnicos, reconhecendo suas distintas perspectivas culturais e valores.

Na pesquisa conduzida por Supo (2018) investigou-se o uso das bibliotecas digitais da Universidade de Brasília pelos estudantes indígenas. Através de entrevistas e questionários, observou-se que esses estudantes acessam as bibliotecas digitais, porém, com uma frequência mínima. Eles expressaram dificuldades em interagir com as plataformas das bibliotecas digitais, especialmente no início de seus estudos. Além disso, foi identificado que, embora recorram ao Google para realizar pesquisas, esses estudantes têm preferência por acessar informações em formato impresso.

No ano de 2020 foi criada a primeira biblioteca indígena de Mato Grosso, na cidade de Juína. Além do acervo de livros temáticos, o local conta com galeria de memória das lideranças indígenas do povo Rickbaktsa, redário literário e espaço para comercialização de artesanatos. O prédio da 'BiblioÓCA' foi construído pelos próprios indígenas, mantendo a arquitetura tradicional da comunidade. Na entrevista fornecida ao jornal, o secretário de Cultura do município relatou que “O desejo é trazer a cultura indígena para perto dos não indígenas e minimizar o preconceito” (Lopes, 2020).

Curvo et al. (2021) identificaram a necessidade de estabelecer uma biblioteca para a etnia Guajajara na cidade de Barra do Corda após realizar uma entrevista com uma representante da comunidade. Com base nessa interação, foi proposto um projeto para a criação de um centro de cultura e informação que integra os conceitos de biblioteca, arquivo e museu.

Além disso, o espaço incluirá uma área de convivência indígena e exposição de materiais artesanais destinados ao comércio.

Em 2021, foi criada a Biblioteca Virtual Ailton Krenak¹⁷, dedicada a preservar e disseminar as preciosas ideias, reflexões e declarações do renomado líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor Ailton Krenak. Com o objetivo de catalogar, organizar e tornar acessíveis suas contribuições, a biblioteca é mantida em parceria com voluntários, fortalecendo o compromisso com a valorização e divulgação do conhecimento indígena e ambiental.

Algumas iniciativas para a criação de bibliotecas surgiram organicamente das próprias comunidades indígenas de algumas regiões do Brasil, conforme destacado por Alves (2022) Nesse sentido, professores da Aldeia Yupirungá Karapãna, localizada no bairro Tarumã-Açu, na zona oeste de Manaus, uniram-se a acadêmicos indígenas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para estabelecer a primeira biblioteca comunitária no Centro de Ciências e Saberes Karapãna, com o objetivo de buscar expandir seu alcance para outras comunidades indígenas ribeirinhas, onde o acesso a livros é escasso e desafiador.

Foi inaugurada em 2022 a primeira biblioteca indígena do Estado do Rio de Janeiro, pertencente ao povo Guarani Mbya em Paraty, onde o cacique da comunidade atua como representante da biblioteca. Segundo relatos, nos últimos dois anos, a biblioteca se tornou muito mais do que um espaço para livros e leitura. Serviu também como um ponto de atendimento de saúde e vacinação, mantendo suas atividades essenciais em pleno funcionamento. Atualmente, a biblioteca conta com uma parceria estabelecida com o Instituto Colibri, visando auxiliar no gerenciamento e na manutenção das suas operações (Mirim, 2022).

¹⁷ <https://selvagemciclo.com.br/bak-biblioteca/>

América Latina

É fundamental destacar o papel de outros países da América Latina na valorização e preservação das culturas indígenas, com destaque para o México, que abriga uma das maiores e mais diversas populações indígenas da região. Segundo dados de 2015 fornecidos pela *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas* (CDI), aproximadamente 25,7 milhões de mexicanos se autodeclararam indígenas, representando 21,5% da população nacional na época, abrigando 68 diferentes comunidades indígenas (Minority Rights Group, n.d.)

No campo da investigação e desenvolvimento de serviços bibliotecários voltados para os povos indígenas, os profissionais da informação mexicanos despontaram como pioneiros na condução de estudos acadêmicos sobre o tema. Entre as iniciativas de maior relevância está a implementação, em 2001, de programas comunitários de informação em quatro comunidades no município de Zautla, localizado no estado de Puebla, na região Nahuatl da Serra Central. Essa experiência foi conduzida pelo *Centro de Estudios para el Desarrollo Rural* (CESDER), por meio de seu Centro de Informação e Documentação "Lorenzo Servicio". Esses serviços inovadores tinham como principal objetivo a recuperação e difusão do conhecimento local e tradicional, promovendo o acesso e a valorização da sabedoria indígena (Civallero, 2008).

No México, a Biblioteca Pública do Estado de Jalisco se destaca como pioneira na oferta de serviços especializados para os povos indígenas, direcionados de acordo com as necessidades específicas da população. Isso inclui políticas de desenvolvimento de coleções em materiais de línguas indígenas, bem como a implementação de sinalização bilíngue, móveis e tecnologias apropriadas (Roy & Frydman, 2013).

Em 7 de dezembro de 2021, a Câmara de Deputados Federais do México aprovou uma legislação que obriga bibliotecas, hemerotecas e instituições depositárias a preservar acervos bibliográficos em formatos físico, audiovisual e digital, com destaque especial para a conservação de materiais linguísticos nas línguas indígenas nacionais (Lastreto, 2021). Desde 2004, o país conta com o Programa de Serviços de Biblioteca Digital em Comunidades Indígenas, inserido no Programa de Acesso a Serviços Digitais em Bibliotecas Públicas (PASDBP), cujo objetivo é assegurar que 25 grupos indígenas tenham acesso ao universo digital, promovendo inclusão tecnológica e cultural. Nesse contexto, foi

também criado o Grupo Consultivo de Serviços Bibliotecários de Comunidades Indígenas, que desenvolveu uma minuta de serviços e propostas voltadas à disponibilização de conteúdos informativos relevantes para essas comunidades (Civallero, 2008).

Civallero (2021) analisou que na América Latina, serviços de biblioteca destinados aos povos indígenas têm sido oferecidos desde pelo menos a década de 1980, no entanto, geralmente trata-se de experiências de pequena escala e altamente específicas, que até recentemente careciam de uma sistematização e discussão adequadas. Allaga (2004) complementa esse cenário ao destacar que ao longo da história, os estados latino-americanos tendiam a excluir os povos indígenas dos serviços públicos básicos, como bibliotecas e serviços de informação, exceto por algumas experiências isoladas e limitadas, as quais, no entanto, estavam mais voltadas para atender às necessidades das áreas urbanas do que para as necessidades culturais e linguísticas específicas dos diversos grupos étnicos.

Na Argentina, a partir da metade dos anos 2000, começaram a surgir alguns modelos de bibliotecas indígenas em que buscaram aproveitar conceitos de unidades multiculturais observados em países escandinavos ou australianos, enquanto também exploram e adaptam possibilidades para o contexto regional. Civallero (2006) liderou um projeto no nordeste da Argentina, onde enfrentou a escassez de materiais escritos em línguas indígenas optando por desenvolver um modelo baseado em coleções sonoras. Esta abordagem inovadora não apenas busca suprir a falta de recursos escritos, mas também valoriza e preserva as tradições orais das comunidades indígenas.

Canosa (2019) destacou a colaboração entre jovens da comunidade Qom e a Universidade Nacional de Rosário na Argentina, com o objetivo de desenvolver uma biblioteca popular na língua Qom, que contemplasse diversas formas de representação da coleção. O projeto incluiu o treinamento dos próprios membros da comunidade indígena para que pudessem coletar, selecionar, documentar e preservar informações relevantes de sua própria cultura.

A análise dos estudos sobre bibliotecas multiculturais e indígenas evidencia a diversidade de iniciativas e desafios enfrentados em diferentes países na busca por um serviço bibliotecário mais inclusivo e representativo. Apesar das distinções históricas, culturais e sociais entre imigrantes e povos indígenas, ambos os grupos compartilham a necessidade de bibliotecas que reconheçam suas especificidades e promovam o acesso equitativo à informação. No caso das bibliotecas indígenas, observa-se que a mediação da informação desempenha um papel central na articulação entre conhecimento tradicional e

contemporâneo, exigindo abordagens sensíveis às particularidades de cada comunidade. Assim, no capítulo seguinte, será aprofundada a discussão sobre a mediação da informação como um processo fundamental na construção de espaços bibliotecários que não apenas disponibilizam recursos, mas também possibilitam diálogos interculturais, promovendo a valorização das identidades indígenas e a preservação de seus saberes.

5 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Historicamente, a função do bibliotecário estava ancorada em um paradigma custodial, no qual ele desempenhava o papel essencial de guardião da informação. No entanto, com o advento da Internet, essa função passou por uma transformação profunda. A informação, antes restrita a espaços físicos delimitados, tornou-se amplamente acessível a uma parcela significativa da população, rompendo barreiras geográficas e temporais.

Diante desse novo cenário, o bibliotecário deixou de ser apenas um custodiante para assumir uma função mais dinâmica e complexa, a de mediador da informação. Não se trata mais apenas de auxiliar na busca por informações ou recursos, mas de maximizar o impacto da biblioteca na vida dos usuários e, por extensão, na sociedade. Essa mediação tem se destacado especialmente no serviço de referência, onde o bibliotecário atua como um facilitador, orientando os usuários na utilização correta dos recursos e serviços disponíveis, seja no atendimento presencial, no balcão de referência, ou por meio de diversos canais de comunicação.

O bibliotecário contemporâneo assume, de forma consolidada, o papel de agente ativo na democratização do acesso à informação e no fortalecimento da função social da biblioteca. No entanto, a ideia comum de que o mediador da informação atua como uma "ponte" entre os usuários e o vasto conjunto de saberes disponíveis –que, de alguma forma, estariam inacessíveis devido a barreiras –carece de adequação. A metáfora da ponte sugere um elemento estático, com um caminho predefinido, o que não reflete a complexidade e a dinamicidade do processo de mediação. O mediador não apenas conecta, mas também adapta, transforma e reconfigura constantemente as interações, respondendo de maneira flexível às diversas necessidades dos usuários e às particularidades do contexto informacional (Almeida Junior, 2009).

O conceito de mediação da informação, conforme elaborado por Almeida Júnior (2015, p.25) abrange uma visão ampla e multidimensional da atuação dos profissionais da informação. De acordo com o autor:

Toda ação de interferência-realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais - direta ou indiretamente; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

No contexto da mediação da informação, a interferência refere-se à inevitável influência exercida pelo profissional da informação durante o processo de organização, seleção e disseminação das informações aos usuários. Essa influência ocorre porque a informação, em sua essência, não é neutra -ela está impregnada de ideologias, valores e interesses políticos, econômicos e culturais que moldam tanto seu conteúdo quanto sua apresentação. Ao mediar esse fluxo informacional, o profissional inevitavelmente adiciona suas próprias concepções, escolhas e interpretações, muitas vezes de forma inconsciente (Almeida Junior, 2009).

A interferência, portanto, é a marca pessoal e contextual que o mediador imprime no processo de transmissão e gestão da informação. Dado que essa interferência é inerente ao processo, não pode ser completamente eliminada. No entanto, reconhecê-la e tratá-la de forma crítica e consciente permite ao profissional minimizar possíveis distorções, oferecendo um serviço que prima pela ética e busca o equilíbrio na mediação da informação (Almeida Junior, 2009).

É essencial incorporar o conceito de apropriação da informação, uma vez que essa etapa é central no processo de mediação da informação. A apropriação da informação refere-se ao processo pelo qual o indivíduo não se limita a acessar e receber dados, mas, de fato, os compreende, interpreta e os integra ao seu repertório de conhecimento. Ao contrário de uma recepção passiva, a apropriação caracteriza-se por uma interação ativa entre o usuário e o conteúdo informacional. Nesse processo, o usuário não apenas absorve a informação, mas também a relaciona com suas experiências prévias e reorganiza-a de forma que se torne parte de seu conhecimento, contribuindo, assim, para a construção de novos significados e perspectivas (Almeida Junior, 2009).

A mediação envolve mais do que a simples transmissão de um conteúdo de um ponto para outro. Ela implica uma modificação ativa no modo como as partes interagem e no próprio ambiente comunicacional. Diferente de uma troca direta, em que as informações circulam sem alterações significativas, a mediação transforma o significado, os papéis e as dinâmicas envolvidas no processo de comunicação (Davallon, 2007).

Para que a mediação da informação seja eficaz, é essencial compreender o conceito de necessidade informacional, pois ele constitui o núcleo do processo mediacional. As necessidades informacionais emergem de demandas de indivíduos ou grupos que buscam suprir lacunas de informação. No entanto, essas necessidades não são facilmente

identificáveis ou isoladas; elas são dinâmicas, complexas e frequentemente entrelaçadas com outras necessidades, tanto de caráter pessoal quanto coletivo. Assim, o processo de mediação da informação e a satisfação dessas necessidades devem ser entendidos como interdependentes e em constante transformação, um alimentando o outro continuamente (Almeida Júnior, 2015).

Nesse contexto, o profissional da informação deve reconhecer que nenhuma necessidade informacional é totalmente clara ou passível de ser plenamente satisfeita, pois o próprio ato de mediar a informação tende a gerar novas demandas e, por vezes, a expor conflitos de interesses. A mediação não apenas responde a uma necessidade informacional inicial, mas também amplia e reformula as necessidades à medida que novos conhecimentos são adquiridos e novas perspectivas são exploradas (Almeida Júnior, 2015).

No que diz respeito as ações de mediação da informação, Almeida Júnior distingue entre as ações de mediação explícita e implícita. A mediação explícita ocorre em situações onde a presença do usuário, ainda que virtual, é essencial. Esse tipo de mediação é conduzido de forma consciente, como no atendimento ao público, no qual o profissional da informação interage diretamente com os usuários, orientando suas pesquisas e facilitando o acesso aos recursos informacionais. Por outro lado, a mediação implícita acontece em atividades internas, sem a presença imediata ou física dos usuários. Essa mediação manifesta-se em processos como a seleção, organização, armazenamento e processamento da informação. Nesse caso, o profissional da informação, muitas vezes de forma inconsciente, transmite valores, concepções e critérios por meio das decisões que toma (Almeida Júnior, 2015).

Gomes (2014) enfatiza que a mediação da informação se define como uma ação colaborativa e participativa, na qual o profissional da informação assume o papel de mediador, porém não é o único responsável pelo processo comunicacional. Essa perspectiva é ampliada por Monteiro & Almeida Junior (2018) que sustentam que o mediador da informação não se limita à figura do bibliotecário, podendo ser qualquer pessoa com influência em sua comunidade. Nessa posição, o mediador, entendido como um intelectual orgânico, exerce um papel crucial ao estimular a criatividade coletiva e incentivar o intercâmbio de conhecimentos.

É fundamental salientar o surgimento de novos espaços de mediação na dimensão digital, que ampliam significativamente as possibilidades de interação do indivíduo com a informação ou obra. A chamada "mediação digital" refere-se, de maneira geral, ao processo

de familiarização do público por meio do uso de novas tecnologias, proporcionando uma série de avanços no campo da mediação. Entre esses avanços, destacam-se a acessibilidade aprimorada para pessoas com deficiência, a personalização do conteúdo oferecido ao usuário, a visualização de obras inacessíveis fisicamente (como aquelas localizadas em locais distantes ou indisponíveis ao público), bem como a sinestesia, que combina diferentes sentidos — visão, audição, e potencialmente tato, olfato e paladar. Além disso, a mediação digital promove um nível elevado de interatividade entre o público e a obra, possibilitando uma experiência mais rica e envolvente. Esse novo cenário de mediação expande não apenas o acesso, mas também a forma como a informação é vivenciada e apropriada pelos indivíduos (Ullauri-Llore et al., 2016).

Com o crescimento exponencial dos dispositivos tecnológicos e o ambiente social cada vez mais receptivo a novas formas de comunicação, observa-se uma intensificação do uso da oralidade como uma relevante modalidade de mediação da informação. Nesse contexto, a mediação oral destaca-se como essencial para as relações sociais humanas, sendo fundamental na troca de informações e conhecimentos. Essa forma de mediação, que pode ocorrer tanto em espaços físicos quanto em ambientes virtuais, tem como objetivo central atender, de maneira eficiente e ágil, às necessidades informacionais dos usuários, facilitando o processo de acesso e interação com a informação (Fidelis & Silva, 2013).

Uma questão relevante a ser explorada é o papel da mediação em contextos multiculturais e a forma como os mediadores de informação devem se preparar para atuar de maneira eficaz nesses ambientes diversificados. Nesse sentido, a mediação cultural, conforme discutida por Bracons (2018), destaca-se como uma ferramenta essencial para restabelecer conexões e adaptar práticas mediacionais de acordo com as especificidades culturais dos usuários e o perfil do mediador. Segundo Perrotti & Pieruccini (2014, p.9) a mediação cultural é compreendida como uma “ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos.” Essa abordagem é alinhada aos princípios do "bem viver" defendidos por Freire (1975), que enfatiza a reciprocidade e a solidariedade como elementos fundamentais para a coesão social em um mundo cada vez mais multicultural.

Almeida (2008) complementa afirmando que a mediação envolve uma série de práticas culturais e institucionais. O bibliotecário atua como um agente cultural, seja em bibliotecas, museus, arquivos ou centros culturais, e contribui para a construção de produtos que introduzem o público a novos universos de informação e vivências, como arte, educação e

ecologia. Além disso, o bibliotecário também desempenha um papel fundamental na formulação de políticas de capacitação e no fomento ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, reforçando a importância do bibliotecário como um mediador multifacetado que transita entre diferentes esferas do conhecimento e da cultura.

Além disso, o conceito de negociação cultural elaborado por Oliveira (2014) traz uma nova dimensão à mediação em ambientes multiculturais. A negociação cultural implica a ruptura com uma visão essencialista da cultura – escrita ou não – e promove uma compreensão não fragmentada da ordem social. Dessa forma, cultura, política e sociedade se rearticulam, preservando suas lógicas próprias, mas interagindo de forma mais integrada. Essa "negociação sociocultural" também indica avanços nos processos de democratização da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. No contexto da mediação da informação, isso exige que o mediador desenvolva estratégias que articulem de forma eficaz as demandas multiculturais dos usuários, respondendo às suas especificidades e promovendo o diálogo intercultural.

Essa perspectiva reforça a necessidade de um enfoque mais holístico na Ciência da Informação, que reconheça a importância da dimensão cultural na mediação da informação. A prática da mediação não deve se restringir à mera transferência de informações, mas deve também respeitar e refletir a diversidade cultural dos usuários. Tal desafio instiga profissionais e acadêmicos da área a repensarem as práticas convencionais, assegurando que a mediação seja não apenas eficiente, mas culturalmente sensível e inclusiva.

Fidelis & Silva (2013) complementam essa visão ao argumentarem que os profissionais da informação precisam transcender as tarefas técnicas, como as bibliográficas e documentais, e transformar os ambientes informacionais em espaços dinâmicos. Esses espaços devem ir além da simples disseminação de informações, atuando como catalisadores de processos educativos e socioculturais, promovendo a reflexão crítica e o desenvolvimento cultural.

No que tange ao uso dos ambientes informacionais para mediação cultural, Passos & Pieruccini (2021) destacam que os ambientes informacionais desempenham um papel fundamental, funcionando como espaços autônomos que promovem o diálogo e a negociação simbólica entre os sujeitos e o patrimônio cultural. Esses ambientes não se limitam a facilitar o acesso aos conteúdos culturais, mas também criam condições para que os usuários se apropriem ativamente desses conteúdos.

Nesse sentido, os profissionais da informação desempenham um papel central na construção de uma sociedade mais informada e inclusiva, ao criarem espaços que fomentam a troca intercultural e o diálogo. Para que isso se concretize, torna-se indispensável que os mediadores de informação desenvolvam uma compreensão profunda e crítica das diversidades culturais. Essa competência deve ser cultivada com uma postura livre de preconceitos, estereótipos e discriminações, exigindo um compromisso contínuo com o respeito às diferenças culturais e a sensibilidade às particularidades das interações sociais. Somente através de uma compreensão genuína e respeitosa das culturas que servem, os profissionais da informação poderão verdadeiramente contribuir para o empoderamento e enriquecimento das comunidades com as quais interagem.

5.1 Mapeamento das unidades formais e informais que atuam como mediadoras de informação nas comunidades indígenas

Com base no objetivo específico número 3 deste trabalho, que é mapear as unidades formais e informais que atuam como mediadoras de informação dos povos indígenas, foi necessário identificar os locais que realizam práticas informacionais que são capazes de atender às necessidades da multiculturalidade dos povos indígenas.

Diante do papel essencial das unidades de informação na preservação e promoção da produção cultural, visando à continuidade de diversas culturas (Araújo, 2014), é imprescindível que essas instituições adotem ações mediadoras que promovam de forma eficaz a multiculturalidade nas bibliotecas. Não se trata apenas de organizar atividades culturais com o propósito utilitário de atrair usuários à leitura ou, mais especificamente, ao empréstimo de livros (Monteiro & Almeida Junior, 2018). Ao contrário, tais ações devem ser concebidas com a intenção de romper com a lógica de uma "sociedade zumbi", como descrita por Krenak (2019), em que o objetivo central é a simples integração ao "clube da humanidade", restringindo, assim, a capacidade de inovação, criação, existência e liberdade dos indivíduos.

Para realizar o mapeamento das unidades formais e informais que atuam como mediadoras de informação, foi utilizada a ferramenta *Google Alerts*, selecionando a palavra-chave "biblioteca indígena", e os resultados foram configurados para abranger todos os tipos de resultados na web. A frequência de entrega dos resultados foi definida como "somente melhores resultados" e "semanalmente". A análise foi realizada considerando os resultados ao longo do ano de 2022.

Ao todo, foram analisadas 27 notícias relevantes sobre o tema, que foram cuidadosamente selecionadas para uma análise mais detalhada. Essa análise buscou identificar eventos, datas, locais e mediadores envolvidos nas ações das unidades informacionais relacionadas às bibliotecas indígenas.

Através dessa metodologia, foi possível obter uma visão geral das iniciativas e ações que estão sendo desenvolvidas no contexto das bibliotecas indígenas no Brasil. Essas informações são de extrema importância para compreender o atual panorama dessas unidades de informação e para identificar boas práticas, desafios e oportunidades.

Entre as notícias analisadas, conforme demonstrado no Quadro 1, foram identificadas 8 que se referem a eventos com a presença direta de indígenas. Isso evidencia a importância de criar espaços de protagonismo para essas comunidades. Como aponta Gomes (2017), a mediação da informação, quando considerada sob a perspectiva da ação e do protagonismo, torna-se um elemento essencial para a construção de um mundo mais humanizado. A participação ativa dos indígenas nesses eventos reforça a necessidade de valorizar suas vozes e experiências, transformando a mediação em um processo de reconhecimento e fortalecimento de suas culturas e identidades.

Quadro 1– Notícias de eventos com a presença direta de indígenas.

Homenagens à Mulher e à Poesia, encontro com povos indígenas e espetáculo lítero-musical marcam a programação de março da Pré-Bienal do Livro ¹⁸	Ceará
Encontro na Biblioteca Central de Santos debate a questão indígena ¹⁹	São Paulo
Com saraus e documentários, bibliotecas públicas discutem cultura e invisibilidade indígena ²⁰	São Paulo
Música Tupi Guarani com Renato kuaray O'ea ²¹	São Paulo
Agosto Indígena tem atividades culturais que valorizam a diversidade sobre povos originários ²²	São Paulo
Em Londrina, autores indígenas debatem espaço para sua literatura no Brasil ²³	Paraná
Biblioteca Parque Estadual (BPE) recebe ciclo de palestras sobre a independência do Brasil ²⁴	Rio de Janeiro
Manifestações culturais indígenas na agenda desta quinta (1º) ²⁵	Brasília

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as notícias identificadas no Quadro 1, podemos mencionar a participação de escritores indígenas renomados, como Daniel Munduruku, na Pré-Bienal do Ceará, durante a mesa "Diálogo sobre infância e a história da luta social no Brasil independente", bem como a inserção do cacique Gilson Wera Mirim em um evento na biblioteca de Santos, onde foi discutida a questão indígena no litoral, refletem a crescente visibilidade das questões indígenas em eventos culturais. A presença de autores como Olivio Jekupé, com 24 livros publicados e um dos primeiros escritores indígenas a abordar a cultura do povo guarani, e Tiago Nhandewa, que além de escritor é professor e antropólogo, no evento em

¹⁸<https://www.secult.ce.gov.br/2022/03/08/homenagens-a-mulher-e-a-poesia-encontro-com-povos-indigenas-e-espetaculo-litero-musical-marcam-a-programacao-de-marco-da-pre-bienal-do-livro/>

¹⁹<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/encontro-na-biblioteca-central-de-santos-debate-a-questao-indigena>

²⁰<https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/bibliotecas-publicas-sarau-documentario-cultura-indigena-invisibilidade/>

²¹ <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=31770>

²²<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/agosto-indigena-tem-atividades-culturais-que-valorizam-a-diversidade-sobre-povos-originais/>

²³<https://www.bonde.com.br/entretenimento/literatura/em-londrina-autores-indigenas-debatem-espaco-para-sua-literatura-no-brasil>

²⁴ <https://sopacultural.com/biblioteca-parque-estadual-bpe-recebe-ciclo-de-palestras-sobre-a-independencia-do-brasil/>

²⁵<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2022/11/30/manifestacoes-culturais-indigenas-na-agenda-desta-quinta-1o/>

Londrina, destaca a importância de dar voz e representatividade às vivências de suas aldeias. Essas iniciativas apontam para a necessidade urgente de se debater as experiências dos povos tradicionais em espaços de livre acesso à comunidade, permitindo que visões e aspectos do cotidiano indígena, muitas vezes desconhecidos pela sociedade não indígena, sejam compartilhados.

Além disso, foram identificadas 4 notícias relacionadas a eventos sobre povos indígenas, mas sem a presença exclusiva de representantes indígenas, conforme evidenciado no Quadro 2. Esse fato ressalta a necessidade de criar espaços de diálogo e intercâmbio efetivos entre diferentes grupos sociais.

Quadro 2– Notícias de eventos sobre os povos indígenas, sem a presença direta de indígenas.

Escolas indígenas enfrentam problemas estruturais e repassam conteúdo com visão dos ‘colonizadores’, dizem especialistas ²⁶	Rio de Janeiro
Belém recebe sarau literário que celebra 20 anos de rede de bibliotecas em comunidades tradicionais ²⁷	Pará/Belém
Dia do Folclore lembra importância das raízes indígenas e populares ²⁸	São Paulo
Biblioteca Sinhá Junqueira celebra culturas latinas, africanas e indígenas no mês de novembro ²⁹	São Paulo/Ribeirão Preto

Fonte: Elaborado pela autora.

As atividades destacadas no Quadro 2 foram realizadas em colaboração com outras áreas de conhecimento, demonstrando uma abordagem interdisciplinar. Por exemplo, especialistas em educação discutiram o aspecto da educação diferenciada para povos indígenas, ressaltando a importância de políticas pedagógicas adaptadas às realidades culturais dessas comunidades. Além disso, no Festival LED — Luz na Educação, realizado no Rio de Janeiro, ativistas ambientais promoveram a palestra "Consciência ambiental: aprendizados ancestrais para um novo amanhã". Outro exemplo relevante foi o evento realizado em Belém, no qual voluntários da rede Vaga Lume compartilharam poesias,

²⁶<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/07/escolas-indigenas-enfrentam-problemas-estruturais-e-repassam-conteudo-com-visao-dos-colonizadores-dizem-especialistas.ghtml>

²⁷<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/08/18/belem-recebe-sarau-literario-que-celebra-20-anos-de-rede-de-bibliotecas-em-comunidades-tradicionais.ghtml>

²⁸<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-08/dia-do-folclore-lembra-importancia-das-raizes-indigenas-e-populares>

²⁹ <https://thmais.com.br/cidades/ribeirao-preto/biblioteca-sinha-junqueira-celebra-culturas-latinas-africanas-e-indigenas-no-mes-de-novembro/>

músicas e histórias. Essas iniciativas reforçam a importância de ampliar os espaços de intercâmbio, com a contribuição de outras áreas evidenciando a valorização da cultura indígena em seus trabalhos.

A criação de bibliotecas indígenas foi identificada em 5 notícias destacadas no Quadro 3, evidenciando a demanda, muitas vezes originada das próprias comunidades, por espaços de leitura com materiais adaptados à sua língua e realidade cultural. Conforme Almeida Júnior (2017) ressalta, as atividades propostas e implementadas nesses contextos devem possibilitar que os indivíduos se construam como sujeitos ativos.

Quadro 3 – Notícias de criação de bibliotecas indígenas.

Quatro bibliotecas públicas são revitalizadas e entregues em escolas indígenas em Caucaia ³⁰	Ceará
Conheça a Itaxi, primeira biblioteca indígena do estado do Rio de Janeiro ³¹	Rio de Janeiro
Biblioteca Benedito Leite realiza evento “Amigo da biblioteca” e homenageia O Imparcial ³²	Maranhão
Professores indígenas criam biblioteca e promovem oficinas em comunidades do AM ³³	Amazonas
Evento online marca inauguração da Biblioteca indígena na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) ³⁴	São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as iniciativas para a criação de bibliotecas indígenas identificadas no Quadro 3, destaca-se o processo em uma universidade que, ao incluir a produção científica de autores indígenas em seu catálogo, lançou uma biblioteca temática com aproximadamente 178 títulos. Em outro exemplo, a parceria entre organizações não governamentais e a Secretaria de Educação foi fundamental para revitalizar bibliotecas em escolas indígenas no Ceará, iniciativa que, segundo os professores, tem contribuído para o aprendizado e o

³⁰<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2022/06/09/quatro-bibliotecas-publicas-sao-revitalizadas-e-entregues-em-escolas-indigenas-em-caucaia.html>

³¹ <https://biblioo.info/conheca-a-itaxi-primeira-biblioteca-indigena-do-estado-do-rio-de-janeiro/>

³² <https://oimparcial.com.br/noticias/2022/06/biblioteca-benedito-leite-realiza-evento-amigo-da-biblioteca-e-homenageia-o-imparcial/>

³³<https://amazonas1.com.br/professores-indigenas-criam-biblioteca-e-promovem-oficinas-em-comunidades-do-am/>

³⁴ <https://j.pucsp.br/noticia/evento-online-marca-inauguracao-da-biblioteca-indigena-na-puc-sp>

desenvolvimento dos alunos, além de promover a democratização do acesso ao livro e à leitura. Dentre as ações mais notáveis estão as lideradas pelas próprias comunidades indígenas. Na Amazônia, professores e acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) se mobilizaram para criar a primeira biblioteca comunitária no Centro de Ciências e Saberes Karapãna. No Rio de Janeiro, uma parceria entre ONGs, universidades e indígenas resultou na criação de uma atividade de mediação cultural que ocorre duas vezes por semana, reunindo crianças para ouvir histórias contadas por colaboradores.

A presença de livros indígenas nos acervos das bibliotecas foi mencionada em 02 notícias, indicando a necessidade de valorização e a inclusão de literatura indígena como uma forma de reconhecer e disseminar a diversidade cultural desses povos, conforme o Quadro 4:

Quadro 4– Notícias de acervos de bibliotecas com livros indígenas.

Livros registram conhecimentos e tradições orais de povos originários ³⁵	Paraná/Curitiba
Bibliotecas públicas de nove cidades de MS serão contempladas com 7 mil livros ³⁶	Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apontado na notícia do Quadro 4, a presença de livros indígenas nas bibliotecas do Mato Grosso do Sul, foram por intermédio do projeto "Ler, Conhecer e Preservar a Identidade Sul-Mato-Grossense", criado pela Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo (MTur), com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet - 8.313/91). Esse projeto disponibilizou recursos para a aquisição de livros com temas regionais, de grande relevância para a valorização da cultura local, integrando-os aos acervos de bibliotecas públicas de nove cidades do Estado. Um exemplo marcante é o livro "Ñande Retã, Nosso Território – Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul", que ressalta a importância do conhecimento e da valorização dos povos indígenas na preservação da identidade regional.

³⁵ <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/noticias/livros-registram-conhecimentos-e-tradicoes-orais-de-povos-originarios-2/>

³⁶ <https://www.enfoquems.com.br/bibliotecas-publicas-de-nove-cidades-de-ms-serao-contempladas-com-7-mil-livros-infantojuvenis/>

O lançamento de um livro de autoria indígena, destacado em uma notícia do Quadro 5, evidencia o protagonismo e a crescente produção intelectual das comunidades indígenas, reforçando seu papel ativo na preservação e difusão de suas próprias narrativas e saberes.

Quadro 5– Notícia de lançamento de livro de autoria indígena.

Museu do Índio promove Festival de Arte e Cultura Indígena ³⁷	Minas Gerais
--	--------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto de valorização das culturas indígenas por meio da literatura, é importante mencionar a atuação de escritores indígenas de diversas regiões do Brasil, que compartilham suas tradições, histórias e saberes através da escrita. Autores como Cristiano Wapichana, Kaká Werá, Davi Kopenawa, Graça Graúna, Eliana Potiguara, Aline Rochedo e Julie Dorrico têm se destacado ao trazer suas experiências e visões de mundo para o público. Além disso, iniciativas como a Livraria Maracá³⁸, uma livraria online especializada em literatura indígena produzida no Brasil, e o canal Literatura Indígena Contemporânea³⁹ no YouTube dedicado à produção estética de autores indígenas contemporâneos, com entrevistas, depoimentos e resenhas de suas obras, reforçam a visibilidade e a circulação dessas vozes.

Além dos escritores indígenas, há também escritores não indígenas que vêm abordando a temática indígena em suas obras. Embora não ocupem o lugar de fala dessas comunidades, muitos são estudiosos comprometidos com o tema e buscam promover o letramento multicultural. Esse movimento é refletido nas 04 notícias destacadas no Quadro 6, que evidenciam o esforço para incluir as culturas indígenas no debate literário e educacional de forma mais ampla:

³⁷ <https://comunica.ufu.br/noticia/2022/09/museu-do-indio-promove-festival-de-arte-e-cultura-indigena>

³⁸ <https://www.livrariamaraca.com.br/>

³⁹ <https://www.youtube.com/c/LiteraturaInd%C3%ADgenaContempor%C3%A2nea/videos?app=desktop>

Quadro 6– Notícias de lançamento de livros indígenas escritos por não indígenas.

Secretaria Municipal de Educação distribui itens de biblioteca afro-indígena para a rede municipal de ensino ⁴⁰	Rio Grande do Sul/Torres
História em quadrinhos que retrata língua indígena de sinais concorre ao "Oscar dos quadrinhos" ⁴¹	Paraná/Curitiba
Livro infantil lançado em Uberlândia traz contos de povos indígenas: 'é importante trazer essa valorização para as crianças', diz autora ⁴²	Minas Gerais/Uberlândia
Servidora do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) tem obra selecionada para coletânea nacional ⁴³	Paraíba

Fonte: Elaborado pela autora.

A iniciativa de produção de livros que destacam a vasta diversidade que compõe o território brasileiro reforça a importância de ampliar o diálogo intercultural. Ao explorar as culturas indígenas, esses autores, mesmo não sendo parte dessas comunidades, contribuem para uma visão mais plural e respeitosa, promovendo a valorização e o entendimento das múltiplas identidades que formam o país. A expansão da literatura que aborda os povos indígenas também pode estar ligada à exigência da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão dessa temática nos currículos das redes de ensino e nos acervos das bibliotecas (Brasil. Presidência da República, 2008). Essa lei tem incentivado a produção e a circulação de obras sobre culturas indígenas, como observado no Quadro 6, nas bibliotecas do Rio Grande do Sul. Além disso, a inclusão dessas temáticas se reflete em formatos inovadores, como o caso do livro de histórias em quadrinhos publicado em Curitiba, que retrata a língua indígena de sinais, ampliando o acesso e a compreensão das culturas indígenas por diversos públicos.

As bibliotecas, além de funcionarem como espaços de empréstimo de livros, cumprem um papel essencial na promoção da cultura e no fortalecimento do senso de comunidade. Ao promoverem atividades culturais, como exposições de filmes, elas incentivam o envolvimento ativo dos membros da comunidade nos serviços que oferecem. Essas ações

⁴⁰<https://torres.rs.gov.br/2022/05/03/secretaria-municipal-de-educacao-distribui-itens-de-biblioteca-afro-indigena-para-a-rede-municipal-de-ensino/>

⁴¹<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/historia-em-quadrinhos-que-retrata-lingua-indigena-de-sinais-concorre-ao-oscar-dos-quadrinhos>

⁴² <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/10/23/livro-infantil-lancado-em-uberlandia-traz-contos-de-povos-indigenas-e-importante-trazer-essa-valorizacao-para-as-criancas-diz-autora.ghtml>

⁴³<https://www.tre-pb.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/servidora-do-tre-pb-tem-obra-selecionada-para-coletanea-nacional>

ampliam a função tradicional das bibliotecas, transformando-as em centros de intercâmbio cultural e diálogo. Um exemplo dessa abordagem é ilustrado nas atividades destacadas no Quadro 7, onde 2 filmes foram exibidos sobre a temática dos povos indígenas, contribuindo para uma maior conscientização e apreciação das culturas indígenas entre os frequentadores.

Quadro 7 – Notícias de divulgação de filmes na temática indígena.

Nhô Cine exibe filmes com temática indígena na Biblioteca Municipal nesta quinta ⁴⁴	São Paulo/Piracicaba
Animações brasileiras serão exibidas gratuitamente na Biblioteca Parque Estadual ⁴⁵	Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Historicamente, a representação indígena no cinema foi conduzida predominantemente por cineastas não indígenas, frequentemente reforçando narrativas estereotipadas e moldadas pela visão ocidental, como o mito do "bom selvagem". Essa abordagem limitava os povos indígenas a figuras idealizadas e distantes, habitantes de florestas que deveriam permanecer isolados, sustentando um viés ideológico que distorcia a compreensão de suas culturas e modos de vida. Hoje, no entanto, iniciativas de capacitação audiovisual de indígenas têm formado cineastas que, ao recontarem suas próprias histórias, promovem representações autênticas e respeitadas de suas realidades. Esses cineastas indígenas têm um papel fundamental na preservação da memória e na transmissão de saberes tradicionais às novas gerações, ocupando espaços significativos no cenário cinematográfico. Ao assumirem o protagonismo de suas próprias narrativas, não só enriquecem a diversidade cultural no cinema, mas também ampliam a visão da sociedade sobre os povos indígenas, promovendo uma compreensão plural e alinhada com suas próprias perspectivas e vivências (Pimentel, 2020).

Outras ações relevantes incluíram o lançamento de um calendário indígena elaborado por indígenas, ressaltando a importância de valorizar e preservar os saberes e as práticas culturais dos povos indígenas, conforme o Quadro 8:

⁴⁴<https://sampi.net.br/piracicaba/noticias/1786985/cultura/2022/07/nho-cine-exibe-filmes-com-tematica-indigena-na-biblioteca-municipal-nesta-quinta>

⁴⁵<https://diariodorio.com/animacoes-brasileiras-serao-exibidas-gratuitamente-na-biblioteca-parque-estadual/>

Quadro 8 – Notícia de lançamento de calendário indígena.

Escola da Rede Municipal recebe prêmio por valorização da cultura indígena ⁴⁶	Mato Grosso do Sul
--	--------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

A escola, em parceria com outras entidades, possui um papel fundamental na promoção, divulgação e valorização da cultura indígena. Um exemplo significativo disso é o caso de uma escola municipal localizada na aldeia urbana de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que atende mais de 1,3 mil alunos, dos quais aproximadamente 300 pertencem à etnia Terena. Para garantir inclusão e respeito à identidade cultural desses alunos, a escola desenvolveu um projeto específico voltado para eles. Nesse contexto, professores e estudantes colaboraram na criação de um calendário indígena das etnias Terena e Kadiwéu, além de um dicionário bilíngue Terena-Português, iniciativas que contribuíram para o reconhecimento da unidade escolar. O projeto foi premiado em primeiro lugar no Prêmio de Projeto de Ensino de História – Marçal de Souza Tupã’y, promovido pela Associação Nacional de História – Seção Mato Grosso do Sul (ANPUH/MS), que destacou projetos escolares inovadores no campo da História executados por professores do ensino básico de Mato Grosso do Sul. Além dos calendários, que consideraram o estudo das constelações e o conhecimento astronômico dos povos indígenas, os alunos também desenvolveram cartazes e histórias em quadrinhos sobre a história e cultura indígena, promovendo uma educação inclusiva e de valorização cultural.

Os resultados dessas notícias geradas pelo Google *Alerts* no ano de 2022, identificou que as ações envolvendo o termo “biblioteca indígena” estão ocorrendo em diferentes regiões do país. Entre os estados mencionados, destacam-se São Paulo com 08 notícias, Rio de Janeiro com 04 notícias, Paraná com 03 notícias, Ceará com 02 notícias, Mato Grosso do Sul com 02 notícias, Minas Gerais com 02 notícias e Fortaleza, Rio Grande do Sul, Amazonas, Brasília, Paraíba, Pará e Maranhão, com 1 notícia cada.

No que diz respeito à temporalidade das ações, observou-se que os meses de agosto e outubro apresentaram um maior número de eventos e iniciativas relacionadas aos povos indígenas. O Dia Mundial dos Povos Indígenas, celebrado em 9 de agosto, e o Dia da Resistência Indígena, comemorado em 12 de outubro na América Latina, parecem ter

⁴⁶<https://www.enfoquems.com.br/escola-da-rede-municipal-recebe-premio-por-valorizacao-da-cultura-indigena/>

impulsionado um maior engajamento e visibilidade das ações relacionadas aos povos indígenas nesses períodos.

É de extrema importância ressaltar que a mediação dessas ações é realizada por uma variedade de atores e grupos, como organizações não governamentais (ONGs), bibliotecas e a própria comunidade indígena. A colaboração entre esses agentes desempenha um papel crucial no sucesso e na concretização dessas atividades, seguindo a abordagem proposta por Monteiro & Almeida Junior (2018). De acordo com estes autores, o mediador pode ser um agente comunitário, desempenhando o papel de intelectual orgânico, capaz de incentivar ação criativa em todas as pessoas envolvidas. Essa abordagem reconhece o potencial criativo presente em cada indivíduo, promovendo uma participação ativa e significativa na comunidade.

A partir dos resultados identificados é possível constatar que algumas unidades de informação estão empenhadas em atuar como mediadoras na promoção da cultura dos povos indígenas, destacando-se especialmente as instituições públicas. Embora a implementação de ações concretas ainda não seja universal, é encorajador observar o crescente movimento em prol da conscientização das questões relacionadas à multiculturalidade.

Algumas bibliotecas estão promovendo iniciativas para valorizar a cultura indígena, como a organização de eventos nos quais indígenas são convidados a participar ativamente, compartilhando suas experiências e conhecimentos. Além disso, essas bibliotecas estão ampliando seus acervos com livros de autores indígenas, permitindo que os leitores se familiarizem com a visão de mundo e as tradições dos povos indígenas. Também estão divulgando literatura e audiovisual com enfoque nas culturas indígenas, buscando promover a representatividade e valorização dessas culturas. Essas iniciativas são importantes para fortalecer a compreensão e o respeito pela diversidade cultural indígena.

É encorajador observar que as atividades mediadoras envolvem uma ampla gama de atores, desde as próprias comunidades indígenas até parcerias com universidades e instituições privadas. Essa colaboração e engajamento de diferentes segmentos da sociedade contribuem para a troca de experiências, o fortalecimento da identidade cultural indígena e a construção de um diálogo intercultural mais rico e respeitoso.

Além das notícias identificadas pelo *Google Alerts*, é pertinente destacar algumas iniciativas que exemplificam ações de mediação cultural com os povos indígenas. Um

desses exemplos é o Instituto Kaingáng⁴⁷ (INKA), uma organização indígena sediada na Terra Indígena Serrinha, no município de Ronda Alta, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Fundado em 2002, o INKA tem como missão o fortalecimento, a valorização, a revitalização e a conservação da cultura Kaingáng, trabalhando em parceria com lideranças indígenas, escolas (tanto indígenas quanto não indígenas) e universidades da região. A relevância de suas atividades foi reconhecida por meio de premiações, como o 1º lugar no Prêmio Cultura Viva – 2ª Edição (2007), o Concurso Pontos de Leitura (2008/MinC), o Prêmio Cultura Digital (2010/MinC) e o projeto Circulando Saberes Indígenas (2012/Fundação Biblioteca Nacional e MinC).

No Mato Grosso do Sul, o Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (IPEDI)⁴⁸ também representa uma importante iniciativa de mediação cultural. Trata-se de uma entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de projetos e cursos de caráter cultural, educacional e socioambiental, beneficiando comunidades indígenas e preservando saberes tradicionais. Entre suas ações, destaca-se o concurso de desenhos promovido pelo IPEDI, que envolveu alunos de todas as escolas de Miranda — públicas e particulares, urbanas e rurais. Os desenhos vencedores ilustraram o livro *Fábulas de Esopo em Terras Terena*, escrito em português e na língua terena, ampliando o acesso ao idioma e à cultura Terena. Esse projeto permitiu que muitas crianças tivessem contato, pela primeira vez, com uma cultura próxima, mas muitas vezes distante devido aos preconceitos existentes no mundo adulto.

Essas iniciativas exemplificam como a mediação cultural desempenha um papel fundamental na valorização e preservação das culturas indígenas, promovendo o diálogo intercultural e o reconhecimento das identidades culturais. Ao estabelecer conexões entre saberes tradicionais e o ambiente escolar, essas organizações não apenas incentivam a inclusão cultural, mas também desafiam preconceitos históricos, fortalecendo o respeito à diversidade e a democratização do conhecimento.

⁴⁷ <https://institutokaingang.org.br/>

⁴⁸ <https://ipedi.blogspot.com/>

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, delinea-se o percurso metodológico adotado para a realização desta pesquisa, que se inscreve no paradigma qualitativo. Conforme articulado por Creswell (2014) a abordagem qualitativa é particularmente apropriada quando o objetivo é empoderar os sujeitos da pesquisa, permitindo-lhes narrar suas próprias experiências, escutar ativamente suas vozes e buscar uma compreensão profunda dos contextos ou cenários nos quais os participantes enfrentam determinadas questões ou problemas.

Objetivos

Com base nos fundamentos teóricos e problemáticas levantadas no referencial teórico, a indagação central que direcionou este estudo foi: quais as diretrizes necessárias para o desenvolvimento de um modelo de biblioteca multicultural, que atenda de forma eficaz às demandas do comportamento informacional dos povos indígenas Terena?

Para responder a esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral: investigar o comportamento informacional para formular um modelo de biblioteca multicultural para os povos indígenas Terena do Brasil. Operacionalizou-se o referido objetivo mediante os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar pesquisas baseadas nas necessidades de informação dos povos indígenas através da literatura nacional e internacional;
- 2) Traçar o perfil informacional do povo indígena Terena, verificando suas práticas de comportamento informacional;
- 3) Mapear as unidades formais e informais que atuam como mediadoras de informação com os povos indígenas;
- 4) Sistematizar os instrumentos legais de acesso à informação para os povos indígenas;
- 5) Formular diretrizes para um modelo de biblioteca multicultural, com atenção aos povos indígenas Terena.

Natureza da investigação

No contexto da presente investigação, considerando os objetivos delineados, optou-se por uma abordagem metodológica de natureza descritiva e explicativa. A estratégia adotada, motivada pela especificidade do objeto de estudo, foi o método etnográfico, que de acordo com Michel (2015, p.75):

A etnografia significa o registro descritivo da cultura material de um determinado povo; uma forma de descrever uma cultura através de uma interação social intensa entre o pesquisador e o grupo pesquisado, com o propósito de conhecer e levantar seu sistema de significados, valores, formas de aprendizado e convivência; enfim, compreender a cultura desse grupo, já que ela vai determinar os papéis exercidos e explicar as atitudes e ações tomadas.

Embora a etnografia seja reconhecida por sua complexidade, exigindo um investimento significativo para a condução de um estudo detalhado (Khoo et al., 2012), sua aplicação no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação tem se expandido notavelmente. Desafios como limitações orçamentárias e de equipe têm levado a adaptações na metodologia etnográfica para permitir coletas de dados em períodos mais breves (Lanclos & Asher, 2016). No levantamento realizado por Julien et al. (2011) acerca do comportamento informacional entre 1999 e 2008, foi constatado que, de um total de 528 artigos analisados, sete deles empregaram métodos etnográficos em suas abordagens metodológicas.

Ramsden (2016) objetivou identificar as áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação em que os métodos etnográficos são aplicados, destacando o comportamento informacional como uma das principais beneficiadas. Seguindo essa linha, Lund (2021) analisou 350 dissertações e teses da ProQuest, datadas de 2009 a 2018, e identificou o uso da etnografia em 13% desses trabalhos. A investigação revelou que os estudantes foram o grupo mais estudado (21%), seguidos por profissionais (12%) e adultos em geral (6%). Professores e acadêmicos constituíram 3% das pesquisas, enquanto funcionários de diversos setores apareceram em 1%.

Assim sendo, a literatura existente identifica a etnografia como um processo de descoberta, permitindo aos pesquisadores identificarem e elucidarem aspectos do cotidiano que permanecem ocultos à análise estatística descritiva. Conforme postulado por Whipple &

Nyce (2007), a etnografia fornece instrumentos indispensáveis para aprofundar a compreensão de processos culturais ainda não totalmente elucidados e nas diversas formas de representação do conhecimento. Esta abordagem amplia significativamente a nossa compreensão sobre o comportamento informacional das comunidades, transcendendo os limites das abordagens quantitativas puras.

Em harmonia com essa perspectiva, Rocha & Gandra (2018) advogam que a etnografia se destaca como uma metodologia primordial para compreender o comportamento dos usuários. Diferenciando-se da simples coleta e apresentação de dados ou perfis sociodemográficos, a etnografia empreende a articulação visual dos dados, mitigando a subjetividade inerente a cada temática investigada. Creswell (2014) reforça essa visão, destacando a etnografia como particularmente proveitosa quando o objetivo é descrever a dinâmica interna de grupos culturais, explorando suas crenças, linguagens, comportamentos e os desafios enfrentados, tais como questões de poder, resistência e dominação.

A escolha do método etnográfico para esta tese foi fundamentada nas orientações de Stake, (2011), que enfatiza a importância de estabelecer contato direto com indivíduos imersos no ambiente de estudo. Estes participantes são reconhecidos como fontes inestimáveis de informações, proporcionando insights essenciais sobre as dinâmicas específicas do contexto em questão, além de facilitar o acesso a contatos primordiais para a realização da pesquisa.

Para implementar a pesquisa etnográfica, a pesquisadora se valeu do conhecimento prévio sobre a contribuição de um professor de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que estava engajado no projeto "Saberes Indígenas" com o povo indígena Terena na aldeia Bananal.

Local de pesquisa

Esta tese adota como foco da abordagem investigativa o estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil. No início deste estudo, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012), o estado destacava-se por possuir o segundo maior número de população indígena do país, totalizando 73.295

pessoas autodeclaradas indígenas, conforme a proporção nos municípios que confirmavam sua presença. Contudo, atualizações mais recentes do IBGE (2023) indicam uma alteração nesse ranking, posicionando o Mato Grosso do Sul como o terceiro estado brasileiro em termos de população indígena, agora com um total de 116.346 indivíduos pertencentes a várias etnias, incluindo Atikum, Guarani Kaiowá, Guarani Nãndeva, Guató, Kadiwéu, Kinikinawa, Ofaié e Terena (Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023). Dentre estas, as etnias Guarani (Kaiowá e Nãndeva) e Terena apresentam as maiores populações, razão pela qual o povo Terena⁴⁹ foi selecionado como foco principal desta investigação.

Os Territórios Indígenas Terena abrangem cerca de 20 aldeias espalhadas por uma região que inclui vários municípios, nomeadamente: Aquidauana, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti, Dourados Miranda, Nioaque e Sidrolândia (Figura 9). Há, ainda, registros da presença Terena nos estados de São Paulo e Mato Grosso, conforme apontado por Moura & Acçolini (2015).

⁴⁹ Mais informações a respeito da etnia Terena estão no capítulo 1.

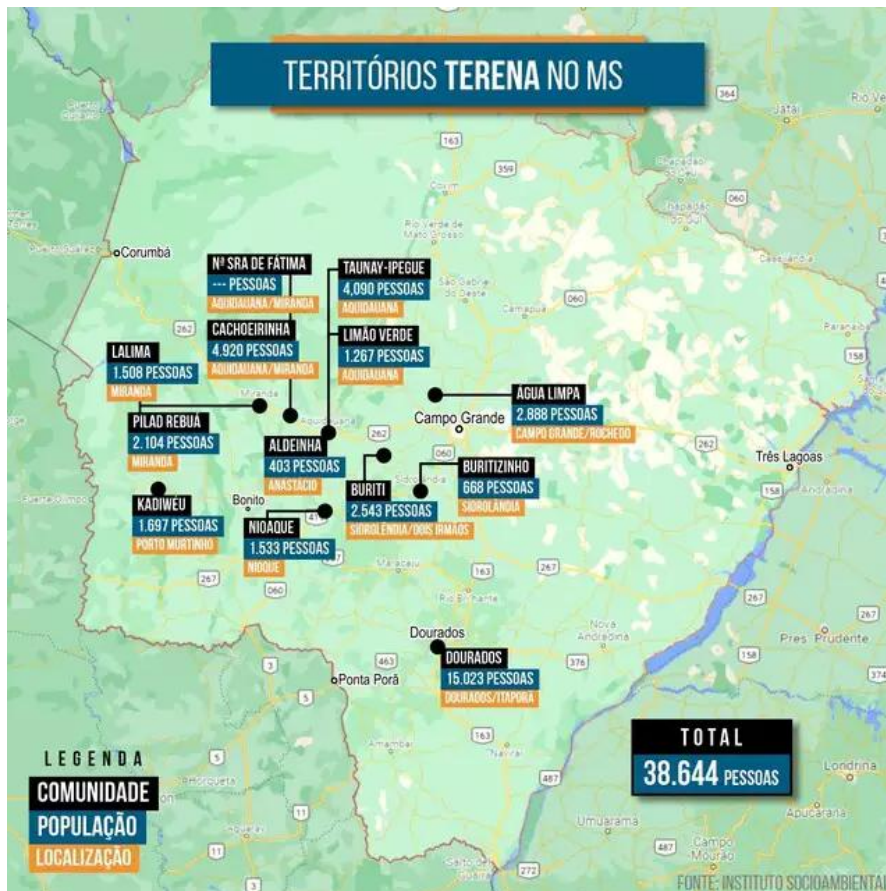


Figura 9- Localização dos Territórios Terena nos municípios de Mato Grosso do Sul.
 Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/grande-assembleia-terena-termina-neste-sabado-na-mae-terra>

Para esta pesquisa, a aldeia Bananal, localizada na Terra Indígena Taunay-Ipegue, foi selecionada como campo de estudo. Situada em um planalto de suaves colinas arredondadas pela erosão, ao pé da Serra do município de Aquidauana e a aproximadamente 60 km do centro de Aquidauana e 190 km de Campo Grande (capital do Estado do Mato Grosso do Sul), a aldeia Bananal estima-se ter uma população de cerca de 2.000 habitantes, segundo Fialho (2010).

O Território Indígena Taunay-Ipegue é composto por sete aldeias: Água Branca, Bananal, Colônia Nova, Imbirussu, Ipegue, Lagoinha e Morrinho, que, juntas, abrigam uma população total de 4.042 indígenas, distribuídos em uma área de 6.334 hectares de terras indígenas, conforme aponta (Baltazar, 2010). A Figura 10 ilustra a distribuição geográfica dessas aldeias. Administrativamente, cada aldeia possui autonomia, sendo liderada por um

cacique e um conselho tribal próprios. Além disso, o estudo de Amado (2020) revela que, além das aldeias oficialmente reconhecidas, existem áreas em processo de retomada por parte dos Terena, com 18 retomadas⁵⁰ identificadas no território Taunay-Ipegue. Isso evidencia a dinâmica e a complexidade das questões territoriais enfrentadas por essas comunidades.

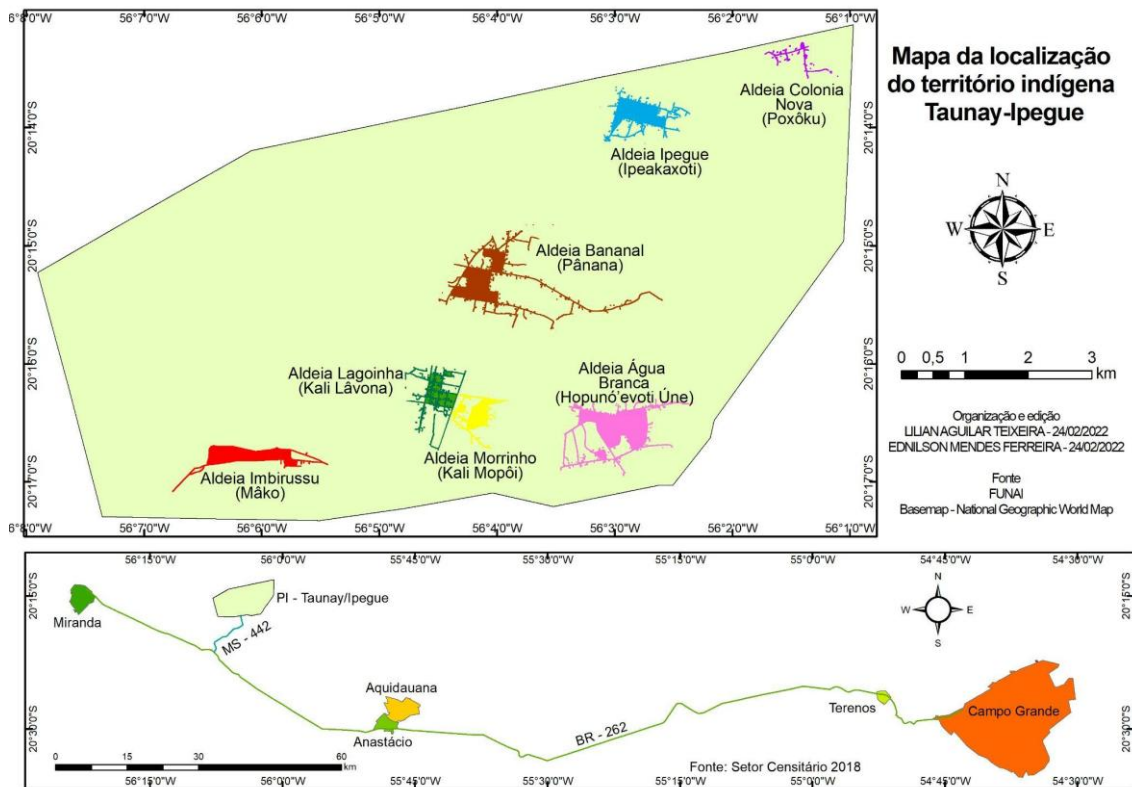


Figura 10- Mapa da localização do Território Indígena Taunay-Ipegue e Aldeia Bananal. Elaborado por: Ferreira, Ednsilson Mendes (comunicação pessoal, 01 de março de 2022).

A Aldeia Bananal é um dos mais antigos aldeamentos do povo Terena, resultante de um reagrupamento que ocorreu após a Guerra do Paraguai, no século XIX. Esse reagrupamento deu origem a um novo modelo espacial-geográfico, caracterizado por ruas paralelas e transversais que formam quadras. A infraestrutura da aldeia foi desenvolvida por iniciativas de órgãos públicos, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), incluindo, posteriormente, a implantação de redes de água encanada e energia elétrica (Baltazar, 2010). Além do desenvolvimento infraestrutural, Oliveira (1976)

⁵⁰ Processo que uma ou mais famílias se organizam para usufruir do território recuperado, sob a coordenação do cacique ou de diversos, a comunidade se organiza e escolhe o líder da retomada, que dividirá os espaços que serão destinados para plantação, habitação, criação de animais e até mesmo áreas que não serão mexidas, ficando reservadas ao reflorestamento.

destaca a importância da Aldeia Bananal para a compreensão dos movimentos migratórios, devido à sua dinâmica e ocupação territorial.

Nas proximidades da aldeia, foi construída a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, assim como a região telegráfica, ambas com a participação da mão de obra indígena. Essa colaboração ocorreu através de uma negociação conduzida por Marechal Rondon, em troca da posse e demarcação das terras onde os indígenas viviam, processo esse que se concretizou em 1905 (Baltazar, 2010).

Atualmente, as casas na Aldeia Bananal são delimitadas por cercas baixas, construídas a partir de diversos materiais. A construção das residências não segue um padrão uniforme; a maioria é de alvenaria, algumas com acabamento completo, enquanto outras permanecem sem reboco. A aldeia conta com alguns estabelecimentos comerciais e igrejas. A sobrevivência da comunidade é sustentada pela agricultura, e algumas famílias recebem apoio governamental, como cestas básicas e benefícios do programa Bolsa Família. Além disso, algumas mulheres se dedicam à venda de produtos na cidade, enquanto homens trabalham em cidades próximas, em fazendas, usinas de álcool, ou na construção civil. Há também moradores aposentados e servidores públicos (Antonio, 2009).

Na Aldeia Bananal, existem diversas infraestruturas que atendem às necessidades da comunidade, incluindo um Posto de Saúde, uma rádio local, igrejas, um campo de futebol, um centro de eventos e de multuso, além de mercearias. Durante as visitas de campo, foi observado que alguns habitantes possuem celulares e acesso à internet, indicando um certo nível de conectividade tecnológica na aldeia.

Na pesquisa conduzida por Antonio (2009), foi identificado que a maioria dos habitantes da Aldeia Bananal fala fluentemente tanto a língua materna quanto o português, embora o português seja o idioma predominante nas situações de comunicação. Silva (1949) complementa que na Aldeia Bananal há uma forte interação intergeracional, sendo comum observar a convivência frequente entre idosos, adolescentes e crianças, que compartilham e se relacionam no mesmo espaço.

Em relação ao acesso educacional na Aldeia Bananal, o primeiro contato com a educação formal ocorreu em 1910, quando o missionário inglês Henry Whittington começou a ensinar os indígenas a ler, além de oferecer assistência médica. Posteriormente, outros missionários protestantes e católicos chegaram à região, incorporando o ensino do Evangelho às disciplinas lecionadas. Esse processo levou à construção de igrejas, que

exerceram um impacto profundo na vida social e cultural dos povos indígenas da aldeia (Silva, 1949).

Atualmente, a aldeia conta com duas escolas: uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. A Escola Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos, conhecida como MIHIN possui uma localização estratégica no centro entre os Postos Indígenas Taunay-Ipegue, facilitando o acesso para todos e encurtando as distâncias. A escola foi oficialmente estabelecida em 24 de maio de 2005, através do Decreto n.º 11863, publicado no Diário Oficial n.º 6493 do Estado de Mato Grosso do Sul (Silva, 2009).

A comunidade escolar da MIHIN possui características únicas, pois recebe alunos provenientes das sete aldeias que compõem os postos indígenas de Taunay, com distâncias variadas em relação à sede da escola, alguns deslocando-se a pé e outros utilizando transporte escolar. Além disso, por estar próxima ao Distrito de Taunay, a escola também recebe alunos desse distrito, o que provoca uma interação entre estudantes indígenas e não indígenas, criando um ambiente de convivência onde diferenças linguísticas, sociais e relacionais são observadas (Silva, 2009).

Em 2022, na Escola Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos, que foi um dos locais de realização desta pesquisa, estavam em funcionamento cinco turmas do Ensino Médio (1ª A, 1ª B, 2ª A, 2ª B e 3ª série) no período matutino, totalizando 95 alunos, além de uma turma multisseriada (2º e 3º anos) com 16 alunos, somando 111 alunos matriculados. A grade curricular da escola inclui a Língua Materna, consolidando seu caráter bilíngue e empregando uma metodologia de ensino diferenciada, cuidadosamente adaptada às necessidades culturais e linguísticas da comunidade indígena..

A densidade populacional significativa, aliada à presença de uma língua Terena coesa, conforme identificado na pesquisa de (Fialho, 2010) e a existência de duas escolas que servem a comunidade educacionalmente, com uma delas abrigando uma biblioteca, reforçam a relevância desta aldeia para o estudo.

Instrumentos de coleta de dados e amostra

A execução deste estudo, voltado para comunidades indígenas, impôs a observância rigorosa de normativas específicas, essenciais para assegurar a integridade ética e a

legalidade das atividades de pesquisa. Uma etapa crucial foi a obtenção da autorização do cacique da aldeia Bananal, formalizada por meio de um termo de autorização (Apêndice 1). Em simultâneo, dedicamo-nos a garantir o alinhamento com os princípios éticos, elaborando meticulosamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) destinado aos participantes maiores de idade (Apêndice 2), o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinado pelos responsáveis pelos menores (Apêndice 3) e o Termo de Assentimento do Menor (Apêndice 4). Estes documentos foram apresentados à Plataforma Brasil em maio de 2021, uma plataforma nacional dedicada ao registro unificado de pesquisas que envolvem seres humanos. A aprovação foi concedida em julho de 2021 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), representando a autoridade regional do local onde a pesquisa foi realizada (Apêndice 5). Posteriormente, o projeto foi submetido à Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CEP/CONEP), que em novembro de 2021 concedeu sua aprovação (Apêndice 6), emitindo um parecer favorável para a entrada na área indígena (Apêndice 7) e endossando o envio do projeto e de documentações pertinentes à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade encarregada de regulamentar o acesso a terras indígenas.

A Fundação Nacional do Índio (2006), especialmente em seu Art. 14, desempenhou um papel fundamental ao possibilitar a continuidade do projeto durante a pandemia de COVID-19. Este artigo estipula que "São considerados válidos os contratos firmados entre as comunidades envolvidas, ou seus representantes e os terceiros interessados, independentemente de prévia autorização da Fundação Nacional do Índio, quando tiverem consciência e conhecimentos plenos dos atos praticados e da extensão de seus efeitos, e desde que não lhes sejam prejudiciais e com a aprovação pela autoridade da aldeia". Com base neste artigo, após a imunização completa da equipe de pesquisa, o cacique da aldeia Bananal autorizou o início das visitas, entrevistas e observações em novembro de 2021, respeitando todas as precauções de saúde relacionadas ao COVID. Posteriormente, a FUNAI emitiu o documento que formaliza a autorização governamental no território indígena (Apêndice 8).

Na definição da amostra para este estudo, a estratégia adotada foi meticulosamente alinhada aos objetivos da pesquisa e às condições práticas de realização do trabalho de campo. Optamos por incluir um segmento representativo de 10% dos alunos da Escola Estadual Indígena Prof. Domingos V. Marcos-MIHIN, totalizando 11 alunos de uma população escolar de 111, com base nas informações verbais disponibilizadas pela

secretaria escolar no ano de 2022. Para enriquecer a diversidade da amostra e abranger múltiplas perspectivas dentro da comunidade, expandimos a composição da amostra para incluir cinco professores, um ancião e o cacique, atingindo um total de 18 participantes provenientes de diferentes estratos sociais e funcionais da aldeia, conforme Quadro 9.

Quadro 9 -Caracterização dos entrevistados.

Participante	Idade	Nível formação
P1	35	Bacharel em Geografia
P2	40	Licenciatura Intercultural e cursando Pedagogia
P3	27	Letras
P4	18	3 ano
P5	20	3 ano
P6	16	1 ano
P7	36	1 ano
P8	16	1 ano
P9	17	1 ano
P10	21	2 ano
P11	16	2 ano
P12	17	2 ano
P13	16	2 ano
P14	16	2 ano
P15	57	Letras e especialização em História
P16	36	Matemática e fez especialização
P17	38	Superior
P18	70	Ensino básico

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta abordagem amostral é sustentada pela recomendação de Fachin (2006), que sugere a utilização de um percentual de 10% da população total em estudos de natureza similar. Ressalta-se, conforme apontado por Gil (2021), que em pesquisas etnográficas a necessidade de uma amostra proporcionalmente representativa pode ser flexibilizada, privilegiando-se o critério do pesquisador. Neste contexto específico, a escolha foi guiada pela natureza qualitativa dos objetivos da pesquisa, que não demandam tratamento quantitativo dos dados, mas sim um aprofundamento nas nuances culturais, sociais e educacionais da comunidade estudada.

Instrumento de coleta de dados

A metodologia implementada nesta tese de doutoramento é fundamentada na pesquisa etnográfica, uma abordagem metodológica que demanda a aplicação de um leque variado de instrumentos de investigação para desvendar as nuances das dinâmicas culturais e linguísticas de uma comunidade específica. Para este estudo, optou-se prioritariamente pelas entrevistas semiestruturadas, adotando as diretrizes propostas pelo IFLA/UNESCO Multicultural Library Manifesto Toolkit (IFLA Libraries Serving Multicultural Populations Section et al., 2018). Este documento, uma referência essencial no campo, estabelece um conjunto de princípios sob a denominação 'Análise Comunitária e Avaliação de Necessidades'. Essa estratégia é crucial para a identificação precisa dos elementos culturais e linguísticos dos usuários, objetivando uma compreensão mais profunda da comunidade analisada. A finalidade é desenvolver materiais, programas e serviços que sejam inclusivos e atendam efetivamente à diversidade das populações identificadas, reforçando a relevância de tais diretrizes para a construção de uma pesquisa etnográfica rigorosa e impactante.

O roteiro das entrevistas foi inspirado pelas contribuições de Du & Haines (2017), cuja pesquisa explorou temas pertinentes à informação, sua busca e utilização, necessidades de informação e as fontes preferenciais. A elaboração do roteiro de entrevistas (Apêndice 9) seguiu esta inspiração, resultando em um conjunto abrangente de perguntas cuidadosamente formuladas. Estas foram direcionadas a três grupos distintos dentro da comunidade: professores, alunos e anciãos da aldeia, refletindo os objetivos específicos da tese, que englobam o uso da informação no cotidiano, o acesso a recursos tecnológicos, a percepção e utilização de bibliotecas e a preservação da cultura Terena.

Segundo Gil (2021), a entrevista semiestruturada é caracterizada por sua flexibilidade formativa, diferenciando-se especialmente pela organização prévia de um espectro de questões ou temas específicos. Esta preparação cuidadosa permite que, durante a entrevista, o investigador mantenha uma postura empática e atenta ao bem-estar dos participantes, assegurando um ambiente onde o conforto é prioritário. Essencialmente, essa abordagem

busca minimizar quaisquer potenciais desconfortos que as perguntas possam provocar, garantindo assim que a experiência da entrevista seja conduzida de maneira respeitosa e considerada para com todos os envolvidos.

Rosa & Arnoldi (2006) ampliam a compreensão da entrevista, elevando-a além da esfera de uma simples conversação para considerá-la uma discussão direcionada e intencional. Essa abordagem metodológica é projetada para engajar o informante em uma exploração profunda de assuntos determinados, facilitando um diálogo que não apenas responde, mas também questiona e expande o entendimento sobre os temas em questão. Ao fazer isso, a entrevista se torna um instrumento poderoso para a coleta de informações ricas e detalhadas, essenciais para o avanço da pesquisa.

Optar pela entrevista semiestruturada é uma decisão fundamentada na sua notável flexibilidade e na capacidade de se ajustar a uma ampla gama de perfis de participantes, abrangendo desde indivíduos analfabetos até aqueles plenamente alfabetizados. Essa metodologia confere ao entrevistador uma liberdade considerável para ajustar o curso da entrevista conforme necessário, seja por meio da repetição ou do esclarecimento de perguntas, da reformulação de questões para facilitar a compreensão, ou da especificação de conceitos para garantir uma comunicação eficaz (Marconi & Lakatos, 2021).

Para estabelecer o contato inicial e garantir o acesso ao campo de estudo, recorreu-se às ferramentas de comunicação digital WhatsApp e Google Meet que facilitaram a comunicação prévia. Através de indicação do coorientador da pesquisa, foi efetuado o contato com uma professora que participa do processo Saberes Indígenas e é moradora da aldeia Bananal. Esta desempenhou um papel crucial na mediação com o cacique da aldeia para a entrega do Termo de anuência apresentado à liderança da Terra indígena Aldeia Bananal, conforme documentado no Apêndice 10.

Em setembro de 2021, a fase preliminar da pesquisa foi marcada pela realização de um pré-teste efetuado virtualmente com a colaboração de uma professora Terena de outra aldeia. Esse passo inicial foi fundamental para a avaliação criteriosa dos instrumentos de pesquisa desenvolvidos, bem como para a identificação e correção de possíveis inadequações nas perguntas propostas, assegurando a relevância e a sensibilidade do estudo em relação ao contexto cultural específico da comunidade Terena.

Prosseguindo com a metodologia estabelecida, a coleta de dados primários foi conduzida em novembro de 2021, por meio de entrevistas presenciais. A realização desta etapa contou

com a indispensável cooperação do cacique, cujo apoio foi crucial não apenas para facilitar o acesso ao campo de estudo, mas também para engajar uma figura-chave que trabalha na escola local. Esta responsável, por sua vez, desempenhou um papel ativo na pesquisa, acompanhando de perto todas as atividades e auxiliando na seleção dos participantes. A seleção dos participantes foi realizada com discernimento pela referida figura-chave, que deu preferência a indivíduos demonstrando maior abertura para compartilhar suas vivências. Tal critério levou em consideração a tendência de reserva entre os alunos ao se depararem com interlocutores não familiares.

Em relação ao consentimento ético, procedeu-se à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes maiores de idade. Para os menores de idade, entregou-se o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, solicitando a assinatura de um responsável legal. Após a obtenção dessas assinaturas, procedeu-se ao registro das entrevistas, utilizando-se um gravador Philips e um celular para capturar imagens pontuais do ambiente. As sessões de entrevista foram distribuídas ao longo de três dias na aldeia, com uma duração média variando entre 20 e 30 minutos cada. Esse tempo foi flexibilizado para acomodar eventuais necessidades dos entrevistados, exemplificadas pela interrupção requerida pelo cacique para atender a demandas emergenciais. Em consonância com princípios éticos rigorosos, decidiu-se pela não publicação integral das entrevistas, visando a salvaguarda da identidade dos participantes.

Além das entrevistas individuais, uma dinâmica interessante surgiu de maneira não intencional, facilitada pela figura-chave que trabalha na escola local. Embora não houvesse um plano prévio para organizar um grupo focal, a conjuntura levou à participação simultânea de seis alunos em uma sessão de discussão coletiva. Essa situação espontânea alinhou-se inadvertidamente com a abordagem sugerida por Di Chiara (2005), que ressalta a valorização da combinação de métodos para ampliar a fidedignidade dos dados coletados. Neste contexto não planejado, emergiu um grupo focal que, seguindo os princípios destacados por Dias (2000), fomentou a geração de ideias e opiniões espontâneas, enriquecendo a pesquisa com uma diversidade de perspectivas que ultrapassam a mera busca por consenso.

É importante ressaltar que, durante as entrevistas, foi identificado que muitos estudantes residiam em aldeias próximas à região de Bananal. Embora pertençam à mesma etnia, suas vivências e percepções podem variar significativamente, o que, por sua vez, influencia diretamente suas necessidades informacionais.

Durante a execução deste estudo, também foi implementada outra técnica de coleta de dados, adotando-se a etnografia visual como uma técnica complementar de coleta de dados, embasada nos princípios da pesquisa participativa de base comunitária. Esta abordagem envolveu visitas a locais significativos dentro da comunidade, tais como o centro de memória, o centro de celebração e a estação de rádio local⁵¹. Estas visitas presenciais foram enriquecidas por uma observação virtual dos acontecimentos, analisando-se o conteúdo disponibilizado nos perfis do Facebook da aldeia⁵² e da rádio, além de visitas subsequentes à aldeia Bananal e outras comunidades da etnia Terena⁵³ em maio de 2022. O foco dessas observações residia em entender como os membros da comunidade acessavam informações, os temas discutidos e os recursos informativos utilizados.

A escolha pela etnografia visual foi embasada na compreensão de que a observação participante ocupa um lugar central no estudo de fenômenos sociais e culturais, conforme articulado por Gil (2021), que destaca a capacidade desta modalidade de pesquisa de estabelecer um contato direto e significativo com o objeto de estudo. Esta interação com o ambiente e seus participantes revela-se fundamental para uma apreensão autêntica da realidade vivida, capturando nuances e detalhes que metodologias mais tradicionais poderiam não conseguir.

Creswell (2014) reforça a importância de o pesquisador imergir nas rotinas diárias da comunidade, adotando uma postura de observador respeitoso e atento. Essa imersão possibilita um entendimento mais profundo e empático das dinâmicas locais, enquanto Michel (2015) e Marconi & Lakatos (2021) complementam essa visão, enfatizando que a observação exige um exame cuidadoso e reflexivo dos fenômenos de interesse. Através dessa lente analítica, o pesquisador pode desvendar a complexidade das interações sociais e culturais que definem a comunidade.

Para documentar essas observações ricas e variadas, um diário de campo (Apêndice 11) foi meticulosamente mantido, seguindo a recomendação de Flick (2009). Este registro não apenas capturou reflexões, impressões e emoções do pesquisador no campo, mas também se tornou um recurso valioso para a análise e interpretação dos dados coletados,

⁵¹ <https://www.facebook.com/FM-Cacique-da-Aldeia-Bananal-107833617243596>

⁵² <https://www.facebook.com/profile.php?id=100076047724511>

⁵³ Conforme o diário de campo no Apêndice.

examinando o contexto e significado em que as práticas e interações sociais e informacionais ocorrem na vida cotidiana da população.

As entrevistas foram transcritas e armazenadas, em arquivo digital (Google Drive), mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivos sob a guarda e a responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução Conselho Nacional de Saúde n.466/2012

Técnica de análise dos dados

Após a condução das entrevistas, procedeu-se à fase de transcrição. Embora tenha sido selecionado um local relativamente isolado para a realização destas, a coincidência com um período de reformas no ambiente escolhido introduziu desafios acústicos significativos. Essas condições poderiam afetar adversamente a qualidade das transcrições se fossem empregadas ferramentas automatizadas. Assim, tomou-se a decisão de proceder com a transcrição manual. Esta escolha estratégica não só assegurou a preservação integral da autenticidade da linguagem utilizada pelos entrevistados, incluindo eventuais desvios gramaticais e peculiaridades linguísticas, mas também sublinhou o compromisso com a captura fiel da essência da comunicação dos participantes.

Para a análise das transcrições, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, delineada por Bardin (2011), uma metodologia com ampla aceitação no âmbito das Ciências da Comunicação por sua versatilidade e adaptabilidade a múltiplos contextos investigativos. Esta abordagem exige do pesquisador uma sensibilidade aguçada às nuances da linguagem, com o objetivo de explorar as camadas mais profundas do discurso e revelar significados ocultos, indo além do óbvio. Tal processo não se limita à descrição superficial dos conteúdos, mas busca, conforme elucidado por Martins & Theóphilo (2016), penetrar na essência do texto, analisando meticulosamente as informações, dados e evidências para inferir sobre a totalidade da comunicação. Essa metodologia, portanto, transcende a simples catalogação de informações, almejando uma compreensão holística e profunda das intenções e significados subjacentes à comunicação dos participantes.

Para a etapa de organização das categorias e textos, optou-se pela utilização do software webQDA⁵⁴, que é direcionado a investigadores em diversos contextos, que necessitam analisar dados qualitativos num ambiente de forma síncrona ou assíncrona e colaborativo. Este software contribuiu com a organização das entrevistas em categorias, sendo possível realizar a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011):

- i) Organização da Análise (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação). Nessa fase, foi realizada a leitura exaustiva do material, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.
- ii) Codificação, que corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.
- iii) Categorização. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.
- iv) Inferência (sobre que é que pode incidir este tipo de interpretação de análise).

O processo de categorização, executado com rigor metodológico, consistiu na organização sistemática dos elementos analisados, agrupando-os conforme suas características compartilhadas. Essa etapa crucial foi um passo essencial para a interpretação e a inferência dos resultados. Dessa meticulosa organização emergiram seis categorias fundamentais, que refletem os eixos centrais da pesquisa e a sua conexão com o corpus teórico sobre comportamento informacional. As categorias definidas foram: (I) Informação, (II) Necessidade de informação, (III) Busca de informação, (IV) Mediação tecnológica no acesso aos recursos de informação, (V) Compartilhamento tradicional de informações e (VI) Biblioteca. Essas categorias, estruturadas de maneira a alinhar-se aos objetivos da investigação e às discussões teóricas pertinentes, foram detalhadamente descritas no Quadro 10, incluindo subcategorias e uma explanação concisa de cada uma, proporcionando um panorama claro e estruturado das dimensões analisadas.

⁵⁴ <https://www.webqda.net/o-webqda/>

Quadro 10-Categorias e subcategorias de análise.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
Informação	-Percepção	Compreensão dos entrevistados em relação ao significado da informação dentro do seu contexto
Necessidade de informação	-Tipo de informação	Identificação dos recursos de informação que utilizam no dia a dia de acordo com sua função, utilidade e uso
Busca de informação	-Meios de informação -Fontes de informação	-Como encontram informação (através meios informais ou formais) -Se as fontes de informação são orais, escritas, visuais
Mediação da informação com recursos da tecnologia	-Uso dos recursos -Acesso à internet	-Identificação de quais recursos informacionais e tecnológicos utilizados para a busca de informações -Identificação se possuem acesso à internet
Compartilhamento tradicional de informações	-Informações tradicionais na vida cotidiana	Percepção das necessidades de informação cultural para a partilha, preservação de identidade e memória
Biblioteca	-Importância/Utilidade -Acervo -Espaço físico -Materiais da biblioteca e recursos informacionais -Sugestões	-Percepção sobre o significado de uma biblioteca -Identificação de satisfação e das expectativas em relação ao acervo e espaço físico -Identificação de barreiras encontradas em relação à disponibilização da materiais da biblioteca e recursos de informação -Identificação de sugestões de melhorias no uso do espaço da biblioteca escolar e da manutenção das tradições culturais

Fonte: Elaborado pela autora.

O processo metodológico é fundamental em qualquer etapa de pesquisa. No caso desta investigação com enfoque etnográfico, foi necessária a elaboração de etapas que possibilitaram uma análise minuciosa e reveladora das nuances do comportamento informacional dos Terena da Aldeia Bananal. Na sequência, serão apresentadas as análises dos resultados deste estudo, que exploram em profundidade as dinâmicas observadas durante o processo investigativo.

7 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos e discutiremos as categorias identificadas durante a análise dos dados coletados, descrevendo e discutindo cada uma delas em relação aos achados da pesquisa. Isso fornecerá insights significativos para o entendimento do problema de pesquisa e para a resposta às questões levantadas.

7.1 Percepções e formulações acerca do conceito de “informação”

A categoria "informação" desempenha um papel fundamental e indispensável nesta pesquisa, pois representa um elemento central para a compreensão e análise dos fenômenos em estudo. O objetivo dessa categoria é explorar a compreensão dos participantes em relação ao significado da informação dentro de seus contextos específicos, buscando também identificar possíveis variações dessa percepção em diferentes culturas e perspectivas.

Nos últimos anos, foram realizados vários estudos com o objetivo de estabelecer uma definição clara e consensual do conceito de informação. O estudo de Siqueira (2011) identificou diversas perspectivas sobre esse conceito na Ciência da Informação, que se concentram em diferentes aspectos, porém como foi constatado por Capurro & Hjørland (2007), a natureza interdisciplinar do conceito dificulta a consolidação conceitual.

De acordo com Buckland (1991), em sua pesquisa abrangente sobre o conceito de informação, ele examina minuciosamente os diferentes aspectos que a compõem, os quais podem ser categorizados em três dimensões principais: processo, conhecimento e entidade. Segundo as considerações de Buckland (1991, p.3) "As pessoas dirão que são informadas por uma imensidão de variedades de coisas, como mensagens, dados, documentos, objetos, eventos, uma vista pela janela, por qualquer tipo de evidência". Essa abordagem multifacetada evidencia de forma clara que o conceito de informação vai além de uma única forma ou entidade, abarcando um intrincado conjunto de manifestações.

Ao examinar as reflexões de alguns entrevistados desta pesquisa, fica evidente uma convergência com a visão proposta por Buckland (1991) de que a informação pode ser vista como uma "coisa". Estas perspectivas compartilhadas destacam a percepção de que a informação tem uma existência concreta e tangível. Como mencionado por P4: *"Informação, acho que é quando uma pessoa quer saber de alguma coisa, quer muito saber, procura na pesquisa, sei lá..."* enquanto outro P7 mencionou: *"Informação pra mim acho que é uma coisa que assim que vem para nos informar, uma coisa nova, né?"*. Essas falas revelam que os entrevistados não associam a informação unicamente a documentos ou livros. Para eles, a informação parece estar intrinsecamente ligada à ideia de algo físico, algo que possa ser considerado uma "coisa". Nesse sentido, os participantes corroboram a ideia de Silva (2006, p.25), que define a informação como "um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e moldadas com /pela interação social e registradas em um qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.), e, portanto, comunicadas de forma assíncrona de multi-direccionada".

Na visão ocidental predominante sobre a informação considera-a um elemento racional e objetivo, fundamentado em princípios de lógica, precisão e ciência, que são fundamentais para a produção e difusão do conhecimento. Essa concepção se concentra principalmente na ideia de que a informação é transmitida e codificada em documentos, os quais são vistos como suportes materiais para a informação e o conhecimento. O uso da palavra impressa é amplamente estabelecido e, de acordo com Le Coadic (1996), a informação é considerada conhecimento inscrito em um suporte material.

No entanto, os autores Almeida Júnior & Bortolin (2007) enfatizam que a disseminação da informação não deve se restringir apenas ao acesso físico a um documento escrito, pois isso pode levar a uma valorização excessiva desse suporte específico. É essencial reconhecer a ampla diversidade de formas pelas quais o conhecimento pode ser transmitido e compartilhado, transcendendo as limitações do suporte escrito. Portanto, é necessário ir além do suporte material para compreender a informação em sua totalidade, explorando outras formas de comunicação, como mídias digitais, orais e visuais, que também desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento.

Nas comunidades indígenas, a transmissão de conhecimentos tradicionais ocorre, em grande parte, por meio da oralidade, um meio que transcende as barreiras do tempo e do

espaço. A prática de reunir-se ao redor do fogo, compartilhando um mate ou tereré⁵⁵, é mais do que um simples momento social; é uma ocasião em que os mais velhos transmitem aos mais jovens suas sabedorias ancestrais. Através de histórias, mitos e fatos históricos, esse conhecimento é passado de geração em geração, sempre a partir da memória e da fala. A oralidade, portanto, não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um elo vital para a preservação da cultura e identidade indígenas, onde cada narrativa carrega consigo valores, ensinamentos e práticas que continuam a moldar a vida comunitária.

Ao refletir sobre a natureza da informação e sua relação com o conhecimento, é importante considerar a abordagem apresentada por McGarry (1999). Segundo ele, embora em alguns contextos os termos conhecimento e informação possam ser intercambiáveis, a informação pode ser vista como um "conhecimento potencial", adquirindo significado ao identificarmos e relacionarmos classes de eventos com base em suas similaridades e distinções. Essa perspectiva nos leva a compreender como a informação desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento.

Em consonância com essa reflexão, Buckland (1991) complementa a intercambialidade entre informação e conhecimento, argumentando que a informação é um pré-requisito para a criação de conhecimento, ao mesmo tempo em que o conhecimento pode ser utilizado para gerar novas informações e promover a inovação. A partir dessa compreensão sobre a interação entre informação e conhecimento, é possível analisar as influências ocidentais e seu impacto nos povos indígenas ao longo dos séculos.

Essas influências ocidentais resultaram em processos de assimilação forçada e perda de identidade para muitas comunidades indígenas. A imposição dos padrões e estilos de vida europeus, exemplificada pela imposição do português como língua nas regiões colonizadas, levou à supressão das línguas nativas e à diminuição da diversidade linguística. Além disso, a comunicação ocidental frequentemente desvalorizou e proibiu práticas tradicionais, causando transformações culturais, sociais e econômicas nas comunidades indígenas (Schaden, 1967).

55 Uma infusão com erva-mate e água quente. O tereré é feito com água gelada e erva-mate. <https://www.baraoervamate.com.br/qual-a-diferenca-entre-chimarrao-e-terere/#:~:text=A%20erva%2Dmate%20%C3%A9%20uma,locais%20onde%20faz%20muito%20calor.>

Durante séculos, a sociedade ocidental restringiu o acesso à informação a um grupo privilegiado, visando manter o poder nas mãos de poucos. Nessa perspectiva, a obtenção de informações era considerada uma ferramenta essencial para alcançar o sucesso individual (Castells (1999). No entanto, os povos indígenas possuem uma visão totalmente distinta.

Para os povos indígenas, conforme apontado por Santos & Meneses (2014), o conhecimento é encarado como um bem comum, não como um objeto a ser vendido. Para eles, o conhecimento é um conjunto de práticas, observações e relações com o meio ambiente, que preserva suas identidades e valores.

Dessa forma, ao analisarmos a relação entre conhecimento, informação e influências ocidentais, compreendemos não apenas a importância da informação como "conhecimento potencial" na construção do conhecimento, mas também reconhecemos os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas na preservação de suas identidades culturais diante das imposições e transformações decorrentes das influências ocidentais.

Em relação a essa perspectiva da informação como uma forma importante de adquirir conhecimento, nas entrevistas desta pesquisa foi notada uma abordagem em que o conhecimento era frequentemente mencionado quando se abordava a informação, o que é crucial para compreender as diferenças entre as perspectivas ocidentais e indígenas em relação ao saber.

No relato de P15, foi enfatizada a importância da transmissão de conhecimento como uma prática fundamental em sua profissão: “*É transmitir conhecimento, né? Pra mim seria isso*” Essa frase demonstra o entendimento de que o conhecimento deve ser compartilhado para que os alunos possam adquirir as informações necessárias para desenvolver suas habilidades e competências.

Além disso, outra perspectiva ressaltada é a relevância do conhecimento como um recurso pessoal inalienável. Durante um diálogo com seus alunos, P3 ressaltou a importância de refletir sobre a necessidade de aprendizado, mencionando:

Daí eu falo pra eles, que às vezes eles falam que não é necessário aprender, mas pensa assim, quanto mais conhecimento você adquirir (sic), quanto mais você conseguir fazer alguma coisa pra você aprender. É importante, né? Todo conhecimento é seu, ninguém toma de você.

Essa visão enfatiza a valorização das oportunidades de adquirir novas informações, reconhecendo que esse aprendizado é essencial para a vida e não pode ser desperdiçado.

No que se refere à percepção dos alunos em relação ao conhecimento, P9 expressou: *"Informação? é uma fonte de conhecimento que...ah, eu vou explicar, é uma fonte de conhecimento oral, algum tipo de conhecimento, algo do tipo eu acho."* Essa declaração revela que os alunos reconhecem a informação como uma fonte de conhecimento, porém ainda carecem de uma compreensão mais clara sobre o que realmente constitui o conhecimento e como ele é adquirido. Nota-se que os entrevistados reconhecem a conexão entre informação e conhecimento, mas encontram dificuldade em distinguir e expressar claramente a diferença entre esses dois conceitos de forma separada. Isso reflete uma percepção intuitiva de que ambos estão interligados, mas a capacidade de articular essa relação de maneira mais refinada ainda está em desenvolvimento.

Nesse contexto, os relatos dos povos Terena e do povo Tupinambá da Bahia se entrelaçam, revelando uma visão de mundo baseada em conhecimentos ancestrais. De acordo com Rosaboni et al. (2022), um representante da etnia Tupinambá, enfatiza a transmissão desse conhecimento por meio de uma educação ancestral que remonta às origens das comunidades. Valorizando profundamente os anciões, reconhecem-nos como guardiões de saberes ancestrais, incluindo a sabedoria da cura e a preservação da natureza. Além disso, os Tupinambás abraçam a ideia de múltiplos universos coexistindo harmoniosamente. Essa sabedoria ancestral é considerada uma fonte inestimável, enraizada em uma compreensão holística do mundo, que preserva a cultura e a identidade desses povos indígenas.

Em uma perspectiva complementar, Popygua (2023) ressalta a complexidade do processo de compreensão do conhecimento, que é dinâmico e interdependente, pois outros podem contribuir para sua construção. O autor destaca que não há necessidade de buscar um conhecimento absoluto, refletindo a natureza coletiva do aprendizado, onde diferentes experiências enriquecem o entendimento comum. Adigun (2014) complementa, afirmando que em comunidades indígenas de países em desenvolvimento, fatores como analfabetismo, barreiras geográficas e pobreza dificultam o acesso ao conhecimento, acentuando desigualdades e reforçando a necessidade de políticas públicas inclusivas.

Além da visão dos povos indígenas nascidos na aldeia, existem também crianças na aldeia Bananal que foram acolhidas e adotadas por essa comunidade, embora não tenham nascido lá. Diante desse contexto, surge o anseio de P9, que expressa sua vontade de aprofundar seu conhecimento e estreitar sua conexão com a rica cultura indígena: *"E outro tipo de informação também é o conhecimento daqui desse povo também, que eu ainda conheço pouco, então eu também tô conhecendo ainda, então é um tipo de informação, não deixa de ser"*.

Seu relato evidencia o reconhecimento de que esse conhecimento, mesmo ainda em processo de obtenção, é um elemento essencial que não pode ser subestimado nem negligenciado.

A questão da vivência entre dois mundos, o mundo de origem e crescimento de um indivíduo, é também discutida pela etnia Guarani. Conforme apontado por Guarani (2020) a importância de as escolas estarem preparadas para acolher e auxiliar no equilíbrio entre a sabedoria indígena e a sabedoria não indígena, com o objetivo de preservar a cultura e, ao mesmo tempo, proporcionar uma imersão cuidadosa dos jovens indígenas no conhecimento tecnológico não indígena.

Com relação à informação desempenhando um papel crucial na sociedade é evidente a constante necessidade de estarmos atualizados em relação ao mundo ao nosso redor. Em uma entrevista, foi evidenciado um sentimento unânime de que a informação é vital em todas as situações, como ressaltado por P2: *"A informação é tudo o que acontece, né? no dia a dia, é... o que a gente tá vivendo, né? são informações, o que a gente repassa pros nossos alunos são informações."* Este depoimento reforça a ideia de que a informação é indispensável, afetando todos os aspectos de nossas vidas e constituindo a base do conhecimento que compartilhamos com os outros.

Os povos indígenas possuem uma cosmovisão que molda seu estilo de vida, priorizando seu contexto interno e concentrando-se nas questões que afetam diretamente sua comunidade. A pesquisa de Chatman (1999) que analisou populações mais vulneráveis, identificou que essas populações só se envolvem com informações externas quando algo é crítico e há uma expectativa coletiva de relevância e benefícios locais. Esse padrão de comportamento também pode ser observado na aldeia Bananal, onde alguns eventos e notícias que ocorrem no mundo externo não recebem tanta atenção, como evidenciado pelo relato de P3: *"Aqui na aldeia, como a gente fica muito aqui, né? a gente fica informado com as coisas aqui dentro da aldeia mesmo, pra fora assim a gente não(...)tem algumas coisas que chamam a nossa atenção, né?"*. Essa abordagem reflete a importância atribuída à preservação da cultura, tradições e necessidades da comunidade indígena, consolidando a obtenção de informações dentro do âmbito local e direcionado aos interesses internos da aldeia.

A cultura comunitária dos povos indígenas é caracterizada pelo profundo respeito pelos líderes e pela transmissão de informações por meio deles, como destaca P17 ao descrever seu papel nas reuniões da comunidade:

é, assim, mas assim funciona dentro da reunião eu falo, joga as necessidades, as propostas, as demandas e coletivamente a gente encaminha essas demandas, entendeu? resolve, decide de forma coletiva, algumas registrada⁵⁶ com a assinatura de todos, outras de forma oral mesmo, entendeu? e todo mundo reconhece, aceita, sabe?

Essa abordagem valoriza a participação coletiva, fomentando a união e a resolução conjunta dos desafios enfrentados pela comunidade indígena. Quando a informação está exclusivamente nas mãos de uma única pessoa, como é o caso dos anciãos de certas etnias, há uma concentração excessiva de poder, o que pode resultar na perda de informações.

De acordo com a pesquisa de Villiers (2021, p.169) em que entrevistou um arquivista chefe de um centro cultural indígena, foi destacado que "But, if the person died without transcribing the information, or telling the information, so that we can keep it inside the library and archives, then the whole community dies on the same day"⁵⁷. Essa dependência pode ter consequências devastadoras para a preservação da cultura e identidade da comunidade. Portanto, é fundamental conscientizar sobre a importância de armazenar informações adequadamente e compartilhá-las de maneira apropriada, pois a disseminação do conhecimento é essencial para garantir a continuidade e o fortalecimento da cultura.

É fundamental destacar que a transmissão de informações aos povos indígenas ocorre majoritariamente por via oral, sendo difundida por meio de suas culturas e expressões corporais. Essas formas de comunicação são veículos de conhecimento que são disseminados por meio de histórias, lendas, tradições, desenhos, rituais, músicas e danças, embasados em uma abordagem holística e espiritual. Nesse contexto, a informação é percebida como um meio para estabelecer conexões com a natureza, os antepassados e o mundo espiritual.

A percepção de que a informação é transmitida oralmente é destacada em P17 sobre como ele informa a comunidade através da rádio:

⁵⁶ Palavra de acordo com a fala do entrevistado.

⁵⁷ Mas, se a pessoa morre sem transcrever a informação, ou contar a informação, para que possamos guardá-la na biblioteca e nos arquivos, então toda a comunidade morre no mesmo dia.

...agora eu tô usando pra levar informação, inclusive hoje de manhã eu tava lá falando sobre essa inauguração do posto, falando sobre a eleição que vai ter, enfim, né? e as igrejas usam, as famílias usam, porque tem hoje já se pegou né o costume aqui tá virando tradição também fazer eventos de arrecadação de dinheiro, rifa, é festival de prêmio e tudo mais.

Essa abordagem ressalta como a informação oral fortalece os laços culturais e sociais, valorizando tradições e fomentando a participação ativa da comunidade. Quando consideramos a experiência da aldeia Bananal, podemos observar uma afinidade com a pesquisa conduzida por Ramírez Velázquez (2007) na comunidade Tepehua, no México. O referido estudo revelou que os indígenas dessa comunidade possuem um conhecimento específico sobre o universo da informação, no qual a comunicação oral desempenha um papel central na interpretação e compreensão dos dados, enquanto a escrita é considerada secundária. A similaridade dessa abordagem na aldeia Bananal sugere que os indígenas nessa região também valorizam a transmissão oral da informação em detrimento do meio escrito.

As narrativas expostas na entrevista corroboram com a visão do pesquisador Paiva (2014) na temática da informação para os povos indígenas, em que ele enfatiza que a informação indígena engloba uma diversidade de textos, independentemente do meio de expressão utilizado, e abarca tanto o conhecimento produzido pelos próprios povos indígenas quanto o conhecimento que versa sobre eles. Essa perspectiva ampla e inclusiva reconhece a importância de valorizar e respeitar os saberes indígenas, além de promover o acesso a informações que contribuam para a compreensão e valorização da rica diversidade cultural dos povos indígenas.

As concepções de Menezes (2021)<https://www.zotero.org/google-docs/?14blak> complementam a abordagem de Paiva, oferecendo uma perspectiva adicional sobre a ontologia informacional ameríndia. De acordo com Menezes, os povos indígenas possuem uma abordagem singular para lidar com a informação e o conhecimento, rejeitando padrões e formas eurocêntricas impostas. Em vez disso, desenvolvem coletivamente suas próprias formas de compartilhar informações, baseadas em perspectivas mutáveis. Essa abordagem valoriza a fluidez e transformação constantes do conhecimento, oferecendo uma visão enriquecedora e alternativa sobre a interação e compreensão do conhecimento.

Nesse sentido, os povos indígenas manifestam uma compreensão da importância de obter mais informações e conhecimentos externos para enfrentar os desafios modernos, como a preservação de seus territórios e a defesa de seus direitos. Longe de renegar sua cultura, eles percebem que o acesso a informações complementares fortalece sua capacidade de

adaptação. Ao integrar saberes tradicionais e contemporâneos, os povos indígenas buscam harmonizar a preservação de suas identidades culturais e estilos de vida únicos com as ferramentas necessárias para lidar com as pressões externas, assegurando, assim, a sobrevivência de suas comunidades e territórios.

A análise das diferentes percepções sobre o conceito de informação revela sua complexidade e a multiplicidade de formas por meio das quais é compreendida, transmitida e utilizada. Enquanto a visão ocidental enfatiza a materialidade da informação e sua relação com o conhecimento registrado, as comunidades indígenas demonstram uma abordagem mais holística, onde a oralidade e a experiência coletiva desempenham papéis fundamentais na preservação e circulação do saber. Esse contraste não apenas evidencia a diversidade de entendimentos sobre a informação, mas também reforça a necessidade de considerar os contextos socioculturais que moldam seu uso e significado. Diante disso, aprofundaremos a seguir a discussão sobre as necessidades informacionais dos Terena da aldeia Bananal.

7.2 As necessidades informacionais dos Terena: um panorama

Esta categoria tem como objetivo identificar os recursos informacionais utilizados pelos participantes da Aldeia Bananal em seu cotidiano, tanto no âmbito familiar e de lazer quanto no contexto escolar, analisando sua função, utilidade e formas de uso. A partir das observações e entrevistas realizadas, foram coletados dados que permitiram uma reflexão aprofundada sobre as necessidades informacionais dessa comunidade, levando em consideração a composição dos grupos e as diferentes faixas etárias dos participantes.

Na análise dos resultados, constatou-se que alguns entrevistados demonstraram interesse específico pelo acompanhamento de **notícias regionais**, com ênfase no desejo de se manter informados sobre o desenvolvimento da comunidade e outros temas diversos. A preferência expressa por esses participantes foi pelo consumo de notícias por meio de jornais televisivos, como evidenciado nos relatos coletados:

Ah, eu gosto de acompanhar a notícia, né? do nosso Estado. Eu gosto de acompanhar pra ver o que acontece, no Estado mesmo, essas coisas mesmo, sobre desenvolvimento, sabe, como, se tá indo bem, tá indo mal, essas coisas assim. (P3)

... eu assisto, jornal também eu gosto muito de me informar em jornal, geralmente eu assisto a noite com os meus pais. (P9)

Então, o que me chama a atenção no jornal assim é quando, quando é sobre mais de política, né? onde envolve muitas das vezes, agora que tá entrando as mulheres, né? isso aí eu acho interessante também. (P7)

Os relatos revelaram que, além de servir como uma fonte de informação, o jornal televisivo atua como um meio de engajamento com temas necessários de relevância social. Para os entrevistados, a mídia televisiva continua sendo considerada uma fonte confiável, desempenhando um papel essencial não apenas na disseminação de informações, mas também na criação de um espaço para interações familiares e sociais. Essa observação também foi identificada na pesquisa de Du & Haines (2017), em que a televisão é vista como um elemento integrador e informativo, atendendo à categoria de necessidades de informação social conforme apontado por Tague et al. (1976).

Um aspecto identificado foi o interesse dos participantes por notícias relacionadas à **situação territorial dos povos indígenas brasileiros**, especialmente as discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 48/2023) no Congresso Nacional, que trata do marco temporal⁵⁸ para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. Esse debate representa um retrocesso significativo na garantia de seus direitos territoriais e culturais, fazendo com que suas necessidades informacionais se concentrem em torno dessa temática, que afeta toda a população indígena, inclusive as aldeias próximas à Bananal que ainda não foram homologadas. Essa circunstância faz com que suas necessidades informacionais se concentrem em torno dessa questão, que afeta toda a população indígena, inclusive aldeias próximas à Bananal que ainda não foram homologadas⁵⁹, conforme apontam os relatos:

... só essa questão da demarcação, essas coisas a gente acompanha mais, né? (P3)

⁵⁸ Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>

⁵⁹ <https://jnediario.com.br/indigenas-fecham-br262-na-altura-da-entrada-do-distrito-de-taunay-em-aquidauana/>

Bom, aí quando tem esses movimentos, a gente procura acompanhar, né? depois... porque a luta é grande, né? (P18)

As notícias relacionadas ao território são amplamente veiculadas na mídia televisiva e compartilhadas pelas redes sociais, sendo disseminadas por diversas etnias indígenas que estão frequentemente presentes em Brasília para defender seus direitos. Esses depoimentos reforçam, conforme argumentado por Calva González (2007), que fatores externos influenciam diretamente as necessidades informacionais dos usuários. Ademais, como ressalta Chakrabarti (2001), as necessidades de informação de uma comunidade estão profundamente vinculadas ao seu grau de desenvolvimento social.

Cada contexto comunitário apresenta diferentes graus de necessidades informacionais. No caso da pesquisa de Chakrabarti (2001), com a comunidade Totos, uma etnia da Bengala Ocidental que vive de forma mais isolada, as entrevistas revelaram mudanças significativas no estilo de vida. Tradicionalmente, suas moradias eram construídas com bambu, mas as transformações nas condições de vida resultaram em 68% dos entrevistados expressando a necessidade de informações relacionadas à escolha por habitações modernas. Esse cenário contrasta com o vivido pelos Terena, que enfrentam desafios diferentes, ligados mais diretamente à preservação de suas terras e cultura, o que reflete uma outra dinâmica de necessidades informacionais voltadas para questões territoriais e de identidade.

Esses exemplos demonstram que as comunidades, com seus modos de vida específicos, são responsáveis por revelar suas demandas nas mais diversas áreas do conhecimento. Não se pode partir da ideia pré-concebida de que, por estarem em contextos isolados, essas comunidades não estão cientes de suas necessidades ou não buscam ativamente soluções para os desafios que enfrentam. Pelo contrário, essas populações demonstram uma consciência clara de suas carências informacionais e da importância de obter os recursos necessários para melhorar suas condições de vida (Leite, 2011).

Na análise dos tipos de informação utilizados no **ambiente escolar**, emergiu que este espaço funciona como um catalisador fundamental para a revelação de aspectos delineados por Dervin (1999). O autor destaca não apenas a influência dos contextos físico, social e psicológico, mas também a importância crucial dos planos e sonhos individuais na construção da realidade. Essa realidade é percebida e moldada de maneira singular por cada indivíduo. Os dados obtidos revelam que os estudantes indígenas entrevistados da Aldeia

Bananal reconhecem a relevância da informação para atender suas necessidades informacionais no ambiente escolar. Isso é exemplificado pela fala do entrevistado P9: *“Procuro saber mais, assim, quando a professora pede para a gente pesquisar sobre a escola.”*

Essa percepção foi reforçada durante a entrevista com o grupo focal, onde outros estudantes também ressaltaram a importância de pesquisas direcionadas por demandas escolares. Esse sentimento encontra ressonância na pesquisa de Valdez Angeles (2010), realizada com os indígenas migrantes da cidade do México, que também revelou um interesse significativo dos entrevistados por temas educacionais, associado a uma preocupação com a sobrevivência familiar e comunitária.

Nas entrevistas e observações realizadas, evidenciou-se uma clara consciência dos participantes em relação aos seus planos de vida. Um exemplo disso foi o relato do participante P8, que destacou seu interesse particular pela área de odontologia, na qual aspira atuar profissionalmente. Ele demonstrou um foco nítido em adquirir conhecimentos específicos sobre práticas dentárias, relatando que, após se formar, pretende retornar à aldeia para exercer sua profissão e auxiliar a comunidade, que atualmente não conta com um dentista. Esse relato reforça o reconhecimento da importância do estudo como um pilar essencial para seu desenvolvimento profissional e para o crescimento econômico de sua comunidade.

A situação observada na Aldeia Bananal ecoa a experiência de uma estudante da etnia Atikum, que busca concluir a graduação em Serviço Social para ajudar seu povo, pois na aldeia onde reside não há assistente social, e é necessário chamar profissionais de fora (Lemos, 2021). De maneira semelhante, a investigação de Novak & Robinson (1998) sobre estudantes universitários indígenas da Queensland University revelou que esses estudantes enxergam a educação superior como uma ferramenta estratégica, com o objetivo de devolver à comunidade os benefícios de sua formação acadêmica.

Além de buscar o desenvolvimento pessoal, esses estudantes também manifestam um compromisso firme com a preservação de suas identidades culturais. Esse equilíbrio entre progresso pessoal e preservação cultural sublinha uma estratégia holística que reflete a importância da informação e da educação como meios de empoderamento pessoal e coletivo.

Ao analisar os interesses informativos dos professores entrevistados, verificou-se que, conforme observado por Savolainen (1995), o papel docente envolve a constante atualização sobre temas relevantes à sociedade, o que contribui para a construção de um capital cultural robusto. Essa necessidade de atualização reflete-se na abrangência dos temas acompanhados, com a priorização de certos assuntos em função de sua relevância imediata ou impacto no contexto educacional.

A categoria de necessidades de **informações profissionais**, mencionada por Tague et al. (1976) foi identificada nos relatos de alguns participantes do grupo de professores. O participante P2 exemplifica essa dinâmica ao mencionar que o seu interesse informacional é relacionado a questões da sua área de trabalho; no entanto, é indispensável manter-se informada sobre a política e outros acontecimentos relevantes. Similarmente, o participante P3 da pesquisa destacou a importância de acompanhar o aumento de preços, que são monitorados mais de perto devido a seus impactos diretos no seu dia a dia. Essas observações sublinham a dualidade das necessidades informacionais por parte dos educadores, em se interessar pela promoção do seu enriquecimento profissional ao mesmo tempo em que se preocupam em servir como ferramenta para responder de maneira informada e sensível às necessidades e preocupações de suas comunidades escolares.

Quando questionados sobre os temas de interesse que exploram em seus **momentos de lazer**, os participantes revelaram uma ampla gama de assuntos. Esse leque de interesses reflete a observação de Savolainen (1995), de que a informação é percebida como uma ferramenta para atingir diversos objetivos e tornar a vida cotidiana mais significativa. Os relatos a seguir exemplificam essa diversidade:

Um dos depoimentos, oferecido pelo participante P1, ilustra um profundo envolvimento com a cultura Terena, enfatizando uma conexão pessoal e a preocupação em preservar suas tradições:

Mais da cultura, né? que eu sou falante assim da língua Terena, mas eu não sei a parte escrita. Aí o meu pai já é de idade, daí sempre eu procuro conhecer mais da cultura como que era, como que aconteciam as coisas. (P1)

Em outro relato, o foco se desloca para a dimensão espiritual, mostrando como a religião e a saúde se tornaram temas centrais durante a pandemia:

Ah, um seria da religião mesmo. Seria um que a gente gosta de transmitir, por a gente frequentar uma igreja, né? E eu acho que hoje em dia a gente tá vivendo o negócio da

pandemia, em questão de cuidados, né? que foi que nós abordamos mais desses anos no decorrer de 2020 a 2021 e preservar a saúde. Isso foi mais o que a gente tratou dentro da família, dos colegas (P15).

Nas observações realizadas, foi notada a presença significativa de igrejas na aldeia, evidenciando o impacto da evangelização promovida pelos missionários, que resultou em uma profunda alteração cultural entre os Terena. Essa influência transformou a prática religiosa na comunidade e, possivelmente, suas necessidades informacionais. Um reflexo dessa mudança pode ser observado na programação da rádio local, onde uma parte expressiva das solicitações dos ouvintes é voltada para a transmissão de músicas evangélicas.

Outro tema de interesse identificado entre as mulheres entrevistadas foi por informações relacionadas à culinária. Esse interesse está diretamente ligado ao papel tradicional das mulheres Terena, cuja função, historicamente, estava associada às atividades domésticas, enquanto os homens se dedicavam às práticas agrícolas. As entrevistadas destacaram a necessidade de ampliar seus conhecimentos culinários, como evidenciado nos relatos:

Só mais culinária, gosto de cozinhar, essas coisas. (P3).

...é mais de culinária, né? (P7).

...Daí quando eu tô em casa eu gosto de cozinhar, daí eu procuro receitas. (P2)

Ao questionar o grupo de indivíduos mais jovens, observou-se uma ampla diversidade nos temas que despertam seu interesse, reforçando a observação de Savolainen (1995) sobre as disparidades nas necessidades de informação dentro de um mesmo grupo social com níveis de escolaridade similares. A diversidade dos tópicos de interesse é evidente nos relatos coletados:

Olha, geralmente eu vejo muito muita teoria, de do universo, de física quântica,,é.. do universo “memo”(sic), do corpo humano eu acho muito massa, eu gosto muito. (P9).

Eu gosto de ler leituras e poetas. (P10)

Eu gosto de ler mais livros que falam sobre séries. (P12)

É mais história assim, tipo aqueles, até esqueço o nome dos livros lá. (P7)

Gosto de livros que vem mais história antiga, né? Que é bem interessante. (P6)

Vídeo de filme, que a gente assiste eu e meu irmão lá em casa. (P13)

Novelas. (P6).

Os relatos coletados na aldeia Bananal estão em consonância com os achados de estudos realizados Alfaro Rincón(2014) com a etnia Tsotsil de Zinacantán, Chiapas, que também revelaram uma diversidade de interesses, incluindo temas como saúde, floricultura, música, computação e educação. Esses resultados também se alinham com a pesquisa de Okonkwo et al., (2022) na Nigéria, que identificou diversas necessidades informacionais, como apoio a tarefas escolares, aprendizado de novas habilidades, enfrentamento de desafios de saúde, interação no mercado e desenvolvimento pessoal.

Contudo, notou-se que alguns participantes optaram por não expressar suas opiniões. Esse fenômeno ecoa as observações de Devadason & Lingam, (1997) sobre a complexidade inerente à identificação das necessidades de informação. Segundo este autor, frequentemente, os usuários podem hesitar em divulgar suas verdadeiras necessidades informativas, seja para ocultar suas intenções, seja para evitar julgamentos ou induzir interpretações errôneas.

Quanto aos tipos de informação observados nas transmissões da rádio da aldeia Bananal, verificou-se que o perfil predominante dos programas é voltado ao entretenimento e à música. No entanto, também são disseminadas notícias sobre temas variados e de relevância para a comunidade, como a pandemia de COVID-19, futebol, auxílio emergencial, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assistência social, eventos culturais ligados à igreja, divulgação do comércio local, matrículas escolares, saúde, previsão do tempo, recursos agrícolas e hídricos, além de visitas da FUNAI.

Estes depoimentos destacam de maneira eloquente a significativa variação nas preferências informacionais, mesmo entre indivíduos de contextos educacionais e sociais semelhantes. Hjørland (2007) salienta que não há necessariamente uma correlação direta entre a dimensão mental de um indivíduo e suas necessidades de informação. Complementando esta visão, Talja & Nyce (2015) argumentam que a necessidade informacional pode ser motivada pelo prazer pessoal, pelo sustento de interesses ou hobbies ao longo da vida, ou simplesmente pela curiosidade inerente ao ser humano.

A análise das necessidades informacionais dos participantes da Aldeia Bananal evidenciou a ampla diversidade de interesses e contextos que orientam suas demandas por informação, abrangendo desde questões territoriais e culturais até temas ligados à educação, ao trabalho e ao lazer. Diferentes fontes, como a mídia televisiva, a rádio comunitária e as redes sociais,

desempenham um papel central na obtenção e disseminação da informação, demonstrando a interseção entre as tradições orais indígenas e as influências da sociedade digital contemporânea. Além disso, o acesso e o uso da informação variam conforme fatores como idade, profissão e inserção social, evidenciando a necessidade de abordagens diferenciadas para atender a essas especificidades. Dando continuidade à pesquisa, a próxima categoria aprofundará a análise das estratégias de busca informacional utilizadas pela comunidade, investigando os canais, as fontes e os desafios enfrentados nesse processo.

7.3 Estratégias e caminhos na busca de informação pelos Terena

Esta categoria tem como objetivo analisar o comportamento de busca de informação do povo Terena da aldeia Bananal, com foco na identificação dos meios pelos quais obtêm informações, sejam eles formais ou informais, bem como na natureza das fontes utilizadas — orais, escritas ou visuais. É pertinente ressaltar que esse processo de busca informacional pode sofrer modificações ao longo das vivências culturais, como ocorre nas situações de aculturação, que impactam significativamente a preservação das tradições e, conseqüentemente, a forma como as informações são buscadas e utilizadas no cotidiano.

Para compreender melhor as mudanças do comportamento de busca informacional, algumas questões focaram na perspectiva dos anciões, que possuem maior experiência com as formas tradicionais de troca de informações, quanto na população mais jovem, a fim de identificar possíveis transformações nos hábitos de busca de informação. No contexto Terena, essas transformações refletem diretamente as circunstâncias culturais, especialmente em relação ao acesso e à utilização de novas tecnologias.

Neste cenário, é crucial abordar o impacto do processo de aculturação nas fontes de informação das aldeias. As mudanças linguísticas, por exemplo, modificaram profundamente a forma de transmissão cultural, especialmente em períodos nos quais os recursos tecnológicos ainda não haviam penetrado essas comunidades. A principal via de preservação e disseminação do conhecimento era a oralidade, com as narrativas

transmitidas em rodas de conversa, prática comum entre as gerações mais antigas. Conforme relatado pela entrevistada:

Quando nós éramos crianças, até no meu tempo, quando era criança, a noite como não tinha TV, daí quando a gente começava a bagunçar, aí vovô chamava, vamos sentar, vamos conversar, aí fazia fogueira, era muito comum, fazia fogueira, aí contava história, às vezes que eles ouviam de pessoas, tataravô, bisavô essas coisas assim, sabe? daí acaba morrendo também, né? muitos remédios que a gente sabia, agora não acha também mais, muita coisa tem que ser catalogada sabe, tem que ser exposto, tem que ficar ali pra leitura desses lugares, assim, né?(P3)

No relato de P3, foi evidente uma transformação ao longo do tempo no processo de transmissão de informações na aldeia Bananal. Essa mudança não apenas influenciou a forma como as informações eram compartilhadas, mas também redefiniu os canais disponíveis para tal propósito. Há uma conscientização do risco iminente de perder grande parte do conhecimento dos anciões com o seu falecimento, sendo que tal sabedoria pode não ser transmitida aos mais jovens. Este perigo é ressaltado por Mori (2020), que destaca que, quando um ancião parte, perdemos uma autêntica biblioteca viva de conhecimento tradicional, que engloba não apenas sua língua, mas também seus costumes, danças e música.

Contrastando com a preocupante situação na aldeia Bananal, onde a transmissão de conhecimento pelos anciões parece estar se dissipando, a pesquisa conduzida por Chakrabarti (2001) junto à etnia Totos, na Austrália, revelou que essa comunidade ainda valoriza e obtém informações por meio de seus anciões, do chefe da comunidade, do padre ou líder religioso. Além disso, a pesquisa de Dlamini (2016) na província de KwaZulu-Natal, na África do Sul, destaca o notável respeito que os jovens dedicam aos seus anciões, bem como os ensinamentos que foram obtidos por estes, além da preservação do costume dos avós contarem histórias após o jantar.

Os relatos dos entrevistados destacaram uma limitada percepção em relação à utilização da fonte oral interpessoal como meio de informação, apesar da estrutura de poder participativa observada na aldeia Bananal, habitada pelo povo indígena. Conforme enfatizado por P18, a administração da aldeia se assemelha à gestão de uma cidade, com a participação de todos nas decisões. Nessa analogia, o cacique desempenha o papel de prefeito, o vice-cacique atua como vice-prefeito, o presidente do conselho representa o presidente da câmara, e os conselheiros assumem funções semelhantes aos membros da câmara de vereadores. A

liderança do cacique é crucial para coordenar a população e desempenha um papel essencial na transmissão da fonte oral de informações na aldeia.

As reuniões ou assembleias realizadas na aldeia Bananal, lideradas pelo cacique são predominantemente realizadas no Centro de Eventos (Figura 11), estas são cruciais para fomentar a unidade comunitária mediante decisões coletivas. Esses encontros aprimoram a tomada de decisões conjuntas e intensificam a comunicação entre os membros, servindo como canais para a troca de informações. A elaboração de atas manuscritas pelo secretário do cacique, uma tarefa voluntária dada a natureza não remunerada das funções administrativas, é crucial para registrar esses eventos, embora possa haver atrasos na documentação. A preservação de um arquivo histórico, conforme ressaltado pelos entrevistados P17 e P18, sublinha a relevância de manter viva a memória das decisões e do legado comunitário para as futuras gerações.

Essa ata que está comigo é do homoheu⁶⁰ pra cá, entendeu? Tanto é que o homoheu rasgou, rasgou várias folhas. Acho que foi nos outros períodos. (P17)

Então a gente não tem registrado as reuniões... Por exemplo, ainda não coloquei no papel, porque eu estou correndo pra lá e pra cá.(P17)

...todos os caciques que passaram sempre tiveram livros de registros, só que esses livros a gente não teve o cuidado de guardar eles, e algum local, né? isso aí também hoje a gente tá sentindo a necessidade de registrar e conversar a história da nossa comunidade. (P18)

⁶⁰ Para proteger o nome verdadeiro, foi utilizada a expressão homoheu que em terena significa rapaz (Silva, 2013).



Figura 11-Centro de Eventos da Aldeia Bananal.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2021).

Os relatos fornecidos pelos entrevistados destacaram lacunas e extravios nos registros informativos das gestões da liderança na aldeia Bananal, incluindo dificuldades na mão de obra para atualizar as atas das reuniões atuais. Essa problemática compromete diretamente a integridade histórica da governança da entidade. De maneira semelhante, a pesquisa de Amaral (2018) expõe uma situação análoga na etnia Karipuna, evidenciando que a ausência do documento original relativo à remarcação de terras no território indígena Juminã poderia impactar na garantia de direitos territoriais. Essas circunstâncias ressaltam a atual preocupação de lideranças de diferentes etnias quanto à utilização da fonte escrita como meio fundamental para salvaguardar as decisões e discussões nas respectivas aldeias.

Além das reuniões estabelecidas com a liderança da aldeia Bananal, a comunidade Terena também participa ativamente da Assembleia do Povo Terena. Em sua 16ª edição, realizada em 2023, esta assembleia reuniu líderes, caciques, professores, jovens e mulheres Terena, sendo responsável pela elaboração da agenda de ações e do plano de atuação do Conselho Terena. Adicionalmente, a Assembleia da Juventude Terena, em sua 6ª edição no mesmo ano, contou com a participação de aproximadamente 200 jovens de mais de sete aldeias do estado do Mato Grosso do Sul. Nesse evento, os jovens se mobilizaram para discutir temas

relevantes às suas comunidades, culminando na criação de uma carta que expressa as questões identificadas pela juventude.

Os **documentos gerados** nessas assembleias desempenham um papel crucial, uma vez que são encaminhados à Defensoria Pública da União (DPU) e a órgãos estaduais e federais. A preservação meticulosa dessas atas de assembleias assume, portanto, uma importância vital, utilizando o papel como suporte fundamental para a salvaguarda das narrativas da comunidade, como demonstrado no estudo conduzido por Paiva (2013) em relação a relevância das narrativas elaboradas pela etnia potiguará, foi constatado que as narrativas não apenas representam fontes de conhecimento, mas diferenciam-se das abordagens tradicionais por serem construídas de maneira autêntica pelos próprios indígenas. Essa prática contribui substancialmente para o conceito de "lugar de fala", conforme investigado por Ribeiro (2017) representando um rompimento com o silêncio historicamente imposto àqueles que foram subalternizados. Esse movimento revela-se como uma iniciativa significativa, buscando desafiar e transcender as hierarquias previamente estabelecidas.

A liderança comunitária desempenha um papel fundamental como fonte valiosa de informações para a comunidade, frequentemente utilizada como uma orientação para resolver problemas, conforme definido por Byström & Järvelin (1995). Esta abordagem, denominada "orientada para o problema", torna-se especialmente evidente em situações críticas em que decisões importantes precisam ser tomadas com a participação ativa das pessoas afetadas. Durante uma de nossas entrevistas, um exemplo concreto dessa dinâmica surgiu quando um participante precisou de uma breve interrupção para lidar com uma situação atípica na aldeia⁶¹. Essa situação reforçou a observação de Savolainen (1995) de que a busca por informações para resolver problemas específicos está intrinsecamente ligada aos valores, atitudes e características do modo de vida da comunidade. Neste contexto específico, a interrupção ocorreu devido a uma particularidade cultural dos povos indígenas, realçando a importância de compreender e respeitar tais nuances ao abordar questões locais.

Ao contrário do que foi apresentado nos relatos desta pesquisa, as fontes informais interpessoais predominam em algumas etnias, como destacado por Chakrabarti (2001), no caso dos Totos, a preferência pela fonte de informação oral é evidente, considerando-a mais confiável e autêntica, além de ser uma maneira de garantir que o conhecimento indígena

⁶¹ Mais detalhes do acontecimento no diário de campo no dia 23 de novembro de 2021.

não se disperse para além da comunidade. Da mesma forma, o estudo de Valdez Angeles (2010) com migrantes Nahuas do México, também identificou que 52% dos entrevistados obtêm informações oralmente, recorrendo principalmente a amigos e familiares como fonte principal quando surgem dúvidas.

Quanto ao uso de uma fonte de **informação oral**, alguns relatos transcritos abaixo indicaram que a rádio local da aldeia Bananal⁶²(Figura 12), desempenha um papel crucial com sua transmissão via ondas de rádio e por facebook, facilitando a disseminação de informações ⁶³ para aqueles que não possuem acesso ou familiaridade com outros meios tecnológicos. Wilbricht (2020) destaca que a incorporação da rádio comunitária em uma aldeia indígena representa um meio essencial de resistência indígena. Os relatos desta pesquisa corroboram com essa perspectiva:

Aqui em relação a comunidade, nossa rádio, né? tem a rádio aqui que a gente ouve e fica por dentro das coisas que acontecem, né? (P3)

...Agora com a família assim, meus pais não são alfabetizados, a informação vem mais pela TV, né? Eles assistem mais, também escutam o rádio. (P2)

Nas diversas comunidades indígenas, a influência do contexto é evidente na forma como as transmissões de informações via rádio se manifestam. A pesquisa de Wilbricht (2020) em uma comunidade indígena no Alasca, destaca restrições específicas ligadas a elementos culturais sagrados, apesar da rádio ser amplamente utilizada em emergências climáticas. No Brasil, a rádio *Yakera Jokonae*⁶⁴ emerge como um meio crucial para migrantes indígenas da Venezuela, permitindo que se mantenham informados e compartilhem experiências na busca por uma nova vida (Irnaldo & Hugueney, 2020). Essa diversidade de experiências com as rádios indígenas destaca a importância de compreender as distintas dinâmicas culturais e sociais envolvidas no seu uso, evidenciando que sua eficácia pode variar consideravelmente conforme o contexto específico em que é empregada.

⁶² A rádio foi criada pela própria comunidade, que doou os materiais para sua implementação, e é mantida por voluntários dedicados. A programação acontece semanalmente ao vivo, sendo transmitida não apenas pelo rádio, mas também pela página do Facebook, em que ficam registradas em sua página para audição posterior. Algumas transmissões contam com a participação do cacique e convidados especiais. Os ouvintes têm a oportunidade de pedir suas músicas favoritas e interagir através de comentários na página do Facebook da rádio.

⁶³ Ver o diário de campo com o registro de algumas notícias das programações.

⁶⁴ Esta é uma das estratégias do Alto Comissariado das Nações Unidas para RefugiadosAO (ACNUR) para fortalecer a proteção das populações indígenas venezuelanas no norte do país. Em parceria com o Instituto Mana e Secretaria Municipal da Mulher Assistência Social e Cidadania de Manaus (SEMASC). Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/85790-r%C3%A1dio-comunit%C3%A1ria-engaja-refugiados-e-migrantes-ind%C3%ADgenas-em-manau>



Figura 12-Rádio da Aldeia Bananal.

Fonte: Arquivos da pesquisa (2021).

O emprego da **oralidade como uma fonte de informação** engloba gestos, olhares e expressões corporais. Seguindo essa concepção, além da transmissão oral por meio de narrativas pelos anciãos, os povos indígenas também se utilizam de danças, cânticos e cerâmicas como veículos de expressão e comunicação. Durante esta pesquisa, ao observar o campo na aldeia Bananal, especialmente durante o evento organizado pelo Saberes Indígenas, foram apresentados elementos culturais, como a performance da Dança do Bate Pau, Dança da Ema ou *Kohixoti Kipaé* (na língua nativa)⁶⁵, uma dança realizada por homens e a performance cultural conhecida como *Siputrena*⁶⁶, uma dança realizada por mulheres, além da interpretação de uma canção por uma anciã em sua língua nativa.

⁶⁵ Essa dança é executada por homens ou crianças do sexo masculino Terena, era originalmente um ritual festivo nas aldeias, celebrando eventos como boas caças, cerimônias de casamento e colheitas abundantes. Atualmente, esse ritual adquiriu novos significados, incluindo a representação dos Terena que participaram da Guerra do Brasil com o Paraguai, demonstrando as estratégias empregadas contra os inimigos (Oliveira, 2016).

⁶⁶ Essa dança é executada exclusivamente pelas mulheres Terena, tinha inicialmente a finalidade de homenagear os guerreiros após retornarem de batalhas contra o inimigo ou de caçadas, trazendo carne para

Essas danças são realizadas em ocasiões importantes para o desenvolvimento da comunidade e quando autoridades públicas visitam a aldeia, como uma forma de expressar gratidão pelo que essas autoridades contribuem para a melhoria da comunidade (Oliveira, 2016). Isso confirma que a expressão da cultura Terena vai além da oralidade, atuando na busca de estabelecer uma forma de comunicação com pessoas de fora da aldeia, evidenciada pelos rituais, simbolismos nas pinturas corporais, colares e vestimentas, que evoluíram com o tempo na substituição de recursos que preservam a fauna e flora.

A música executada por uma anciã durante o evento do Saberes Indígenas se revela nos momentos mais significativos da vida na aldeia, sendo atualmente uma prática rara realizada por poucas anciãs. Elas desempenham um papel crucial em celebrações festivas e rituais fúnebres, expressando sentimentos nobres em um tom especial que é ouvido e respeitado por todos. Conforme indicado por Gregor et al. (2023) a música e a dança representam meios poderosos para expressar a identidade cultural. A relevância das artes performativas como fonte de informação é corroborada por Lilley (2010) cujo estudo sobre a etnia Māori concluiu que a representatividade da tradição é um método eficaz de armazenar conhecimento para o benefício das gerações futuras.

Essas expressões culturais preservadas pela etnia Terena representam uma forma de interconexão com sua ancestralidade, embora as novas gerações não adotem hábitos de aprendizado do canto. Essas manifestações constituem parte essencial do processo de transmissão de informações, atuando como difusoras da cultura Terena. Além de servirem como meio de divulgação para a própria comunidade, promovem um profundo senso de pertencimento, incluindo os participantes que colaboraram de alguma forma com sua comunidade.

A utilização das expressões culturais como uma ferramenta de divulgação cultural dos Terena emerge como um catalisador para inspirar as cidades vizinhas à aldeia Bananal a repensarem suas dinâmicas, promovendo a inclusão da diversidade dos Terena. A frequente presença dos povos indígenas nas áreas urbanas, seja para compras ou educação universitária, oferece uma oportunidade para estabelecer um diálogo mais significativo com os habitantes locais. A recente adoção da língua terena em uma placa de mercado (Figura 13) é um exemplo concreto dessa iniciativa, simbolizando não apenas um gesto de

alimentar suas famílias. Atualmente, a Siputrena é apresentada também para celebrar datas importantes na comunidade, assim como as danças masculinas (E. A. Oliveira, 2016).

acolhimento, mas também evidenciando que a promoção ativa da cultura indígena contribuiu para a ocorrência dessa troca intercultural, inclusive por meio de uma fonte escrita de informação (Alves, 2023).



Figura 13-Placa de mercado em língua Terena.

Fonte: Alves (2023)

Quanto à **busca de informações por meio da tecnologia**, na perspectiva dos povos indígenas, a transmissão de seus conhecimentos vai além do que a tecnologia pode oferecer a eles. Entretanto, há uma crescente preocupação com a possível falta de preservação adequada de seus conhecimentos ancestrais, contribuindo para a perda da identidade cultural enraizada em seus costumes e crenças, que formam uma conexão intrínseca com sua essência. Esta preocupação se torna evidente no relato compartilhado pelo entrevistado P18, que destacou como os novos recursos tecnológicos impactaram não apenas a transmissão oral, mas também as fontes de informação disponíveis no cotidiano da aldeia, conforme mencionado a seguir:

É, eu acho que quebrou muito esse sistema, sabe? porque hoje tudo tá inovado, né? tudo, na época não tinha esse negócio de é celular, essa essas coisas aí, hoje a internet, eu vejo que as jovens, os jovens de hoje eles ficam mais ligados, navegando o tempo inteiro,

esquece do pai, esquece da mãe e se os pais segurarem, não puxar firme mesmo, pra conversa, pra orientar, assim como pessoa, né? porque a internet não vai ensinar a pessoa a ser alguém, porque ali tem opções e a juventude você sabe, né? a juventude vai aquilo que pro momento é o que é bom e nem sempre o que é bom pra eles hoje a juventude não é bom pra vida deles depois, né? (P18)

O depoimento de P18 também indicou a percepção de que os jovens indígenas da aldeia Bananal demonstram desinteresse na troca de informações culturais com os anciãos. Paralelamente, ao analisar a narrativa desse mesmo participante, identificou-se que, atualmente, ele não manifesta interesse em obter notícias de fora de sua aldeia por meio de outros meios informacionais, conforme expresso: "*É, atualmente não estou acompanhando a televisão, tanto é que não estou sabendo de nada, não estou sabendo de nada.*" (P18)

E que também não possui o hábito de utilizar outros recursos: "*Eu tenho um celular, mas é só pra quando for pra cidade, né? eu ligo pra cá.*" (P18)

A falta de interesse na busca por informações é abordada por Savolainen (2017) que argumenta que essa falta de desejo não funciona como um catalisador, não sendo um fator inicial impulsionador para a busca de informações. Em contraste, a pesquisa de Souza (2002) que analisou a cultura dos Terena em uma aldeia urbana em Campo Grande/MS, destaca a valorização significativa atribuída à comunicação oral entre eles, juntamente com a notável preocupação dos jovens em documentar informações relacionadas a lendas, histórias e aspectos culturais importantes.

Algumas iniciativas pontuais são implementadas nas escolas indígenas para resgatar histórias com os anciãos, como constatado no evento de lançamento dos livros do projeto Saberes Indígenas na aldeia Bananal, onde os alunos apresentaram o projeto desenvolvido como atividade escolar, que incluía entrevistas sobre o relato histórico das esposas dos caciques. De maneira análoga, Rezende (2023) constatou uma pesquisa realizada por estudantes Terena da aldeia de Cachoeirinha em Miranda/MS, na qual obtiveram informações junto aos seus anciãos sobre ensinamentos relacionados ao céu, culminando em uma apresentação em um evento universitário.

Na comunicação oral, é comum que tanto o emissor quanto o receptor compartilhem um contexto. Entretanto, a escolha do canal de informação está intrinsecamente relacionada às necessidades individuais de cada pessoa. De acordo com Cyr et al. (2021), a idade, por si só, não é o fator determinante no comportamento de busca de informação. Em vez disso, aspectos como o contexto, a situação, os fatores sociais e o nível educacional influenciam

diretamente as escolhas dos indivíduos e o uso de ferramentas e recursos, sejam eles digitais ou físicos.

Essa influência do contexto pode ser observada de forma clara ao analisarmos a percepção da etnia Terena. Mesmo entre comunidades situadas em diferentes cidades, como a aldeia Bananal em Aquidauana e a aldeia urbana em Campo Grande, percebe-se que as suas necessidades de informação variam substancialmente. Isso implica na adoção de diferentes meios para atender essas demandas diversas, reforçando a singularidade de cada comunidade. Tal constatação destaca perfis informacionais distintos, que são moldados por suas circunstâncias culturais e sociais.

Em suma, a análise do comportamento de busca informacional da comunidade Terena na aldeia Bananal revelou uma dinâmica em transformação, especialmente em função do impacto da aculturação e das novas tecnologias. A oralidade, uma vez central no processo de transmissão de conhecimento, cedeu espaço para outros canais, como a internet, especialmente entre os jovens. Embora a internet tenha se tornado uma ferramenta essencial para o acesso à informação, o desafio do acesso desigual e a preservação das formas tradicionais de conhecimento continuam a ser questões críticas para a comunidade. Esse contexto de mudanças nos hábitos informacionais nos conduz ao próximo tópico, que examina o papel da mediação tecnológica no acesso aos recursos de informação.

A seguir, discutiremos como as ferramentas tecnológicas estão sendo implementadas para facilitar a conexão entre os usuários da aldeia Bananal e as fontes de conhecimento, assim como os desafios enfrentados na adoção dessas tecnologias.

7.4 Mediação da informação com recursos tecnológicos entre os Terena

Ao analisar os acessos e equipamentos informacionais utilizados pelos entrevistados, o objetivo não foi estabelecer uma abordagem quantitativa, mas sim compreender como a amostra escolhida utiliza esses recursos tecnológicos em seu cotidiano. O foco está em explorar de que maneira o uso dessas tecnologias pode atuar como mediador, seja

contribuindo para a preservação e disseminação de seus saberes ancestrais, seja representando um desafio ou risco à sua continuidade.

Os avanços tecnológicos trouxeram significativas transformações nas interações sociais, proporcionando benefícios como a facilidade de comunicação e a praticidade no acesso à informação desejada. A interação mediada por computadores pode ser compreendida como uma extensão das atividades humanas, na qual a internet desempenha um papel central, favorecendo tanto a mediação quanto o compartilhamento de informações. Essas evoluções tecnológicas não apenas redefiniram os meios de interação, mas também impactaram as próprias relações entre os sujeitos, alterando dinâmicas de participação social e cultural. Esse processo evidencia como a tecnologia molda e é moldada pelos contextos socioculturais em que está inserida, ampliando as possibilidades de conexão e reconfigurando práticas de interação no cotidiano (Jesus, 2022).

Embora a tecnologia seja amplamente vista como uma solução universal para os desafios contemporâneos e como um meio de promover a inclusão social, além de ampliar a capacidade de compartilhamento de informação e conhecimento, a realidade demonstra que a inclusão digital ainda não é uma garantia para todos. Em muitas comunidades remotas, os recursos e a infraestrutura digitais permanecem indisponíveis ou insuficientes. Esse cenário é particularmente evidente entre grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, cujas barreiras ao acesso e uso da tecnologia refletem desigualdades estruturais profundas e persistentes (Gregor et al., 2023).

O uso da tecnologia pelos povos indígenas desafia o senso comum enviesado que os retrata como incompatíveis com o mundo digital, sob a ideia de que suas tradições e modos de vida seriam incompatíveis com a modernidade tecnológica. Essa visão reducionista ignora a capacidade dos povos indígenas de integrar tecnologias de forma criativa e estratégica, respeitando suas tradições culturais e, ao mesmo tempo, aproveitando as oportunidades das inovações digitais. Não se pode "congelar" os povos indígenas em um estado idealizado dos séculos XVI ou XVII; é necessário respeitar seus usos, costumes e tradições, mas também garantir que tenham acesso às tecnologias disponíveis no mercado, possibilitando o desenvolvimento de atividades produtivas de sua escolha. Essa integração promove uma simbiose entre passado e futuro, entre a natureza e a tecnologia, reconhecendo tanto a riqueza de sua herança cultural quanto suas aspirações por autonomia e progresso (Carro, 2023).

Na nossa pesquisa, embora mais da metade dos entrevistados da aldeia Bananal relataram que possuem acesso diário à internet. Esse dado pode ser parcialmente explicado pela faixa etária predominante entre os entrevistados, que se concentra em torno dos 16 anos. Conforme identificado pelo relatório do IBGE, o maior percentual de usuários que utilizam a internet diariamente está na faixa etária de 14 a 49 anos. Além disso, o estudo aponta que o uso da internet está diretamente relacionado ao nível de instrução dos indivíduos, sugerindo que jovens em idade escolar ou com maior acesso à educação tendem a ser mais conectados.

O uso diário da internet possui o potencial de acelerar o ritmo, o volume e o alcance da informação, tornando-a acessível até mesmo em regiões remotas. Contudo, o simples acesso à tecnologia não garante benefícios plenos, especialmente se o uso for inadequado ou limitado a atividades superficiais. Meirelles (2022) destaca que muitos usuários são classificados como "subconectados", pois restringem seu uso da internet principalmente às redes sociais, sem explorar fontes confiáveis ou utilizá-la para fins educacionais.

Essa limitação foi evidenciada durante a pesquisa de campo, quando alguns entrevistados que atuam na escola relataram as dificuldades enfrentadas pelos alunos no uso da internet para tarefas básicas, como a criação e o envio de e-mails. Essa realidade está em consonância com as observações da União Internacional de Telecomunicações (UIT), que destaca a importância de monitorar os tipos de atividades realizadas por meio da internet como um indicador-chave para compreender a demanda por serviços e aplicativos específicos. Nesse contexto, os dados apontam para a necessidade urgente de promover a alfabetização digital, garantindo que os usuários possam utilizar a internet de maneira eficiente, crítica e alinhada às suas necessidades reais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024).

Na análise dos relatos dos entrevistados na aldeia Bananal foi revelado que o uso frequente da internet é prevalente no contexto profissional e educacional, sendo amplamente reconhecido como uma fonte primária de informações para atender às necessidades informacionais, como expresso nos seguintes depoimentos: “*No trabalho a gente utiliza muito a informação agora através da internet.*” (P2). “*Na internet, né? site jornalístico mesmo do Estado, portal do Estado.*” (P3)

Os depoimentos dos entrevistados corroboram com o estudo de Du & Haines (2017) conduzido em uma comunidade indígena na Austrália, no qual se constatou que a maioria dos entrevistados que fazem uso da internet são professores, utilizando-a como ferramenta de trabalho para auxiliar no planejamento de suas aulas. Paralelamente, na pesquisa de Lima (2019) realizada no Brasil com estudantes indígenas da UFPB, observou-se que o primeiro local de busca de informação escolhido por eles foi a internet. Essas constatações corroboram com a perspectiva de Lemos (2021) que ressalta que os indígenas reconhecem que a tecnologia não é um agente salvacionista, mas a consideram extremamente importante, especialmente para garantir seus direitos de acesso à educação.

Embora o relato de 10 entrevistados destaque a internet como o principal meio para buscar informações, é relevante notar que 8 entrevistados não possuem acesso a dispositivos como computador, notebook ou celular. Isso evidencia que o acesso à informação para todos ainda é uma utopia em grande parte da população brasileira. Alguns entrevistados buscam informações em outras fontes, como exemplificado por estes relatos:

É mais é livro, né? porque eu não tenho acesso de internet, né? (P7)

Mais fácil de achar uma informação é com minha avó ou com minha mãe, porque eles sabem muito informação, tipo a minha avó ela (inaudível)...os mais velhos. (P10)

Então é isso, eu gosto de pesquisar, não só em...na internet, computador, essas coisas, mas também em livros, revistas. (P2)

Uma das dificuldades mencionadas nos relatos é a restrição de acesso à internet na escola da aldeia Bananal, limitado aos funcionários ou estudantes universitários da UFMS. Essa situação confirma a conclusão do estudo de Wilson (1997) que aponta que o requisito fundamental para a busca de informações é que a fonte de informação deve ser acessível, ocasionando uma possível inibição na busca de informações complementares devido ao elevado custo da internet. Essa realidade assemelha-se ao cenário descrito na pesquisa de Lilley (2010) na qual foi constatado que o acesso à internet dos alunos em uma escola de uma aldeia indígena na Nova Zelândia é restrito devido à filtragem rigorosa realizada pela escola, bloqueando o acesso a sites suspeitos.

Além disso, alguns entrevistados da aldeia Bananal demonstraram consciência crítica em relação ao uso dos meios tecnológicos, especialmente a internet, reconhecendo que ela não é uma fonte totalmente confiável de informações. Suas reflexões indicam a necessidade de

avaliar e selecionar cuidadosamente os conteúdos disponíveis online, apontando para uma visão mais criteriosa sobre o uso dessa tecnologia.

É, a internet tem que saber o que dá pra pesquisar. (P9)

Que a internet quando quer ajudar a gente ajuda, só que não colabora, é lenta, aí a biblioteca serve mais pra gente, pra fazer trabalho, prova. (P8)

Que muitas vezes não é verdade o que a gente vai procurar na internet. (P6)

Esses relatos evidenciam a percepção de que, apesar das facilidades oferecidas pela internet, ela possui limitações que tornam necessário o desenvolvimento de habilidades de avaliação crítica das informações. Nesse sentido, Brito & Valls (2015) enfatizam que o simples acesso a recursos informacionais não é suficiente; a mediação desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos e competentes em informação e mídia. Assim, torna-se imprescindível o desenvolvimento de competências para o uso consciente e eficaz da informação, promovendo uma interação mais qualificada com os recursos digitais disponíveis.

Essa percepção crítica em relação ao uso da internet também levou os entrevistados a ressaltarem o papel complementar dos recursos tradicionais, como a biblioteca, na busca por informações mais confiáveis e alinhadas às demandas educacionais. Ao serem questionados sobre a relação entre a tecnologia e a biblioteca, a maioria dos entrevistados destacou que esses recursos não se excluem, mas se complementam, valorizando a biblioteca como uma fonte essencial para o aprendizado e a pesquisa.

...Acho que a biblioteca sempre ajuda, sempre bom ter um livro. (P9)

...O livro é mais importante, porque a internet mente às vezes. (P8)

...Porque você no celular acho que é diferente, você tando com o livro, tipo você viaja. (P7)

Esses depoimentos evidenciam uma valorização das bibliotecas como espaços que oferecem não apenas acesso a informações confiáveis, mas também uma experiência diferenciada de aprendizado, que vai além da funcionalidade técnica das tecnologias digitais. Essa complementaridade reflete a necessidade de integrar o uso da tecnologia e

dos recursos tradicionais, promovendo um equilíbrio que potencialize as oportunidades de acesso à informação e o desenvolvimento crítico.

Embora o uso diário da internet seja significativo, os depoimentos revelam desafios substanciais relacionados à conectividade. Entre os principais obstáculos identificados estão os altos custos de contratação do serviço de internet residencial e a precariedade das infraestruturas disponíveis, problemas que refletem uma realidade amplamente compartilhada pelas comunidades indígenas em todo o país. Esses desafios são evidenciados no relato do entrevistado:

Eu acho que tipo, se melhorarem o acesso de infraestrutura em questão de internet, melhoraria bastante a informação aqui, que a internet aqui é bem precária, bem mesmo. Único lugar que é bom de internet mesmo é lá em Taunay, só que ainda é caro, entendeu? (P9)

As altas taxas cobradas pelos serviços de internet impõem sérias limitações orçamentárias a muitas famílias em aldeias indígenas, que enfrentam dificuldades para arcar com esses custos devido à escassez de oportunidades de emprego nas comunidades e à dependência de recursos governamentais, como bolsas assistenciais. Esses recursos, no entanto, são prioritariamente destinados a suprir as necessidades básicas, como alimentação, deixando pouco ou nenhum espaço para gastos adicionais com conectividade. Durante as entrevistas, foram relatados os valores pagos pelo acesso à internet, que se mostram desproporcionais em relação à renda das famílias, muitas das quais vivem com um salário-mínimo ou menos.

A dificuldade de garantir conectividade acessível a todos não é um problema restrito às comunidades indígenas no Brasil, mas também é observado em outros países, como no México, em que mais da metade dos entrevistados em uma pesquisa relataram dificuldades no acesso à internet (Alfaro Rincón, 2014) e na África, o estudo de Royá & Ngcobo (2023) revelou que muitos africanos não possuem acesso à internet, uma vez que suas prioridades recaem sobre necessidades básicas, como alimentação, educação, vestuário, eletricidade e moradia. Dessa forma, a conectividade acaba sendo considerada uma necessidade secundária, apesar de o acesso à informação ser reconhecido como um direito fundamental.

O participante P17 forneceu informações atualizadas sobre o custo da internet na comunidade, relatando que, recentemente, passou a haver a opção de internet por fibra ótica. Segundo o entrevistado, essa nova opção apresenta um preço mais acessível em comparação à empresa anterior, que oferecia um serviço considerado caro. Como destacou

o participante P17: "*Tá uma benção, bem mais barato*". Além disso, ele mencionou uma reivindicação da comunidade durante a pandemia para auxiliar os estudantes de baixa renda, embora a iniciativa tenha chegado tardiamente.

O projeto citado pelo participante P17 buscou minimizar a escassez de acesso à informação na aldeia Bananal e regiões próximas. Em outubro de 2021, foi implantado, no Território Taunay-Ipegue, o projeto Aldeias Conectadas, uma parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o Ministério da Educação (MEC). A iniciativa incluiu a instalação de três torres de radiodifusão para transmissão de internet via rádio e dois pontos de acesso Wi-Fi, beneficiando aproximadamente 200 membros indígenas da comunidade matriculados na UFMS.

O projeto Aldeias Conectadas foi concebido com base no reconhecimento, evidenciado durante a pandemia, de que o acesso à informação deve ser facilitado para atender às necessidades da população em um contexto global. Seu objetivo principal foi permitir que estudantes de comunidades remotas pudessem dar continuidade aos estudos. Contudo, o acesso ainda apresenta limitações, pois é restrito aos estudantes da UFMS e depende do uso de senhas específicas para sua utilização (Comineti, 2021).

Outro projeto significativo implantado na aldeia Bananal, em dezembro de 2021, foi o Centro Multiuso dos Terena, selecionado pelo Consulado Geral da República Tcheca em São Paulo. A iniciativa contou com financiamento do Ministério das Relações Exteriores da República Tcheca para sua construção. O espaço foi equipado com infraestrutura moderna, incluindo rede de abastecimento de água, energia elétrica e internet de fibra ótica, visando atender diversas necessidades da comunidade.

O Centro Multiuso será utilizado para a realização de oficinas, seminários e atividades relacionadas à educação indígena e secular, saúde indígena e programas sociais. Entre esses programas, destacam-se ações voltadas para o combate ao alcoolismo e tabagismo, além de iniciativas voltadas para a promoção de direitos humanos e dos direitos da criança e do adolescente. A prefeitura de Aquidauana também contribuiu para o projeto, doando onze computadores e uma impressora, fortalecendo as possibilidades de inclusão digital e de acesso a recursos tecnológicos para a comunidade (Gonçalves, 2021).

Durante uma visita à aldeia Bananal em maio de 2022, constatou-se que os computadores do Centro Multiuso ainda não estavam disponíveis para uso pela comunidade. O cacique explicou que, como os computadores não haviam sido formatados e a comunidade não

dispunha de recursos para realizar a formatação necessária, eles permaneciam inutilizados. Conforme registrado no diário de campo, no dia 21 de março de 2023, estabelecemos contato com as partes envolvidas após tomarmos conhecimento de que os computadores haviam sido transferidos para a antiga sala de laboratório da escola. Essa medida visava proteger os equipamentos do acúmulo de poeira, uma vez que o Centro Multiuso possui um portão com vãos abertos, facilitando a entrada de poeira e potencialmente danificando os aparelhos.

Após algum tempo, foi realizado um novo contato em 11 de abril de 2023 para resolver a questão da formatação dos computadores na escola da aldeia Bananal, permitindo sua utilização pela comunidade. A regularização da internet foi possível graças à iniciativa dos professores, que decidiram adquirir um plano de internet mais robusto para que os alunos tivessem acesso aos equipamentos e pudessem utilizá-los de forma adequada. Essa dinâmica reflete práticas observadas em outras aldeias, como nas comunidades Tseltal e Zapoteco em Chiapas e Oaxaca no México, onde a senha do Wi-Fi é compartilhada entre moradores que possuem antenas instaladas em suas casas. Essa prática de redes compartilhadas combina infraestrutura tecnológica com valores de solidariedade e convivência comunitária, promovendo a inclusão digital em contextos de recursos limitados (Rosa, 2023).

A contribuição de organizações internacionais em aldeias indígenas desempenha um papel fundamental na viabilização do acesso e uso da internet entre os povos indígenas, promovendo o empoderamento social das comunidades. Além de fornecer infraestrutura tecnológica, muitas dessas organizações também oferecem capacitações técnicas, como treinamentos no uso de computadores e na exploração das potencialidades da internet. Essas iniciativas fortalecem as habilidades digitais e ampliam as oportunidades de desenvolvimento local, contribuindo para a autonomia e o protagonismo das comunidades. Um exemplo notável é o estudo de Escobar Torio (2014) realizado com indígenas do Peru, que evidencia o impacto positivo dessas ações na melhoria do acesso à informação e no fortalecimento das capacidades comunitárias.

Essas ações podem aliviar parcialmente os desafios relacionados à conectividade, mas não resolvem integralmente as limitações quanto ao acesso a equipamentos informacionais que possibilitem uma inclusão digital mais ampla. Conforme os relatos dos entrevistados da aldeia Bananal, mais de 30% destes não possuem acesso a um computador ou notebook, embora mais de 85% utilizem celulares para acessar a internet. Contudo, o celular não é

adequado para certas atividades, como observado pelo entrevistado P15, que relatou dificuldades enfrentadas por alunos para dar continuidade aos estudos durante a pandemia de COVID-19, evidenciando as limitações desse tipo de equipamento.

Alguns a gente atendia pela internet, né? Mas foi muito complicado durante a pandemia, os alunos que não tiveram acesso à internet, não tinha como tirar a dúvida deles, daí eles entregavam, daí a gente tinha que receber do jeito que entregavam. Que na verdade, uns nem celular não tinham, o que nós fizemos, nós mandávamos para a coordenadora, ela tirava fotocópia aqui, os pais viam buscam pra eles fazerem. Mas aí fica difícil também porque você não tem como explicar. E sem comunicação também. Daí outros alunos mandavam pelo celular: professora não entendi tal coisa, a senhora poderia explicar. Isso 22 horas da noite, sem horário, né? e a gente tinha que atender. (P15)

O relato do participante P15 ilustra como as limitações tecnológicas afetam o acesso à educação e demonstram a importância de dispositivos mais adequados para fins educacionais. Entretanto, dispositivos portáteis, como os telefones celulares, têm se tornado a tecnologia de escolha em muitas comunidades indígenas (Brady & Dyson, 2015; Shaw et al., 2014). Essa preferência está associada ao custo relativamente baixo dos dispositivos móveis e à conveniência que oferecem, permitindo comunicação mesmo fora de casa. Os celulares funcionam como um “canal de conexão” dentro dessas comunidades, contribuindo para a inclusão digital em um nível básico.

Além disso, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente as móveis, têm desempenhado um papel importante na vida diária de muitos povos indígenas. De acordo com Du & Haines (2017), os povos indígenas reconhecem os diversos benefícios das TICs e acreditam que essas tecnologias podem melhorar suas vidas ao facilitar o acesso a serviços governamentais online, consultas de saúde, educação a distância e oportunidades de emprego. No entanto, embora as TICs ofereçam potencial para a inclusão digital, é crucial garantir que sua implementação seja acompanhada de infraestrutura e dispositivos adequados para atender às necessidades educacionais e sociais específicas dessas comunidades.

Os relatos dos entrevistados destacaram o uso limitado de computadores e notebooks na escola da aldeia Bananal, situação que está em conformidade com o relatório do IBGE, que aponta o celular como o dispositivo mais utilizado para acesso à internet, principalmente devido ao menor custo. Além disso, alguns entrevistados mencionaram a dificuldade

causada pela ausência de computadores no ambiente escolar, atribuída à falta de manutenção dos equipamentos existentes e à ausência de substituições adequadas.

... E nessa época que eu trabalhei, nós tínhamos os computadores, né? pra que os alunos..é, nós tínhamos uma aula pra, pra trabalhar no computador, jogos, matemática, é..pesquisa. (P2)

... Antigamente os computadores até que funcionavam, a gente ia, eram poucos, dividiam os alunos, iam um pouco e depois outros.(P15)

Esses relatos ressaltam a necessidade de investimentos na manutenção e renovação de equipamentos tecnológicos nas escolas, assegurando que a infraestrutura digital atenda de forma eficiente às demandas educacionais e contribua para o desenvolvimento das habilidades digitais dos alunos. Durante o curso da pesquisa, em 2023, conversas com professores da escola da aldeia Bananal revelaram que o Governo do Mato Grosso do Sul forneceu tablets para os alunos, evidenciando um esforço recente para aprimorar o acesso às tecnologias educacionais na comunidade.

A ausência de alguns aparatos tecnológicos entre os povos indígenas representa um desafio significativo para a inserção dessas comunidades em diversas dinâmicas sociais contemporâneas. Um exemplo disso é a situação da etnia Tsotil, na qual, segundo a pesquisa de Alfaro Rincón (2014), 64% dos membros não possuem nenhum equipamento eletrônico, 21% possuem televisores e apenas 1% dispõe de um computador. Essa realidade restringe o acesso às práticas sociais mediadas por tecnologias digitais.

Conforme apontam Costa et al. (2015), as tecnologias digitais são ferramentas indispensáveis que medeiam a interação humana e desempenham um papel transformador em práticas sociais como comunicação, socialização, organização, mobilização e aprendizagem. A ausência desses recursos tecnológicos limita a capacidade dessas comunidades de participar de forma ativa nessas esferas, ampliando desigualdades e dificultando o acesso a oportunidades que poderiam contribuir para seu fortalecimento social, cultural e econômico.

É importante destacar que, apesar das dificuldades de acesso, a chegada de equipamentos tecnológicos às terras indígenas provoca transformações significativas nessas comunidades, afetando tanto suas dinâmicas internas quanto suas formas de interação com a cultura não indígena (Mendonça et al., 2016). A apropriação das práticas comunicacionais no contexto digital contribui para a preservação das tradições, o

fortalecimento dos saberes ancestrais e a amplificação da luta por direitos. Contudo, é essencial reconhecer que os povos indígenas já possuem tecnologias próprias, profundamente enraizadas na floresta, na cosmovisão e na relação simbiótica com a natureza. Essas práticas tradicionais não apenas coexistem, mas também dialogam com as tecnologias digitais, possibilitando novas formas de resistência e reafirmação cultural, que articulam o passado e o presente em estratégias de sobrevivência e valorização identitária.

A pandemia de COVID-19 marcou uma transformação significativa na relação das comunidades indígenas com as plataformas digitais, intensificando a apropriação dessas ferramentas como meio de ação e resistência. Impulsionadas por mobilizações coletivas, as redes sociais foram estrategicamente utilizadas para amplificar as vozes indígenas, atraindo a atenção de instituições nacionais e internacionais para questões urgentes enfrentadas por essas comunidades (Matos, 2013). Nesse contexto, os povos indígenas não apenas superaram barreiras de preconceito, mas também transformaram as plataformas digitais em espaços de mediação cultural e política. Ao romperem o silêncio historicamente imposto às suas identidades, reafirmaram suas culturas e reivindicaram seus direitos em um cenário que transcende barreiras físicas e sociais, reafirmando seu protagonismo em esferas antes inacessíveis (Guajajara, 2022).

A mídia liderada por indígenas tem desempenhado um papel fundamental nesse contexto, promovendo o direito à liberdade de expressão e ao acesso à informação pública. Ao mesmo tempo, essas iniciativas reforçam a importância da diversidade de opiniões, da coexistência pacífica e da compreensão mútua na sociedade. Para ilustrar essa atuação, destacamos algumas plataformas que evidenciam o impacto e a relevância dessas ações na luta pelos direitos indígenas e na valorização de sua cultura no ambiente digital:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), criada em 2005 durante o Acampamento Terra Livre (ATL), tornou-se uma referência nacional do movimento indígena. Sua missão é fortalecer a união entre povos indígenas, unificar lutas e pautas políticas, e mobilizar comunidades contra ameaças aos seus direitos. Com essas diretrizes, a APIB exerce um papel central na defesa dos direitos indígenas, na visibilização de suas demandas e no fortalecimento de sua atuação política no cenário nacional.⁶⁷

⁶⁷ <https://apiboficial.org/sobre/>

A Mídia Índia, fundada em 2017 por Erisvan Bone Guajajara, jornalista e comunicador da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, é o primeiro veículo de comunicação digital produzido por jovens indígenas de diversas etnias. Formada por uma rede descentralizada com 10 integrantes e 100 colaboradores fixos, a iniciativa produz e difunde conteúdos e pautas relacionadas às questões indígenas no Brasil, respeitando as especificidades culturais de cada povo. Por meio de uma lógica colaborativa, a Mídia Índia conecta e empodera jovens indígenas, promovendo a troca de tecnologias, vivências e fortalecendo sua representatividade nos meios de comunicação. Além de divulgar suas lutas e exigir direitos, o projeto recebeu reconhecimento internacional ao ser premiado pela Fundação Casa América Catalunya, na Espanha, pelo trabalho de valorização e visibilização das realidades dos povos tradicionais da Amazônia.⁶⁸

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundado em 1972 com a missão de articular aldeias e povos indígenas, promovendo assembleias que fortaleceram a luta pela garantia da diversidade cultural e dos direitos indígenas. Sua assessoria de comunicação desempenha um papel estratégico ao dar visibilidade às lutas e realidades dos povos indígenas, denunciar violações de direitos e produzir conteúdos como o jornal *Porantim* (fundado em 1978), reportagens, boletins e materiais audiovisuais amplamente divulgados nas redes sociais. Além disso, a assessoria apoia jornalistas na cobertura da pauta indígena, ampliando a conscientização e fortalecendo a defesa dos direitos dessas comunidades.⁶⁹

O coletivo Mídia Terena foi criado em 2021, durante o movimento “Levante Pela Terra”, que reuniu povos indígenas em Brasília na luta contra retrocessos que ameaçavam seus direitos e modos de vida. Com o objetivo de dar visibilidade à realidade do povo Terena, o coletivo aborda as experiências de jovens, anciãos e lideranças, destacando desafios relacionados à educação escolar indígena, segurança alimentar e políticas públicas. Composto por doze jovens indígenas — seis mulheres e seis homens —, todos da região do Mato Grosso do Sul, o Mídia Terena se consolidou como uma ferramenta de

⁶⁸<https://conexaoplaneta.com.br/blog/indigenas-recebem-premio-internacional-por-trabalho-de-divulgacao-da-realidade-dos-povos-tradicionais-na-amazonia/>

⁶⁹ <https://cimi.org.br/o-cimi/>

comunicação e resistência cultural, fortalecendo a identidade e as demandas do povo Terena.⁷⁰

O perfil nas redes sociais *Vemó'u*, que significa "nossa língua/nosso idioma", foi criado por um jovem Terena, estudante de Agronomia, com o propósito de promover o idioma e a cultura de seu povo. A iniciativa surgiu a partir da observação da forte presença das redes sociais na comunidade, onde o acesso à internet por meio de celulares é comum. O perfil tem como objetivo ensinar a língua Terena, tanto para os membros da comunidade quanto para aqueles interessados na cultura indígena, além de divulgar curiosidades sobre a etnia, aspectos religiosos e o cotidiano. Assim, o *Vemó'u* se consolida como uma ferramenta essencial para a valorização e preservação da identidade cultural Terena no ambiente digital, reforçando o protagonismo indígena nas plataformas tecnológicas.⁷¹

O Conselho do Povo Terena, criado em 2012, tem como objetivo articular, por meio de grandes assembleias, a luta pela recuperação do território tradicional, a garantia de direitos e a sustentabilidade ambiental nas terras do povo Terena, situadas no Mato Grosso do Sul. A organização reúne lideranças, mulheres, rezadores, professores, caciques, jovens e anciãos, consolidando-se como um importante instrumento de mobilização para a defesa dos territórios e direitos indígenas no contexto do Pantanal e do Cerrado.⁷²

A Agência Indígena Vamá Etnotur foi criada em 2021 com o objetivo de fomentar o etnoturismo e o turismo de base comunitária junto ao povo Terena, abrangendo as aldeias Moreira, Passarinho, Lalima e a Terra Indígena Cachoeirinha, no Mato Grosso do Sul. O empreendimento, sediado em Miranda, oferece roteiros que combinam experiências culturais e gastronômicas autênticas, incluindo atividades de agroextrativismo, como a coleta e transformação da bocaiúva em farinha. Entre os destaques está o artesanato tradicional, com a produção de cerâmica Terena nas aldeias Babaçu e Cachoeirinha,

⁷⁰https://www.terra.com.br/nos/opiniao/midia-india/comunicacao-e-a-principal-arma-de-povos-indigenas-no-seculo-21,8b9583501cafb02565aaf6940ed3eedfx7hnelez.html?utm_source=clipboard

⁷¹<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2022/indigena-usa-perfil-na-internet-para-ensinar-lingua-terena-e-nao-deixar-cultura-morrer-em-ms/>

⁷² <https://www.facebook.com/apiboficial/videos/o-conselho-do-povo-terena-foi-criado-em-2012-com-o-prop%C3%B3sito-de-debater-por-meio/357076875897889/>

fortalecendo não apenas a valorização cultural, mas também as práticas sustentáveis e a autonomia econômica dessas comunidades.⁷³

Observou-se um crescimento significativo de projetos nas redes sociais que promovem as expressões artísticas e a cultura dos povos indígenas. Entre esses, destacam-se projetos executados por outras etnias, como influenciadores indígenas de Roraima que, mesclando humor e informação, compartilham sua rotina, costumes, cultura e as lutas de suas comunidades⁷⁴. Outro exemplo é um projeto de pinturas e grafismos de ativistas em uma aldeia no Ceará, que busca intensificar a valorização cultural local⁷⁵. No Mato Grosso do Sul, um estilista Terena utiliza sua arte para criar e comercializar roupas com estampas baseadas em grafismos de sua ancestralidade, promovendo a conexão entre moda e identidade indígena.⁷⁶

Nesse contexto, é necessário compreender a tecnologia de forma mais abrangente, reconhecendo-a como parte de um tecido cultural e simbólico. Para os povos indígenas, interagir com recursos tecnológicos deve ir além do simples acesso; deve oferecer oportunidades para fortalecer e integrar suas cosmovisões. Esse processo não só assegura que as interações com a tecnologia respeitem suas identidades culturais, mas também promove uma apropriação tecnológica que seja alinhada aos valores e perspectivas comunitárias. Dessa forma, a tecnologia pode se tornar um instrumento de valorização cultural e fortalecimento social, ao invés de um elemento de homogeneização ou exclusão.

A mediação tecnológica desempenha um papel central no processo de inclusão digital dos povos indígenas, não se limitando ao fornecimento de infraestrutura ou dispositivos, mas com a possibilidade de práticas educativas e culturais que possibilitem uma apropriação crítica e significativa da tecnologia. É por meio dessa mediação que as comunidades indígenas podem transformar o acesso digital em uma ferramenta para fortalecer suas identidades, valorizar suas línguas, e reivindicar seus direitos. O futuro da inclusão digital

⁷³<https://ms.agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/indigenas-encontram-no-emprededorismo-geracao-de-renda-e-disseminacao-de-cultura-tradicional/>

⁷⁴<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/02/14/miss-indigena-e-influencer-jovem-de-rr-faz-sucesso-com-conteudo-sobre-cultura-e-costumes-quer-mostrar-a-realidade-do-meu-povo.ghtml>

⁷⁵<https://www.dm.com.br/entretenimento/2021/12/povos-indigenas-e-as-suas-relacoes-com-as-redes-sociais-e-as-novas-tecnologias/>

⁷⁶<https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Moda/noticia/2022/07/estilista-afro-indigena-empredende-com-estampas-ancestrais.html>

dos povos indígenas depende, portanto, de iniciativas que não apenas facilitem o acesso, mas que também capacitem as comunidades a usarem a tecnologia como uma aliada na construção de um desenvolvimento sustentável e culturalmente alinhado às suas tradições.

7.5 Práticas de compartilhamento de informação tradicional

A categoria analisada refere-se ao compartilhamento de informações tradicionais presentes na vida cotidiana dos entrevistados da aldeia Bananal. O objetivo dessa análise foi identificar as necessidades de informações culturais relacionadas à partilha, preservação da identidade e memória coletiva. Essa abordagem fundamenta-se no entendimento de que o compartilhamento de informações é um componente essencial do comportamento informacional, representando uma etapa crucial e final no ciclo de interação com a informação (Sonnenwald, 2006).

Historicamente, os povos indígenas enfrentaram a imposição de abandonar suas culturas para se adaptar à sociedade ocidental, frequentemente submetidos a processos de aculturação e imposições culturais. Em algumas etnias, esse processo foi agravado pela orientação dos próprios pais indígenas, que, na tentativa de preparar seus filhos para as novas circunstâncias, encorajavam-nos a não falar a língua ancestral, mas a adotar a cultura e a língua oficial dos colonizadores (Ramírez Velázquez, 2007). Esse cenário reflete uma profunda crise de identidade, conforme discutido por Hall (2006), marcada pelas tensões culturais que resultaram em perdas significativas, como línguas nativas, conhecimentos ancestrais e costumes tradicionais, além de uma ruptura intergeracional que dificultou a transmissão de saberes entre as gerações mais velhas e as mais jovens.

Os desafios de manter uma cultura diversa enquanto convivem de forma próxima com uma sociedade cujos valores e práticas frequentemente entram em conflito com as tradições indígenas foram destacados por alguns entrevistados em nossa pesquisa. Eles compartilharam suas percepções sobre as dificuldades enfrentadas para preservar a diversidade cultural dos Terena, incluindo obstáculos no compartilhamento dos saberes

ancestrais e o enfraquecimento da transmissão cultural no ambiente familiar, conforme relatam:

...Hoje a maioria da juventude, né? não querem mais falar o idioma e tudo tem a ver com os pais também, não adianta a gente culpar a criança também, a gente tem que culpar os pais, porque se os pais não ensinam é claro que a criança não vai falar o idioma e é ruim pra nós isso aí como comunidade indígena, né? Então, acho que tem que conscientizar os próprios pais, né? (P18)

Bom, é ensinar as crianças desde pequeno, né? a falar a língua Terena, eu mesma, a minha mãe não falava, o meu pai também não falava. E a gente morou fora da aldeia, a gente cresceu fora da aldeia e isso complicou mais. E meus filhos também não fala, porque eu não falo. (P7)

Então eu vi assim uma mudança muito grande dessa geração, então as pessoas precisam transmitir alguns valores. Que houve uma mudança muito grande na parte da cultura. Por exemplo uma época nós sentávamos com nossos pais, sentávamos com nossos avós. Eu escutei muita coisa dos meus avós. E hoje você percebe quando você pede uma redação pras crianças, que ela não sabe nem os nomes dos avós, nem dos bisavós, né? então muita coisa está assim. (P15)

A cultura dos povos indígenas, fundamentada predominantemente na oralidade para a transmissão de seus conhecimentos, apresenta características distintas da cultura ocidental, que historicamente registra suas memórias em suportes materiais, como livros, gibis, vídeos, fotografias, cinema e textos teatrais. Entre os povos indígenas, a partilha e a preservação do saber ocorrem por meio de narrativas, músicas, performances culturais, desenhos, rituais e danças, transmitidos de geração em geração (Curado, 2017). Embora essa tradição oral seja rica em simbolismo e dinâmica, ela enfrenta desafios para a preservação em contextos que privilegiam registros materiais como principal meio de documentação e perpetuação do conhecimento.

Outro aspecto distintivo está na forma como o conhecimento é tratado e compartilhado. Enquanto a cultura ocidental tende a promover uma visão liberal de acesso irrestrito à informação, pautada no compartilhamento amplo (Savolainen, 2017c), as comunidades indígenas adotam uma abordagem mais cuidadosa, considerando hierarquias locais e diferenças culturais na circulação de saberes. Historicamente marcados por desigualdades e exploração de seus dados⁷⁷, os povos indígenas têm levantado importantes preocupações

⁷⁷ Dados indígenas são dados, informações e conhecimento, em qualquer formato, que impactam povos indígenas, nações e comunidades nos níveis coletivo e individual; dados sobre seus recursos e ambientes, dados sobre eles como indivíduos e dados sobre eles como coletivos (Carroll et al., 2021).

sobre a necessidade de integrar conhecimentos e perspectivas indígenas em práticas e políticas de governança de dados, especialmente diante do aumento do volume e das oportunidades de uso secundário dessas informações (Carroll et al., 2020).

Em resposta a essas discussões, a Global Indigenous Data Alliance desenvolveu os CARE Principles for Indigenous Data Governance, que buscam abordar preocupações relacionadas às pessoas e aos propósitos do uso de dados. Esses princípios incluem Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar, Responsabilidade e Ética, cada um com subprincípios que reforçam a centralidade da justiça social e cultural no gerenciamento de dados indígenas (Carroll et al., 2021). Essa abordagem reflete uma sensibilidade ao conhecimento local, culturalmente responsivo, priorizando a preservação da tradição e limitando o compartilhamento de determinados saberes aos próprios membros da comunidade, evitando a exposição completa de sua cultura além dos limites da aldeia. (Becvar & Srinivasan, 2009).

Nesse contexto, Roy (2015) enfatiza a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o significado de preservar e cuidar do patrimônio indígena, ressaltando que isso deve incluir as perspectivas das próprias comunidades indígenas e seu contexto cultural. Segundo o autor, consultas às comunidades têm sido insuficientes, tornando imprescindível negociar como o patrimônio será compartilhado. Para tanto, é essencial promover um diálogo inclusivo entre indígenas e não indígenas, garantindo que as práticas de preservação sejam culturalmente sensíveis e respeitem a autonomia das comunidades.

Roy (2015) reforça que as discussões sobre a preservação do patrimônio indígena devem ir além da análise de objetos e conteúdos, abrangendo também o uso de materiais, suas funções específicas e o contexto cultural que lhes dá significado. Essas reflexões precisam respeitar as particularidades culturais, as hierarquias locais e as sensibilidades das comunidades envolvidas. Nesse sentido, é crucial deliberar sobre a acessibilidade do conhecimento indígena, ponderando cuidadosamente quais informações devem permanecer restritas à comunidade e quais podem ser compartilhadas amplamente.

A fragilidade dos laços culturais compromete a continuidade das tradições, entendidas como o conjunto de práticas, crenças, costumes e valores que são transmitidos de geração em geração. Essas tradições moldam profundamente a forma como os indivíduos percebem e interagem com o mundo ao seu redor (Yeh, 2007). Os depoimentos dos entrevistados da aldeia Bananal evidenciam essa fragilidade, enquanto reconhecem a necessidade de criar

canais eficazes de diálogo com a cultura não indígena. Esse esforço busca equilibrar a preservação das tradições com a convivência em um contexto social mais amplo, que inevitavelmente inclui influências externas. Esse desafio é ilustrado no relato do entrevistado P18:

Porque eu acho que tem que caminhar junto, tanto o português, porque nós não temos vestibular em Terena, então a hora que chegar lá, vai ter fazer o vestibular em português, então é importante que saiba, né? o português, conheça bem o português. Isso aí não é uma luta recente, isso aí é uma luta muito antiga, dos próprios patrícios reivindicar uma escola indígena, diferenciada. (P18)

O depoimento do participante P18 reflete a busca por um equilíbrio entre a valorização das culturas indígenas e a preparação para enfrentar os desafios impostos pelo contexto globalizado, destacando a importância da escola indígena como ferramenta para promover uma educação intercultural. Essa educação deve incluir as especificidades culturais no ensino, sendo bilíngue e diferenciada, e fundamentar-se nos princípios de transmissão, produção e reprodução dos conhecimentos próprios de cada povo indígena (Baniwa, 2012). Assim, a escola desempenha um papel crucial na construção de uma educação inclusiva, que respeita e celebra a diversidade cultural dos povos indígenas, em consonância com os preceitos da Constituição Federal do Brasil de 1988. O depoimento do participante P18 reforça a relevância da escola na preservação da cultura indígena, especialmente quando há fragilidades no ambiente familiar: “...*Se dentro da casa, a criança não tá tendo essa essa participação dos pais pra se manter essas culturas, acho que a escola também tem um dever, uma obrigação de procurar também...*”(P18)

A educação escolar indígena deve atender a algumas premissas fundamentais, como a promoção de uma educação comunitária, o respeito às legislações vigentes em âmbito nacional e estadual, e a preservação da língua materna, vinculada ao idioma falado na comunidade em que a escola está inserida (Oliveira, 2024). Essa abordagem deve considerar as especificidades linguísticas locais, garantindo que o ensino respeite e valorize as particularidades culturais e linguísticas de cada povo. Contudo, os relatos obtidos em nossa pesquisa indicaram que os alunos enfrentam desafios relacionados à disciplina de Língua Terena, apontando para a insuficiência de tempo dedicado a essa matéria. Essa percepção é ilustrada nas falas dos estudantes:

Tenho dificuldade, daí que eu quero aprender em Terena, entendeu? eu não entendo, eu não falo. (P8)

É, deveria ter mais aula, né? aprender mais, sobre a cultura. (P5)

Ter mais aula, deveria ter livro também sobre isso. (P7)

É, mais, tipo, na sala é meia hora só de aula. (P4)

Eu gostaria muito de aprender a falar em Terena. Que muitas vezes quando a gente vai sair, geral, né? não sabe falar em Terena. E lá na Ipegue quase ninguém fala Terena, é a aldeia que menos fala em Terena. (P6)

Os relatos dos entrevistados da aldeia Bananal estão alinhados com a pesquisa de Souza (2002) que destacou como os jovens indígenas reconhecem o valor da comunicação oral e estão comprometidos em documentar suas histórias e preservar a cultura de suas comunidades. Um exemplo inspirador é o Coletivo Inamatí Xâne Terena, formado por jovens dos territórios de Taunay e Ipegue, criado em março de 2022 com o objetivo de fortalecer as práticas tradicionais Terena por meio da comunicação, promovendo a valorização da identidade cultural. Guiados por anciãos, artesãos, curandeiros, parteiras e outros guardiões do conhecimento, os membros do coletivo buscam unir o conhecimento tradicional transmitido pelos mais velhos ao conhecimento técnico e científico adquirido na universidade, garantindo que a identidade Terena não seja esquecida pelas futuras gerações.

Como parte dessa missão, o coletivo participou do programa da Cultural Survival, integrando o projeto "*Kaxunaka ra vemo'u Terenoe*" (Fortalecendo nossa língua Terena). A iniciativa incluiu entrevistas com anciãos e intercâmbios entre gerações, com o objetivo de promover histórias compartilhadas e valorizar as raízes ancestrais. O resultado foi a produção de documentários curtos na língua Terena, distribuídos em mídias sociais, rádios comunitárias e na própria comunidade. Esses materiais, acessíveis pela página da Cultural Survival⁷⁸, refletem o compromisso do coletivo com a preservação cultural. Além disso, o grupo aspira criar recursos que incentivem o desenvolvimento de um centro de línguas Terena, fortalecendo sua língua materna como um legado cultural para as próximas gerações ("Conheça Nosso Primeiro Grupo de 2022 de Jovens Bolsistas de Mídia Comunitária Indígena," 2022)

⁷⁸ <https://vimeo.com/830246155>

Quando os jovens entrevistados foram questionados sobre o compartilhamento das tradições e da língua Terena, os relatos revelaram que algumas tradições ainda são transmitidas, geralmente pelos avós. No entanto, evidenciaram também que, em muitos casos, o uso da língua Terena está ausente no ambiente familiar, como apontam os depoimentos:

Às vezes comenta, sobre a dança, comida, a caça, essas coisas aí que eles comentam com a gente. (P8)

... As lendas urbanas que ele contam, que antigamente não tinha luz, que andava animais, bicho, assobiador, saci.” Essas coisas que eles contam. (P8)

Ah, a minha avó sempre me contava histórias. (P7)

Não, ninguém fala. (P5)

Não, lá é raro falar. (P4)

As respostas refletem um cenário diverso, no qual a preservação cultural frequentemente depende da iniciativa de indivíduos específicos dentro da comunidade. Haines (2021) destaca a importância do compartilhamento intergeracional de conhecimento, em que os anciãos desempenham um papel crucial, não apenas preservando a tradição, mas também fortalecendo os laços intergeracionais e promovendo uma visão holística do conhecimento tradicional.

O compartilhamento de informações, nesse contexto, está diretamente ligado às práticas de desenvolvimento em comunidades que enfrentam restrições no progresso social e econômico. Historicamente, entre os povos indígenas, altos índices de analfabetismo ou alfabetização funcional limitaram o acesso à informação, o que resultava em uma forte dependência dos sistemas de conhecimentos tradicionais e da comunicação oral (Meyer, 2009). Entretanto, com o crescimento da alfabetização nessas comunidades, esse cenário está se transformando, exigindo a reavaliação dos meios de transmissão de informações. Essas mudanças, ao incorporar novas ferramentas e práticas alinhadas aos avanços na alfabetização, podem promover maior inclusão e eficácia na preservação e disseminação do conhecimento.

Os desafios associados à transmissão da língua Terena no ambiente familiar, identificados em nossa pesquisa, ilustram as dificuldades enfrentadas para manter a cultura viva entre as

novas gerações. Esses desafios são agravados pelas transformações contínuas na sociedade, impulsionadas por uma tendência crescente à homogeneização cultural, que frequentemente enfraquece as práticas e tradições únicas das comunidades indígenas.

Esses desafios, porém, não podem ser analisados de forma isolada. De acordo com Yeh (2007), o comportamento informacional das comunidades indígenas está profundamente ligado ao ambiente cultural em que estão inseridas. Yeh (2007) complementa essa perspectiva ao argumentar que a forma como lidamos, trocamos e utilizamos informações é amplamente determinada pela cultura do ambiente. Assim, as informações não são apenas descobertas ou adquiridas, mas moldadas e recriadas durante o processo de interação com o ambiente e com outras pessoas.

A cultura, portanto, deve ser entendida não apenas como um contexto situacional, mas como um sentimento amplo, invisível e ilimitado de pertencimento comunitário, no qual o comportamento informacional está inserido. Essa visão oferece uma compreensão ampliada das práticas culturais indígenas, destacando que suas formas de compartilhar e preservar conhecimentos estão intrinsecamente conectadas às dinâmicas sociais e ambientais que sustentam sua identidade coletiva.

Nesse contexto, a escola emerge como um espaço essencial para complementar os esforços de preservação cultural, funcionando como uma ponte entre as tradições indígenas e as demandas contemporâneas de educação formal. A formação de professores indígenas, promovida pela União, busca capacitá-los para atender às necessidades específicas de suas comunidades, resgatando memórias históricas, reafirmando identidades étnicas e promovendo uma aprendizagem intercultural. Na aldeia Bananal, a maioria dos professores entrevistados reside localmente, o que fortalece seu papel na implementação de ações concretas voltadas ao resgate e valorização cultural. Essas iniciativas têm como objetivo buscar transmitir o conhecimento indígena às novas gerações, conforme relatado pelos próprios educadores:

Geralmente aqui alguns professores fazem esses trabalhos, né? da língua terena, colocando em evidência. Fizemos uma vez sobre as frutas, os nomes das frutas em terena. Eu falo pra eles, tem que registrar. É o que acontece, né? que os idosos se vão, e como é tradição oral, aí vai se perdendo. (P15)

Olha, com esse projeto agora, a gente tá trabalhando muito isso, a cultura, então sim, a gente consegue sim, mas tem que tá trabalhando em conjunto, como a gente tá trabalhando a história, a matemática, geografia, ciências, biologia, tudo junto. (P2)

Sim, aqui isso é muito interessante, porque querendo ou não, acaba resgatando um pouco da cultura, né? porque tem muitos alunos aqui que não falam mais esse idioma. (P3)

Os participantes relataram um trabalho desenvolvido no final do ano letivo na escola pública da aldeia Bananal. A atividade envolveu os alunos na criação de uma maquete que simbolizasse a estrutura de uma oca⁷⁹, no ensaio de uma música na língua Terena e na coleta de informações junto às esposas dos ex-caciques, por meio de entrevistas gravadas. O resultado desse projeto foi apresentado à comunidade em um evento especial que marcou o lançamento de um livro em língua Terena, realizado em parceria com professores da aldeia e a UFMS, no âmbito do projeto Saberes Indígenas. Essa iniciativa promoveu o engajamento da comunidade, reforçando a valorização e a preservação da cultura Terena. Conforme relatado pelo P5:

... Eu acho que tipo se esses projetos que os professores fazem, pra gente pesquisar, pra gente ir atrás, esse negócio é muito bom, que tipo futuramente vai ter pessoa no nosso lugar que vai querer saber com a gente, entende? e isso é bom, pra preservar a cultura. Acho que a pessoa descobre mais quando tem evento assim. Tipo esse evento agora, a gente tá com vários projetos. (P5)

Atividades como as realizadas pelos professores da escola da aldeia Bananal promovem um sentimento coletivo de responsabilidade e valorização da herança cultural, evidenciando que os estudantes reconhecem a educação como uma ferramenta essencial para a ascensão profissional, melhoria das condições de vida e contribuição ao desenvolvimento comunitário. Esse entendimento é reforçado pelo participante P8:

... que eu vejo a minha família, a situação que a gente passa no dia a dia, eu quero dar o meu melhor. Só que eu como aluno, aí eu tenho que pelear, pra poder dar o melhor, eu fico pensando nisso. Se não fosse pela minha família eu não tava aqui não. Tem o meu vô que sempre me ajuda, me apoia, ela fala: estuda que é bom pra você. (P8)

Durante nossa pesquisa, em uma entrevista realizada pela rádio da aldeia Bananal, uma engenheira Terena compartilhou sua experiência de concluir os estudos e retornar à aldeia para trabalhar e contribuir com sua comunidade, evidenciando o forte senso de coletividade entre os povos indígenas. Essas percepções encontram eco no estudo de Ramírez Velásquez

⁷⁹ Casa construída com madeira e fibras vegetais us. pelos indígenas brasileiros como habitação de uma ou mais famílias. <https://www.aulete.com.br/oca>

(2006), que identificou entre os jovens indígenas da comunidade Tepehua uma necessidade informativa sobre seus costumes e tradições, refletindo um forte interesse em conhecer suas raízes e reforçar seu senso de pertencimento. Contudo, essa realidade contrasta com o estudo de Alfaro Rincón (2014), onde poucos membros da etnia Tsotil têm a oportunidade de continuar os estudos após a escola primária, já que muitos são direcionados precocemente ao mercado de trabalho. Essas disparidades ressaltam que algumas etnias enfrentam limitações significativas tanto na preservação de sua cultura quanto no acesso à educação, dificultando sua plena inclusão e desenvolvimento.

A fragilidade na preservação da identidade cultural dos povos indígenas permanece um tema relevante e desafiador para as gerações atuais. A luta pelo respeito à diversidade cultural desses povos e seus esforços para ampliar a discussão em nível global refletem a busca pelo reconhecimento de direitos iguais. No entanto, esses direitos muitas vezes não são plenamente garantidos devido à falta de acesso a serviços e bens fundamentais, como o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais, conforme estabelecido no artigo 11 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Embora os estudos sejam reconhecidos como fundamentais para os povos indígenas, a pesquisa revelou uma preocupação crescente em relação à implementação do ensino integral nas escolas indígenas. Essa apreensão está diretamente ligada ao impacto que essa modalidade pode exercer sobre os aspectos culturais da aldeia, já que a transmissão de conhecimentos tradicionais pelos mais velhos é um elemento central na formação das crianças indígenas. O participante P17 expressa essa inquietação ao afirmar:

Porque você vai pegar o aluno, colocar lá dentro da sala de aula o dia inteiro, você vai desvincular ele da família, ele vai ter só o período da noite e a noite a gente sabe que é curto, 7, 8, 9 hora a gente já tá dormindo, quer dizer, já vai afetar o relacionamento familiar e aqui a gente valoriza muito. Então você vai tirar a tradicionalidade, vai tirar a cultura da criança e uma sociedade aculturada vira bagunça. (P17)

O relato do participante P17 está alinhado com as preocupações destacadas por Salvatore (2015) que enfatiza a relevância dos componentes culturais no patrimônio cultural indígena, indo além dos sete patrimônios culturais intangíveis designados pela UNESCO. Esses componentes incluem rituais, práticas alimentares, performances, música e dança, arte, contação de histórias, linguagem, festivais, terra e paisagem (incluindo memoriais), folclore e vida popular. Cada um desses elementos integra a herança cultural de uma

comunidade e oferece oportunidades únicas para o fortalecimento e desenvolvimento cultural.

Sobre a importância de incluir componentes culturais no ensino realizado pelas escolas, o participante P17 compartilhou um relato marcante ocorrido durante uma apresentação de dança Terena. Ele destacou a ausência de alguém para tocar flauta no evento, já que a pessoa que detinha esse conhecimento não pôde comparecer, conforme relata:

Eu falei: olha só, a gente precisa repassar esses conhecimentos, entendeu? então são mínimos detalhes, a gente precisa inserir dentro da educação, entendeu? ah mas que que é, toca flauta, o quê, né? a gente precisa aprender matemática, precisa aprender isso, beleza, a gente tem que aprender mesmo, mas a cultura também a gente respeita, entendeu? então o objetivo é manter, manter, né? (P17)

Além do ambiente escolar, amplamente reconhecido como um espaço fundamental para a transmissão da cultura, a comunidade expressou o desejo de ter um local específico onde pudesse não apenas compartilhar e preservar suas tradições, mas também promover a geração de renda. Essa necessidade foi atendida com a inauguração do Centro Multiuso, realizado em parceria com o consulado da República Tcheca. A aldeia, que até então contava com um centro de eventos para atividades sociais, carecia de um espaço dedicado exclusivamente à valorização cultural, conforme demonstra o relato:

A gente precisava de um espaço pra trazer os jovens, as senhoras pra gente então fazer, né, dá cursos, né? enfim, eles aprovaram, então veio o recurso pra construção e a contrapartida da aldeia era a mão de obra. (P17)

A intenção é essa, ali servir como uma área de memórias, né? da comunidade, mas também pra pensar em uma forma de renda pra comunidade, porque por exemplo, tem uma senhora aqui que sabe fazer o chapéu de palha, então a gente quer aproveitar pra poder transmitir esse conhecimento, entendeu? vai ser um espaço cultural, além de ser um espaço de atividades é de cursos, essas coisas, entendeu? (P17)

Com a criação do Centro Multiuso, a aldeia Bananal consolida um espaço dedicado ao aprendizado, preservação e fortalecimento das tradições locais, promovendo a integração entre gerações e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Iniciativas semelhantes também têm sido realizadas em outras aldeias, como na aldeia Limão Verde, onde uma oficina de cerâmica Terena foi ministrada por professoras da aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda. Durante oito dias, alunos das aldeias Limão Verde e Buritizinho foram incentivados a desenvolver habilidades artísticas na produção de artesanato em

cerâmica, aprendendo a confeccionar peças como travessas, moingas e jarras com formas tradicionais indígenas. Esses produtos, além de simbolizarem a riqueza cultural do povo Terena, são valorizados no turismo e na cultura, gerando uma importante fonte de renda para as famílias envolvidas (“Indígenas Do Limão Verde e Buritizinho de Aquidauana Participam de Oficina Gratuita ,” 2024).

Em Campo Grande (MS), o Memorial da Cultura Indígena Cacique Enir Terena também promoveu oficinas voltadas para a preservação das tradições, como pintura sobre tecido, etapas da confecção de trajes típicos e danças tradicionais. Essas atividades reforçam os costumes das 240 famílias da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Uma estudante e artesã Terena, responsável por ensinar a confecção dos trajes, destacou que suas habilidades foram desenvolvidas a partir de trocas de experiências com sua avó, evidenciando a importância da transmissão intergeracional de saberes. Essas iniciativas demonstram como ações culturais podem fortalecer as identidades indígenas, promovendo autonomia e valorização comunitária (Marques, 2023).

Os desafios enfrentados pelos povos indígenas em relação à preservação de suas tradições, línguas e memórias culturais destacam a importância de iniciativas que integrem educação, espaços culturais e ações comunitárias voltadas à valorização da identidade. Enquanto a escola e o Centro Multiuso da aldeia Bananal representam esforços significativos para manter vivas as tradições, é igualmente fundamental explorar que locais como as bibliotecas, arquivos e museus são fundamentais para a recuperação, preservação e disseminação do patrimônio cultural indígena. Essas instituições, quando adaptadas às necessidades e realidades das comunidades nativas, podem servir como ferramentas essenciais no fortalecimento cultural e na perpetuação dos saberes ancestrais (Oliveira de Jesus et al., 2015) Assim, a próxima seção abordará como esses espaços de memória e informação podem apoiar os movimentos indígenas, contribuindo para a construção de um futuro em que as tradições sejam preservadas e integradas ao desenvolvimento sustentável.

7.6 Visões sobre a biblioteca: livros, informação e conhecimento

A última categoria desta pesquisa aborda a biblioteca, com o objetivo de buscar a percepção sobre o significado deste ambiente pelos entrevistados, identificar se estão satisfeitos com os serviços prestados ou se possuem expectativas, identificar as barreiras encontradas em relação ao material e as melhorias que desejam para o ambiente mais propício atendendo as suas necessidades informacionais culturais.

Na cultura ocidental, há uma percepção equivocada de que as bibliotecas estão perdendo relevância como instituições, baseada na ideia de que a internet poderia substituí-las em breve, já que atualmente "todas as informações estão disponíveis na internet". No entanto, é importante destacar que, embora a internet facilite o acesso a informações em muitos aspectos, ela não está universalmente disponível para todos, e seu uso pleno depende de infraestrutura e habilidades específicas.

Thompson (2022) argumenta que aqueles que afirmam que as bibliotecas públicas já não são uma necessidade essencial, geralmente são pessoas que não dependem delas. Esses indivíduos, em sua maioria, possuem acesso rápido e confiável à internet em casa, renda disponível para adquirir livros ou outros materiais de mídia e o privilégio de terem obtido uma educação superior por meios tradicionais. Essa perspectiva ignora o papel vital das bibliotecas como espaços de inclusão, aprendizado e acesso gratuito à informação, especialmente para comunidades menos favorecidas.

No entanto, muitas pessoas continuam a depender dos recursos oferecidos pelas bibliotecas para a preservação, divulgação e acesso à informação. Pesquisas apontam que os povos indígenas estão ativamente engajados na busca por ambientes que promovam o entendimento de suas histórias, culturas e práticas, além de atenderem às aspirações e necessidades específicas de suas comunidades. (Blackburn, 2017; Curvo et al., 2021; Lopes, 2020; Souza, 2002 e Yube, 2011). Esses estudos destacam a preocupação das próprias comunidades indígenas com a preservação de sua cultura, reforçando seu direito inalienável de acessar serviços de biblioteca e informação que respeitem e valorizem seu contexto cultural e linguístico, conforme preconizado no Manifesto das Bibliotecas Multiculturais da IFLA.

Em nossa pesquisa, analisamos a biblioteca situada na Escola Estadual Indígena Prof. Domingos V. Marcos - MIHIN, localizada na aldeia Bananal. Esta é a única biblioteca disponível tanto na aldeia Bananal quanto em todo o território Taunay. O espaço é limitado, composto por apenas quatro estantes e uma mesa, sem a presença de um bibliotecário ou responsável designado para sua gestão. O acesso aos livros ocorre sem um sistema de catalogação, e os empréstimos são registrados de forma manual, em papéis.

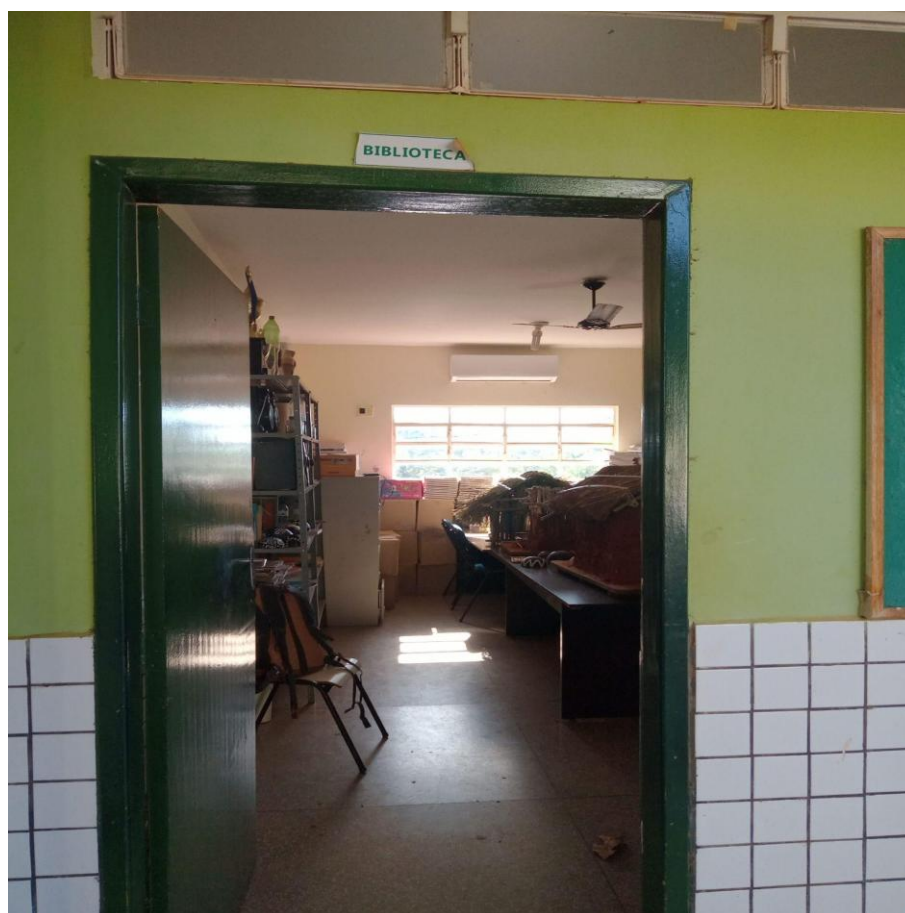


Figura 14-Sinalização de entrada da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)

Com o objetivo de compreender o nível de conhecimento dos entrevistados sobre a finalidade de uma biblioteca, realizamos um questionamento específico para identificar suas percepções a respeito do papel e da importância desse espaço. Os depoimentos revelaram diferentes perspectivas, destacando que, na visão dos entrevistados, a biblioteca é percebida principalmente como um ambiente destinado a fornecer informação:

Serve para informar, né? algumas pessoas, pra contar histórias pras pessoas. (P5)

Eu entendo, uma biblioteca é..tipo assim, pra ter informação dos livros, as histórias. (P7)

Quando você pega um livro a informação já é pesquisada, ela foi pesquisada bem antes, sabe? ou seja uma informação mais confiável eu diria. Então acho que um livro com a informação contando história é bem melhor que a internet. (P9)

Embora a informação esteja amplamente disponível em diversos meios, vivemos em uma era em que encontrar a informação correta, confiável e relevante continua sendo algo extremamente raro e valioso (Cole & Wilson, 2024). Na percepção dos entrevistados, a informação representa um elo fundamental com o mundo externo, e a biblioteca é vista como um espaço seguro e confiável para obtê-la. Esse ambiente é valorizado por oferecer acesso a informações precisas e verificadas, sustentado pela missão histórica das bibliotecas de fornecer conhecimento e informação.

É importante destacar outra percepção identificada pelos entrevistados: a biblioteca é entendida como um espaço de aquisição de conhecimento. Essa visão está em consonância com a análise de Cole & Wilson (2024), que observa como pessoas leigas frequentemente percebem dados, informação e conhecimento como conceitos interligados e complementares. Essa percepção se refletiu de forma clara nos relatos dos entrevistados:

Uma biblioteca? Eu acho que a biblioteca é um lugar que te guarda as memórias, né? a história, que serve para enriquecimento cultural, pra adquirir mais conhecimento, mais sabedoria. É muito importante ler. Eu sempre falo pros alunos: tem que ler, tem que ler, senão o seu cérebro vai ficar preguiçoso, preguiça até pra pensar, aí eu falo assim pra eles que a leitura ajuda, né? matemática, geografia, tudo é interpretação, se você não fizer uma boa leitura, você não consegue fazer nada. (P3)

Pra mim a biblioteca sempre foi assim..é, um mundo de conhecimento,né? Eu sempre gostei muito de ler, aprendi a ler, quando comecei a...ler os primeiros livros, o meu pai me incentivou, comprava livros. E eu passei a minha vida no ginásio, naquela época, na biblioteca . Eu ia lá no intervalo e ficava, pra mim foi um mundo novo, um mundo assim que abriu pra coisas que eu nunca tinha conhecido. Então eu sempre gostei muito de ficar na biblioteca, na faculdade também, eu ia e pegava livros, até uma Bibliotecária também falou: mas você trabalha? Que eu pegava muitos livros pra ler, eu sempre gostei muito de ler, sempre foi um mundo fantástico. (P15)

Na Ciência da Informação (CI), o conhecimento é compreendido como algo interno, armazenado em nosso cérebro e sistema de memória, representando aquilo que já sabemos sobre o mundo (Cole & Wilson, 2024). No entanto, no senso comum, a biblioteca é

percebida como um espaço que facilita a busca e a exploração do conhecimento, desempenhando um papel essencial ao incentivar as pessoas a ampliarem suas perspectivas e aprendizados. Além disso, existe uma percepção tradicional de que a biblioteca é um local voltado ao armazenamento de recursos físicos, como livros e materiais impressos, sendo também um espaço que fomenta a leitura e proporciona um ambiente silencioso e adequado para estudos. Essa visão foi reforçada por alguns entrevistados, que destacaram a importância desse ambiente em suas rotinas:

Um lugar que tem livros para ler. Também ajuda bastante. (P6)

Biblioteca é bom, né? Faz leitura, a gente procura, tem coisas que na internet é diferente, né? não são iguais. É pesquisa. (P10)

Uma biblioteca é pra fazer estudos, pra estudar, o que vai precisar no ENEM⁸⁰, essas coisas. Eu gosto de rever todos os livros, entendeu? assim mais o que vai cair na prova, da escola, eu pego os livros, estudo, aí...” “Quando você não quer ficar assim, se tem alguém assim, como que fala, atrapalhando a sala, eu peço pro professor vou na biblioteca, vou ficar em paz lá, daí ele te libera. (P8)

Pra, pra estudar mais, pra gente estudar mais, pra gente lê muitos livros lá. (P4)

A biblioteca escolar deve ser um espaço dedicado ao ensino-aprendizagem, com o objetivo de complementar as atividades realizadas em sala de aula e integrar diferentes saberes. O ideal é que a biblioteca vá além de ser apenas um local de leitura, assumindo um papel ativo e essencial no processo educativo. No entanto, nem todas as bibliotecas escolares conseguem desempenhar essa função de forma plena, muitas vezes devido a limitações estruturais, de recursos ou de planejamento (Almeida Junior, 2006). Esse é o caso da biblioteca da Estadual Indígena Prof. Domingos V. Marcos - MIHIN, cuja finalidade acaba se restringindo a um local para estudo e leitura.

Uma situação semelhante, em que a biblioteca escolar é percebida sob o paradigma ocidental de leitura solitária e silenciosa, foi identificada na pesquisa de Llamazares et al. (2011) na Argentina. De forma comparável, a pesquisa de Lee (2001) com estudantes indígenas no Canadá revelou que os alunos enxergam a biblioteca como uma extensão vital da sala de aula, desempenhando um papel essencial como parte integral do sistema educacional.

⁸⁰ Exame Nacional do Ensino Médio.

A concepção de uma biblioteca na visão dos entrevistados foi explorada ao questioná-los sobre seu conhecimento e experiência com bibliotecas fora do ambiente escolar da aldeia Bananal. Entre os professores entrevistados, houve unanimidade ao relatarem que conheceram outras bibliotecas, como bibliotecas universitárias ou municipais, durante suas formações. No entanto, entre os alunos, apenas um participante relatou ter visitado uma biblioteca fora da aldeia. Ele compartilhou sua percepção sobre o que viu e como idealizava o local:

Então, na biblioteca que eu tinha ido lá, nossa, não lembro onde que foi, mas tipo lá tinha notebook pra você pesquisar e tal, caso não tivesse notebook pra trazer ou um celular. Lá também, a variedade de livro era muito diversificada, aqui já não tem muito, isso achei muito interessante. Também o sistema de, de devolução, e como eu posso explicar, tipo quando você pega um livro emprestado, do tanto que você leu, do tanto de livro emprestado, você ganha um prêmio, eu lembro disso daí, você ganhava tipo sei lá, no final do ano você ganhava uma cesta de chocolate, alguma coisa assim, incentiva a leitura principalmente lá na escola também. (P9)

Esse desconhecimento sobre bibliotecas fora do ambiente escolar da aldeia Bananal também foi evidenciado na pesquisa de Valdez Angeles (2010), em que quase metade dos entrevistados desconhecia a existência de uma biblioteca próxima ao lugar onde viviam, e 39% afirmaram que não havia nenhuma biblioteca disponível. Essa ausência de políticas voltadas para a criação de bibliotecas em aldeias indígenas reflete a falta de iniciativas governamentais efetivas em prol dessas comunidades.

No Brasil, a escassez de bibliotecas em áreas indígenas é um problema evidente, conforme apontam dados do INEP, que revelam que apenas 12,73% das 3.597 escolas indígenas possuem uma biblioteca ou sala de leitura. No estado do Mato Grosso do Sul, foco deste estudo, o cenário é relativamente mais positivo: 65,86% das 71 escolas indígenas contam com um espaço dedicado à leitura. No entanto, a existência de um espaço físico por si só não garante que ele esteja equipado para atender às necessidades culturais e educacionais das comunidades indígenas leitura (INEP, comunicação pessoal, 29 de fevereiro de 2024).

Durante visitas realizadas em algumas aldeias do Território Taunay-Ipegue, foi constatada a ausência de bibliotecas adequadas. Em um dos casos, uma escola relatou que sua "biblioteca" se resumia a uma sacola de livros disponibilizada aos alunos. Essa realidade é semelhante à observada na pesquisa de Civallero (2006), que analisou bibliotecas em territórios indígenas da Argentina. Nesse contexto, foi verificado que, em diversas localidades da Argentina, as chamadas bibliotecas eram reduzidas a caixas guardadas em

cantos de salas de aula, prateleiras improvisadas ou sacos indígenas confeccionados com fibras de caraguatá.

Esses exemplos ilustram a fragilidade da infraestrutura informacional disponível e reforçam a urgência de um planejamento mais inclusivo, que leve em consideração as especificidades culturais, linguísticas e educacionais das comunidades indígenas. É imprescindível que as bibliotecas sejam concebidas como espaços dignos, estruturados e culturalmente sensíveis, capazes de fomentar o acesso ao conhecimento, preservar as tradições e promover o desenvolvimento comunitário.

Historicamente, até a década de 1960, os estudos na área de Biblioteconomia eram predominantemente quantitativos, com ênfase em dados estatísticos, (Damasceno & Mesquita, 2014). Em nosso estudo, a análise da frequência foi utilizada como ferramenta para compreender e avaliar o comportamento dos usuários em relação às suas necessidades informacionais. Os resultados indicaram que quase 100% dos professores entrevistados frequentam regularmente a biblioteca, utilizando-a como recurso essencial para suas atividades. Esse dado está alinhado com as observações de Almeida Junior (2006), que aponta que os professores tendem a frequentar mais as bibliotecas por necessitarem de informações que atendam às suas demandas profissionais e contribuam para sua educação contínua dentro de suas respectivas áreas de especialização.

Durante as observações em campo, constatou-se que a biblioteca, além de sua função tradicional, era amplamente utilizada pelos professores como uma sala de reuniões, devido à ausência de um espaço específico para esse propósito na escola. Na biblioteca, os professores se reuniam para planejar aulas e discutir as atividades realizadas com os alunos, considerando que o ensino indígena frequentemente integra disciplinas de forma interdisciplinar.

Essa utilização intensa por parte dos professores parece limitar a frequência dos alunos ao espaço. Ao questionarmos os alunos participantes de nossa pesquisa sobre sua frequência na biblioteca escolar, mais da metade relatou não utilizá-la. Os motivos apontados pelos entrevistados destacaram problemas estruturais e limitações no acervo, conforme os relatos:

Não, que não tem muito livro interessante. Falta livro, falta livro interessante, entendeu? tudo repetido, histórias antigas aí nessa biblioteca. (P8)

...Aqui é mais complicado, porque é escassez de livro, não tem muito livro e infraestrutura mesmo já não ajuda muito. (P9)

Esses relatos evidenciam problemas estruturais e limitações no acervo da biblioteca. O espaço físico, por ser pequeno, dificulta a realização de atividades que envolvam uma sala de aula inteira. Para abordar essa questão, cabe à Secretaria de Educação Estadual assegurar o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) no que diz respeito à edificação predial das escolas indígenas e seus anexos, incluindo a biblioteca. Além disso, para atender à necessidade de apoio financeiro, a demanda deve ser apresentada ao Ministério da Educação para análise e viabilidade do projeto.

No que diz respeito às limitações do acervo da biblioteca estudada, constatou-se que ele é composto majoritariamente por livros didáticos em português fornecidos pelo governo. Esses livros, além de não atenderem à quantidade necessária para os alunos, frequentemente precisam ser compartilhados, exigindo um revezamento no uso. Como resultado, muitos desses materiais permanecem na biblioteca para que outros estudantes possam utilizá-los, como demonstra a figura 15:



Figura 15-Livros do governo recebidos e ainda embalados na biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)

A escassez de títulos que despertem interesse ou incentivem a frequência dos alunos é um fator crucial que limita o uso da biblioteca. Essa carência evidencia o descumprimento do Decreto n.6861 (Brasil, 2009), que ressalta a importância de criar materiais didáticos específicos para as escolas indígenas, assegurando que os conteúdos educacionais estejam adaptados à realidade cultural e linguística dessas comunidades.

No contexto das bibliotecas voltadas para os povos indígenas, o Manifesto de Bibliotecas Multiculturais da IFLA reforça essa necessidade. No item 1.4.2, o documento destaca a importância de bibliotecas que forneçam recursos que facilitem a aprendizagem, com suportes adequados às línguas indígenas. Essa diretriz aponta para a necessidade de adaptação não apenas dos materiais, mas também dos serviços oferecidos, para atender às especificidades culturais dessas comunidades e promover um acesso inclusivo e significativo à informação (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) & United Nations Educational, 2009).

Diante desses desafios, torna-se essencial implementar melhorias significativas na infraestrutura e atualizar o acervo, assegurando que a biblioteca atenda de forma adequada às demandas informacionais e educacionais dos usuários, respeitando e valorizando suas especificidades culturais (Canosa, 2019). Desafios semelhantes foram identificados na pesquisa de Valdez Angeles (2010), na qual a maioria dos entrevistados frequentava a biblioteca de forma esporádica. Alguns utilizavam o espaço por imposição de professores, como forma de castigo, enquanto outros aproveitavam o tempo livre para explorar livros. Essas situações reforçam a necessidade de transformar as bibliotecas em espaços atrativos e inclusivos, que promovam o aprendizado e o pertencimento cultural.

Em nossa pesquisa, alguns alunos que frequentam diariamente a biblioteca a identificaram como um possível ponto de encontro. Essa percepção destaca a necessidade de que a biblioteca seja compreendida não como um espaço de punição, mas como um ambiente multifuncional que promova aprendizado, lazer e integração. Essa visão é reforçada pela idealização de um entrevistado:

É...eu acho que..é entretenimento pros alunos, né? pra que eles possam sair da sua aldeia, vir pra outra aldeia, né? eu acho que uma biblioteca seria bom pra eles, pra pesquisa, né? em turno diferente da sua aula. (P2)

Essa perspectiva ressalta o potencial da biblioteca em atender não apenas às necessidades educacionais, mas também em criar oportunidades de socialização e estímulo cultural para os estudantes. Um exemplo disso é o projeto *Saskatchewan Aboriginal Storytelling*, no Canadá, destacado por Million (2021), que promove a preservação da narrativa tradicional indígena ao apoiar uma rede de contadores de histórias e fortalecer suas conexões com a biblioteca. Essa abordagem evidencia a necessidade de repensar as formas de interação com as comunidades e reformular a oferta de serviços, garantindo que as bibliotecas atendam às necessidades informacionais de seus usuários, que estão em constante transformação.

As ideias de Canosa (2019), para uma biblioteca localizada em uma aldeia indígena, relatam que esta deve ir além do conceito de um espaço físico tradicional, incorporando materiais lúdicos e recursos que valorizem a cultura local, criando um ambiente mais inclusivo, atrativo e culturalmente significativo para a comunidade. Civallero (2006) também aborda uma biblioteca que tenha uma estrutura adaptável para que toda a

comunidade pudesse se reunir, com o que ele denomina “libros vivientes”, narradores e contadores locais que transmitem os seus saberes.

Nesse contexto, a ideia de uma "biblioteca humana" surge como uma proposta complementar, especialmente relevante para os povos indígenas. Esse modelo busca facilitar o reconhecimento mútuo, promover comportamentos positivos e incentivar o entendimento entre pessoas de diferentes origens sociais por meio da comunicação direta. Dessa forma, a biblioteca não apenas preserva e dissemina conhecimento, mas também se torna um espaço de diálogo e intercâmbio cultural, fortalecendo as relações dentro da comunidade e com o mundo externo (Safdar et al., 2024).

Gómez Pava (2011) destaca que a característica mínima que uma biblioteca em uma comunidade indígena deve cumprir é a oferta de materiais bilíngues e interculturais, integrando acervos que reflitam o conhecimento, a realidade local e nacional. No entanto, conforme observado durante as visitas de campo e relatado pelos entrevistados, o acervo da biblioteca analisada não atende à multiculturalidade de seus usuários, que são bilíngues e têm o Terena como língua nativa. Essa inadequação resulta em descontentamento em relação aos materiais disponíveis para uso, como apontam os relatos a seguir:

Ah, devia ter livros atualizados, né? (P16)

Não tem, falta livro. (P8)

...É tudo, né? é tudo, de todas matérias falta. (P7)

A ausência de materiais na biblioteca que representem a identidade cultural dos Terena gera uma sensação de falta de pertencimento entre os usuários. Os relatos dos entrevistados refletem uma demanda que está alinhada às diretrizes da IFLA, especificamente na seção 4.3.2, que destaca a necessidade de coleções bilíngues para todas as faixas etárias, além do incentivo à inclusão de publicações de autores indígenas locais e à criação de coleções digitalizadas de documentos e imagens relevantes para os grupos indígenas (International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) & United Nations Educational, 2009). Essas demandas foram relatadas pelos entrevistados:

Então, eu acho que devia ter mais livro terena, sabe? eu vi muito livro tipo história normal, mas eu vi muito pouco livro autoral daqui, acho que achei dois livros só de pessoal terena aqui sabe? de história e tal, aí li um pouco lá, eu não lembro o nome do livro, mas tá lá, é

um branco. Então acho que devia ter mais livro terena, tanto pra quem não sabe, tanto pra quem sabe lê e entende mais, sabe? (P9)

É, mais livros terena, mais história do povo terena pra não acabar. (P5)

Sim, aqui não tem muito, tem pouco, né? ajudaria muito se botasse mais na língua terena. (P4)

Além disso assim, assim, a nossa cultura, a história da nossa cultura, o surgimento, como que foi, quem criou, quem fundou, essas coisas aí eu quero que tenha na biblioteca. Entendeu? a nossa história, pra que o povo de fora possa ver, escrito lá. Entendeu? (P8)

Acho que aqui na aldeia seria interessante, livros que teriam, de algumas pessoas daqui mesmo, da aldeia, histórico da aldeia, como que foi, se houve alguém que foi pra guerra, acho que querendo ou não acaba ficando pra trás, que só algumas pessoas sabem, os mais novos não sabem mais a história. (P3)

Olha...éee, aqui nós temos muitooo celulares, né? só que nós temos alunos que não tem acesso ao computador e uma biblioteca é..virtual seria legal também de.. (audível), acho que seria bem interessante. (P2)

A frustração em não encontrar materiais que representem a realidade e a língua indígena na biblioteca também foi destacada na pesquisa de Lee (2001), que enfatiza a importância da reciprocidade e da construção de relacionamentos nos serviços de biblioteca para fortalecer seu papel no atendimento aos povos indígenas. De forma semelhante, a pesquisa de Lima (2019) revelou que os entrevistados demonstraram um interesse significativo em acervos que representem sua identidade cultural. Essas questões reforçam a necessidade urgente de um projeto específico de desenvolvimento de coleções que atenda à multiculturalidade dessas comunidades, garantindo que as bibliotecas contemplem e valorizem suas especificidades culturais e linguísticas.

No caso dos Terena, uma iniciativa que busca suprir a lacuna de materiais multiculturais é o projeto *Saberes Indígenas*, realizado em parceria com universidades do Estado do Mato Grosso do Sul. O projeto incentiva professores indígenas a colaborar na produção de materiais didáticos na língua Terena, como demonstram os relatos dos participantes:

Elaboro por conta própria. Algumas vezes dá pra usar, é..as regras, essas coisas eu pego do livro, na internet, mas atividade, que atende as coisas do cotidiano deles, do dia a dia deles. Eu trabalho muito com a conversação com eles, pra poder trabalhar com a realidade deles aqui. (P3)

Não tem em língua terena, inclusive nós temos, alguns trabalhos que vai ser lançado dia 26, junto com essa, com o nosso trabalho, éee sobre os saberes da Universidade Federal,

quem coordena é o professor Z, Professora X e outros professores, e nesse, nesse livro nós temos já algumas coisas traduzidas já matemática, da exatas. (P2)

O projeto Saberes Indígenas representa um motivo de grande orgulho para a comunidade, ao promover a valorização cultural e o fortalecimento da identidade Terena. A produção de materiais bibliográficos realizada pelos próprios professores indígenas destaca seu protagonismo efetivo, ampliando sua atuação e reforçando sua importância como agentes culturais e educacionais. Durante a pesquisa de campo, os relatos enfatizaram a relevância da publicação de materiais na língua Terena, evidenciando seu impacto positivo na preservação e na transmissão do conhecimento tradicional.



Figura 16-Livros lançados no evento Saberes Indígenas na aldeia Cachoeirinha.

Fonte: Acervo próprio (2021)

Um exemplo significativo foi o evento de lançamento de livros, que mobilizou toda a comunidade em um verdadeiro festejo. Essa celebração não apenas marcou a produção de

conteúdos educacionais próprios, mas também simbolizou o reconhecimento e a valorização da cultura Terena. O evento reafirmou o papel da educação como um meio de preservar as tradições, promover o pertencimento cultural e fortalecer os laços comunitários, mostrando como iniciativas como o Saberes Indígenas podem transformar o ambiente educacional e cultural das comunidades indígenas.

Quanto à criação de um espaço adequado para acessar materiais informacionais, os entrevistados foram questionados sobre a localização ideal para a construção de uma biblioteca destinada à comunidade da aldeia Bananal. A diversidade de opiniões reflete as diferentes perspectivas dos moradores, que residem tanto na aldeia Bananal quanto em suas proximidades. Algumas das respostas obtidas ilustram essas percepções:

Ah seria aqui no centro, né? na Bananal aqui é um ótimo local, né? (P2)

Aqui na Bananal mesmo, porque tipo aqui é o centro das aldeias, né? (P7)

Olha, aqui eu acho que é o meio de todas as aldeias, ou não? (P10)

Acho que seria na escola mesmo, não sei, cada um teria que ter a sua. (P15)

Então, eu acho que aqui ficaria bem melhor. mas eu acho na minha opinião, devia ter um local separado como uma biblioteca, por exemplo, tipo um local separado com vários livros de história terena explicando as histórias memo, tipo o que aconteceu, os fatos, é..mas tipo eu acho que ali na biblioteca da escola é um pouco pequeno, então devia aumentar tipo divulgar memo sabe? pras pessoas vim ver. (P9)

A biblioteca poderia ser assim, perto das escolas, é o que é mais preciso” (P8)

Seria melhor na onde eu moro. (P5)

Sei lá, qualquer aldeia seria bom pra visitar. Qualquer uma. (P4)

Seria melhor na aldeia Ypegue. Que lá tem menos recursos que a Bananal. (P6)

A localização da aldeia Bananal foi apontada por muitos como a melhor opção, devido à sua posição central em relação às outras aldeias do Território Taunay-Ipegue. No entanto, outros entrevistados defenderam que cada aldeia deveria ter sua própria biblioteca, enquanto alguns destacaram a necessidade de atender às demandas informacionais locais, considerando as peculiaridades de cada comunidade.

Ainda assim, a existência de um espaço físico por si só não assegura que ele atenderá plenamente às necessidades informacionais dos povos indígenas. É imprescindível que a biblioteca seja equipada com materiais alinhados à multiculturalidade e à riqueza cultural

do povo Terena. Além disso, deve-se abordar questões relacionadas à manutenção do espaço e à criação de atividades que integrem a biblioteca à vida cotidiana da comunidade, promovendo engajamento, pertencimento e o reconhecimento do espaço como vital para o desenvolvimento cultural e educacional.

Uma biblioteca multicultural pode desempenhar um papel essencial na salvaguarda da memória e da diversidade cultural, servindo como um espaço comunitário comprometido com a defesa da liberdade de expressão, o acesso à informação e o direito de participar ativamente da cultura. Para incentivar a inclusão e a participação da comunidade nesse ambiente, é imprescindível a formulação de diretrizes específicas que orientem a criação e gestão de bibliotecas voltadas para as necessidades informacionais dos povos indígenas, respeitando e alinhando-se ao seu comportamento informacional e às particularidades culturais que os definem.

7.7 Análise dos resultados e concepção do modelo de biblioteca multicultural para o Povo Terena

As diretrizes apresentadas neste documento têm como objetivo orientar os profissionais de unidades de informação no estabelecimento de serviços que respeitem e promovam a multiculturalidade dos povos indígenas do Brasil. Essas orientações não são absolutas e devem ser adaptadas às particularidades locais. No caso deste estudo, o foco foi a aldeia Bananal, situada no estado do Mato Grosso do Sul. É importante ressaltar que, embora existam outras comunidades Terena na região, cada uma apresenta contextos distintos que podem influenciar o seu comportamento informacional. Essas variáveis devem ser consideradas na aplicação das diretrizes propostas.

1. Pesquisa e Envolvimento Comunitário

- **Coleta de informação sobre a etnia**

A implantação de uma biblioteca multicultural em comunidades indígenas exige uma pesquisa preliminar detalhada, que contemple aspectos históricos, culturais e linguísticos da comunidade-alvo. Essa investigação deve incluir o exame de relatórios governamentais e outros documentos que ofereçam dados relevantes sobre a organização social e os sistemas de governança interna.

- **Construção de relacionamento com a liderança**

Com base nessa pesquisa inicial, torna-se imprescindível a identificação de agentes comunitários que possam intermediar o diálogo com as lideranças locais. A autorização dessas lideranças é um elemento fundamental para o acesso ao território e para a obtenção de informações que subsidiarão o planejamento da biblioteca.

Ademais, é essencial reconhecer que o processo de estabelecimento de confiança e comunicação com a comunidade demanda tempo e deve ser conduzido de forma ética e respeitosa. O diálogo deve considerar as hierarquias, práticas e conhecimentos tradicionais, de modo a demonstrar com clareza os benefícios esperados da pesquisa para a comunidade.

2. Identificação das Necessidades Informacionais

- **Consultas comunitárias**

A definição das necessidades informacionais da comunidade deve ser realizada por meio de consultas com lideranças comunitárias, anciãos e outros membros, a fim de compreender as demandas relacionadas à informação, cultura e educação.

Para identificar desafios e oportunidades, recomenda-se a adoção de métodos qualitativos, como entrevistas e observação em campo. Essas técnicas são fundamentais para detectar necessidades informacionais latentes, que podem não ser percebidas pelos próprios sujeitos devido à não priorização dessas demandas no cotidiano. O comportamento informacional é influenciado por fatores internos e externos, que determinam os hábitos de busca e uso da informação na vida cotidiana.

O levantamento realizado na aldeia Bananal demonstrou que o comportamento informacional da comunidade Terena é impulsionado por necessidades específicas, como a valorização cultural, na qual jovens buscam informações para projetos escolares enquanto anciãos procuram apoio para preservar tradições orais; demandas educacionais, com acesso a conteúdo pedagógico e suporte para estudos; saúde e bem-estar, pela necessidade de informações sobre serviços de saúde e medicina tradicional; e adaptação ao contexto contemporâneo, com a busca por informações sobre benefícios governamentais e novas práticas agrícolas.

A escolha da fonte de informação é influenciada por fatores socioculturais, sendo que os Terena recorrem prioritariamente a fontes humanas (anciãos e líderes comunitários) e formais (bibliotecas, escolas, internet). O fluxo de informação ocorre de diversas formas, seja pela interação oral, presencial ou mediada por tecnologias digitais, como a participação em reuniões comunitárias ou o acesso a conteúdo digital por dispositivos móveis. O uso e compartilhamento da informação ocorre por transmissão oral, digital ou comunitária, com a disseminação de técnicas agrícolas em encontros ou a transmissão de conhecimentos tradicionais em eventos culturais.

- **Elaboração de um plano colaborativo**

A elaboração de um plano colaborativo é uma etapa crucial para garantir que a biblioteca multicultural atenda às reais necessidades da comunidade Terena. Esse processo deve ser participativo, envolvendo ativamente os membros da comunidade em todas as fases. Abaixo, detalhamos estratégias e práticas para fortalecer o planejamento colaborativo:

Oficinas de Sensibilização: Realizar oficinas iniciais com a comunidade para apresentar o projeto da biblioteca, explicar seus objetivos e benefícios, e ouvir as expectativas e

preocupações dos membros. Essas oficinas devem ser conduzidas de forma lúdica e interativa, utilizando métodos que respeitem as práticas culturais locais.

Workshops de Priorização: Organizar workshops para identificar e hierarquizar as necessidades da comunidade. Utilizar técnicas como a "Matriz de Priorização", onde os participantes avaliam as demandas com base em critérios como urgência, impacto e viabilidade.

Inclusão de Vozes Diversas: Garantir que todos os segmentos da comunidade sejam representados, incluindo mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Isso pode ser feito por meio de rodas de conversa específicas para cada grupo.

Documentação Colaborativa: Criar um documento compartilhado (físico ou digital) onde as prioridades identificadas pela comunidade sejam registradas e validadas coletivamente.

Plano de Ação Detalhado: Desenvolver um plano de ação que inclua metas, prazos, responsáveis e recursos necessários. Esse plano deve ser flexível, permitindo ajustes conforme as necessidades da comunidade evoluem.

3. Estrutura Física

O planejamento físico da biblioteca deve ser cuidadosamente elaborado para atender às necessidades culturais, sociais e informacionais da comunidade Terena, garantindo que o espaço seja funcional, acessível e culturalmente relevante. A estrutura física deve refletir a identidade da comunidade, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo, que valorize as tradições e práticas culturais locais. Abaixo, detalhamos os principais aspectos a serem considerados:

- **Espaço Adaptado e Acolhedor**

Arquitetura Culturalmente Sensível: O design do espaço deve incorporar elementos arquitetônicos que reflitam a cultura Terena, como padrões de grafismo, cores e símbolos tradicionais. A construção pode utilizar materiais locais e técnicas sustentáveis, alinhando-se às práticas ambientais da comunidade.

Ambientes Flexíveis: A biblioteca deve contar com espaços moduláveis que possam ser adaptados para diferentes atividades, como encontros comunitários, cerimônias culturais, oficinas educacionais e eventos sociais. Áreas com assentos informais e espaços abertos podem facilitar a interação e a troca de conhecimentos.

Áreas de Convivência: Criar espaços para a comunidade se reunir, como pátios cobertos ou áreas externas com bancos e mesas, onde os membros possam compartilhar histórias, realizar atividades coletivas ou simplesmente socializar.

Tecnologia Integrada: Incorporar equipamentos multimídia, como telas para exibição de vídeos, computadores com acesso à internet e dispositivos para reprodução de audiobooks. Esses recursos devem ser utilizados para fortalecer as tradições orais e visuais dos Terena, como a exibição de documentários, gravações de narrativas ancestrais e exposições virtuais.

Espaço para Exposições: Criar uma área dedicada à exposição de artefatos culturais, artesanatos e obras de arte indígenas, promovendo a valorização da cultura Terena e a educação intercultural.

Espaço para "Livros Vivos": Designar uma área específica para a prática de contação de histórias, com assentos confortáveis e acústica adequada. Esse espaço deve ser utilizado por anciões e narradores tradicionais para transmitir conhecimentos orais de forma interativa e envolvente.

- **Sinalização Inclusiva**

Sinalização Bilíngue: Desenvolver placas e materiais informativos em português e na língua Terena, utilizando símbolos e padrões gráficos que sejam familiares e culturalmente significativos para a comunidade.

Identidade Visual: Criar uma identidade visual para a biblioteca que incorpore elementos da cultura Terena, como padrões de artesanato, cores tradicionais e ícones que representem a conexão com a terra e a natureza.

4. Gestão e Desenvolvimento Comunitário

A gestão participativa é um fator essencial para o sucesso de uma biblioteca multicultural. A comunidade Terena deve ser protagonista na definição dos serviços e materiais disponíveis, garantindo que a biblioteca atenda às suas reais necessidades. Para isso, propõe-se:

- **Participação comunitária**

Criação de um conselho gestor com representantes da comunidade, incluindo anciões, professores e jovens indígenas.

Consulta regular à comunidade, por meio de assembleias, pesquisas participativas e fóruns de discussão, para determinar quais materiais devem ser adquiridos e quais serviços precisam ser aprimorados.

Incentivo à realização de atividades culturais e educativas organizadas pelos próprios membros da comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade cultural.

Estabelecer colaborações com universidades, organizações culturais e órgãos governamentais para o desenvolvimento de projetos que atendam às demandas locais, bibliotecas públicas, associações.

Estabelecer estratégias de financiamento por meio de parcerias públicas e privadas para garantir a manutenção do espaço e atualização contínua do acervo. Propõe-se a criação de um plano de captação de recursos que contemple:

Editais públicos e programas governamentais voltados para a promoção da cultura, educação e inclusão social.

Parcerias com empresas locais e nacionais, por meio de leis de incentivo fiscal, como a Lei Rouanet e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Eventos de arrecadação, como feiras culturais, exposições e workshops, que além de gerar recursos, promovem a visibilidade da biblioteca.

- **Formação de mediadores indígenas**

Um dos desafios centrais para a gestão da biblioteca é a inexistência de cursos de graduação em Biblioteconomia no Estado de Mato Grosso do Sul, o que limita a disponibilidade de profissionais qualificados. Diante dessa realidade, propõe-se a formação de mediadores culturais indígenas, que atuarão como interlocutores entre a biblioteca e a comunidade, facilitando o acesso aos serviços e promovendo a valorização da cultura Terena.

Esses mediadores devem ser capacitados por meio de programas de formação continuada, que incluam conhecimentos básicos em Biblioteconomia, gestão de acervos, mediação de leitura e práticas interculturais. Além disso, é fundamental que a formação seja contextualizada, incorporando saberes tradicionais e metodologias participativas que respeitem a cosmovisão Terena. A atuação desses mediadores não se limitará à gestão técnica da biblioteca, mas também abrangerá a promoção de atividades educativas e culturais, fortalecendo o papel da biblioteca como um espaço de diálogo e aprendizagem.

5. Acervo

O direito à informação, enquanto fundamento essencial para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, deve ser garantido de maneira equitativa, respeitando as necessidades linguísticas, culturais e históricas da comunidade Terena. A inclusão digital, aliada à adaptação e à produção de materiais informacionais culturalmente relevantes, constitui-se como um eixo estratégico para a ampliação do acesso ao conhecimento e para a valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, a biblioteca, enquanto instituição de excelência, deve assumir um papel protagonista na promoção da equidade informacional e na preservação da memória coletiva do povo Terena. Para tanto, propõe-se:

- **Materiais Bílingues e Representatividade Cultural**

A disponibilização de materiais bilingues, em português e na língua Terena, é um imperativo ético e legal, alinhado às disposições do Decreto nº 6.861/2009, que estabelece a obrigatoriedade de políticas públicas que respeitem e promovam as línguas indígenas. A biblioteca deve:

Ampliar o acervo bilingue: Disponibilizar livros, dicionários, gramáticas, materiais didáticos e literários em ambas as línguas, com ênfase em obras que contribuam para o fortalecimento da identidade linguística e cultural da comunidade Terena.

Fomentar a produção autoral indígena: Incluir obras de autores indígenas, especialmente do povo Terena, que reflitam suas histórias, tradições, cosmovisões e práticas culturais. Essa iniciativa deve ser realizada em parceria com o projeto Saberes Indígenas na Escola, visando à valorização e à disseminação do conhecimento tradicional.

Estabelecer parcerias estratégicas: Trabalhar em colaboração com editoras locais, universidades, organizações indígenas e órgãos governamentais para ampliar o acervo e garantir a produção contínua de materiais que atendam às demandas da comunidade.

Promover a representatividade cultural: Assegurar que o acervo reflita a diversidade cultural do povo Terena, incluindo publicações que abordem temas como medicina tradicional, práticas agrícolas, rituais, mitologias e história oral.

- **Digitalização e Preservação da Memória**

A preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural do povo Terena é um compromisso inegociável, que deve ser realizado por meio de estratégias inovadoras e tecnologicamente avançadas. A biblioteca deve:

Criar coleções digitalizadas: Desenvolver um acervo digital que inclua documentos, imagens, registros históricos e publicações relevantes para a comunidade Terena, garantindo sua preservação e acessibilidade para as gerações presentes e futuras.

Registros audiovisuais de saberes tradicionais: Realizar gravações de narrativas, depoimentos e ensinamentos de anciões, lideranças e detentores de conhecimentos tradicionais, utilizando tecnologias de alta qualidade para garantir a fidelidade e a durabilidade desses registros.

Implementar plataformas digitais interativas: Desenvolver plataformas virtuais que permitam a disseminação de informações e o acesso a materiais digitalizados, incluindo audiobooks, vídeos educativos e publicações em língua Terena. Essas plataformas devem ser acessíveis e intuitivas, garantindo a inclusão digital de todos os membros da comunidade.

Preservação de documentos históricos: Digitalizar e catalogar documentos históricos, como cartas, mapas, registros oficiais e fotografias, que sejam relevantes para a história e a cultura Terena, assegurando sua disponibilidade para pesquisadores e membros da comunidade.

Produzir conteúdos multimídia: Criar audiobooks, podcasts e vídeos educativos em língua Terena, abordando temas como história, cultura, meio ambiente e direitos indígenas, de forma a atender às necessidades

6. Serviços

As atividades e serviços oferecidos por uma biblioteca comunitária voltada para o povo Terena devem ser concebidos com base em uma perspectiva multicultural e intercultural, garantindo que a mediação da informação seja realizada de maneira sensível, respeitosa e alinhada às práticas, valores e necessidades culturais indígenas. A biblioteca deve assumir um papel ativo na promoção do diálogo entre culturas, na valorização dos saberes tradicionais e na construção de pontes entre o conhecimento indígena e o ocidental. Para tanto, propõe-se:

- **Mediação Cultural**

Promover o diálogo intercultural: Oferecer atividades que integrem práticas culturais indígenas e ocidentais, como rodas de conversa com anciões, líderes comunitários e detentores de saberes tradicionais, garantindo a transmissão de conhecimentos entre gerações e a valorização da oralidade como forma de preservação cultural.

Realizar eventos culturais e educativos: Organizar oficinas de artesanato, contação de histórias, exposições de arte indígena e festivais culturais que celebrem as tradições Terena, reforçando a identidade cultural e a interação comunitária.

Fomentar parcerias estratégicas: Estabelecer colaborações com escolas, universidades e organizações indígenas para desenvolver projetos de educação bilíngue, literacia informacional e promoção da leitura, sempre com foco nas necessidades e realidades dos povos indígenas.

Flexibilizar práticas biblioteconômicas: Adaptar processos técnicos, como catalogação e classificação, para respeitar a organização do conhecimento indígena, incorporando categorias e terminologias que reflitam a cosmovisão Terena.

Implementar programas de leitura e escrita: Criar oficinas que incentivem a leitura e a escrita em língua Terena, contribuindo para a revitalização e valorização do idioma. Essas atividades devem ser desenvolvidas em colaboração com educadores e membros da comunidade.

- **Geração de Renda Local**

A biblioteca deve atuar como um agente de desenvolvimento local, promovendo iniciativas que fortaleçam a economia comunitária e valorizem os saberes e fazeres tradicionais. Para isso, é necessário:

Apoiar o artesanato local: Organizar exposições, feiras e eventos para a comercialização de artesanatos produzidos pela comunidade Terena, criando oportunidades de geração de renda e visibilidade para os artistas locais.

Fomentar empreendimentos comunitários: Desenvolver projetos que incentivem o empreendedorismo indígena, como oficinas de capacitação em gestão, marketing e vendas, sempre alinhados aos valores e práticas culturais da comunidade.

Promover o turismo cultural: Criar roteiros e atividades que atraiam visitantes interessados em conhecer a cultura Terena, gerando receita para a comunidade e fortalecendo a autoestima coletiva.

7. Educação e Formação

A educação é um pilar fundamental para a preservação e o fortalecimento da identidade cultural do povo Terena, além de ser uma ferramenta essencial para a promoção da equidade e do diálogo intercultural. Esta diretriz propõe ações estratégicas voltadas para a produção de materiais didáticos na língua Terena, a integração de saberes tradicionais à educação formal e a promoção de iniciativas que valorizem a diversidade cultural.

- **Produção de Materiais Didáticos em Língua Terena**

Incentivar e apoiar a criação de materiais educacionais na língua Terena, em colaboração com professores, lideranças indígenas e instituições de ensino.

Utilizar como referência projetos bem-sucedidos, como o Saberes Indígenas, para garantir que os materiais sejam culturalmente relevantes e pedagogicamente eficazes.

Priorizar a produção de recursos multimídia (livros, vídeos, aplicativos) que atendam às necessidades de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade.

- **Educação Multicultural e Intercultural**

Implementar programas de alfabetização digital e educacional adaptados às realidades locais, garantindo acesso a tecnologias e formação para seu uso crítico e criativo.

Organizar cursos, oficinas e palestras que fortaleçam a compreensão e o respeito mútuo entre a comunidade Terena e o público externo.

Fomentar espaços de troca de saberes, onde os conhecimentos tradicionais Terena possam ser compartilhados e valorizados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

8. Promoção e difusão

A promoção e a divulgação são fundamentais para fortalecer a presença da biblioteca na comunidade, atrair novos públicos e consolidar sua relevância como um espaço de acesso ao conhecimento, cultura e lazer. Para isso, é essencial desenvolver estratégias de comunicação eficazes e estabelecer parcerias que ampliem o alcance e o impacto das ações realizadas.

- **Campanhas de Comunicação e ações promocionais de Marketing**

Desenvolver estratégias de comunicação integrada para promover as atividades e serviços da biblioteca, utilizando canais como redes sociais, rádios locais, sites comunitários e materiais gráficos. Realizar campanhas temáticas e periódicas para engajar o público e destacar o valor da biblioteca como um espaço de conhecimento e cultura.

- **Integração e Parcerias com a Comunidade**

Estabelecer e fortalecer parcerias com instituições educacionais, organizações comunitárias, empresas locais e outras bibliotecas para ampliar o impacto das ações e promover atividades conjuntas. Participar ativamente de eventos comunitários e criar

programas que conectem a biblioteca às necessidades e interesses da população, garantindo maior visibilidade e relevância.

9. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação contínua são essenciais para garantir que os serviços e acervos da biblioteca estejam alinhados às necessidades e expectativas da comunidade. Por meio de processos sistemáticos de coleta de dados e análise, é possível identificar pontos de melhoria, adaptar estratégias e fortalecer o impacto das ações realizadas. Esta diretriz propõe a implementação de mecanismos participativos e a revisão periódica das práticas, visando a excelência no atendimento e a constante evolução da biblioteca como um espaço dinâmico e relevante.

- **Coleta de Feedback e Avaliação Participativa**

Implementar métodos sistemáticos para coletar feedback da comunidade, como questionários online e presenciais, enquetes em redes sociais, reuniões comunitárias e caixas de sugestões. Utilizar esses dados para avaliar a eficácia dos serviços, a qualidade do acervo e o nível de satisfação dos usuários, garantindo que a voz da comunidade seja ouvida e considerada.

- **Adaptação Estratégica e Melhoria Contínua**

Realizar revisões periódicas das práticas e estratégias da biblioteca, com base nos dados coletados e nas tendências identificadas. Ajustar os serviços, programas e acervos para atender às mudanças nas necessidades da comunidade, promovendo uma gestão flexível e orientada para resultados. Estabelecer indicadores de desempenho para medir o progresso e o impacto das ações ao longo do tempo.

10. Adaptação e Continuidade

No contexto dinâmico em que as bibliotecas estão inseridas, a adaptação e a continuidade são pilares essenciais para manter a relevância e a eficácia dos serviços oferecidos. A constante evolução das necessidades dos usuários, aliada às mudanças tecnológicas e culturais, exige que as práticas e diretrizes das bibliotecas sejam revisadas e atualizadas de forma contínua

- **Revisão contínua das práticas da biblioteca para garantir relevância e eficácia**

Criação de um plano de atualização periódica das diretrizes, envolvendo lideranças e mediadores culturais na formulação de melhorias.

Manter um registro claro das mudanças implementadas e dos resultados obtidos, para que sirvam de base para futuras decisões.

Abaixo, foi realizado um fluxograma para as diretrizes sugeridas:

Diretrizes biblioteca multicultural para os povos indígenas

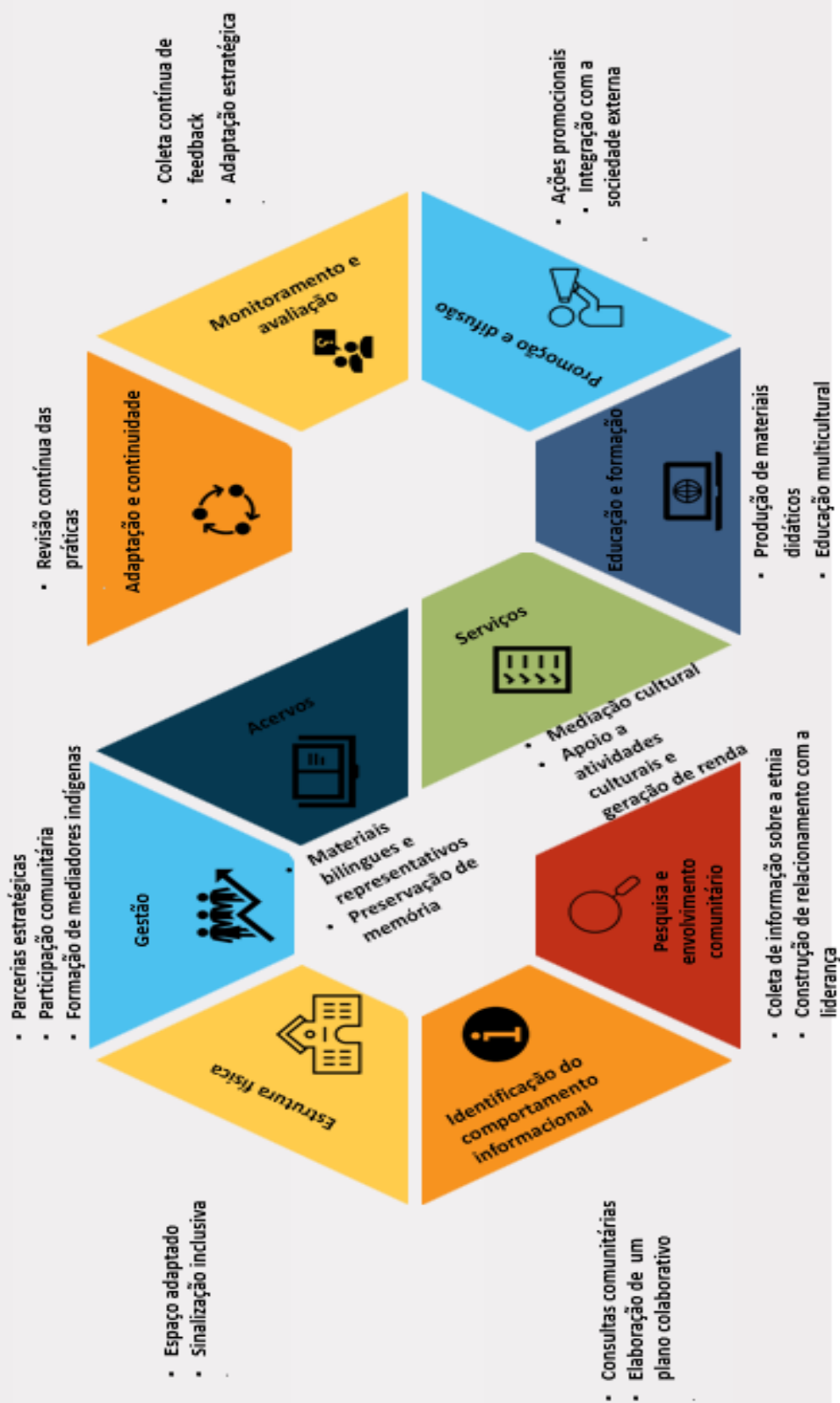


Figura 17-Diretrizes para biblioteca multicultural dos povos indígenas.

Fonte: A autora criado por Presentationgo.com (2024).

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender o comportamento informacional do povo Terena, uma das etnias do Brasil, considerando suas especificidades culturais, linguísticas e sociais. A análise crítica dos resultados permite evidenciar como o comportamento informacional dos Terena dialoga, ou em alguns casos entra em conflito, com os modelos convencionais ocidentais de organização e disseminação da informação.

A investigação demonstrou que, para os Terena, o **acesso à informação** não é uma atividade isolada, mas um processo coletivo, vinculado a formas tradicionais de ensino e aprendizado que envolvem a oralidade, a experiência compartilhada e o contato direto com os detentores do saber. Esse modelo contrasta com a lógica predominante nas bibliotecas institucionais, que se fundamentam em registros documentais.

A pesquisa indicou que a **percepção das bibliotecas** por parte dos Terena está associada a um sentimento de distanciamento e desconfiança, reflexo da pouca representatividade dos seus saberes nos acervos disponíveis. Esse afastamento não decorre apenas de barreiras linguísticas ou físicas, mas de um descompasso estrutural mais profundo: as bibliotecas, em sua concepção tradicional, são projetadas para atender a um modelo de acesso e organização da informação que frequentemente ignora as epistemologias indígenas.

A questão da **acessibilidade informacional** se manifesta de diferentes formas, seja na ausência de materiais bilíngues, na falta de mediadores culturais preparados para atender essas comunidades ou na própria infraestrutura limitada das bibliotecas localizadas em territórios indígenas. Essas barreiras não apenas dificultam o acesso ao conhecimento formal, mas também reforçam a sensação de que esses espaços não são destinados aos povos indígenas. Muitas vezes, a inclusão de documentos sobre povos indígenas nos acervos bibliográficos não é suficiente para garantir um acesso significativo à informação. Essa abordagem pode perpetuar um modelo de exclusão sutil, em que os indígenas continuam sendo posicionados como sujeitos passivos dentro do ecossistema informacional.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao impacto das **tecnologias da informação** no comportamento informacional dos Terena. Embora a digitalização e o acesso a plataformas online tenham ampliado as possibilidades de obtenção de

conhecimento, há preocupações sobre os efeitos dessa modernização na preservação das práticas tradicionais. A introdução de Tecnologias de Informação e Comunicação precisa ser conduzida com cautela, garantindo que elas sejam incorporadas de forma complementar, e não substitutiva, às formas tradicionais de aprendizado e transmissão cultural. Esse equilíbrio exige uma abordagem sensível e alinhada às necessidades da comunidade.

A análise dos achados também revelou a necessidade de uma abordagem mais ampla na formulação de **políticas públicas** voltadas à inclusão informacional dos povos indígenas. A pesquisa demonstrou que, embora existam iniciativas direcionadas à democratização do acesso ao conhecimento, essas políticas frequentemente são concebidas a partir de uma lógica externa às realidades indígenas, resultando em ações fragmentadas e pouco eficazes. A efetivação de um modelo mais participativo exige a reformulação das práticas institucionais, permitindo que os indígenas sejam agentes ativos na formulação de estratégias para garantir o acesso à informação em condições que respeitem suas práticas culturais e sociais.

A pesquisa reforça a importância de políticas que garantam não apenas o registro e a documentação dos conhecimentos tradicionais, mas também o direito das comunidades de decidirem como, quando e para quem essas informações serão disponibilizadas. Para os Terena, o conhecimento não é apenas um bem a ser armazenado e distribuído indiscriminadamente, mas um elemento profundamente ligado à identidade e à organização social. A **proteção dos saberes indígenas** no ambiente digital, o desenvolvimento de protocolos éticos para o uso da informação e a criação de mecanismos para assegurar que os indígenas tenham controle sobre seus próprios acervos são aspectos fundamentais que emergiram desta investigação e que devem ser incorporados aos debates sobre inclusão informacional.

Os achados desta pesquisa também trouxeram reflexões sobre o **papel das bibliotecas** como agentes de transformação social, especialmente na construção de um ambiente informacional mais inclusivo para comunidades historicamente marginalizadas. A presença de bibliotecas em contextos multiculturais precisa ir além da mera inclusão simbólica e assumir um papel ativo na valorização dos saberes tradicionais. Esse movimento requer uma mudança de paradigma, na qual as bibliotecas não sejam apenas espaços de armazenamento e disseminação de informações, mas também ambientes de diálogo, intercâmbio e reconhecimento das diferentes formas de produção do conhecimento.

Ao propor uma reformulação desse conceito, este estudo sugere que as bibliotecas multiculturais devem se estruturar como espaços de troca e construção coletiva do conhecimento, nos quais as comunidades indígenas desempenhem um papel ativo na seleção e curadoria dos conteúdos. Muitas vezes, os projetos voltados para bibliotecas multiculturais ou inclusão digital em territórios indígenas são concebidos sem o envolvimento direto das populações que se pretende atender, o que compromete sua efetividade e sustentabilidade. Esse cenário reforça a necessidade de metodologias que privilegiem o protagonismo indígena na construção de soluções para suas demandas informacionais, garantindo que essas políticas sejam culturalmente sensíveis e operem dentro das realidades locais.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para a discussão sobre a necessidade de repensar a função das bibliotecas não apenas como repositórios de documentos, mas como espaços de mediação cultural, respeitando a dinâmica interna das comunidades e incorporando suas formas próprias de organização do saber. O reconhecimento das lideranças indígenas como mediadores informacionais, a criação de espaços para o registro de narrativas orais e o desenvolvimento de coleções participativas são algumas das iniciativas que podem contribuir para tornar as bibliotecas mais conectadas às realidades indígenas.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o sucesso de iniciativas voltadas para os povos indígenas depende da capacidade das bibliotecas de reconhecer e incorporar serviços que atendam às suas necessidades informacionais sem impor um modelo único de acesso à informação. Dessa forma, os achados deste estudo não apenas evidenciam desafios persistentes, mas também indicam caminhos concretos para uma reformulação das **práticas bibliotecárias**, o que compromete a capacidade dos Bibliotecários de lidar com públicos que possuem práticas informacionais distintas do modelo eurocêntrico tradicional. A pesquisa sugere que a capacitação desses profissionais deve incluir um aprofundamento nas questões socioculturais que permeiam as dinâmicas de acesso ao conhecimento em diferentes contextos.

Em resumo, os resultados evidenciaram que o comportamento informacional dos Terena é moldado por uma complexa interação entre práticas tradicionais, valores comunitários e desafios contemporâneos. Retomando as categorias de análise dos dados das entrevistas, a pesquisa revelou que:

1. **Práticas Informacionais Tradicionais:**

- Os anciãos da aldeia desempenham papel central como fontes confiáveis de conhecimento, conforme destacado por autores como Chatman (1991) ao tratar de "*small worlds*". A oralidade é a principal via de transmissão de saberes, reafirmando a importância de preservar fontes culturais locais como pilares de identidade e continuidade histórica.

2. Fontes e Canais de Informação:

- O estudo confirmou a distinção teórica entre fontes e canais proposta por Agarwal (2011). No contexto Terena, fontes humanas, como líderes comunitários e professores, e canais tradicionais, como rituais e reuniões comunitárias, coexistem com fontes modernas, como dispositivos digitais e a escola indígena.

3. Necessidades Informacionais:

- Seguindo a teoria de Taylor (1968), as necessidades informacionais dos Terena variam de necessidades viscerais, ligadas à sobrevivência e ao bem-estar comunitário, a necessidades conscientes, como a busca por informações educacionais e legislações. Este achado destaca a diversidade e a profundidade das demandas informacionais enfrentadas pela comunidade.

4. Uso e Compartilhamento de Informação:

- Inspirados em Savolainen (2009), os resultados apontam que o uso da informação pelos Terena vai além da aplicação prática, sendo também um mecanismo de fortalecimento identitário e de resistência cultural. As práticas de compartilhamento de informações entre os membros da aldeia reforçam a coesão comunitária e promovem a circulação de conhecimentos ancestrais.

5. Adaptação Tecnológica e Mediação Informacional:

- O estudo identificou a incorporação gradual de tecnologias digitais, como celulares e internet, no comportamento informacional dos Terena, alinhando-se às discussões de Savolainen (2004) sobre o impacto da internet como ferramenta de empoderamento informacional. Contudo, a mediação

dessas tecnologias ainda carece de adequação cultural para evitar rupturas identitárias.

Essas reflexões consolidam o impacto desta pesquisa e reafirmam sua relevância dentro do campo da Ciência da Informação e áreas correlatas, inserindo-se em um movimento mais amplo de valorização da diversidade epistemológica e do reconhecimento das especificidades culturais informacionais de determinados grupos, como os povos indígenas. O estudo do comportamento informacional de grupos minoritários tem ganhado crescente atenção na literatura acadêmica, refletindo esforços para ampliar a compreensão sobre diferentes formas de acesso, uso e compartilhamento do conhecimento.

Embora ainda haja muito a ser investigado, observa-se uma expansão na produção científica sobre o tema e os desafios enfrentados por essas populações em diferentes contextos. A literatura existente sugere alguns caminhos para mitigar as barreiras à inclusão informacional dos povos indígenas, e os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de maior protagonismo dessas comunidades na formulação e implementação de estratégias que garantam um acesso ao conhecimento condizente com suas realidades culturais e sociais. As implicações deste estudo transcendem o contexto específico do povo Terena, oferecendo subsídios para análises comparativas com outras etnias e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais sensíveis às demandas informacionais das populações indígenas.

No entanto, como todo estudo, este trabalho possui limitações que precisam ser consideradas para que seus achados sejam interpretados com a devida cautela. No caso desta pesquisa, uma das principais restrições está relacionada à complexidade do tema abordado, que envolve dinâmicas culturais, sociais e políticas interligadas e dificilmente pode ser plenamente capturado dentro dos limites metodológicos adotados. O comportamento informacional do povo Terena, assim como o de outras comunidades indígenas, é um fenômeno multifacetado, permeado por variáveis que se modificam ao longo do tempo e em diferentes contextos, o que torna qualquer análise necessariamente parcial e condicionada a recortes específicos.

As contribuições desta pesquisa para o campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia estão ancoradas em repensar as necessidades informacionais em diferentes contextos multiculturais. A análise das interações entre o povo Terena e as bibliotecas revelou que os modelos convencionais de biblioteca não contemplam, de forma

efetiva, a diversidade de epistemologias presentes nas comunidades indígenas. Esse cenário abre espaço para uma reflexão mais ampla sobre os desafios e possibilidades de uma abordagem informacional que não apenas reconheça as particularidades dessas comunidades, mas que as incorpore ativamente na construção de um modelo de acesso ao conhecimento mais inclusivo.

A partir dessas reflexões, surgem novas possibilidades de investigação que podem aprofundar as discussões iniciadas neste trabalho. Um dos caminhos a ser explorado é a criação de metodologias de pesquisa mais alinhadas às epistemologias indígenas, incorporando abordagens participativas que envolvam os próprios povos na definição dos critérios de análise e nas formas de produção e compartilhamento do conhecimento. Esse tipo de investigação pode contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre a relação entre identidade cultural e práticas informacionais, ampliando a perspectiva sobre a diversidade dos modos de acesso ao conhecimento.

Além disso, estudos comparativos entre diferentes comunidades indígenas também podem fornecer *insights* valiosos sobre as variações nas dinâmicas informacionais e sobre as estratégias mais eficazes para garantir um acesso mais equitativo à informação, respeitando as especificidades culturais de cada povo.

Bibliografia

- Abioye, A., Zaid, Y., & Egberongbe, H. (2014). Documenting and disseminating agricultural indigenous knowledge for sustainable food security: The efforts of agricultural research libraries in Nigeria. *Libri*, 64(1), 75–84. <https://doi.org/10.1515/libri-2014-0007>
- Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network Inc. (ATSILIRN). (1995). <https://webarchive.nla.gov.au/awa/20120504034842/http://pandora.nla.gov.au/pan/133906/20120504-1344/www1.aiatsis.gov.au/atsilirn/protocols.atsilirn.asn.au/index6df06df0.html>
- Adeniyi, I. A., & Subair, R. E. (2013). Accessing indigenous knowledge resources in libraries and the problems encountered by librarians managing IK in Oyo State, Nigeria. *Library Philosophy and Practice*, 1(1). <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2391&context=libphilprac>
- Adigun, T. A. (2014). Application of Competitive Intelligence in Indigenous Knowledge: The Role of the Library Professionals in Nigeria. *Journal of Research in Education and Society*, 5(2), 7–17.
- Agarwal, N. (2011). Information source and its relationship with the context of information seeking behavior. *ACM International Conference Proceeding Series*, 48–55. <https://doi.org/10.1145/1940761.1940768>
- Agarwal, N. (2018). *Exploring Context in Information Behavior Seeker, situation, surroundings, and shared identities*. Morgan and Claypool Publishers series.
- Alaska Library Association. (2010). *Culturally Responsive Guidelines for Alaska Public Libraries*. <https://akla.org/about/publications/culturally-responsive-guidelines/>
- Alfaro Rincón, D. I. (2014). *Las necesidades de información de la comunidad indígena Tsotil y su importancia en la integración de servicios bibliotecarios y de información acordes, en la biblioteca pública del municipio de Zinacantan, Chiapas* [Maestra en Bibliotecología y Estudios de La Información]. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Allaga, C. C. (2004). Library Services for Latin American Indigenous Populations. *IFLA Journal*, 30(2), 134–140. <https://doi.org/10.1177/034003520403000204>
- Almeida, G. G. de. (1988). *Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça*. Editora Cátedra. http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aalmeida-1988-herois/Almeida_1988_HeroisIndigenasDoBrasil.pdf
- Almeida, M. A. de. (2008). Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação*, 1, 1–23.
- Almeida Junior, O. F. de. (2006). Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. In R. J. da Silva & S. Bortolin (Eds.), *Fazeres Cotidianos na Biblioteca Escolar* (pp. 43–54). Polis.
- Almeida Junior, O. F. de. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação*, 2(1), 89–103.

- Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In S. Bortolin, J. A. dos Santos Neto, & R. J. da Silva (Eds.), *Mediação oral da informação e leitura* (pp. 9–32). ABECIN.
- Almeida Júnior, O. F. de. (2017). Ação cultural e protagonismo social. In H. F. Gomes & H. F. Novo (Eds.), *Informação e protagonismo social* (pp. 45–58). EDUFBA.
- Almeida Júnior, O. F. de, & Bortolin, S. (2007). Mediação da Informação e da Leitura. *II Seminário Em Ciência Da Informação*. <http://eprints.rclis.org/13269/>
- Alonso, L. B. N., Ferneda, E., & Santana, G. P. (2010). Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. *Barbaroi*, 32, 154–177. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100010
- Alves, A. (2023, March 19). Para acolher clientes, supermercado tem placa até em terena. *Campo Grande News*. <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/para-acolher-clientes-supermercado-tem-placa-ate-em-terena>
- Alves, G. E. (2022, October 15). Professores indígenas criam biblioteca e promovem oficinas em comunidades do AM. *Amazonas 1*. <https://amazonas1.com.br/professores-indigenas-criam-biblioteca-e-promovem-oficinas-em-comunidades-do-am/>
- Alves, R. N. B. (2001). *Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia*. Embrapa Amazônia Oriental. <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/402939/1/OrientalDoc105.PDF>
- Amado, L. H. E. (2020). *Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político* Title (E-papers, Ed.).
- Amaral, E. V. (2018). *Atuação das lideranças na aldeia kunanã (terra indígena juminã): atuação dji lidehas-iela la komunite kunana (laté êdjê iuminã)* [Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena]. Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.
- Amelan, R. (2003). De la sociedad de la información a las sociedades del conocimiento. *El Nuevo Correo*, 3, 29–33. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132177_spa
- American Indian Library Association. (2024). <https://ailanet.org/about/about-aila/>
- Antonio, N. L. (2009). *Raízes na língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilingue da aldeia Bananal* [Mestrado em Psicologia]. Universidade Católica Dom Bosco.
- Araújo, C. A. Á. (2014). *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Briquet de Lemos. <https://archive.org/details/ArquivologiaBiblioteconomiaMuseologiaECinciaDaInformaoODiologoPossvel/mode/2up>
- Arruda, S. M., & Chagas, J. (2002). *Glossário de biblioteconomia e ciências afins: português-inglês*. Cidade Futura.
- Audunson, R. (2005). “The public library as a meeting-place in a multicultural and digital context: The necessity of low-intensive meeting-places.” *Journal of Documentation*, 61(3), 429–441. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/00220410510598562>

- Baltazar, P. (2010). *O processo decisório dos Terena* [Mestrado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).
- Baniwa, G. (2012). Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil. In F. E. Moreau (Ed.), *Os índios na ótica dos primeiros jesuítas* (pp. 130–141). Gráfica Brasil.
- Banks, J. A. (2008). *An introduction to multicultural education*. Pearson.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barrett, M. (2013). *Interculturalism and multiculturalism: similarities and differences*. Council of Europe Publishing.
- Bates, M. J. (1989). The design of browsing and berrypicking techniques for the online search interface. *Online Review*, 13(5), 407–424. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/eb024320>
- Bates, M. J. (2002). Toward an Integrated Model of Information Seeking and Searching. *Conference on Information Needs, Seeking and Use in Different Contexts*. https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/articles/info_SeekSearch-i-030329.html
- Bates, M. J. (2010). Information behavior. In M. J. Bates & M. N. Maack (Eds.), *Encyclopedia of library and information sciences* (3rd ed., pp. 2381–2391). CRC Press.
- Bayfield, J. (1982). Children's Library Services for Multicultural Societies in Australia. *International Library Review*, 14(3), 289–302.
- Beale, A. (2003). Northern Territory: Library Services to Indigenous People. *Australian Academic & Research Libraries*, 34(4), 288–291. <https://doi.org/10.1080/00048623.2003.10755249>
- Becvar, K., & Srinivasan, R. (2009). Indigenous Knowledge and Culturally Responsive Methods in Information Research. *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, 79(4), 421–441. <https://doi.org/10.1086/605382>
- Blackburn, F. (2017). Community engagement, cultural competence and two Australian public libraries and Indigenous communities. *IFLA Journal*, 43(3), 288–301. <https://doi.org/10.1177/0340035217696320>
- Boisse, J. A. (1996). Serving Multicultural and Multilingual Populations in the Libraries of the University of California. *Resource Sharing & Information Networks*, 11(1–2), 71–79. https://doi.org/10.1300/J121v11n01_07
- Bracons, H. (2018). Cultura, diversidade, interculturalidade e mediação: percepções dos estudantes de Serviço Social. *Revista Migrações*, 15(n. temático: mediação intercultural), 12–27. https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/709083/PAG_12-27_HELIA+BRACONS.PDF/358d2e8e-b40e-4962-84cc-1c8991cf6aeb
- Brady, F., & Dyson, L. E. (2015). Why mobile? Indigenous people and mobile technologies at the edge. In L. E. Dyson, S. Grant, & M. Hendriks (Eds.), *Indigenous people and mobile technologies* (pp. 39–58). Routledge.
- Brasil. (1996). *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

- Brasil [Constituição (1988)]. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. (2009). *Decreto nº 12.847, de 16 de novembro de 2009*. <https://leisestaduais.com.br/ms/decreto-n-12847-2009-mato-grosso-do-sul-determina-o-registro-do-bem-imaterial-que-menciona?q=Lei%20ordinarias>
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Censo Demográfico 2022 Indígenas. Primeiros resultados do universo*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=resultados>
- Brasil. Ministério da Educação. (2002). *As leis e a educação escolar indígena*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2012). *Resolução nº 5: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192
- Brasil. Presidência da República. (2008). *Lei nº. 11.645: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm
- Brasil. Presidência da República. (2009). Decreto n.6861. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. In *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm
- Brasil. Presidência da República. (2012). *Lei nº. 12711: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm
- Brito, R. G. de, & Valls, V. M. N. (2015). Novas formas de aprendizagem e a mediação da informação: competências necessárias aos bibliotecários. *Revista Brasileira de Educação Em Ciência Da Informação*, 2(1), 3–28. <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/20>
- Brown, K. (2017). The Role of an Indigenous Nations Library Program and the Advancement of Indigenous Knowledge. *Collection Management*, 42(3–4), 196–207. <https://doi.org/10.1080/01462679.2017.1367342>
- Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, 45(5), 351–360. [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf)

- Burke, M. (2020). Health information behavior of speakers of endangered languages. *Journal of Librarianship and Information Science*, 52(4), 1042–1049. <https://doi.org/10.1177/0961000619899453>
- Byström, K. (1999). *Task complexity, information types and information sources : examination of relationships* [Dissertation on Information Studies, University of Tampere]. <https://trepo.tuni.fi/bitstream/handle/10024/67773/978-952-03-1893-2.pdf?sequence=1>
- Byström, K., & Järvelin, K. (1995). Task complexity affects information seeking and use. *Information Processing & Management*, 31(2), 191–213. [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(95\)80035-R](https://doi.org/10.1016/0306-4573(95)80035-R)
- Calva González, J. J. (2007). *El fenómeno de las necesidades de información : investigación y modelo teórico*. UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas.
- Calva González, J. J. (2023). Investigación sobre usuarios de la información: un recorrido desde sus inicios hasta la actualidad en México a partir del Seminario de Investigación sobre Usuarios de la Información. *Informatio*, 28(1), 344–364. <https://doi.org/10.35643/info.28.1.13>
- Canosa, D. (2019, December 2). Bibliotecas indígenas de Argentina: paradigmas, resistencias y discontinuidades. *XXXIII Coloquio Internacional de Bibliotecarios*. <http://eprints.rclis.org/40499/>
- Capurro, R., & Hjørland, B. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 12(1), 148–207. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>
- Caridad, M., García López, F., & Morales García, A. M. (2010). Biblioteca y sociedad multicultural: la actuación de biblioteca pública española en torno a la diversidad cultural. *Inclusão Social*, 3(2), 38–53. <https://brapci.inf.br/#/v/100386>
- Carrara, G. (2020, May 18). Situação de estudantes indígenas se agrava sem acesso à internet. *R7*. <https://noticias.r7.com/educacao/situacao-de-estudantes-indigenas-se-agrava-sem-acesso-a-internet-29062022>
- Carro, R. (2023, September 1). Não podemos congelar os povos indígenas no século XVI ou XVII', diz Gilmar Mendes. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/01/nao-podemos-congelar-os-povos-indigenas-no-seculo-xvi-ou-xvii-diz-gilmar-mendes.ghtml>
- Carroll, S. R., Garba, I., Figueroa-Rodríguez, O. L., Holbrook, J., Lovett, R., Materechera, S., Parsons, M., Raseroka, K., Rodriguez-Lonebear, D., Rowe, R., Sara, R., Walker, J. D., Anderson, J., & Hudson, M. (2020). The CARE Principles for Indigenous Data Governance. *Data Science Journal*, 19, 1–12. <https://doi.org/10.5334/dsj-2020-043>
- Carroll, S. R., Herczog, E., Hudson, M., Russell, K., & Stall, S. (2021). Operationalizing the CARE and FAIR Principles for Indigenous data futures. *Scientific Data*, 8, 1–6. <https://doi.org/10.1038/s41597-021-00892-0>
- Case, D. O., & Given, L. M. (2016). *Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behavior* (fourth edition). Emerald.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

- Castillo, L. (2002). *Tema 5.- Fuentes de información* . Introducción a La Información Científica y Técnica. Curso 2002-2002 . <https://www.uv.es/macas/5.pdf>
- Chadnova, I. (2012). Library Services to Multicultural Communities: Russian Best Practice. *Slavic & East European Information Resources*, 13(4), 239–244. <https://doi.org/10.1080/15228886.2012.727159>
- Chakrabarti, B. (2001). Over the Edge of Information in the Information Age: Informational Behaviour of the Totos: A Small Marginal Tribal Community in Sub-Himalayan North Bengal, India. One Individual Perspective. *International Information & Library Review*, 33(2–3), 167–180. <https://doi.org/10.1080/10572317.2001.10762547>
- Chatman, E. A. (1991). Life in a small world: Applicability of gratification theory to information-seeking behavior. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(6), 438–449. [https://doi.org/https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199107\)42:6<438::AID-ASI6>3.0.CO;2-B](https://doi.org/https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199107)42:6<438::AID-ASI6>3.0.CO;2-B)
- Chatman, E. A. (1999). A Theory of Life in the Round. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(3), 207–217.
- Chaves, M. F. (2018). *A biblioteca deveria estar do nosso lado: com/sobre quilombolas e indígenas e suas relações com a biblioteca universitária* [Dissertação em Ciência da Informação]. Universidade Federal Fluminense.
- Chisa, K., & Hoskins, R. (2024). The effects of information and communication technologies on indigenous communities in South Africa: a library and information science perspective. *Mousaion: South African Journal of Information Studies*, 32(3), 49–68. <https://doi.org/10.25159/0027-2639/1676>
- Civallero, E. (2005). *Bibliotecas indígenas y recuperación de idiomas en peligro a través de tradición oral*. 14. <https://www.academica.org/edgardo.civallero/20.pdf>
- Civallero, E. (2006). Bibliotecas indígenas y recuperacion de idiomas en peligro a traves de tradicion oral. *Acta Académica*, 1–14. <https://www.academica.org/edgardo.civallero/20>
- Civallero, E. (2008). México: servicios bibliotecarios y pueblos originarios. *Boletín Sobre Bibliotecas Indígenas*. <https://www.academica.org/edgardo.civallero/32.pdf>
- Civallero, E. (2017). *Library services for indigenous societies in Latin America: Experiences and lessons*. Bibliotecario Blogspot. <https://www.ala.org/rt/sites/ala.org.rt/files/content/irrtcommittees/irrtintlpapers/Civallero-papersALA2017.pdf>
- Civallero, E. (2021). Library services and indigenous peoples in Latin America: Reviewing concepts, gathering experiences. *IFLA Journal*, 47(3), 321–330. <https://doi.org/10.1177/0340035220987573>
- Cole, C. (2011). Uma teoria. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(7), 1216–1231. <https://doi.org/10.1002/asi.21541>
- Cole, C., & Wilson, T. D. (2024). Information need: what is it? In P. Heisig (Ed.), *Handbook on Information Science* (pp. 73–97). Edward Elgar Publishing Inc.

- Comineti, A. (2021, April 26). *Aldeias Conectadas amplia acesso à internet na região de Aquidauana*. UFMS. <https://www.ufms.br/aldeias-conectadas-amplia-acesso-a-internet-na-regiao-de-aquidauana/>
- Conheça nosso primeiro grupo de 2022 de jovens bolsistas de Mídia Comunitária Indígena. (2022, August 23). *Cultural Survival*. <https://www.culturalsurvival.org/news/conheca-nosso-primeiro-grupo-de-2022-de-jovens-bolsistas-de-midia-comunitaria-indigena>
- Contribución de la UNESCO al Decenio Internacional de las Poblaciones Indígenas del Mundo, 1995-2004. (2001). UNESCO. *Executive Board*, 162nd. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123379_spa
- Corrêa, E. C. D., Dubas, S. R. C., & Silva, C. A. da. (2005). Biblioteca escolar guarani um projeto de extensão a serviço da preservação e divulgação da cultura guarani : relato de experiência. *Rev. ACB: Biblioteconomia*, 10(2), 241–249.
- Costa, S. R. S., Duqueviz, B. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 603–610. <https://www.scielo.br/j/pee/a/NwwLwRTRTdBDmXWW4Nq7ByS/abstract/?lang=pt#>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (Penso, Ed.; 3. ed.).
- Cunha, F. C. D. F. (2018). *Identidade terena: a valorização do passado e o olhar para o futuro- estudo relacional de aldeias Terena em Aquidauana e Anastácio* [Tese de Doutorado em Educação Artística]. Universidade do Porto.
- Curado, R. V. P. (2017). *Memórias tradicionais como Performances Culturais: experiências na Aldeia Indígena Multiétnica em Goiás* [Dissertação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11405?show=full>
- Curvo, L. F. S., Santos, M. L. L. dos, & Zoia, A. (2021). Necesidades informacionales de la etnia Guajajara para una concepción de biblioteca, centro de información y museo indígena. In C. A. Ramírez Velázquez & H. A. Figueroa Alcántara (Eds.), *La importancia de la información en las culturas originarias* (pp. 149–163). Universidad Nacional Autónoma de México.
- Cyr, C., Brannon, B., & Connaway, L. S. (2021). “I still go ask someone I enjoy talking to”: The use of digital and human sources by educational stage and context. *Library & Information Science Research*, 43(1), 101070. <https://doi.org/10.1016/J.LISR.2020.101070>
- Davallon, J. (2007). A mediação: a comunicação em processo? *Prisma*, 4.
- Davis-Castro, C. (2017). Bridging the knowledge gaps: What grey literature does for the library of congress’ indigenous law portal. *Grey Journal*, 13(2), 91–100.
- Derr, R. L. (1983). A conceptual analysis of information need. *Information Processing & Management*, 19(5), 273–278. [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(83\)90001-8](https://doi.org/10.1016/0306-4573(83)90001-8)
- Dervin, B. (1976). The everyday information needs of the average citizen: a taxonomy for analysis. In M. Kochen & J. C. Donohue (Eds.), *Information for the community* (pp. 19–38). ALA.

- Dervin, B. (1999a). Information as a user construct: the relevance of perceived information needs to synthesis and interpretation. *Journal of Documentation*, 55(3), 155–183. http://www2.hawaii.edu/~donnab/lis610/dervin_info_user_construct.pdf
- Dervin, B. (1999b). On studying information seeking methodologically: the implications of connecting metatheory to method. *Information Processing & Management*, 35(6), 727–750. [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(99\)00023-0](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(99)00023-0)
- Devadason, F. J., & Lingam, P. P. (1997). A Methodology for the Identification of Information Needs of Users. *IFLA Journal*, 23, 41–51. <https://origin-archive.ifla.org/IV/ifla62/62-devf.htm>
- Di Chiara, I. G. (2005). Grupos de foco. In Marta. Valentim (Ed.), *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação* (Polis, p. 101).
- Dias, C. A. (2000). Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas Focus group: technique for the collection of data in qualitative research. *Informação & Sociedade: Estudos*, 10(2), 1–12. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>
- Dlamini, P. N. (2016). *The use of information and communication technology tools in managing indigenous knowledge in the province of Kwazulu-Natal, South Africa* [Thesis Doctor of Philosophy in Library and Information Science]. University of Zululand.
- Du, J. T., & Haines, J. (2017). Indigenous Australians' information behaviour and Internet use in everyday life: an exploratory study. *Information Research*, 22(1). <https://www.informationr.net/ir/22-1/paper737.html>
- Dutta, R. (2009). Information needs and information-seeking behavior in developing countries: A review of the research. *International Information and Library Review*, 41(1), 44–51. <https://doi.org/10.1016/j.iilr.2008.12.001>
- Ecodebate. (2021, December 13). Mortes em conflitos por terra disparam em 2021. *Ecodebate*. <https://www.ecodebate.com.br/2021/12/13/mortes-em-conflitos-por-terra-disparam-em-2021/>
- Elbeshausen, H., & Skov, P. (2004). Public libraries in a multicultural space: a case study of integration processes in local communities. *New Library World*, 105(3/4), 131–141. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/03074800410526767>
- Ellis, D. (1989). A behavioural approach to information retrieval system design. *Journal of Documentation*, 45(3), 171–212. <https://doi.org/10.1108/eb026843>
- Escobar Torio, J. J. (2014). *The roles of information and communication technologies (ICTs) in indigenous political participation and representation: a case study of the 2008-2009 peruvian amazon conflict* [Master of Arts, University of Calgary]. <https://doi.org/10.11575/PRISM/28369>
- Estanislau, F. (2020, July 15). Pesquisa revela modos de cultivo e plantas alimentícias indígenas no Acre. *Embrapa Notícias*. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/54247241/pesquisa-revela-modos-de-cultivo-e-plantas-alimenticias-indigenas-no-acre>

- Fachin, Odilia. (2006). *Fundamentos de metodologia* (5. ed.). Saraiva.
- Femenías, M. L. (2007). *El género del multiculturalismo*. Universidad Nacional de Quilmes.
- Fialho, C. F. (2010). *O percurso histórico da língua e cultura Terena na Aldeia Ipegue/Aquidauana/MS* [Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco]. <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504689/bytestreams/content/content?filename=Celma+Francelino+Fialho.pdf>
- Fidelis, M. B., & Silva, G. F. M. da. (2013, October 29). Políticas públicas para biblioteca: acesso e uso da informação. *XIV Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação (ENANCIB)*. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/184900>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (Artmed, Ed.; 3.ed.).
- Ford, N. (2015). *Introduction to information behaviour*. Facet Publishing.
- Freire, C. A. da R. (2011). A iconografia indigenista. In C. A. da R. Freire (Ed.), *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)* (pp. 86–101). Museu do Índio-FUNAI.
- Freire, J. R. B. (1999). A Descoberta dos Museus pelos Índios. *Terra Das Águas*, 1(1). https://www.museusdorio.com.br/site/media/attachments/2021/04/09/a_descoberta_dos_museus_pelos_ndios.pdf
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido* (3rd ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2017). *Pedagogia da tolerância*. Paz e Terra.
- Fundação Nacional do Índio. (2006). *Portaria n. 177/ PRES*. <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/portariadireitoautoral.pdf>
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (n.d.). *A Funai: institucional*. Retrieved July 29, 2024, from <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>
- Garrido, M., & Whyber, S. (2019). Desenvolvimento e acesso à informação 2019= Development and access to information 2019 (L. A. Salomão & H. C. de Almeida, Trans.). In *Ifla. International Federation of Libray Associations and Institutions*. <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/10f6e224-c1ee-4ee3-9609-a11f58d65f7f/content>
- Garrido, M., & Wyber, S. (Eds.). (2017). *Development and Access to Information.2017*. International Federation of Library Associations and Institutions. <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/09228f88-0656-4cbd-89c5-f5dc68fa187a/content>
- Garrido, M., & Wyber, S. (Eds.). (2024). *Development and Access to Information.2024*. International Federation of Library Associations and Institutions. <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/a251a151-aea2-4336-b78e-d01944e2be23/content>
- Gil, A. C. (2021). *Como fazer pesquisa qualitativa* (Atlas, Ed.).
- Gismondi, A. (2023, January 10). Dawes Road Library celebrates Indigenous placemaking and sustainability. *Daily Commercial News*.

- <https://canada.constructconnect.com/dcn/news/infrastructure/2023/01/dawes-road-library-celebrates-indigenous-placemaking-and-sustainability>
- Gollop, C. (1999). Library and Information Science Education: Preparing Librarians for a Multicultural Society. *College & Research Libraries*, 60(4), 385–395. <https://doi.org/https://doi.org/10.5860/crl.60.4.385>
- Gomes, H. F. (2014). A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Inf.*, 19(2), 46–59. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090>
- Gomes, H. F. (2017). Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In H. F. Gomes & H. F. Novo (Eds.), *Informação e protagonismo social* (pp. 27–44). EDUFBA.
- Gomes, M. P. (1988). *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Vozes.
- Gómez Pava, V. A. (2011). Servicios bibliotecarios en pueblos indígenas. In J. P. Mojica & Y. Rodríguez (Eds.), *Cuadernos Redplanes. Las bibliotecas en las comunidades indígenas* (pp. 22–27). Centro regional para el fomento de libro en America Latina y el Caribe- CERLALC. <https://cerlalc.org/publicaciones/cuadernos-redplanes-las-bibliotecas-en-comunidades-indigenas/>
- Gonçalves, T. (2021). Homenagem ao ex-deputado Roberto Orro marca entrega de equipamentos para escolas indígenas . *A Crítica*. <https://www.acritica.net/editorias/politica/homenagem-ao-ex-deputado-roberto-orro-marca-entrega-de-equipamentos-pa/568870/>
- Grael Parra, M. del R. (2002). *Las comunidades indígenas y los servicios bibliotecarios en Mexico, un estudio de caso* [Maestra en Bibliotecología]. Universidad Nacional Autonoma de Mexico.
- Gregor, S., Gunawardena, M., Imran, A., Okai-Ugbaje, S., Jeffery, C. P., & Wilson, R. (2023). Indigenous Knowledge-Sharing Interventions in Australia and the Use of Information and Communication Technology: A Scoping Review. *Australasian Journal of Information Systems* , 27, 1–27.
- Greyling, E., & Zulu, S. (2010). Content development in an indigenous digital library: A case study in community participation. *IFLA Journal*, 36(1), 30–39. <https://doi.org/10.1177/0340035209359570>
- Guajajara, E. (2022, April 11). Comunicação é a principal arma de povos indígenas no Século 21 . *Terra*. https://www.terra.com.br/nos/opiniao/midia-india/comunicacao-e-a-principal-arma-de-povos-indigenas-no-seculo-21,8b9583501cafb02565aaf6940ed3eedfx7hnelez.html#google_vignette
- Guajajara, S. (2019). Educação indígena: esperança de cura para tempos de enfermidade. In Alessandro Mariano et al. (Ed.), *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 171–174). Boitempo.

- Guarani, A. (2020). Educação escolar indígena Guarani Mbya. *Revista Do SESC*, 6(27), 54–55. https://portal.sescsp.org.br/files/edicao_revista/fbcf269f/7ed3/468c/a770/a20ad6949df0.pdf
- Haines, J. (2021). *Researching the knowledge journey practices of Indigenous Elders relevant to the younger generation: A community-based participatory study* [Thesis Doctor of Philosophy]. University of South Australia.
- Haines, J., Du, J. T., Geursen, G., Gao, J., & Trevorrow, E. (2017). Understanding Elders' knowledge creation to strengthen Indigenous ethical knowledge sharing. *Research Applications, Information and Library Studies*, 22(4), paper-1607. <http://informationr.net/ir/22-4/rails/rails1607.html>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP & A.
- Hare, J., & Abbott, W. (2015). Library Support for Indigenous University Students: Moving from the Periphery to the Mainstream. *Evidence Based Library and Information Practice*, 10(4), 80–94. <https://doi.org/https://doi.org/10.18438/B86W3Q>
- Henrique, C. (2022, December 17). Biblioteca de Toronto vai tecer costumes indígenas com tecnologia. *Arena 4G*. <https://arena4g.com/biblioteca-de-toronto-vai-tecer-costumes-indigenas-com-tecnologia/>
- Hernández Pérez, J. (2022). *ResiliArt x Mondiacult – Libraries enabling inclusive and meaningful access to culture*. <https://www.youtube.com/watch?v=7u0auWY970M>
- Hernández Salazar, P., Ibáñez Marmolejo, M., Yuriko Valdez Angeles, G., & Vilches Malagón, C. (2007). Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de información. *Ciência Da Informação*, 36(1), 136–146.
- Hjørland, B. (2007, August 20). *Information need*. https://arkiv.iva.ku.dk/core/articles%20a-z/information_needs.htm
- Hughes, H. (2006). Responses and influences: a model of online information use for learning. *Information Research*, 12(1). <https://informationr.net/ir/12-1/paper279.html#wil97>
- Hunt, S., & Shoaps, R. (2018). Information-seeking behavior and information providers in a K'iche' Maya community: An ethnographic study of Nahualá, Guatemala. *Information Development*, 34(5), 460–474. <https://doi.org/10.1177/0266666918766986>
- Huotari, M.-L., & Chatman, E. (2001). Using everyday life information seeking to explain organizational behavior. *Library & Information Science Research*, 23, 351–366.
- Ibacache, K. S. (2021). University libraries as advocates for latin american indigenous languages and cultures. *College and Research Libraries*, 82(2), 182–198. <https://doi.org/10.5860/crl.82.2.182>
- IFLA Libraries Serving Multicultural Populations Section, Yang, L., & Demetriades, N. (2018). *IFLA/UNESCO Multicultural Library Manifesto Toolkit*. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1629>
- IFLA Library Services to Multicultural Populations Section. (2001). *Celebrating 20 years: a concise history of the IFLA Section on Library Services to Multicultural Populations*. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1607>

- IFLA Statement on Indigenous Traditional Knowledge. (2002). *15th Standing Conference for Eastern, Central and Southern African Library Associations (SCECSAL)* .
<https://www.ifla.org/publications/ifla-statement-on-indigenous-traditional-knowledge/>
- Ilori Maria, E., Abayomi, I., Olusegun, O. A., & Oluwafemi, R. A. (2021). Indigenous Knowledge Management in the Modern Day Library and Information Services. *Indian Journal of Information Sources and Services*, 11(1), 28–35. <https://doi.org/10.51983/ijiss-2021.11.1.2651>
- Índigenas brasileiros na pobreza. “Não temos terras para plantar.” (2022, October 26). *Euronews*.
<https://pt.euronews.com/2022/10/26/indigenas-brasileiros-na-pobreza-nao-temos-terras-para-plantar>
- Índigenas do Limão Verde e Buritizinho de Aquidauana participam de oficina gratuita . (2024, December 13). *O Pantaneiro*. <https://www.opantaneiro.com.br/aquidauana/indigenas-do-limao-verde-e-buritizinho-de-aquidauana-participam-de/182963/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. IBGE.
https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua): acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. *Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital*. <https://static.poder360.com.br/2024/08/pnad-acesso-internet-ibge-16ago2024.pdf>
- International Federation of Librarian Associations and Institutions. (n.d.). *Indigenous Matters Section*. Retrieved March 5, 2024, from <https://www.ifla.org/units/indigenous-matters/>
- International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). (2009). *Multicultural Communities: Guidelines for Library Services, 3rd edition*. <http://www.ifla.org/en/library-services-to-multicultural-populations>
- International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). (2021). *IFLA Input to OHCHR: the Contribution of Development to Enjoyment of Human Rights*.
https://www.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/hq/the_contribution_of_development_to_the_enjoyment_of_human_rights_-_international_federation_of_library_associations_and_institutions.pdf
- International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). (2024). *IFLA Internet Manifesto 2024*. <https://repository.ifla.org/items/69397ea2-f4f3-49bc-a5ef-342260f7a54c>
- International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), & United Nations Educational, S. and C. O. (2009). Multicultural Library Manifesto. *General Conference 35th Session*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184302>
- International Indigenous Librarians’ Forum (IILF) Guide*. (2024).
<https://guides.library.manoa.hawaii.edu/iilf>

- International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (n.d.-a). *Indigenous Peoples in Australia*. Retrieved October 1, 2024, from <https://www.iwgia.org/en/australia.html>
- International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (n.d.-b). *Indigenous peoples in Brazil*. Retrieved September 30, 2024, from <https://www.iwgia.org/en/brazil.html>
- International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (n.d.-c). *Indigenous peoples in Niger*. Retrieved September 30, 2024, from <https://www.iwgia.org/en/niger.html>
- International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (n.d.-d). *Indigenous peoples in South Africa*. Retrieved September 30, 2024, from <https://www.iwgia.org/en/south-africa.html>
- International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (2022, April 1). *The Indigenous World 2022: United States of America*. <https://www.iwgia.org/en/usa/4684-iw-2022-united-states-of-america.html>
- Irinaldo, F., & Huguenev, V. (2020, May 14). *Transmissão do bem: rádio comunitária engaja refugiados e migrantes indígenas em Manaus*. Agência Da ONU Para Refugiados. <https://www.acnur.org/portugues/2020/05/14/transmissao-do-bem-radio-comunitaria-engaja-refugiados-e-migrantes-indigenas-em-manaus/>
- Jesus, J. R. S. de. (2022). *Mediação da informação em plataformas digitais na ambiência da biblioteca universitária* [Trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão]. <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/6047/1/JESSYARAR%c3%8aGOSILVADEJESUS.pdf>
- Jesus, P. O. de, Fonseca, A., Neves, A. A. P., Araújo, C. C. de A., Mendes, F., & Natalina, G. (2015). O papel das organizações internacionais na preservação da cultura indígena. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, 5(1), 1–9. <https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16996>
- Jornal Nacional. (2022, August 17). Casos de violência contra povos indígenas chegaram a 355 em 2021. *Jornal Nacional*. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/17/casos-de-violencia-contr-povos-indigenas-chegaram-a-355-em-2021.ghtml>
- Julien, H., Pecoskie, J. J. L., & Reed, K. (2011). Trends in information behavior research, 1999–2008: A content analysis. *Library and Information Science Research*, 33(1), 19–24. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2010.07.014>
- Kambeba, M. W. (2020). *Saberes da floresta*. Jandaíra.
- Kari, J. (2007). Conceptualizing the personal outcomes of information. *Information Research*, 12(2). <https://informationr.net/ir/12-2/paper292.html>
- Karuk Tribe, Hillman, L., Hillman, L., Harling, A. R. S., Talley, B., & McLaughlin, A. (2017). Building Sípnuuk: A Digital Library, Archives, and Museum for Indigenous Peoples. *Collection Management*, 42(3–4), 294–316. <https://doi.org/10.1080/01462679.2017.1331870>
- Kayser, H.-E. (2010). *Os direitos dos povos indígenas do Brasil: desenvolvimento histórico e estágio atua*. Sergio Antonio Fabris Ed.

- Khoo, M., Rozaklis, L., & Hall, C. (2012). A survey of the use of ethnographic methods in the study of libraries and library users. *Library and Information Science Research*, 34(2), 82–91. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2011.07.010>
- Kostelecky, S. R., Hurley, D. A., Manus, J., & Aguilar, P. (2017). Centering Indigenous Knowledge: Three Southwestern Tribal College and University Library Collections. *Collection Management*, 42(3–4), 180–195. <https://doi.org/10.1080/01462679.2017.1327914>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. Schwarcz.
- Krikelas, J. (1983). Information-Seeking Behavior: Patterns and Concepts. *Drexel Library Quarterly*, 19(2), 5–20.
- Kuhlthau, C. C. (1991). Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 361–371. <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C361%3A%3AAID-ASI6%3E3.0.CO%3B2-%23>
- Kuhlthau, C. C. (2004). *Seeking Meaning. A Process Approach to Library and Information Services* (2nd ed). Libraries Unlimited.
- Kymlicka, W. (1996). *Ciudadanía multicultural: una teoría liberal de los derechos de las minorías*. Editorial Paidós.
- Kymlicka, W., & Norman, W. (2003). *Citizenship in Diverse Societies*. Oxford University Press.
- Lanclos, D., & Asher, A. D. (2016). “Ethnographish”: The State of the Ethnography in Libraries. *Weave: Journal of Library User Experience*, 1(5), 1–8. <https://doi.org/10.3998/weave.12535642.0001.503>
- Laraia, R. B. (2015). *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar.
- Lastreto, R. (2021, December 10). Bibliotecas e arquivos de jornais preservarão a herança linguística dos povos indígenas no México. *Soy Bibliotecario*. <https://soybibliotecario.blogspot.com/2021/12/bibliotecas-hemerotecas-pueblos-originarios.html?m=1>
- Le Coadic, Y. F. (1996). *A Ciência da Informação*. Briquet Lemos.
- Le Coadic, Y. F. (1998). *Le beison d'information: formulation, négociation, diagnostic*. Association des professionnels de l'information et de la documentation (ADBS).
- Lee, D. A. (2001). Aboriginal students in Canada: A case study of their academic information needs and library use. *Journal of Library Administration*, 33(3–4), 259–292. https://doi.org/10.1300/J111v33n03_07
- Leite, C. (2011). Um centro do saber para uma sociedade indígena contemporânea. In J. P. Mojica & Y. Rodríguez (Eds.), *Cuadernos Redplanes. Las bibliotecas en las comunidades indígenas* (pp. 13–17). Centro regional para el fomento de libro en America Latina y el Caribe-CERLALC. <https://cerlalc.org/publicaciones/cuadernos-redplanes-las-bibliotecas-en-comunidades-indigenas/>

- Lemos, V. (2021, February 20). A luta dos universitários indígenas para não desistir das aulas em ensino remoto nas aldeias durante a pandemia. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/56089308>
- Library Services to Multicultural Populations Section. (2024). <https://www.ifla.org/units/mcultpl/>
- Lilley, S. (2008). Information barriers and Māori secondary school students. *Information Research*, 13(4), paper-373. <http://informationr.net/ir/13-4/paper373.html>
- Lilley, S. (2010). *The Information seeking behaviours of Māori secondary school students* [Doctor of Philosophy]. Massey University.
- Lilley, S. (2017). Assessing the impact of indigenous research on the library and information studies literature. *Information Research*, 22(4). <http://InformationR.net/ir/22-4/rails/rails1606.html>
- Lima, K. R. S. Q. de. (2019). *Comportamento de busca e uso da informação de universitários indígenas do campus IV-UFPA* [Dissertação em Ciência da Informação]. Universidade Federal da Paraíba.
- Line, M. B. (1974). Draft definitions Information and library needs, wants, demands and uses. *Aslib Proceedings*, 26(2), 87. <https://doi.org/10.1108/eb050451>
- Llamazares, A. M., Sarasola, C. M., & Canosa, D. (2011). La biblioteca indígena como “casa de la memoria.” In *Cuadernos Redplanes. Las bibliotecas en las comunidades indígenas* (pp. 31–36). <https://cerlalc.org/publicaciones/cuadernos-redplanes-las-bibliotecas-en-comunidades-indigenas>
- Lopes, K. (2020, December 22). Primeira biblioteca indígena de MT é inaugurada com livros históricos e artesanatos. *GI: Mato Grosso*. <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/22/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-e-inaugurada-com-livros-historicos-e-artesanatos.ghtml>
- Lund, B. (2021). The structure of information behavior dissertations 2009–2018: Theories, methods, populations, disciplines. *Journal of Librarianship and Information Science*, 53(2), 225–232. <https://doi.org/10.1177/0961000620935499>
- Makinde, O. O., & Shorunke, O. A. (2013). Exploiting the values of indigenous knowledge in attaining sustainable development in Nigeria: The place of the library. *Library Philosophy and Practice*. <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2185&context=libphilprac>
- Mangolim, O. (1993). *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul. www.etnolinguistica.org
- Mansell, R., & Tremblay, G. (2015). *Renovando a visão das sociedades do conhecimento para a paz e o desenvolvimento sustentável* (M. Nicolosi & G. Pugliesi, Trans.). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232575>

- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2021). *Fundamentos de metodologia científica* (Atlas, Ed.; 9.ed.).
- Marques, L. (2023, April 1). Projeto Kéxunakoa: oficinas resgatam memórias dos povos Terenas. *Midiamax*. <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2023/projeto-kexunakoa-oficinas-resgatam-memorias-dos-povos-terenas/>
- Martínez-Silveira, M. S., & Oddone, N. E. (2007). Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência Da Informação*, 36(2), 118–127. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1182>
- Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (3 ed.). Atlas.
- Matos, L. M. (2013). *Índios online: reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania* [Dissertação Mestrado em Comunicação]. Universidade Federal Fluminense.
- McClelland, D. C. (1989). *Estudio de la motivacion humana*. Narcea, S. A. de Ediciones.
- McGarry, K. (1999). *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Briquet de Lemos.
- McKenzie, P. J. (2003). A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. *Journal of Documentation*, 59(1), 19–40. <https://doi.org/10.1108/00220410310457993>
- Meirelles, R. (2022, March 31). *Internet: A exclusão digital no Brasil tem cara, cor e endereço*. Veja +. <https://www.youtube.com/watch?v=ZzXDmNi1bqY>
- Mendonça, D. G., Lima, J. F., & Gusmão, C. A. (2016). O uso da tecnologia no auxílio à preservação do idioma indígena: o caso xakriabá. *Revista de Informática Aplicada*, 12(1), 41–51. https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_informatica_aplicada/article/view/6908/2999
- Menezes, V. S. de. (2021). Da representação à perspectiva de(s)colonial do conhecimento: a ontologia informacional sob a tez ameríndia. *Liincem Revista*, 17(2), 1–25. <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5778/5399>
- Meyer, H. W. J. (2009). The influence of information behaviour on information sharing across cultural boundaries in development contexts. *Information Research: An International Electronic Journal*, 14(1). <http://informationr.net/ir/14-1/paper393.html>
- Mhlongo, M. (2020). Harnessing Indigenous Knowledge through Community Involvement in Public Libraries in South Africa. *Libri*, 70(4), 291–303. <https://doi.org/doi:10.1515/libri-2019-0194>
- Mhlongo, M., & Ngulube, P. (2018). Public Libraries as Conduits for Indigenous Knowledge in South Africa. *Library Philosophy and Practice*. <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1757/>
- Michaelis: dicionário prático da língua portuguesa*. (2010). Melhoramentos.

- Michel, M. H. (2015). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos* (Atlas, Ed.; 3.ed.).
- Million, T. (2021). Sharing stories: The Saskatchewan Aboriginal Storytelling project. *IFLA Journal*, 47(3), 386–391. <https://doi.org/10.1177/03400352211018233>
- Minority Rights Group. (n.d.). *Indigenous peoples in Mexico*. Retrieved February 4, 2025, from <https://minorityrights.org/communities/indigenous-peoples-4/>
- Mirim, P. (2022, June 17). Conheça a Itaxi, primeira biblioteca indígena do estado do Rio de Janeiro. *Biblio*. <https://biblio.info/conheca-a-itaxi-primeira-biblioteca-indigena-do-estado-do-rio-de-janeiro/>
- Monteiro, C. A. B., & Almeida Junior, O. F. de. (2018). Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. *InCID: Revista de Ciência Da Informação e Documentação*, 8(2), 92–105. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p92-105>
- Moreira, A. F. Barbosa., & Candau, V. Maria. (2008). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Editora Vozes.
- Moreira, F. M., & Sirihal Duarte, A. B. (2016). O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 11(1), 169–178. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/28485>
- Mori, L. (2020, August 29). Morte de anciãos indígenas na pandemia pode fazer línguas inteiras desaparecerem. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53914416>
- Moseley, C. (2010). *Atlas de las lenguas del mundo en peligro* (2nd ed.). UNESCO. <http://bdjc.ia.unam.mx/files/original/a9e46e5b7cad08429bcc7e9883abc2b8.pdf>
- Moura, N., & Acçolini, G. (2015). Os Terena em Mato Grosso do Sul. In G. Chamorro & I. Combès (Eds.), *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais* (pp. 249–266). Ed. UFGD. https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf
- Naciones Unidas Derechos Humanos. (n.d.). *Fórum permanente sobre questões indígenas*. Retrieved July 29, 2024, from <https://acnudh.org/wp-content/uploads/2011/09/Tripticos-Mecanismos-DDHH-de-Povos-Ind%C3%ADgenas-PORT.pdf>
- Nações Unidas Brasil. (2013, December 12). *Informação é direito fundamental, destaca programa da ONU em fórum de direitos humanos*. <https://brasil.un.org/pt-br/64557-informa%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-direito-fundamental-destaca-programa-da-onu-em-f%C3%B3rum-de-direitos-humanos>
- Nance-Mitchell, V. (1996). A Multicultural Library: Strategies for the Twenty-First Century. *College & Research Libraries*, 57(5), 405–413. https://doi.org/https://doi.org/10.5860/crl_57_05_405

- Northern Arizona University. (2007). *Protocols for Native American Archival Materials*.
<https://www2.nau.edu/libnap-p/protocols.html>
- Nota Técnica No 2/2024/CGEEI/DIPECEI/SECADI (2024).
- Novak, J., & Robinson, G. (1998). 'you tell us': Indigenous students talk to a tertiary library. *Australian Academic and Research Libraries*, 29(1), 13–22.
<https://doi.org/10.1080/00048623.1998.10755034>
- Ocholla, D. N. (2009). Are African libraries active participants in today's knowledge and information society? *South African Journal of Libraries and Information Science*, 75(1), 20–27. <https://doi.org/10.7553/75-1-1270>
- Okonkwo, E. A., Cocodia, B., & Uba, E. E. (2022). Listening to the unheard and unseen: Information literacy perspectives of the rural bi/multilinguals in Nigeria. *Journal of Information Science*, 1–9. <https://doi.org/10.1177/01655515221118050>
- Okorafor, C. N. (2010). Challenges confronting libraries in documentation and communication of indigenous knowledge in Nigeria. *International Information and Library Review*, 42(1), 8–13. <https://doi.org/10.1080/10572317.2010.10762837>
- Oliveira, A. L. de. (2014). *A negociação cultural: um novo paradigma para a mediação e a apropriação da cultura escrita* [Tese em Ciência da Informação]. Universidade de São Paulo.
- Oliveira, J. P. de, & Freire, C. A. da R. (2006). A presença indígena na formação do Brasil. In *Coleção Educação para Todos*. Ministério da Educação; UNESCO. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>
- Oliveira de Jesus, P., Fonseca, A., Aline Pereira Neves, A., Cássia de Almeida Araújo, C., Mendes, F., & Natalina, G. (2015). Múltiplos Olhares em Ciência da Informação. *Múltiplos Olhares Em Ciência Da Informação*, 5(1), 1–9.
- Oliveira, E. A. (2016). Uma apresentação iconográfica dos rituais religiosos/culturais Terena na Aldeia Buriti, MS. *Tellus*, 16(30), 177–186. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i30.394>
- Oliveira, J. (2024, April 18). Com investimentos e oferta em tempo integral, educação escolar indígena de MS é destaque. *MS Gov*. <https://www.ms.gov.br/noticias/com-investimentos-e-oferta-em-tempo-integral-educacao-escolar-indigena-de-ms-e-destaque>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2007). *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a C. e a C. (UNESCO). (2001). *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160?posInSet=1&queryId=713af919-bb44-463a-81fe-111469a058eb>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a C. e a C. (UNESCO). (2009). *Relatório Mundial da UNESCO: investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*.

- Owolabi, K. A., Ovwasa, D. E., Ajayi, T. B., & Odewale, M. O. (2022). Preservation and Use of Indigenous Knowledge Practices in Public Libraries in Nigeria. *Public Library Quarterly*, 41(5), 485–502. <https://doi.org/10.1080/01616846.2021.1938897>
- Paiva, E. B. (2013). *Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação* [Tese do Programa de Pós-graduação em Linguística]. Universidade Federal da Paraíba.
- Paiva, E. B. (2014). Conceituando fonte de informação indígena. *Eliane Bezerra*, 24(1), 61–70.
- Parrott, Z. (2007, March 13). Indigenous Peoples in Canada. *The Canadian Encyclopedia*.
- Passos, M. P. de, & Pieruccini, I. (2021). Médiation culturelle et « infoéducation » : construction des savoirs et des connaissances. *Études de Communication*, 57. <https://journals.openedition.org/edc/13048>
- Perrotti, E., & Pieruccini, I. (2014). A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*, 19(2), 1–22. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992/17341>
- Pilerot, O. (2014). *Design researchers' information sharing-The enactment of a discipline* [Doctoral Thesis in Philosophy in Library and Information Science, University of Borås]. <http://hdl.handle.net/2320/13531>
- Pimentel, M. (2020, February 27). O cinema indígena no Brasil e as tensões entre passado e presente. *MultiRio*. <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15557-cinema-ind%C3%ADgena-no-brasil-e-as-tens%C3%B5es-entre-o-passado-e-o-presente>
- Pinto Lopez, D. M. (2011). *Necesidades y comportamiento informativo de los universitarios indígenas* [Maestra en Bibliotecología y Estudios de La Información]. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Popygua, D. K. (2023, April 26). *Sala de Professores Estendida - Diálogos sobre educação escolar indígena*. Universidade Federal Do ABC. <https://www.youtube.com/watch?v=0s5PigXDntw>
- Potnis, D. (2015). Wilson's Information-Seeking Behavior Models (1981, 1996, 1999). In D. Potnis (Ed.), *Information seeking behavior and technology adoption : theories and trends* (pp. 94–112). Information Science Reference.
- Prado, H. L., Serafim, J. D. S., Coelho, C. D., & Bartalo, L. (2017). A competência em informação dos estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 22(49), 102–114. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p102>
- Puente, M. A., Gray, L., & Agnew, S. (2009). The expanding library wall: Outreach to the University of Tennessee's multicultural/international student population. *Reference Services Review*, 37(1), 30–43. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/00907320910934977>
- Queiroz, K. R. S., & Paiva, E. B. (2018). Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação. *XIX Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação*, 2932–2939. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124795>

- Rahim, N. A., Shuhidan, S. M., & Husaini, H. (2022). Student Behavior, Sociocultural, Learning Environment and Information Literacy: A Proposed Framework in Managing Indigenous Knowledge. *Proceedings*, 108. <https://doi.org/10.3390/proceedings2022082108>
- Ramírez Velásquez, C. A. (2006). *Necesidades de información en comunidades indígenas: el caso de la comunidad tepehua* [Maestro en Bibliotecología]. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).
- Ramírez Velásquez, C. A. (2007). Las comunidades indígenas como usuarios de la información. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*, 21(3), 1–19. <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/4134/51485>
- Ramos, G. (2023, December 19). Povos indígenas defendem a criação de uma universidade própria . *Terra*. https://www.terra.com.br/nos/povos-indigenas-defendem-a-criacao-de-uma-universidade-propria,55a51068c2184420837edf25856a7d953tn2zh3k.html?utm_source=clipboard
- Ramsden, B. (2016). Ethnographic methods in academic libraries: A review. *New Review of Academic Librarianship*, 22(4), 355–369. <https://doi.org/10.1080/13614533.2016.1231696>
- Relaciones con el Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe, y proyecto de acuerdo entre la UNESCO y el Fondo. (1996). *UNESCO. Executive Board, 149th*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000103509_spa?posInSet=1&queryId=a3021fc4-ca73-42f9-8311-611902117e72
- Rezende, G. (2023, October 23). O que o céu indígena tem a ensinar? Jovens contam teoria de anciões na maior feira científica de MS. *Midiamax*. <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/o-que-o-ceu-indigena-tem-a-ensinar-jovens-contam-teoria-de-ancioes-na-maior-feira-cientifica-de-ms/>
- Ribeiro, B. G. (2013). *O índio na cultura brasileira*. Fundação Darcy Ribeiro. http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-2013-indio/Ribeiro_2013_OIndioNaCulturaBrasileira.pdf
- Ribeiro, D. (1996). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. (2 ed.). Companhia das Letras. <https://archive.org/details/o-povo-brasileiro/O%20povo%20brasileiro%20%5BArquiv%C3%A1vel%5D/page/102/mode/2up>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Rivera López, N. (2019). *Necesidades y comportamiento informativo de los estudiantes Mixe de música* [Maestra en Bibliotecología y Estudios de La Información]. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Rocha, J. A. P., & Gandra, T. K. (2018). Práticas informacionais: elementos constituintes. *Informação & Informação*, 23(2), 566–595. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p566>

- Rosa, F. R. (2023). From community networks to shared networks: the paths of Latin-Centric Indigenous networks to a pluriversal internet. *Information Communication and Society*, 26(11), 2326–2344. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2022.2085614>
- Rosa, M. V. de F. P. do C., & Arnoldi, M. A. G. C. (2006). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados* (Autêntica).
- Rosaboni, C., Queiroz, D., Silva, G. R. da, & Said, T. (2022). Saberes indígenas contribuem para diversidade de pesquisas e eventos na USP. *Jornal Da USP*. <https://jornal.usp.br/diversidade/saberes-indigenas-contribuem-para-diversidade-de-pesquisas-e-eventos-na-usp/>
- Roy, L. (2015). Indigenous cultural heritage preservation: A review essay with ideas for the future. *IFLA Journal*, 41(3), 192–203. <https://doi.org/10.1177/0340035215597236>
- Roy, L. (2019). Finding face: building collections to support indigenous identity. *Collection and Curation*, 38(1), 19–22. <https://doi.org/10.1108/CC-08-2017-0032>
- Roy, L., & Frydman, A. (2013). *Library Services to Indigenous Populations: case studies*. IFLA. <https://www.ifla.org/files/assets/indigenous-matters/publications/indigenous-librarianship-2013.pdf>
- Roya, W., & Ngcobo, S. (2023). The role of information communication technologies on African indigenous knowledge systems: Folktales. *International Journal of Research in Business and Social Science (2147- 4478)*, 12(6), 46–55. <https://doi.org/10.20525/ijrbs.v12i6.2662>
- Ruedas, J. (2012). *A digital repository for indigenous amazonian cultural materials* [Master of Science in Information Studies]. University of Texas at Austin.
- Safdar, M., Siddique, N., & Khan, M. A. (2024). A systematic review of literature on human libraries: Objectives, benefits, and challenges. *Journal of Librarianship and Information Science*, 56(3), 785–795. <https://doi.org/10.1177/09610006231155886>
- Salvatore, C. L. (2015). Indigenous Literacy through Indigenous Cultural Heritage Materials and Resources. *IFLA WLIC*. <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/>
- Santos, B. de S. (2004). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. In *Reinventar e emancipação social*. Ed. Afrontamento.
- Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (2014). *Epistemologias do Sul*. Cortez.
- Savolainen, R. (1995). Everyday Life Information Seeking: Approaching Information Seeking in the Context of “Way of Life.” *LISR*, 17, 259–294.
- Savolainen, R. (2004). Enthusiastic, realistic and critical. Discourses of Internet use in the context of everyday life information seeking. *Information Research*, 10(1). <https://informationr.net/ir/10-1/paper198.html>
- Savolainen, R. (2007). Information Behavior and Information Practice: Reviewing the “Umbrella Concepts” of Information-Seeking Studies. *The Library Quarterly*, 77(2), 109–132. <https://doi.org/10.1086/517840>
- Savolainen, R. (2009). Epistemic work and knowing in practice as conceptualizations of information use. *Information Research*, 14(1). <https://informationr.net/ir/14-1/paper392.html>

- Savolainen, R. (2017a). Information need as trigger and driver of information seeking: a conceptual analysis. *Aslib Journal of Information Management*, 69(1), 02–21.
- Savolainen, R. (2017b). Information sharing and knowledge sharing as communicative activities. *Information Research*, 22(3). <https://informationr.net/ir/22-3/paper767.html>
- Savolainen, R. (2017c). Information sharing and knowledge sharing as communicative activities. *Information Research*, 22(3).
- Schaden, E. (1967). Antropologia - Aculturação e Assimilação dos Índios do Brasil. *Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB)*, 2. <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/45636>
- SCImago Institutions Rankings (SIR). (2021). SCImago. <https://www.scimagoir.com/rankings.php?sector=Higher+educ.&year=2015&country=BRA>
- Shaw, G., Brereton, M., & Roe, P. (2014). Mobile phone use in Australian indigenous communities: future pathways for HCI4D. *Proceedings of the 26th Australian Computer-Human Interaction Conference on Designing Futures: The Future of Design*, 480–483. <https://doi.org/10.1145/2686612.2686688>
- Shenton, A. K. (2007). Viewing information needs through a Johari Window. *Reference Services Review*, 35(3), 487–496. <https://doi.org/10.1108/00907320710774337>
- Silva, D. (2013). *Estudo lexicográfico da língua terena: proposta de um dicionário bilíngue terena-português* [Tese de Doutorado em Linguística e língua portuguesa]. Universidade Estadual Paulista.
- Silva, A. C. S. da. (2009). *Educação escolar indígena na aldeia Bananal: prática e utopia* [Mestrado em Educação]. Universidade Católica Dom Bosco.
- Silva, A. M. da. (2006). *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Afrontamento.
- Silva, A. M. da. (2010). Modelos e modelizações em Ciência da Informação: O Modelo eLit.pt e a investigação em literacia informacional. *Prisma.Com*, 13, 253–298. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2011>
- Silva, G. J. da, & Costa, A. M. R. R. M. da. (2018). *Histórias e culturas indígenas na educação básica* (Autêntica, Ed.).
- Silva, J. P. da. (2001). *Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas*. Embrapa Comunicação para transferência de tecnologia. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92494/1/sea-texto-06.pdf>
- Silva, F. A. (1949). Mudança cultural dos Terena. *Revista Do Museu Paulista*, 3, 271–379. www.etnolinguistica.org
- Siqueira, J. C. (2011). A noção do termo “informação”: revisão de literatura. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 5(1), 73–96. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/1264>
- Sirihal Duarte, A. B. (2012). Mediação da informação e estudos de usuários: interrelações. *INCID: Revista de Ciência Da Informação e Documentação*, 3(1), 70–86. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i1p70-86>

- Sloan, W. (2018). Decolonizing the library: Ryerson University Library & Archives takes steps to rethink its practices, incorporate indigenous knowledges. *Ryerson Today*. <https://www.ryerson.ca/news-events/news/2018/06/decolonizing-the-library/>
- Sonnenwald, D. H. (2006). Challenges in sharing information effectively: examples from command and control. *Information Research*, 11(4). <https://www.informationr.net/ir/11-4/paper270.html>
- Souza, S. B. de. (2002). *Cultura e memória entre os índios Terena: conflitos, transformações e preservação* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de São Paulo]. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-25052003-211625/>
- Spink, A., & Cole, C. (2006). Human information behavior: Integrating diverse approaches and information use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 57(1), 25–35. <https://doi.org/10.1002/asi.20249>
- Stake, Robert. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam* (Artmed, Ed.).
- State Library New South Wales. (2016). *Indigenous Spaces In Library Places: Building a Vibrant Public Library Network Inclusive of Indigenous Peoples and Communities*. https://www.sl.nsw.gov.au/sites/default/files/4790_is_strategy_web.pdf
- Statistisk sentralbyrå. (2022). *Innvandring og innvandrere i Norden, 2016-2020*. https://www.ssb.no/en/befolkning/flytting/artikler/immigration-and-immigrants-in-the-nordic-countries-2016-2020/_/attachment/inline/d691d233-c109-43ed-98d4-bcded2c6963e:7311dcab5dace412d370dca3d4e4dce4d52f8839/RAPP2022-11.pdf
- Stieglitz, L. (2019). Academic Library Services for Indigenous Students in Canada and Reconciliation in Academic Libraries / Les Services offerts dans les bibliothèques universitaires aux étudiants autochtones du Canada et la réconciliation dans les bibliothèques universitaires. *Canadian Journal of Information and Library Science*, 43(1), 3–22. <https://www.muse.jhu.edu/article/753334>.
- Sturges, P. (2005). Speculations in documentation: Understanding cultures, and IFLA's Freedom of Access to Information and Freedom of Expression (FAIFE) core activity. *Journal of Documentation*, 61(2), 296–305. <https://doi.org/10.1108/00220410510585232>
- Supo, J. J. Q. (2018). *Uso das bibliotecas digitais da biblioteca central pelos estudantes indígenas da UNB* [Mestrado em Ciência da Informação]. Universidade de Brasília (UNB).
- Tague, J., Walters, C., & Shepherd, M. (1976). The distribution of community information: The role of the computer and computer-based networks. *Aslib Proceedings*, 28(9), 314–321. <https://doi.org/10.1108/eb050567>
- Talja, S., & Nyce, J. M. (2015). The problem with problematic situations: Differences between practices, tasks, and situations as units of analysis. *Library & Information Science Research*, 37(1), 61–67. <https://doi.org/10.1016/J.LISR.2014.06.005>
- Talja, S., Tuominen, K., & Savolainen, R. (2005). “Isms” in information science: constructivism, collectivism and constructionism. *Journal of Documentation*, 61(1), 79–101. <https://doi.org/10.1108/00220410510578023>

- Taylor, R. S. (1968). Question-negotiation and information seeking in libraries. *College and Research Libraries*, 29, 178–194.
- Taylor, S. (2003). State Library of Queensland Indigenous Library Services: Overcoming Barriers and Building Bridges. *Australian Academic & Research Libraries*, 34(4), 278–287. <https://doi.org/10.1080/00048623.2003.10755248>
- Tello, F. M. (2020). Bibliotecas y justicia social. *Folha de Rosto*, 6(3), 54–77. <https://doi.org/10.46902/2020n3p54-77>
- Thompson, E. G. (2022, December 18). Yes, Libraries Are Still Relevant. *Medium*. <https://medium.com/everylibrary/yes-libraries-are-still-relevant-514d998d6a50>
- Thorpe, K., & Galassi, M. (2018). Diversity, inclusion & respect: Embedding Indigenous priorities in public library services. *Public Library Quarterly*, 37(2), 180–194. <https://doi.org/10.1080/01616846.2018.1460568>
- Trembach, S. (2022). Library Services to Multicultural Populations through the Lens of History: A Literature Review. *International Journal of Librarianship*, 7(2), 61–73. <https://doi.org/10.23974/ijol.2022.vol7.2.259>
- Ullauri-Llore, E., Debade, N., Doduik, N., & Girel, S. (2016). Médiation Culturelle, définition et mise en perspective d'un concept fondamental aux mondes de l'art. *HAL Id*. <https://hal.science/hal-01997150v2>
- Ulvik, S. (2010). Why should the library collect immigrants' memories?": A study of a multicultural memory group at a public library in Oslo. *New Library World*, 111(3/4), 154–160. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/03074801011027655>
- UNESCO. (2022). *Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032); versão resumida*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383844_por
- UNESCO. (2024, April 12). *About UNESCO Brasilia*. <https://www.unesco.org/en/fieldoffice/brasilgia/about?hub=66903>
- United Nations. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i3p13-17>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development united nations United Nations transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- United Nations. Department of Economics and Social Affairs. (n.d.). 2030 Agenda and Indigenous Peoples. In *United Nations*. Retrieved July 29, 2024, from <https://social.desa.un.org/issues/indigenous-peoples/2030-agenda-and-indigenous-peoples/2030-agenda-and-indigenous-peoples>
- Urquiza, A. H. A. (2019). Educación superior en Brasil y modalidades de colaboración intercultural – espacio estratégico de construcción de la autodeterminación de los pueblos indígenas. *Série-Estudos*, 24(50), 63–81. <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1157>

- Valdez Angeles, G. Y. (2010). *Necesidades de información de los indígenas migrantes en la ciudad de México* [Maestra en Bibliotecología y Estudios de la Información]. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).
- Vargas, V. L. F. (2011). O SPI sob a perspectiva Terena. In C. A. da R. (org.) Freire (Ed.), *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Museu do Índio-FUNAI.
- Vestlie, M. (2020). World Library – A Nordic project about digital materials for linguistic minorities. · *IFLA Library Services to Multicultural Populations Newsletter 2, 2*. https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1499/1/newsletter-mcultp_2020-january.pdf
- Vilela, L. I. (2015, April 15). Você sabia que existe diferença entre a palavra índio e indígena? *Rádio EBC*. <https://radios.ebc.com.br/cotidiano/edicao/2015-04/escritor-indigena-explica-diferenca-entre-indio-e-indigena>
- Villiers, A. M. de. (2021). *Archives of Indigenous Cultural Centres of the Oceanic Region* [Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy]. Monash University.
- Whipple, M., & Nyce, J. M. (2007). Community analysis needs ethnography: An example from Romania. *Library Review*, 56(8), 694–706. <https://doi.org/10.1108/00242530710818027>
- Wilbricht, J. (2020). *Niicugnissuun/Tuu'awinpi: Tribal Radio as a Unique Community Medium and a Source of Health Information for Rural Indigenous Communities* [Doctor of Philosophy]. University of Michigan.
- Wilson, T. (2022). *Exploring information behaviour an introduction* (T. Wilson, Ed.). <https://informationr.net/ir/Exploring%20information%20behaviour.pdf>
- Wilson, T. D. (1981). On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, 37(1), 3–15. <https://doi.org/10.1108/eb026702>
- Wilson, T. D. (1994). Information needs and uses: fifty years of progress? In B. C. Vickery (Ed.), *Fifty years of information progress: a Journal of Documentation review* (pp. 15–51). Aslib. <https://informationr.net/tdw/publ/papers/1994FiftyYears.html>
- Wilson, T. D. (1997). Information behaviour: An interdisciplinary perspective. *Information Processing & Management*, 33(4), 551–572. [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(97\)00028-9](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(97)00028-9)
- Wilson, T. D. (1999). Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, 55(3), 249–270. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145>
- Wilson, T. D. (2000). Human Information Behavior. *Informing Science*, 3(2). <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>
- Yeh, N.-C. (2007). A framework for understanding culture and its relationship to information behaviour: Taiwanese aborigines' information behaviour. *Information Reserch*, 12(2).
- Yube, J. de L. K. (2011). Testemunho de José de Lima Kaxinawa, representante del pueblo hini kui. In J. P. Mojica & Y. Rodríguez (Eds.), *Cuadernos Redplanes. Las bibliotecas en las comunidades indígenas* (p. 12). Centro regional para el fomento de libro en America Latina y

el Caribe- CERLALC. <https://cerlalc.org/publicaciones/cuadernos-redplanes-las-bibliotecas-en-comunidades-indigenas/>

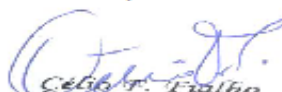
Apêndice 1– Autorização de ingresso fornecida pelo cacique da aldeia Bananal

Autorização de ingresso na aldeia para fins de pesquisa

Eu, Celio Francelino Fialho, na qualidade de cacique da Aldeia Bananal-Terra Indígena Taunay/Ipegue, localizada no município de Aquidauana-Mato Grosso do Sul, tenho ciência dos procedimentos e autorizo a realização da pesquisa intitulada Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena, sob responsabilidade da pesquisadora Lilian Aguilar Teixeira.

Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora livre acesso ao espaço físico da comunidade Bananal para observar, registrar por áudio, vídeos, entrevistas e documentos para análise, além da participação do cotidiano de vida da comunidade, referente as pessoas e seu comportamento informacional.

Aldeia Bananal, 26 de abril de 2021.



Celio Francelino Fialho
CACIQUE DA ALDEIA BANANAL
Período Intermédio Nº 1 de 01/01/20
1º Mandato - 01/01/19 a 01/01/20
2º Mandato - 01/01/20 a 31/12/23

Célio Francelino Fialho

RG: 1.464.512

CPF: 008.635.901-01

Representante da Aldeia Bananal

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena, desenvolvida pela pesquisadora Lilian Aguilar Teixeira.

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar e descrever o comportamento informacional vivenciado no cotidiano da aldeia Bananal de Aquidauana – MS buscando compreender como a cultura influencia nas necessidades informacionais e se estão sendo atendidas e supridas conforme sua diversidade cultural. Os resultados buscam contribuir para o desenvolvimento de serviços de biblioteca multiculturais adequados aos povos indígenas.

É importante lembrar que você não é obrigado a participar do estudo ou pode concordar agora, mas suspender sua participação a qualquer momento. Asseguramos que exercer esse direito não irá trazer nenhum prejuízo a você.

Se você decidir participar desta pesquisa, o pesquisador irá realizar uma entrevista com você, com perguntas sobre suas experiências pessoais ou comunitárias e opiniões a respeito do tema da pesquisa, com duração prevista entre 60 e 90 minutos. Esta conversa será realizada num local combinado com você com antecedência, na sua própria comunidade ou outro local onde se sinta mais confortável. As perguntas são abertas e podem ser respondidas livremente no tempo que achar necessário.

Pedimos sua autorização para que esta entrevista seja gravada através de um equipamento de áudio. Para deixá-lo seguro (a) quanto ao sigilo da nossa conversa, informamos que as gravações não serão identificadas com seu nome, mas através de um número. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivos físicos ou digitais sob a guarda e responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Artigo 28, inciso IV).

No futuro, os resultados de todas as entrevistas serão utilizados na elaboração do relatório final do estudo ou podem ser usados em artigos, apresentações em congressos ou conferências. Porém, garantimos que o seu nome não será citado em nenhum momento e que você será consultado (a) em relação ao uso de trechos que por algum motivo possam identificá-lo (a).

Por outro lado, asseguramos que a qualquer momento, durante a pesquisa, ou após, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato informados neste Termo.

Não há riscos físicos ou à saúde envolvidos na sua participação neste estudo. Porém, você pode, diante de algumas perguntas, sentir-se constrangido (a) ou pressionado a não revelar informações cuja divulgação considere prejudiciais a você ou a sua comunidade. Tentaremos ao máximo evitar que isto aconteça e garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause qualquer problema a você ou aos povos indígenas da Aldeia Bananal.

Também achamos importante que você saiba que não há benefícios diretos, pessoais ou coletivos, associados à sua participação no estudo. Os principais benefícios deste trabalho são para o progresso do acesso informacional da sua comunidade. Dessa forma, sua participação poderá ajudar a ampliar a compreensão das questões que envolvem a necessidade informacional dos povos indígenas da sua aldeia.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme (Resolução CNS nº 510 de 2016 – cap. III, art. 9, inciso VI).

Caso você precise, o pesquisador irá responder, da melhor maneira possível, quaisquer perguntas sobre os procedimentos da pesquisa. Caso você tenha uma pergunta adicional após a realização da entrevista, você pode entrar em contato com Lilian Aguilar Teixeira no telefone (67) xxxxxxxx ou através do e-mail: xxxxxxxx

A presente pesquisa passou pelo processo de análise no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo esta a instância regional correspondente ao local de execução da pesquisa. Após obter a aprovação desse comitê, o projeto foi encaminhado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), responsável pela avaliação dos aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, com especial atenção a áreas temáticas específicas, como as relacionadas a populações indígenas.

Caso você tenha alguma dúvida ou questionamento sobre seus direitos enquanto participante deste estudo, é possível entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS pelos seguintes meios: telefone (67) 3345-7187 ou e-mail cepconep.propp@ufms.br. O endereço físico é Avenida Costa e Silva, s/n, prédio "Hércules

Maymone" (Pró-reitorias), 1º andar, sala do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEP, Cidade Universitária, Campo Grande, Caixa Postal 549, CEP 79070-110.

Alternativamente, é possível contatar a Conep diretamente através do seguinte endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF). O telefone para contato com a Conep é (61) 3315-5877, disponível das 9h às 18h.

Além disso, informamos que você receberá uma segunda via deste termo de consentimento, a qual contém 03 páginas. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais que possam surgir durante o processo de pesquisa.

PARTICIPANTE: Eu, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre o estudo e seus procedimentos, bem como os riscos ou benefícios decorrentes da minha participação.

Assinatura do participante:

Nome: _____

Local/Data: _____

marque esta opção se você concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

marque esta opção se você não concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

PESQUISADOR: Discuti a pesquisa proposta com este participante e, na minha opinião, ele compreendeu os benefícios, riscos e alternativas (incluindo a de não-participação) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Assinatura do Pesquisador:

Nome: _____

Local/Data: _____

Apêndice 3– Termo de consentimento livre e esclarecido para pais ou responsáveis legais

A criança/o adolescente, sob a sua responsabilidade, está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil), desenvolvida pela pesquisadora Lilian Aguilar Teixeira.

O objetivo desta pesquisa é identificar e descrever o comportamento informacional vivenciado no cotidiano da aldeia Bananal de Aquidauana-MS. A criança/o adolescente, sob a sua responsabilidade, está sendo convidado pelo motivo de que realiza busca de informações em casa e na escola.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar a participação da pessoa pela qual é responsável ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum. Contudo, a participação é muito importante para a execução da pesquisa e são garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo participante.

Qualquer dado que possa identificar o participante será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A participação da pessoa pela qual você é responsável consiste em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada se houver a sua autorização e o assentimento do participante. O tempo de duração previsto é entre 60 e 90 minutos. Esta conversa será realizada de preferência na escola de sua comunidade. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivos sob a guarda e a responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução CNS n.466/2012.

Os resultados da pesquisa serão utilizados na elaboração do relatório final do estudo ou podem ser usados em artigos, apresentações em congressos ou conferências. Porém, garantimos que o nome da pessoa que você é responsável não será citado em nenhum momento e que você será consultado (a) em relação ao uso de trechos que por algum motivo possam identificá-lo(a).

O benefício desta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de serviços de bibliotecas multiculturais adequados aos povos indígenas Terena. Não há riscos físicos ou

à saúde envolvidos na participação do estudo, porém, diante das perguntas, a pessoa por qual é responsável pode se sentir constrangida, cansada. Tentaremos ao máximo evitar que isto aconteça e garantimos que tomaremos todas as precauções.

Em caso de gastos decorrentes da participação na pesquisa, a pessoa pela qual você é responsável será ressarcida. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7)

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Lilian Aguiar Teixeira a qualquer tempo para informação adicional no telefone (67) XXXXXXXX ou através do e-mail: xxxxxxxxxxxx

Em caso de dúvida, o (A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS através do telefone (67) 3345-7187 ou pelo e-mail: cepconep.propp@ufms.br Endereço: Avenida Costa e Silva, s/n – prédio “Hércules Maymone” (Pró-reitorias), 1º andar- sala do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEP. Cidade Universitária- Campo Grande- Caixa postal 549 CEP: 79070-110.

Você receberá uma outra via deste termo de consentimento. Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas três páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que concordo que a pessoa que sou responsável participe desta pesquisa.

Nome e assinatura do responsável legal

Local/Data: _____

marque esta opção se você concorda que durante a participação nesta pesquisa da pessoa pela qual você é responsável seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

marque esta opção se você não concorda que durante a participação nesta pesquisa da pessoa pela qual você é responsável seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

Local/Data: _____

Nome e assinatura do pesquisador

Apêndice 4– Termo de assentimento do menor

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil), desenvolvida pela pesquisadora Lilian Aguilar Teixeira.

Essa pesquisa quer verificar como você busca informações na sua casa e na escola para realização das suas atividades diárias e será realizada na sua escola na aldeia Bananal. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As crianças que participarão desta pesquisa têm de 15 a 18 anos de idade.

Se você quiser participar desta pesquisa, o pesquisador realizará uma entrevista com você, com perguntas relacionadas a busca de informação na escola e no ambiente familiar. Terá a duração prevista entre 60 e 90 minutos, será realizada na sua escola na Aldeia Bananal, em um ambiente em que se sinta mais confortável. As perguntas são abertas e podem ser respondidas livremente no tempo que achar necessário e esperamos que suas atividades diárias de informação na escola e na sua comunidade melhorem com esse estudo.

Se possível, pedimos que você nos autorize a gravar as suas falas em um equipamento de áudio. Para te deixar seguro (a) quanto a nossa conversa, não informaremos o seu nome, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem te identificar. Esta pesquisa será mantida guardada na responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução CNS no 466/2012.

Para participar desta pesquisa, o seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Não terá nenhum custo para você e nem receberá qualquer vantagem financeira. Mas se forem identificados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

A pesquisa é considerada segura, mas é possível que você sinta algum cansaço ou desconforto nas respostas. Tentaremos evitar que isso aconteça, mas caso você não goste de algo, pode avisar imediatamente no momento da entrevista ou procurar pelo telefone (67) xxxxx da pesquisadora principal: Lilian Aguilar Teixeira, inclusive pode ligar a cobrar ou procurar pessoalmente no endereço institucional: Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Campo Grande na Cidade Universitária, e-mail: xxxxxxx

Você receberá uma outra via deste termo de assentimento, que será rubricado em suas três páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término por você e pelo pesquisador responsável.

Ao assinar esse papel, você declara que aceita participar da pesquisa e que entendeu as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. E que também entendeu que pode dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, pode dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de você. Os pesquisadores tiraram suas dúvidas e conversaram com os seus responsáveis;

Campo Grande, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

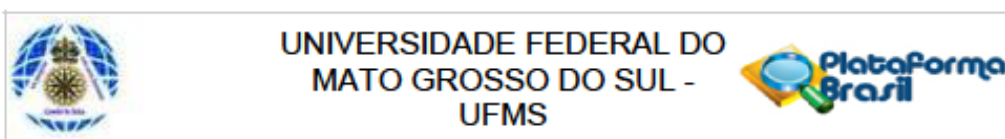
marque esta opção se você concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

marque esta opção se você não concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada entrevista gravada através de um equipamento de áudio.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)

Pesquisador: Lilian Aguilar Teixeira

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 2

CAAE: 46875021.7.0000.0021

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.822.957

Apresentação do Projeto:

Conforme informações extraídas da documentação cadastrada nas informações na Plataforma Brasil: "Este projeto tem por objeto central investigar o comportamento informacional para o desenvolvimento de um modelo de biblioteca multicultural para os povos indígenas Terena do Brasil. Pretende-se abordar a relação da diversidade cultural diante do comportamento informacional dos povos indígenas. A justificativa da pesquisa decorre da ausência de estudos brasileiros na perspectiva do comportamento informacional de povos tradicionais brasileiros. Optou-se por uma metodologia qualitativa, com recurso ao método etnográfico, serão realizadas visitas calendarizadas na aldeia indígena, utilizando da observação participante da busca informacional da vida diária com anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas com anciões, jovens estudantes do ensino médio, professores e coordenadores da escola indígena da aldeia Bananal, no estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados esperados são elencados com as etapas para a realização da pesquisa que contribuem para reflexão de uma proposta de um modelo de biblioteca multicultural voltada ao comportamento informacional dos povos indígenas de uma etnia brasileira". Nesta perspectiva a pesquisadora tem como premissa ou hipótese "de que a população indígena Terena possui necessidades informacionais multiculturais, foram elaboradas as seguintes perguntas de investigação:1) Qual o contexto do papel social da Ciência da Informação acerca das relações informacionais dos povos indígenas?2) O que tem sido

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ; Prédio das Pró-Reitorias ;Hércules Maymone; ; 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

produzido na literatura científica de Ciência da Informação relacionado aos povos indígenas?3) Qual é o perfil informacional dos povos indígenas Terena relacionado a suas práticas informacionais?4) Existem unidades ou serviços informacionais que atendem a população indígena Terena? Quais são elas?5) Qual a configuração do modelo de uma biblioteca multicultural que esteja adequado às necessidades informacionais e diversidade cultural dos povos indígenas Terena?”. São apresentados como objetivos: Objetivo Primário: Investigar o comportamento informacional para o desenvolvimento de um modelo de biblioteca multicultural para os povos indígenas Terena do Brasil. Objetivo Secundário: 1) Debater sobre o papel social da Ciência da Informação no que toca à importância das relações informacionais existentes nas aldeias dos povos indígenas, identificando aspectos em que a CI contribui ou que poderá contribuir para o acesso informacional. 2) Identificar na literatura nacional e internacional as pesquisas voltadas às necessidades informacionais de povos indígenas. 3) Traçar o perfil informacional dos povos indígenas Terena do Brasil, verificando suas práxis na questão do comportamento informacional. 4) Mapear as unidades informacionais que oferecem a função de mediadora informacional na comunidade Terena. 5) Elaborar um modelo de uma biblioteca multicultural direcionado aos povos indígenas Terena”. Para tanto “O trajeto metodológico para o desenvolvimento deste estudo é classificado de natureza qualitativa, para determinar o comportamento informacional dos Terena em relação ao seu dia a dia, que conforme Oliveira (1999) possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos que são experimentados por grupos sociais, apresentando contribuições no processo de mudança, criando ou formando opiniões de determinado grupo e permitindo, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. O tipo de pesquisa é descritivo e explicativo, a estratégia geral será no método etnográfico”. Apresenta-se como participantes da pesquisa indígenas da aldeia Bananal, do município de Aquidauana-MS. Espera-se com a pesquisa “identificar as necessidades informacionais dos povos indígenas Terena da aldeia Bananal de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, por meio de observações e entrevistas com sua população, levando o pesquisador a uma percepção de aspectos sobre a vivência desses indivíduos na busca informacional da vida cotidiana”.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS:

Objetivo Primário:

Investigar o comportamento informacional para o desenvolvimento de um modelo de biblioteca

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

multicultural para os povos indígenas Terena do Brasil.

Objetivo Secundário:

- 1) Debater sobre o papel social da Ciência da Informação no que toca à importância das relações informacionais existentes nas aldeias dos povos indígenas, identificando aspectos em que a CI contribui ou que poderá contribuir para o acesso informacional.
- 2) Identificar na literatura nacional e internacional as pesquisas voltadas às necessidades informacionais de povos indígenas.
- 3) Traçar o perfil informacional dos povos indígenas Terena do Brasil, verificando suas práticas na questão do comportamento informacional.
- 4) Mapear as unidades informacionais que oferecem a função de mediadora informacional na comunidade Terena.
- 5) Elaborar um modelo de uma biblioteca multicultural direcionado aos povos indígenas Terena

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Conforme a pesquisadora "Existe um desconforto e risco mínimos previstos para a participação na pesquisa, do qual ressaltamos a possibilidade dos participantes não se sentirem confortáveis em responder alguma pergunta (por não a entender muito bem, ou por simplesmente não ter vontade), e de os alunos ou professores não desejarem participar da observação (por algum desconforto ou por não entender muito bem o que está sendo feito). A fim de evitar esses constrangimentos buscaremos orientações junto a Funai regional quanto a melhor maneira de se comportar, vestir, falar, etc. a fim de diminuir a possibilidade de gerar desconforto aos participantes. Mesmo assim, caso algum participante se encontre desconfortável ou se sinta de qualquer maneira prejudicado pela pesquisa, a atividade será prontamente finalizada e acompanharemos o caso com os coordenadores e membros da Funai regional para ter certeza que não haverá posteriores danos aos participantes".

Benefícios: São apresentados como benefícios "Identificar as necessidades informacionais da população indígena Terena servirá de apoio para que suas demandas informacionais com diversidade cultural sejam atendidas, servindo de modelo para uma biblioteca multicultural para outros povos".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ver lista de Conclusão, Inadequações e Pendências

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador realizou cadastramento das informações na Plataforma Brasil, e enviou os seguintes documentos: Folho de Rosto; Cronograma; Termo de Autorização (líder da aldeia local de pesquisa); Carta à FUNAI com solicitação de autorização para realização da pesquisa; Instrumentos de investigação; Declaração de responsabilidade pela pesquisa; Carta de apresentação e Declaração de Matrícula em curso de pós-graduação; Projeto Detalhado; Ficha Clínica; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE; Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE. Carta Resposta ao Termo de Diligência.

Recomendações:

-Os termos de autorização para participar na pesquisa TCLE e TALE, estão redigidos em mais de uma página, neste sentido solicitamos inserir ao final nas páginas iniciais destes termos, espaço para rubrica do participante e do pesquisador.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu o termo de diligência com solicitação desse comitê, incluindo as informações e documentação solicitada. É necessário o atendimento às recomendações descritas neste parecer para a realização da pesquisa. Considerando os documentos postados e analisados, manifestamos parecer favorável a aprovação do projeto de pesquisa por esse Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

1) Regimento Interno do CEP/UFMS

Disponível em: <https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno/>

2) Calendário de reuniões

Disponível em: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

3) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: <https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil/>

4) Legislação e outros documentos:

Resoluções do CNS.

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros e Prédio das Pró-Reitorias e Hércules Maymone, e 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: ceponep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

5) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

6) Informações essenciais – TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

7) Biobancos e Biorrepositórios para armazenamento de material biológico humano

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorrepositorios-para-material-biologico-humano/>

8) Relato de caso ou projeto de relato de caso?

Disponível em: <https://cep.ufms.br/862-2/>

9) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

10) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç ç 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

11) Declaração de uso de material biológico e dados coletados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/declaracao-de-uso-material-biologico/>

12) Termo de compromisso para utilização de informações de prontuários em projeto de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-prontuarios/>

13) Termo de compromisso para utilização de informações de banco de dados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-banco-de-dados/>

DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER PENDENTE, CONSIDERAR:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer pendente, por meio da Plataforma Brasil, em até 30 dias a contar a partir da data de sua emissão. As respostas às pendências devem ser apresentadas em documento à parte (CARTA RESPOSTA). Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. A carta resposta deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

qualquer palavra ou trecho do texto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser "colado".

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2020, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER NÃO APROVADO, CONSIDERAR:

Informamos ao pesquisador responsável, caso necessário entrar com recurso diante do Parecer Consubstanciado recebido, que ele pode encaminhar documento de recurso contendo respostas ao parecer, com a devida argumentação e fundamentação, em até 30 dias a contar a partir da data de emissão deste parecer. O documento, que pode ser no formato de uma carta resposta, deve contemplar cada uma das pendências ou itens apontados no parecer, obedecendo a ordenação deste. O documento (CARTA RESPOSTA) deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em qualquer palavra ou trecho do texto do projeto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser "colado".

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2020, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

EM CASO DE APROVAÇÃO, CONSIDERAR:

É de responsabilidade do pesquisador submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros e Prédio das Pró-Reitorias e Hércules Maymone e 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1751272.pdf	13/06/2021 11:41:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEPrevisado.docx	13/06/2021 11:40:02	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Cartaresposta.docx	13/06/2021 11:38:53	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	13/06/2021 11:37:58	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpaisresponsaveis.docx	13/06/2021 10:56:50	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOASSENTIMENTOMENORcomalteracao.doc	13/06/2021 09:46:41	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDOcomalteracao.docx	13/06/2021 09:46:17	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOASSENTIMENTOMENOR.doc	10/05/2021 12:30:07	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	INSTRUMENTOCOLETEADEDADOS.pdf	10/05/2021 11:43:16	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	CartaApresentacaoLilianTeixeiraFNI_CE Final.pdf	10/05/2021 10:51:32	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	declaracaocurso.pdf	10/05/2021 10:51:01	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	documentofunai.pdf	10/05/2021 10:49:53	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	Autorizacaoaldeia.pdf	10/05/2021 10:49:06	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Solicitacaopesquisador.pdf	10/05/2021 10:48:39	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TERMOCONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDO.pdf	10/05/2021 10:47:56	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Retórias, Hércules Maymone, 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 4.822.957

Ausência	TERMOCONSENTIMENTOLIVREEESC LARECIDO.pdf	10/05/2021 10:47:56	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	10/05/2021 10:45:32	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

CAMPO GRANDE, 02 de Julho de 2021

Assinado por:
Juliana Dias Reis Pessalacia
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros e Prédio das Pró-Reitorias e Hércules Maymone e 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

Página 09 de 09

Apêndice 6- Parecer consubstanciado da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)

Pesquisador: Lilian Aguilar Teixeira

Área Temática: Estudos com populações indígenas;
Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

Versão: 3

CAAE: 46875021.7.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.074.598

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1751272.pdf, gerado em 09/09/2021) e do Projeto Detalhado (ProjetoCEPrevisado.docx, submetido em 13/08/2021).

INTRODUÇÃO

Os valores e respeito à diversidade cultural são assuntos inevitáveis na sociedade contemporânea. Os movimentos sociais e reivindicações das minorias para reconhecimento e preservação da sua cultura são cada vez mais frequentes, sendo necessárias sua inserção e debates na gestão de serviços informacionais, como forma de inclusão, atendendo as metas estabelecidas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com a construção de uma sociedade justa, igualitária, no combate da exclusão informacional em todas as suas vertentes, incluindo a informacional. A informação deve ser fornecida para todas as pessoas, não havendo distinções, de modo a cumprir o que está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no quesito de "que todos são iguais, não havendo distinção, nem de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião pública ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

ou de qualquer outra". O multiculturalismo é presente no histórico do Brasil, sendo um país diversificado culturalmente, apesar da extinção de grande parte dos seus povos indígenas, possui atualmente uma população de 897 mil povos indígenas, com 305 etnias e 274 línguas (IBGE, 2010). Esses povos resistem na busca dos seus direitos, na manutenção da sua cultura, atravessando conflitos em busca da preservação de suas tradições. Dessa forma, com a democratização da informação em todos os âmbitos e com grande velocidade, a necessidade de acesso à informação, aparentemente, atinge a todos, inclusive até aos povos que vivem em regiões distantes e isoladas, como é o caso dos povos indígenas, questiona-se: esses povos estão conseguindo ser atendidos informacionalmente respeitando sua multiculturalidade? Por meio da Ciência da Informação na percepção de uma ciência com enfoque no paradigma social, estabeleceu-se a seguinte questão para este estudo: Quais as diretrizes para um modelo de biblioteca multicultural capaz de atender às necessidades do comportamento informacional dos povos indígenas Terena? O paradigma social, pouco utilizado na Ciência da Informação, em comparação ao paradigma tecnológico, nesse se destacam as teorias do interacionismo e da etnometodologia, que defendem princípios semelhantes. Pelos fundamentos dessas teorias, o indivíduo é reconhecido enquanto sujeito transformador do mundo em que vive, interagindo com o ambiente e modificando-o de forma ativa. (Moreira; Sirihal Duarte, 2016). O sujeito não é mais visto como um ser isolado, mas sim, produto do contexto sócio-histórico, interagente, participante e inserido no ambiente, sendo ativo e construtor no seu processo de escolha informacional Araújo (2012). Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de novos estudos na área do comportamento informacional, deflagrando novas formas de analisar os sujeitos em contexto sócio-histórico, interagente e participante (Araújo, 2003). A condição social que orienta os estudos na área da Ciência da Informação deflagra novas formas de percepção do fenômeno, ou seja, a informação enquanto símbolo de conhecimento, comunicação, harmonização, identidade, resistência, produção de sentidos e/ou como matéria-prima dos grupos sociais/culturais (Santos; Aquino, 2016). Como a informação tem sua importância para todos os grupos sociais, é necessário identificar e compreender como os povos indígenas se relacionam informacionalmente, repensando a questão da informação diante do fato de no mundo haver pessoas que não têm acesso aos meios informacionais habituais nas sociedades ditas desenvolvidas, incluindo serviços e tecnologias da informação. Desse modo, é fundamental refletir a importância de modelos infocomunicacionais que possam fornecer acesso a todos, sem distinção, pelo fato de que a informação é como se fosse um tesouro guardado juntamente aos seus anciãos e que merece ser repassada a todas as gerações, tal como afirmou Capurro (1992, p. 83) "a informação é uma

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

dimensão essencial da existência humana” e faz parte do dia a dia de todas as comunidades. Partindo destes pressupostos, a motivação para a realização desta pesquisa surgiu da reflexão da importância da questão social da Ciência da Informação, com diversas inquietações que ocasionaram o resgate na minha própria memória, fruto de uma experiência pessoal em possuir uma avó materna que nasceu no Paraguai, país vizinho do Estado de Mato Grosso do Sul / Brasil , que falava guarani (uma das línguas utilizada no Paraguai e dos povos indígenas da fronteira Brasil /Paraguai) e que viveu dificuldades de adaptação informacional no Brasil. Além desta motivação pessoal, justifica-se esta pesquisa, pela necessidade de estudos que abordem a temática das bibliotecas multiculturais direcionadas para os povos indígenas, percebendo-se uma carência de trabalhos brasileiros. Neste contexto, investigar o comportamento informacional dos povos indígenas é uma oportunidade de favorecer a inclusão desta comunidade com a realização de um modelo de biblioteca multicultural que atenda às necessidades informacionais da população, de modo a fornecer o acesso informacional sem restrições, proporcionando visibilidade social a esse grupo, de modo a evitar sua exclusão na sociedade. Esta proposta de pesquisa está concomitante com as perspectivas contemporâneas da Ciência da Informação e com as discussões teóricas relacionadas ao comportamento informacional, vinculada a perspectiva de estudo sociocultural, tratada por alguns autores brasileiros: Araújo (2012), Rocha & Gandra (2018), Moreira & Sirihal Duarte (2016) e estrangeiros Capurro (1992), Savolainen (2007), Talja, Tuominen & Savolaine (2005) e Tuominen, Savolaine & Sanan (2005).

HIPÓTESE

Partindo-se da hipótese de que a população indígena Terena possui necessidades informacionais multiculturais, foram elaboradas as seguintes perguntas de investigação:1) Qual o contexto do papel social da Ciência da Informação acerca das relações informacionais dos povos indígenas?2) O que tem sido produzido na literatura científica de Ciência da Informação relacionado aos povos indígenas?3) Qual é o perfil informacional dos povos indígenas Terena relacionado a suas práticas informacionais?4) Existem unidades ou serviços informacionais que atendem a população indígena Terena? Quais são elas?5) Qual a configuração do modelo de uma biblioteca multicultural que esteja adequado às necessidades informacionais e diversidade cultural dos povos indígenas Terena?

METODOLOGIA

O trajeto metodológico para o desenvolvimento deste estudo é classificado de natureza

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

qualitativa, para determinar o comportamento informacional dos Terena em relação ao seu dia a dia, que conforme Oliveira (1999) possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos que são experimentados por grupos sociais, apresentando contribuições no processo de mudança, criando ou formando opiniões de determinado grupo e permitindo, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. O tipo de pesquisa é descritivo e explicativo, a estratégia geral será no método etnográfico. Segundo os autores Rocha e Gandra (2018) os estudos que adotam um olhar etnográfico, buscam compreender o significado que o comportamento dos usuários tem para eles mesmos, não se intentam somente em apresentar dados ou perfis sociodemográficos a respeito dos sujeitos informacionais, mas buscam articular com a subjetividade de cada sujeito. O Estado do Mato Grosso do Sul que compõe a federação do Brasil está localizado na região Centro-Oeste, e possui o segundo maior índice de povos indígenas, com 73.295 pessoas, conforme dados do IBGE (2010). A aldeia onde será realizada a pesquisa possui o nome de: Bananal, dentro da Terra Indígena Taunay. Está localizada no município de Aquidauana, a 190 km de Campo Grande (capital do Estado), atualmente possui em torno de 2.000 pessoas residentes na aldeia. A escolha desta aldeia se baseou no fato identificado na pesquisa de Fialho (2010) que existe grande densidade populacional falante da língua Terena. Dentro da aldeia existem 02 escolas que atendem aproximadamente 300 alunos do ensino fundamental e 200 do médio, 01 sala de leitura em uma das escolas, 01 posto de saúde e somente em torno de 20% da população possui acesso à internet (Fialho, 2021). A escolha da estratégia metodológica em cada etapa da investigação foi elaborada de acordo com os objetivos específicos definidos, conforme demonstrado abaixo:

Etapa metodológica 1: Verificar os documentos existentes no âmbito nacional e internacional, referentes a publicações científicas, leis, tratados e decretos. Com o objetivo de compreensão do contexto político e histórico do grupo estudado.

Etapa metodológica 2: Revisão bibliográfica acerca da temática na Ciência da Informação em bases de pesquisas, repositórios.

Etapa metodológica 3: Após auto do comitê de Ética e liberação por parte da FUNAI, serão realizadas visitas de modo que o pesquisador pretenda adquirir confiança com a comunidade, com diálogos e conversas antes do início da pesquisa. Seguidamente, serão realizadas visitas frequentes, com permanência por períodos de tempo na comunidade, efetuando a observação participante com registro das observações em um diário de campo, também serão feitas

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br



Continuação do Parecer: 4.822.957

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

5) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

6) Informações essenciais – TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

7) Biobancos e Biorrepositórios para armazenamento de material biológico humano

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorrepositorios-para-material-biologico-humano/>

8) Relato de caso ou projeto de relato de caso?

Disponível em: <https://cep.ufms.br/062-2/>

9) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

10) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ; Prédio das Pró-Reitorias ; Hércules Maymone ; 1º andar
Bairro: Pioneiros CEP: 70.070-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: cepconep.propp@ufms.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

- 3) Traçar o perfil informacional dos povos indígenas Terena do Brasil, verificando suas práticas na questão do comportamento informacional;
- 4) Mapear as unidades informacionais que oferecem a função de mediadora informacional na comunidade Terena;
- 5) Elaborar um modelo de uma biblioteca multicultural direcionado aos povos indígenas Terena.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Existe um desconforto e risco mínimos previstos para a participação na pesquisa, do qual ressaltamos a possibilidade dos participantes não se sentirem confortáveis em responder alguma pergunta (por não a entender muito bem, ou por simplesmente não ter vontade), e de os alunos ou professores não desejarem participar da observação (por algum desconforto ou por não entender muito bem o que está sendo feito). A fim de evitar esses constrangimentos buscaremos orientações junto a Funai regional quanto a melhor maneira de se comportar, vestir, falar, etc. a fim de diminuir a possibilidade de gerar desconforto aos participantes. Mesmo assim, caso algum participante se encontre desconfortável ou se sinta de qualquer maneira prejudicado pela pesquisa, a atividade será prontamente finalizada e acompanharemos o caso com os coordenadores e membros da Funai regional para ter certeza que não haverá posteriores danos aos participantes.

BENEFÍCIOS

Identificar as necessidades informacionais da população indígena Terena servirá de apoio para que suas demandas informacionais com diversidade cultural sejam atendidas, servindo de modelo para uma biblioteca multicultural para outros povos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, para determinar o comportamento informacional dos Terena em relação ao seu dia a dia. A pesquisa será realizada na Aldeia Bananal, dentro da Terra Indígena Taunay, no município de Aquidauana, que possui 02 escolas que atendem aproximadamente 300 alunos do ensino fundamental e 200 do médio. Serão realizadas visitas de modo que o pesquisador pretenda adquirir confiança com a comunidade. Seguidamente, serão realizadas visitas frequentes, com permanência por períodos de tempo na comunidade, efetuando a observação participante com registro das observações em um diário de campo, também serão

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

feitas entrevistas semiestruturadas, com um pré-teste, para identificar inadequações nas questões. Quando a entrevista for realizada na aldeia escolhida, será necessário um indígena que realize a intermediação na língua portuguesa, possivelmente o coordenador da escola. Com a autorização dos entrevistados (termos de autorização), será realizada a gravação em áudio das entrevistas. Os dados coletados serão analisados a partir do método etnográfico.

Caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra em Portugal.

Número de participantes incluídos no Brasil: 30

Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro:

10 - Alunos escola indígena

10 - Anciões e população

10 - Professores

Previsão de início do estudo: 01/12/2021

Previsão de encerramento do estudo: 01/07/2023

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

1. Quanto aos Registros de Consentimento Livre e Esclarecido e de Assentimento, seguem recomendações:

1.1. Recomenda-se, para melhor informar os participantes de pesquisa, que seja incluída no Registro do Consentimento uma breve descrição do que é a Conep qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 33155877 (das 9h às 18h)].

1.2. Nos documentos do projeto, existem referências exclusivamente à Resolução CNS nº 466 de 2012. Considerando que é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais,

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 5.074.596

recomenda-se estar em conformidade com a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especialmente nas declarações e no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido.

1.3. Quanto ao Registro de Assentimento PARA ADOLESCENTES (arquivo "TERMOASSENTIMENTOMENORcomalteracao.doc", submetido em 13/06/2021), este documento deve assegurar de forma clara e afirmativa que o participante de pesquisa receberá uma via (E NÃO CÓPIA) do documento, assinada pelo participante da pesquisa (ou seu representante legal) e pelo/a pesquisador/a, e rubricada em todas as páginas por ambos (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso X).

1.4. Em referência aos documentos intitulados "TCLEpaisresponsaveis.docx" e "TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOcomalteracao.docx", submetidos em 13/06/2021, de forma a garantir a integridade dos documentos, deve-se apresentar a numeração das páginas, recomendando-se ainda que essa seja inserida de forma a indicar, também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 3 a 3 de 3. Recomenda-se a adequação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram identificados óbices éticos no presente protocolo.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 486 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1751272.pdf	09/09/2021 12:14:34		Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
 Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.074.596

Recurso Anexado pelo Pesquisador	cartaresposta2.doc	09/09/2021 12:14:04	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	09/09/2021 12:12:42	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	09/09/2021 12:06:46	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEPrevisado.docx	13/06/2021 11:40:02	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpaisresponsaveis.docx	13/06/2021 10:56:50	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOASSENTIMENTOMENORcomalteracao.doc	13/06/2021 09:46:41	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOcomalteracao.docx	13/06/2021 09:46:17	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOASSENTIMENTOMENOR.doc	10/05/2021 12:30:07	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	INSTRUMENTOCOLETEDEDADOS.pdf	10/05/2021 11:43:16	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	CartaApresentacaoLilianTeixeiraFNI_CE Final.pdf	10/05/2021 10:51:32	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	declaracaocurso.pdf	10/05/2021 10:51:01	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	documentofunai.pdf	10/05/2021 10:49:53	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Outros	Autorizacaoaldeia.pdf	10/05/2021 10:49:06	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Solicitacaopesquisador.pdf	10/05/2021 10:48:39	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOCONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDO.pdf	10/05/2021 10:47:56	Lilian Aguilar Teixeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
 Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.074.596

BRASILIA, 03 de Novembro de 2021

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

Página 10 de 10

Apêndice 7-Parecer de entrada em área índice do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



**FOLHA DE PARECER
SOLICITAÇÃO DE ENTRADA EM ÁREA INDÍGENA**

SOLICITANTE: Lilian Aguilar Teixeira

PROJETO: Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)

PARECER: Recomendado Não Recomendado

JUSTIFICATIVA:

A etnografia é um método de pesquisa indispensável para as pretensões de um estudo do comportamento informacional de povos indígenas. O objetivo de desenvolvimento de um modelo de biblioteca multicultural é sem dúvida benéfico para as próprias populações que se pretende investigar. Finalmente, o currículo da solicitante revela que a mesma possui as competências científicas e acadêmicas necessárias à concretização deste projeto de pesquisa, que deverá contribuir para reforçar o papel social da Ciência da Informação.

Apêndice 8-Autorização do ingresso em terra indígena fornecido pela Fundação Nacional do Índio

SEI/FUNAI - 4786325 - Ofício



4786325

08620.003614/2021-91



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

OFÍCIO Nº 502/2022/AAEP/FUNAI

Brasília, *data da assinatura eletrônica.*

À Senhora

LILIAN AGUILAR TEIXEIRA

Assunto: Ingresso em Terra Indígena - Pesquisa Científica.

Referência: Processo nº 08620.003614/2021-91.

Senhora pesquisadora,

1. Cumprimentando-a, faço uso do presente para encaminhar o documento digital **Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 93/AAEP/2022**, em nome da pesquisadora supracitada, com o objetivo de para a realização da pesquisa científica, intitulada:

“Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena (Brasil)”.

2. Sendo o que tínhamos a informar, estamos à disposição para fornecimento de demais informações que eventualmente se fizerem necessárias ao pronto atendimento do presente pleito.

I -Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 93/AAEP/2022 - SEI (4786316).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE ROCHA DOS SANTOS

Assessor AAEP/PRES-FUNAI



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha dos Santos, Assessor(a)**, em 22/12/2022, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4786325** e o código CRC **C459E7A4**.

Referência: Caso responda este O cio, indicar expressamente o Processo nº 08620.003614/2021-91 SEI nº 4786325

SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 1102 11º andar, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul CEP 70308-200 Brasília - DF (61) 3247-6022 - sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=4786325&codigo_crc=C459E7A4&hash_download=... 2/2

Apêndice 9-Instrumento de coleta de dados

Data de entrevista:.....

Dados demográficos:

1. Por favor, conte-me sobre você:

1.1 Qual a sua idade?

1.2 Nasceu na aldeia Bananal?

1.3 É descendente somente de Terena?

1.4 Qual sua ocupação?

() estudante

() trabalhador em tempo integral. Qual é a sua área de trabalho? _____

() trabalhador em meio período Qual é a área de trabalho? _____

() dona de casa

() desempregado. Qual era a sua área de trabalho? _____

() aposentado. Qual era a sua área de trabalho? _____

() outro

1.5 Nível educacional:

2. Conte situações em que você utiliza de informações na sua vida cotidiana

2.1 O que vem à sua mente (o que significa) quando pensa em informação?

2.2 Que tipo de informação você precisa em sua vida diária?

2.3 Quais são os temas (assuntos) que você geralmente procura por informação ?

Ex.: saúde, artesanato, trabalho, etc.

2.4 Em geral, onde e como você encontra informações para atender às necessidades diárias ou resolver problemas cotidianos?

com colegas

livros

google

sites de notícias

redes sociais (facebook, instagram, whatsapp)

na comunidade

outros. Quais?

2.5 Você poderia contar as dificuldades, desafios ou barreiras em sua experiência para encontrar informações?

2.6 Você visita alguma biblioteca, agência governamental ou instituição social para conseguir informação?

2.7 Que tipo de serviços acha que uma biblioteca pode oferecer? Acha que a biblioteca pode preservar a diversidade cultural Terena?

2.8 Qual seria a melhor localização para uma biblioteca na aldeia?

2.9 Você utiliza recursos tecnológicos para buscar informação? Se não, sabe utilizar?

2.10 Tem acesso a alguns desses meios:

celular

computador

TV

rádio

jornal impresso

outros. Quais?

2.11 Tem acesso a internet ?Acessa internet com que frequência:

- diariamente
- mais de um dia na semana
- semanalmente
- mensalmente
- não acessa

2.12 Em que local tem acesso a internet:

- casa
- escola
- biblioteca
- centro comunitário
- outros
- não tem acesso

2.13 Que sites você costuma consultar na internet?

2.14 Você acha que a tecnologia pode facilitar para buscar informações?

Grupo professores:

- 1) O que você entende por biblioteca e para que ela serve?
- 2) A escola em que você atua possui biblioteca? Se sim, como a biblioteca apoia os professores nas atividades com os alunos?
- 3) Que tipo de material e meios tecnológicos a biblioteca possui?Ela consegue atender as demandas multiculturais e preservação da memória da aldeia? Que recursos gostaria que tivesse na biblioteca da sua escola?
- 4) Existe alguma ação em parceria com o governo e universidades para a preservação cultural da comunidade?
- 5) As tradições Terena estão inseridas informacionalmente no dia a dia do aluno na escola? E nos materiais didáticos?
- 6) Como você acessa informações para realizar a sua atualização profissional?
- 7) Realiza práticas de recursos tecnológicos para divulgação de informações durante as aulas? Acha que com a tecnologia torna desnecessário o uso da biblioteca e dos recursos tradicionais impressos?
- 8) Você divulga notícias atuais aos seus alunos? Que tipos de informação são divulgados por você? Com que frequência você fornece/divulga informações

aos seus alunos?

- 9) Você utiliza equipamentos tecnológicos em sala de aula? Se sim, quais?

Grupo alunos:

- 1) O que você entende por biblioteca e para que ela serve?
- 2) A escola em que você estuda possui biblioteca? Você a frequenta? Tem Bibliotecário?
- 3) Acha que a biblioteca contribui com o que você procura? O que gostaria que a biblioteca tivesse?
- 4) Você lê? O que gosta de ler? A leitura é de material impresso ou digital? Lê em quais línguas?
- 5) Acha que a tecnologia substitui a biblioteca? Utiliza a tecnologia para buscar informações dos assuntos aprendidos em aula?
- 6) Na sua casa, os seus pais lhe fornecem informações sobre sua cultura? De que forma?
- 7) Você consegue buscar informações por conta própria? Como procura por informações?
- 8) Você sente que precisa conhecer mais a respeito da sua cultura? Como gostaria de aprender mais a respeito da sua cultura?

Grupo anciões:

1. O que você entende por biblioteca e para que ela serve?
2. Como faz para repassar os costumes? Como transmite essas informações?
3. Acha que a informações da sua comunidade estão sendo preservadas e repassadas para as futuras gerações?
4. Acha importante preservar a cultura do seu povo? De que modo estão preservando a memória?
5. Acha que a biblioteca pode contribuir para a preservação da memória da aldeia? O que gostaria que a biblioteca tivesse?
6. Quais eventos tradicionais são mantidos na aldeia? Há algum tipo de registro desses eventos? (registro escrito, oral)
7. Acha que a tecnologia pode substituir a biblioteca e que não a torna mais necessária? Tem acesso a tecnologia nas suas atividades diárias?
8. Qual o papel da diversidade cultural⁸¹ nas atividades diárias e informacionais da aldeia?

⁸¹ Conjunto de distintas culturas que existem no planeta. Diferentes costumes e tradições de um povo.

Apêndice 10-Termo de anuência apresentado à liderança Terena da Aldeia Bananal.

Termo de anuência apresentado à liderança Terena da Terra indígena Aldeia Bananal

Meu nome é Lilian Aguilar Teixeira sou Bibliotecária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra-Portugal e estou desenvolvendo a pesquisa cujo título é Bibliotecas multiculturais: estudo do comportamento informacional dos povos indígenas Terena. Esta tem por objetivo identificar e descrever o comportamento informacional vivenciado no cotidiano da aldeia Bananal de Aquidauana – MS buscando compreender como a cultura influencia nas necessidades informacionais dos povos indígenas.

Trata-se de uma pesquisa etnográfica que se baseia na descrição e compreensão das práticas informacionais vivenciadas no cotidiano da aldeia Terena investigada, ou seja, compreender como suas necessidades informacionais são atendidas e supridas conforme sua diversidade cultural.

Meu interesse pela pesquisa se deu pelo fato de ser bibliotecária na UFMS e presenciar a execução do projeto Saberes Indígenas em desenvolver materiais com os professores indígenas das aldeias do Mato Grosso do Sul.

Frente o exposto venho por meio desta respeitosamente solicitar autorização para a realização da pesquisa. Os procedimentos metodológicos consistem em permanecer na aldeia para a observação participante junto às famílias, professores, presidentes das associações existentes e lideranças que aceitem participar concedendo entrevistas, conversas informais ou imagens. Todas as informações serão para uso exclusivamente acadêmico-científico e asseguramos que não há qualquer risco com a participação e também não trará nenhum custo para a comunidade bem como não haverá remuneração pela participação. Salientamos que os nomes dos sujeitos serão mantidos em sigilo e que as imagens só serão utilizadas no trabalho mediante autorização. Qualquer dúvida poderá ser tirada a qualquer momento da pesquisa com os contatos abaixo.

Lilian Aguilar Teixeira
Pesquisadora
Tel. xxxxxxx
E-mail: xxxxxx

Apêndice 11-Diário de campo

Este diário de campo abrange um período de pesquisa conduzida na aldeia Bananal e em comunidades indígenas do Brasil. Ele visa elucidar as nuances do acesso à informação, práticas educacionais e a preservação cultural, fornecendo um olhar detalhado sobre as interações e experiências vivenciadas.

Dia 24 de fevereiro de 2021

A minha jornada de pesquisa teve início com um diálogo essencial com o coorientador, Professor Antônio Hilário, que desempenhou um papel fundamental ao direcionar a pesquisa de minha tese para a Aldeia Bananal. Ele recomendou a colaboração com a Professora X⁸², da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), uma escolha estratégica não apenas por seu nascimento na Aldeia Bananal, mas também pelo parentesco com o cacique local e atuação como coordenadora do projeto Saberes Indígenas na mesma aldeia. Durante um encontro virtual com a Professora X, tive a oportunidade de apresentar meu projeto de tese e discutir os detalhes pertinentes à pesquisa. Ela forneceu informações valiosas sobre a aldeia e facilitou o processo de obtenção da autorização de pesquisa, formalmente assinada pelo cacique, garantindo assim um caminho aberto para a realização do estudo no contexto almejado.

Dia 22 de abril de 2021

Recebi a autorização de pesquisa assinada pelo cacique, formalizada pela Professora X, viabilizando formalmente o prosseguimento do estudo na comunidade.

Com o documento em mãos, foi iniciado o envio do projeto para o Comitê de Ética de Pesquisa e para a FUNAI.

⁸² Nome suprimido para manter sigilo.

Dia 14 de setembro de 2021

Comunicação restabelecida com a Professora X para organizar a logística da minha visita à aldeia, em que passou o contato de uma professora que trabalha na Escola Estadual da aldeia.

Dia 21 de setembro de 2021

No decorrer da elaboração de minha tese, a revisão bibliográfica me levou até uma docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que preside o Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural⁸³. Com o objetivo de realizar um teste preliminar do roteiro das minhas entrevistas, solicitei sua recomendação para um contato com um professor da etnia Terena. Ela indicou a Professora Y, pertencente à etnia Terena e residente em uma aldeia na cidade de Miranda. Estabeleci uma conexão virtual com a Professora Y para discutir minha pesquisa e esclarecer dúvidas sobre o roteiro de entrevistas proposto.

Durante nossa conversa, a Professora Y, que atualmente realiza seu mestrado, expressou uma preocupação com a falta de infraestrutura educacional em sua comunidade, destacando a ausência e a crucial necessidade de uma biblioteca na aldeia. Segundo ela, essa deficiência se faz especialmente sentir na formação das crianças, onde a promoção da leitura e da pesquisa desde os primeiros anos de educação é fundamental.

Solicitei à Professora Y a oportunidade de dialogar com seu filho de faixa etária de 9 anos, com o intuito de identificar potenciais lacunas no meu roteiro de entrevistas. No entanto, ela elucidou que a timidez é um traço culturalmente marcante entre os Terena, o que poderia impedir uma conversa direta. Como alternativa, a Professora Y gentilmente forneceu um relatório auditivo detalhando que seu filho nunca havia visitado uma biblioteca, desconhecendo até mesmo o papel de um bibliotecário. No entanto, seu relato revelou que, apesar dessa falta de acesso a espaços formais de leitura, o jovem mantém um vívido interesse pela leitura através de obras como a série "Diário de um Banana", e possui um engajamento ativo com a cultura Terena e outras formas culturais globais, como o

⁸³ O Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural atua criando, desenvolvendo e gerenciando projetos para melhorar a educação em comunidades da região do Pantanal, em especial as comunidades tradicionais e historicamente negligenciadas. Possui uma tecnologia social para desenvolver projetos educacionais em contextos socialmente complexos Site: <https://ipedi.blogspot.com/2018/09/quem-e-o-ipedi.html>

interesse em aprender inglês e coreano motivado pela admiração pelo grupo Beyond the Scene (BTS), além de apreciar a Música Popular Brasileira (MPB).

Este encontro digital evidencia uma fusão entre tradição e modernidade, onde a cultura Terena coexiste com influências globais, moldando as preferências e aspirações das novas gerações. O gosto do jovem pelas histórias tradicionais, como as que envolvem pássaros, lua, estrelas e lendas, juntamente com sua participação em práticas culturais como a dança do bate pau, ilustra a complexidade da identidade cultural que as crianças indígenas estão navegando.

Este registro no diário de campo destaca a intersecção entre educação, cultura e tecnologia nas comunidades indígenas, revelando desafios, adaptações e a riqueza cultural que define a experiência educacional indígena contemporânea. A conversa com a Professora Y fornece uma janela para as realidades enfrentadas por educadores e estudantes indígenas, sugerindo caminhos para a integração de recursos educacionais que respeitem e valorizem as tradições culturais, ao mesmo tempo que abrem novas avenidas de aprendizado e interação com o mundo globalizado.

Dia 05 de novembro de 2021

Definição dos detalhes para a realização da visita de campo na Aldeia Bananal com a Professora da Escola Estadual.

Dia 22 de novembro de 2021

A viagem para a Aldeia Bananal, localizada aproximadamente duas horas e meia de distância de Campo Grande, na rota que liga Aquidauana a Miranda, foi marcada por uma série de observações significativas. Na estrada recém-asfaltada que conduz até a aldeia Bananal, parte do território Taunay-Ipegue, notei a presença de uma placa indicativa (Figura 18) que sinalizava a entrada para o território indígena. Antes de adentrar na área designada, passei por diversas fazendas, um contraste palpável com a paisagem que se seguiria. Na entrada do território indígena, vi a existência dos trilhos da antiga estrada de ferro que passava por ali e em que algumas leituras para a tese, foi relatado que os indígenas chegaram a trabalhar na sua execução. Após Taunay, a estrada de asfalto dava lugar a um caminho de terra, guiando-me, com auxílio das placas em direção à Aldeia Bananal e com

a existência de outras aldeias do povo Terena ao redor, conforme demonstrado no mapa existente no capítulo da metodologia da pesquisa.

Ao adentrar a Aldeia Bananal, minha atenção foi imediatamente capturada por uma faixa que proclamava boas-vindas (Figura 19) escrita tanto em português quanto em Terena, destacando a interligação cultural da comunidade. Essa saudação, destinada a todos que entram na aldeia, enfatizou a preservação e a importância da língua e da identidade Terena, conferindo uma atmosfera de inclusão e respeito desde o primeiro momento.

À medida que me aproximava da Aldeia Bananal, fui recebida por uma paisagem que desafiava estereótipos comuns sobre habitações indígenas. As construções de alvenaria (Figura 20) ao longo do caminho, algumas novas e outras desgastadas pelo tempo, serviam como um lembrete visual da evolução e da diversidade arquitetônica dentro das comunidades indígenas, distanciando-se da imagem estereotipada de moradias exclusivamente em ocas.

Na rua principal da aldeia, deparei-me com um prédio que, à primeira vista, identifiquei como a escola (Figura 21) que buscava para minha pesquisa. A confirmação veio ao ler a identificação na parede, marcando o início da minha imersão na vida comunitária da Aldeia Bananal.

Eram aproximadamente 10:30 da manhã quando adentrei a escola e observei sua estrutura situada na rua principal da aldeia. A escola estava aparentemente em meio a uma reforma evidenciada por homens trabalhando e telhas espalhadas pelo chão (Figura 22). Fui até a secretaria da escola e perguntei pela professora Z e recebi instruções para aguardar. Durante esse intervalo, minha observação do ambiente revelou uma dinâmica escolar vibrante, mesmo em meio às transformações físicas e aproveitei esse momento para tirar fotos do espaço (Figura 23).

A chegada da professora Z não demorou, e nossa conversa inicial rapidamente se desdobrou em uma explanação detalhada sobre o significativo papel desempenhado pela escola, atuando como núcleo central de aprendizado e conservação das tradições culturais dentro da aldeia. Ao longo de nosso diálogo, ela compartilhou que o acesso à internet na escola é limitado, sendo disponibilizado exclusivamente aos alunos da UFMS através de senhas, em virtude da colaboração com o projeto "Aldeias Conectadas". A Professora Z expressou uma preocupação específica em relação aos recursos da biblioteca escolar, observando que o acervo predominante de livros, fornecido pelo governo (Figura 24 e

Figura 15), não atendia plenamente às necessidades educacionais e culturais da comunidade. Diante disso, a professora fez um apelo por assistência, questionando se haveria uma maneira de eu contribuir, talvez através da facilitação de doações de livros para enriquecer a biblioteca.

Além disso, ela recomendou que eu fizesse uma segunda visita à escola durante o período noturno. Esse retorno me permitiria a oportunidade única de me engajar diretamente com os alunos e outros membros do corpo docente, proporcionando uma perspectiva ainda mais abrangente sobre a dinâmica educacional e o ambiente de aprendizagem na aldeia.

Neste ínterim, visitei a biblioteca da escola, deparei-me com um ambiente cuja entrada é distinguida por uma placa (Figura 14) que denota sua identidade como biblioteca. No entanto, o espaço revelou-se mais compacto, assemelhando-se mais à configuração de uma sala de leitura do que às proporções amplas típicas de bibliotecas convencionais (Figura 25). Além de sua função primária de local de guarda de livros, o espaço também desempenha o papel de armazenamento para uma variedade de objetos, incluindo uma maquete e artesanatos em processo de criação para um evento estudantil (Figura 26) , um aparelho de som, troféus de competições esportivas e até algumas cobras preservadas para futuras atividades educativas (Figura 27 e Figura 28). O mural (Figura 29), adornado com avisos em português, adiciona um toque funcional ao ambiente. A biblioteca conta com apenas duas prateleiras dedicadas à literatura (Figura 28), enquanto os livros didáticos são organizados por disciplina (Figura 30 e Figura 31), evidenciando uma limitada oferta de recursos literários.

Nas proximidades da escola, explorei outros pontos da aldeia para mergulhar em seu ambiente do dia a dia. Minha exploração me levou à descoberta de locais chave, como a estação de rádio local, o centro de eventos, a escola municipal, um posto de saúde, e o canteiro de obras de um futuro centro de multiuso, todos contribuindo para um panorama vívido da vida comunitária. Além das instituições, observei pequenos locais que fornecem serviços essenciais à comunidade: uma casa com uma placa de ponto de venda de gasolina, outra residência com placa de venda de verduras, e de comércio observei uma padaria.

Após a exploração inicial e as conversas enriquecedoras na Aldeia Bananal, retornei ao hotel, situado a 12 km de distância, ao longo da estrada que liga Aquidauana a Miranda. Neste refúgio temporário, aguardei o momento adequado para regressar à aldeia. Este intervalo ofereceu um tempo valioso para reflexão sobre as primeiras impressões e

preparação para as interações que ocorreriam ao anoitecer, antecipando as conversas aprofundadas com alunos e professores que me foram sugeridas. A proximidade do hotel à aldeia facilitou o planejamento do retorno.

Regressando à escola por volta das 17:30, situei-me no centro de eventos, local adjacente à escola, que temporariamente abrigava as atividades letivas devido à reforma em curso (

Figura 32). Minha introdução aos professores presentes foi facilitada pela menção ao Professor Hilário, cuja reputação na aldeia precedia minha chegada. Expliquei o propósito da minha pesquisa, encontrando receptividade e colaboração por parte de três professores que se mostraram prontos a participar e me informaram do evento de lançamento do projeto Saberes Indígenas em que alguns participaram.

Enquanto aguardava a oportunidade de dialogar com os alunos, tendo como intermediária a professora com quem inicialmente estabeleci contato, observei atentamente a pedagogia praticada. Era evidente a adaptação do método de ensino às peculiaridades culturais e às necessidades específicas da comunidade Terena. As conversas com os professores revelaram não apenas os desafios enfrentados durante a pandemia, mas também a resiliência com que buscavam preservar as terras e tradições indígenas. Adicionalmente, compartilharam alguns projetos interdisciplinares que desenvolvem, integrando saberes tradicionais aos conteúdos curriculares, numa demonstração clara do compromisso com a educação como veículo de manutenção da identidade cultural.

O diálogo com quatro alunos, selecionados pela professora Z, inicialmente mostrou-se desafiador devido à timidez de alguns. No entanto, percebi que, conforme se desenrolava a conversa, ela se tornou mais produtiva com aqueles que gradualmente se abriram. Notei também que todos os estudantes se comunicavam em português, não recorrendo ao Terena em suas interações entre si. As discussões transcenderam o guia de entrevistas inicial, abordando temas como as dificuldades de deslocamento até a escola e as aspirações futuras dos alunos. Em um momento particularmente, ouvi de um professor estratégias para identificar serpentes venenosas e de outro, preparativos para uma apresentação musical, enquanto uma professora destacava a continuidade do trabalho em uma maquete de uma oca.

A tentativa de conversar com o cacique foi postergada para o dia seguinte, a pedido de sua esposa, que indicou sua ocupação com outros compromissos.

Dia 23 de novembro de 2021

Ao amanhecer, por volta das 07:30, cheguei novamente à aldeia. A professora Z, logo após sua chegada, selecionou seis alunos para uma entrevista realizada entre todos. Inicialmente reservados, os alunos gradualmente se abriram, especialmente um deles, cuja experiência prévia fora da aldeia e familiaridade com bibliotecas o tornou mais eloquente. Este aluno, em particular, liderou a conversa, incentivando seus colegas a participarem mais ativamente, às vezes todos falando simultaneamente. Este grupo de estudantes, entusiasmado, estendeu um convite para que eu assistisse à sua apresentação do trabalho realizado para o lançamento dos livros do projeto Saberes Indígenas programado para 26/11, na sexta-feira, um convite que prometi considerar.

Aproveitei a oportunidade para solicitar à coordenadora que me permitisse conversar com algumas das professoras do turno matutino. Ela gentilmente organizou um encontro com duas professoras, com quem tive relatos de suas experiências e vivências na aldeia.

Após esses encontros produtivos, retornei ao hotel e entrei em contato por e-mail com o professor Hilário, buscando confirmar minha participação no evento de lançamento dos livros do projeto Saberes Indígenas na aldeia, marcado para a sexta-feira e sábado. Acertamos os detalhes para um encontro em Campo Grande, que facilitaria meu retorno à aldeia.

Naquela noite, voltei à aldeia com o intuito de dialogar com o cacique. Além de discutir os pontos previstos no roteiro de entrevistas, explorei mais a fundo o papel do cacique na gestão da informação comunitária, o uso da rádio, o centro multiuso e como as demandas da comunidade são atendidas. Durante nossa conversa, fomos brevemente interrompidos por dois moradores da aldeia que precisavam falar com o cacique, uma interação realizada na língua Terena. Ao retomar, o cacique compartilhou detalhes de um incidente na aldeia, onde a desinformação sobre um ritual de cura levou à prisão de algumas pessoas. Ele mencionou que o professor Hilário havia contribuído com um relatório antropológico crucial para esclarecer a situação perante as autoridades. Inspirado por essa narrativa, busquei mais informações sobre o caso na internet, encontrando um artigo relevante que detalhava os acontecimentos.

Dia 24 de novembro de 2021

Na véspera, após um acordo prévio com o cacique, fui designada para entrevistar um ancião respeitado da aldeia, uma figura de notável sabedoria e experiência. O cacique, garantindo a logística do encontro, detalhou o itinerário para a residência do ancião e confirmou nossa reunião para a manhã seguinte. Chegando ao local, fiz as devidas apresentações da minha pesquisa. Meu foco residia em capturar a perspectiva de um indivíduo que vivenciou profundas transformações culturais e tecnológicas, contrastando sua liderança passada com as dinâmicas contemporâneas da aldeia.

O ancião compartilhou generosamente suas reflexões, abordando sua trajetória enquanto cacique e as evoluções subsequentes na comunidade. Suas observações cobriram o espectro das mudanças — da gestão da informação, passando pelos desafios enfrentados em sua época de liderança, até as interações atuais com a juventude, a inserção da tecnologia e a preservação de tradições. Essa conversa proporcionou uma visão ímpar sobre a continuidade cultural e as adaptações necessárias em face da modernidade.

Concluída essa entrevista enriquecedora, empreendi o retorno a Campo Grande, levando comigo não apenas as valiosas narrativas coletadas, mas também reflexões profundas sobre a resiliência e evolução das práticas culturais indígenas em um mundo em constante mudança.

Dia 26 de novembro de 2021

Acompanhei o professor Hilário ao lançamento de um livro na Aldeia Bananal, realizando nossa chegada ao final da tarde. O evento se desenrolou no centro de eventos local, onde se destacava uma mesa de autoridades rodeada por fotografias e exposições artísticas (Figura 33). A programação incluiu a exibição de vídeos de entrevistas feitas pelos alunos com as esposas dos antigos caciques, além de apresentações de danças e músicas tradicionais com a ativa participação dos estudantes da escola. Professores envolvidos no projeto Saberes Indígenas discursaram sobre os livros lançados, seguidos por uma confraternização que celebrou com comidas típicas da região. Após a conclusão do evento, partimos para Miranda, onde nos hospedamos em preparação para o próximo lançamento do livro, que ocorreria na Aldeia Cachoeirinha.

Dia 27 de novembro de 2021

O evento de lançamento prosseguiu na Aldeia Cachoeirinha. Antes do início, visitei, junto ao professor Hilário, a residência de um artesão local, que compartilhou conosco os detalhes dos artesanatos que produz e vende, discutindo também suas vendas e projetos futuros de cooperação com a UFMS. Exploramos igualmente a estrutura abandonada do antigo Posto Indígena. O lançamento dos livros (Figura 16) teve lugar na escola da aldeia e num ginásio adjacente, onde pude observar, durante as apresentações de dança masculina e feminina, crianças ao meu redor comunicando-se exclusivamente em Terena. Destacou-se a participação dos professores do projeto, a dança, e o canto de uma anciã, um momento raro e significativo, conforme destacado pelo professor Hilário, dado que são poucos os que ainda mantêm viva essa tradição de canto. O evento foi encerrado com a oferta de comidas típicas da aldeia, celebrando as tradições e a cultura locais.

Dia 11 de dezembro de 2021

Através das atualizações publicadas na página do Facebook da Aldeia Bananal, acompanhei a inauguração do Centro Multiuso do Povo Terena, um marco significativo para a comunidade. Este centro, detalhadamente descrito no capítulo dedicado às unidades de informação da minha tese, representa um avanço notável, particularmente pela doação de computadores e pela implementação de acesso à internet.

Dia 21 de abril de 2022

Movida pela curiosidade de explorar a diversidade cultural indígena e após minha mudança de Mato Grosso do Sul para São Paulo, decidi investigar como vivem comunidades indígenas nas proximidades de grandes centros urbanos. Encontrei, através do site da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo, um evento especial em celebração ao Dia do Índio, que oferecia inscrições a interessados em conhecer mais sobre essa temática. A visita tinha como finalidade entender o funcionamento e a dinâmica de uma aldeia pertencente a uma etnia diferente daquela que eu optei em analisar para a tese.

A aldeia Guyrapaju da etnia Guarani é localizada em São Bernardo do Campo/SP, aproximadamente 60 km de São Paulo e com a minha percepção apresentou um cenário bastante rústico. As moradias, construídas predominantemente de madeira, abrigavam

cerca de 20 famílias, evidenciando uma comunidade intimista e unida. Notei que, apesar da simplicidade estrutural, como a presença de uma pequena sala de aula desprovida de recursos tecnológicos avançados como computadores. Isso me permitiu perceber um interessante contraste entre a preservação de tradições culturais e a inserção em aspectos da modernidade.

Um aspecto particularmente marcante foi observar que as crianças da aldeia eram fluentes em sua língua materna, mantendo viva a herança linguística de seus antepassados. O cacique, em um gesto de hospitalidade, nos recebeu na casa de rezas, um espaço sagrado e central para a vida comunitária, onde compartilhou conosco aspectos da vida na aldeia, incluindo os cantos tradicionais, que servem como um elo vital com o passado e uma forma de transmitir conhecimentos e tradições.

Após essa imersiva apresentação, o cacique abriu espaço para perguntas, oportunidade que aproveitei para indagar sobre a educação formal e o funcionamento da escola na aldeia. Sua resposta revelou uma hesitação quanto ao valor atribuído à educação superior pelos membros da comunidade indígena. Essa conversa iluminou o dilema enfrentado por lideranças e comunidades indígenas no que diz respeito ao equilíbrio entre a preservação dos conhecimentos tradicionais e a integração com as oportunidades educacionais e desafios do mundo contemporâneo.

Essa experiência foi não apenas um mergulho na realidade de uma aldeia indígena próxima a um grande centro urbano como São Paulo, mas também uma reflexão sobre como diferentes comunidades gerenciam a preservação de sua identidade cultural em um mundo cada vez mais globalizado.

Concluída a visita, retornamos ao ponto inicial, o Parque Silvestre de São Bernardo do Campo. Lá, nos deparamos com uma exposição fascinante, fruto do trabalho dos professores da aldeia. A mostra incluía fotografias tiradas pelos alunos com um celular, capturando a rica biodiversidade ao redor da aldeia - desde a flora até os nichos ecológicos e a diversidade de pássaros que habitam a região. Além das fotografias, a exposição apresentava atividades artísticas realizadas pelos alunos, que utilizaram massas coloridas para modelar réplicas dos pássaros observados. Essas imagens não apenas documentavam suas observações da natureza, mas também demonstravam a integração da tecnologia no processo educacional e na preservação de seu ambiente natural.

Dia 05 de maio de 2022

Atendendo ao pedido da Professora Z da aldeia Bananal dediquei os meses subsequentes a estabelecer contatos com bibliotecas públicas em São Paulo e Mato Grosso do Sul, solicitando doações de livros para a escola da Aldeia Bananal. Essa iniciativa culminou em uma coleta significativa de doações, e um retorno à aldeia foi organizado para maio, a fim de concretizar a entrega desses recursos valiosos.

Durante o planejamento da minha estadia no Mato Grosso do Sul, priorizei visitas a locais que oferecessem uma imersão na cultura Terena. Em Campo Grande, destaca-se a aldeia urbana Marçal de Souza, conhecida por seu engajamento cultural e artesanal. No dia 05 de maio, visitei o Memorial da cultura indígena (Figura 34), um espaço dedicado não apenas à realização de atividades culturais — conforme divulgado em sua página no Facebook⁸⁴ — destina-se a exposição e comercialização de artesanato.

Situada a uma curta distância do memorial, encontra-se a Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira, uma instituição inclusiva que serve tanto à comunidade indígena local quanto aos moradores não indígenas da região circundante. Ao me aproximar da escola, manifestei o desejo de dialogar com a diretora, apresentando-me como pesquisadora e descrevendo, de forma verbal, o propósito da minha pesquisa. Embora não dispusesse de uma autorização formal da Secretaria Municipal de Educação para realizar essa visita, assegurei que minha presença seria estritamente para fins de observação, comprometendo-me a não efetuar registros fotográficos ou conduzir entrevistas. O objetivo era simplesmente observar o ambiente escolar e verificar a existência e as condições de uma biblioteca no local.

A diretora, compreensiva à minha solicitação, prontamente me conduziu à biblioteca da escola, onde fui introduzida a um professor indígena responsável pela gestão desse espaço. Ele se mostrou receptivo em compartilhar detalhes sobre as práticas educacionais implementadas, assim como os recursos que a biblioteca dispunha. Durante a visita, ele destacou alguns dos livros presentes no acervo e expressou os desejos de aprimoramento para o espaço.

⁸⁴ <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=mmmoriy&set=a.10205995738170387>

Essa experiência na aldeia urbana Marçal de Souza proporcionou uma perspectiva valiosa sobre a dinâmica de uma aldeia urbana, ilustrando como os Terena se adaptam e mantêm sua identidade cultural em um contexto urbano.

Durante o desenvolvimento da minha pesquisa sobre políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, descobri a existência de uma Subsecretaria de Políticas Públicas para Povos Originários⁸⁵. Através do site oficial da secretaria, obtive o contato necessário e encaminhei um e-mail ao subsecretário, detalhando meu projeto e solicitando um encontro. O objetivo principal dessa reunião era discutir e entender as iniciativas governamentais relacionadas ao acesso informacional por parte das comunidades indígenas.

Na nossa conversa, compartilhei observações coletadas durante minhas visitas à Aldeia Bananal, especialmente as expressas dificuldades enfrentadas pela comunidade em obter acesso à internet a um custo acessível e o desejo dos estudantes em explorar bibliotecas em Aquidauana. O subsecretário, já familiarizado com a comunidade da Aldeia Bananal através de contatos prévios com o cacique, informou que está em processo de identificar e estabelecer ações e parcerias que possam facilitar e melhorar o acesso à informação para os habitantes da aldeia.

Dia 9 de maio de 2022

Durante meu mestrado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, cujas aulas ocorriam em proximidade a um espaço frequentado por estudantes universitários indígenas, deparei-me com a valiosa contribuição do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI) da UCDB. O NEPPI se destaca por seu compromisso em prover suporte a uma ampla gama de interessados — desde pesquisadores e educadores do ensino básico até membros das comunidades indígenas e o público em geral — facilitando o acesso a uma rica variedade de materiais sobre os povos indígenas. Com um acervo⁸⁶ abrangendo mais de 10 mil documentos relacionados a nove etnias do Mato Grosso do Sul, além de materiais sobre outras comunidades indígenas do Brasil e do Cone Sul, o NEPPI se apresenta como uma fonte inestimável de conhecimento.

⁸⁵ <https://www.setesc.ms.gov.br/subsecretaria-de-politicas-publicas-para-a-populacao-indigena/>

⁸⁶ https://www.youtube.com/watch?v=CfaeNRUsQ_0

A análise de unidades informacionais dedicadas aos povos indígenas constitui um dos objetivos específicos da minha tese e visando enriquecer minha pesquisa, organizei uma visita ao NEPPI, conforme as informações disponíveis em sua página online. Durante essa visita, um membro do núcleo gentilmente me apresentou a uma seleção de materiais, incluindo arquivos de recortes de jornais organizados em pastas, vídeos (Figura 35) e um site que disponibiliza o acervo para consulta pública

Algum tempo após essa visita, fui informada pela bibliotecária da UCDB de que o acervo documental do NEPPI seria transferido para uma coleção especial dedicada aos povos indígenas na biblioteca central da universidade. Em uma consulta posterior, realizada em 12 de fevereiro de 2024, constatei que o site anteriormente indicado pelo NEPPI para acessar o material já não estava mais ativo. Até o momento, não obtive informações detalhadas sobre a conclusão do processo de transferência dos documentos para a biblioteca central ou sobre a disponibilidade integral do acervo para consulta.

Dia 10 de maio de 2022

Como comprometido com a professora Z da aldeia Bananal, combinei nessa data a entrega dos livros doados para a aldeia. Ao chegar à escola, já reformada, por volta das 10 horas, notei que alguns professores utilizavam a biblioteca para o planejamento das aulas, evidenciando a vitalidade do espaço educacional recém-enriquecido.

Fui recebida pela professora Z e procedi ao transporte dos livros até a biblioteca. Ofereci-me para auxiliar na organização dos volumes nas estantes, porém, fui gentilmente instruída a deixá-los no local (Figura 36), indicando um planejamento prévio para sua alocação. Paralelamente, havia a esperança de que a visita proporcionasse uma oportunidade para as crianças da aldeia explorarem a biblioteca municipal de Aquidauana ou a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dada a revelação de que muitos nunca haviam visitado uma biblioteca. Contudo, esforços para concretizar essa iniciativa não frutificaram devido à falta de retorno por parte da secretaria de educação.

No momento da entrega dos livros, tive a oportunidade de dialogar brevemente com a professora Z. Abordei o tema do centro multiuso e a situação dos computadores que haviam sido doados para esse espaço. Ela esclareceu que a utilização dos equipamentos estava temporariamente suspensa devido à falta de recursos necessários para a formatação. Apesar

de sua evidente gratidão pela doação dos livros, a professora estava profundamente envolvida com suas obrigações, o que restringia nossa capacidade de engajar em uma conversa mais extensa. Com o principal propósito da minha visita atingido — a entrega dos livros —, iniciei meu trajeto de volta para Campo Grande. Contudo, durante a viagem, surgiu-me uma inspiração repentina: decidir visitar outras escolas situadas no território indígena onde se localiza a Aldeia Bananal, ampliando assim meu entendimento sobre o cenário educacional e conseqüentemente informacional.

Optei por iniciar minhas visitas pela Escola Municipal Indígena Polo Rondon (Figura 37), situada na Aldeia Bananal e que atende aproximadamente 300 alunos do ensino infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Fui calorosamente acolhida pela diretora, uma participante ativa do projeto Saberes Indígenas. Ao me apresentar, mencionei minha associação com o professor Hilário, o que facilitou nossa comunicação. Durante nosso diálogo, a diretora compartilhou que, apesar do desejo da escola em enriquecer seu ambiente educacional com espaços dedicados à leitura e à pesquisa, atualmente a instituição não dispõe de uma sala de leitura ou biblioteca. Ela também destacou que a escola desempenha um papel central na educação de aproximadamente 300 alunos, não apenas da Aldeia Bananal, mas também das áreas circunvizinhas, reforçando seu compromisso em atender as necessidades educacionais da comunidade e das retomadas adjacentes.

Em minha exploração educacional dentro do território indígena, identifiquei outra instituição de ensino significativa localizada a 2km da aldeia bananal, a Escola Municipal Polo Marcolino Lili, situada na aldeia Lagoinha. Fui recepcionada pela coordenadora, após me apresentar, ela não hesitou em revelar os desafios que a escola enfrenta atualmente. Ela explicou que a sala de leitura, anteriormente um recurso valioso para o desenvolvimento dos alunos, havia sido desativada devido a problemas estruturais. Em resposta, uma solução temporária foi implementada, transformando um espaço alternativo em uma área de leitura temporária, onde os livros são guardados de maneira improvisada em sacolas.

A coordenadora da escola revelou seu forte compromisso em fomentar o hábito da leitura entre os estudantes, notando um crescente interesse por parte deles em explorar novos mundos através dos livros. Além disso, ela expressou o anseio da escola por estabelecer uma biblioteca, sonhando com um espaço que não apenas atenda à demanda existente por material de leitura, mas que também sirva como um catalisador para ampliar o engajamento dos alunos com a literatura e o aprendizado.

Em continuação à minha jornada pelas instituições educacionais no território indígena, visitei a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Pastor Reginaldo Miguel - HOYENÓ, situada na aldeia Lagoinha. Fui recebida de forma cordial pelo coordenador, que, após minha apresentação, prontamente me guiou até a sala de leitura da escola. Este espaço consistia em apenas duas prateleiras repletas de livros. Durante esta visita, optei por não aprofundar na exploração dos programas específicos desenvolvidos na sala de leitura, focando na observação geral da infraestrutura disponível.

Dia 12 de maio de 2022

Durante a análise de dados fornecidos pela FUNAI, descobri a presença da etnia Terena em algumas aldeias no estado de São Paulo, fruto de um histórico processo de deslocamento para aculturação. Motivada por esta descoberta, localizei a página virtual da Escola Estadual Índia Maria Rosa⁸⁷ e entrei em contato com o vice-diretor para organizar uma visita agendada para o dia 12/5/2022. Em meu regresso a São Paulo, desviei minha rota para a aldeia Icatu, município de Braúna/SP, que se encontra a aproximadamente 265 km da fronteira com o Mato Grosso do Sul, e é o habitat de três diferentes etnias indígenas: Kaiang, Krenak e os Terena.

A jornada até a aldeia é marcada por um trecho de estrada de terra ladeado por vastos canaviais, abrindo caminho para este enclave de 300 hectares. Na escola, fui calorosamente recebida pela diretora e por uma professora, que compartilharam informações sobre a comunidade composta por cerca de 50 famílias. A escola atende 24 alunos do ensino fundamental (1º ao 6º ano), incluindo uma criança não indígena, em um regime de ensino integral que abrange o aprendizado dos idiomas Kaiang e Terena, contando com o apoio de aproximadamente oito professores.

Devido às limitações de infraestrutura, a escola enfrenta a impossibilidade de dispor de um espaço exclusivamente dedicado a uma sala de leitura ou biblioteca. Como medida adaptativa, optou-se por integrar estantes de livros às salas de aula, permitindo que as próprias professoras coordenem o processo de empréstimo e mantenham um controle sobre o acervo disponível em um registro manual em um caderno.

⁸⁷<https://sites.google.com/prof.educacao.sp.gov.br/escolaindiamariarosa2022/hist%C3%B3ria-da-%C3%ADndia-maria-rosa?authuser=0>

Ao explorar os títulos disponíveis na biblioteca, como "Vocabulário Terena", "Narrativas de Memória", "Uma História Kayang de SP", "Dicionário Escolar Kayang", "Jogos Educativos para o Ensino e Aprendizagem de Línguas Indígenas", e "Um Livro Bilíngue para o Ensino das Línguas Indígenas da Aldeia Icatu", minha curiosidade sobre como esses recursos foram publicados levou-me a indagar a professora. Ela esclareceu que o acervo foi enriquecido através de parcerias estratégicas com instituições de prestígio como a UNICAMP e a USP, focadas em materiais relevantes à cultura e educação indígena. Adicionalmente, a professora me informou que um livro foi acrescentado ao acervo por uma doação pessoal de sua prima do Mato Grosso do Sul.

Durante minha visita, atentei para o acervo da biblioteca, em que cada livro era cuidadosamente carimbado para assegurar sua vinculação à escola, ao indagar referente aos empréstimos, fui informada que eram rigorosamente anotados pelas professoras em um caderno especialmente designado para esse fim. Ao questionar sobre as facilidades de acesso à internet na escola, fui introduzida a um regulamento (Figura 38), orgulhosamente exibido no salão principal, que detalha uma política governamental voltada à distribuição de chips de internet sem custo para os alunos. Esta política representa um avanço importante, facilitando significativamente o acesso dos estudantes a recursos informacionais vitais.

Durante a visita, também foi mencionado o recém-inaugurado centro de memória adjacente à escola, que, apesar de seu potencial como recurso educacional, enfrenta desafios estruturais que limitam seu funcionamento pleno. Em relação ao prosseguimento educacional após o ensino fundamental, soube que os estudantes precisam viajar até Braúna, a 40 km da aldeia, para continuar seus estudos no ensino médio. Uma professora compartilhou seu plano pessoal de enviar suas filhas ao Mato Grosso do Sul para morar com parentes e avançar para o ensino superior, refletindo o desejo de assegurar melhores oportunidades educacionais para a próxima geração.

Esta visita permitiu-me constatar que, embora a população desta aldeia seja menor comparativamente à Aldeia Bananal, a escola aqui demonstra um compromisso notável com a preservação da cultura Terena, evidenciado por um acervo mais amplo de livros dedicados a essa temática. Adicionalmente, a instituição se destaca por assegurar o acesso universal à internet para todos os alunos, reforçando a importância do acesso à informação como pilar fundamental para a educação e a manutenção cultural.

Dia 13 de maio de 2022

Minha pesquisa bibliográfica revelou a presença da aldeia indígena Ekerua, que também possui a etnia Terena. Esta se localiza no município de Avaí/SP, situado a 400 km de distância da fronteira do Mato Grosso do Sul, . Para aprofundar meu estudo, entrei em contato com o diretor da escola local, por meio da página do Facebook da instituição⁸⁸, com o intuito de agendar uma visita. Após deixar a cidade da aldeia Icatu na data de 12/05/2022, segui para o município de Bauru, que serviu como ponto de partida para minha jornada até a aldeia mencionada.

No dia agendado para a visita, recebi uma mensagem do diretor informando que uma reunião inesperada em Bauru o impedia de me receber. Ele sugeriu que eu procurasse pela coordenadora da escola, já informada sobre minha visita. Ao chegar à escola, expliquei à coordenadora sobre o acordo prévio com o diretor para explorar o espaço, especialmente a biblioteca. No entanto, ela me aconselhou a buscar a permissão do cacique da aldeia.

Seguindo a orientação, dirigi-me à residência do cacique e me apresentei, mencionando meu contato com o diretor e o propósito da minha visita, focado exclusivamente em observar e compreender a estrutura da biblioteca escolar. Apesar das minhas explicações, o cacique enfatizou a necessidade de uma autorização formal da FUNAI para qualquer visita desse tipo. Sem a permissão necessária, minha entrada na escola foi vetada, impedindo-me de verificar a existência de bibliotecas na aldeia ou de realizar qualquer registro fotográfico do local.

Dia 30 de maio de 2022

Ao receber uma notificação do Google Alertas sobre como as bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) de São Paulo servem às populações indígenas⁸⁹, decidi investigar mais a fundo. Contatei a Bibliotecária e responsável pelos Centros, que gentilmente me forneceu os contatos dos responsáveis por dois CEUs engajados nesse tipo de atividade. Consegui marcar uma visita com a bibliotecária do CEU Jardim Paulistano, localizado a cerca de 10 km da aldeia Jaraguá/SP, lar da etnia Guarani.

⁸⁸ <https://www.facebook.com/aldeiaekerua>

⁸⁹ https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/bibliotecas-dos-ceus-abrigam-mais-de-800-mil-livros-disponiveis-a-toda-comunidade/?fbclid=IwAR0T3sFpv_1uqQCPVsfPkLLy0ADJ5P6FqB6h8zFVsKc2UIT-z2zkxVblPqM

Durante a visita, a bibliotecária compartilhou detalhes de algumas iniciativas desenvolvidas em colaboração com a comunidade indígena local. Entre elas, destacou-se o evento "Um dia no CEU", uma ocasião especial onde crianças da aldeia foram transportadas de ônibus até o CEU para participarem de atividades organizadas pela biblioteca. Além disso, mencionou uma palestra educativa que contou com a presença de uma representante indígena, destinada a alunos de uma escola próxima, com o objetivo de promover um maior entendimento sobre as culturas indígenas.

Essas experiências representaram uma oportunidade valiosa para observar de perto algumas das práticas inclusivas adotadas pelas unidades informacionais, demonstrando um esforço consciente para integrar e valorizar a população indígena dentro do espaço educacional e comunitário.

Dia 07 de junho de 2022

Tomei conhecimento sobre a inauguração de uma biblioteca em uma aldeia indígena no Mato Grosso⁹⁰, um tema que abordo detalhadamente no segmento dedicado às unidades informacionais nesta tese. Não foi imediatamente após a notícia da inauguração que busquei o contato com a bibliotecária responsável pelo projeto, mas sim em um momento posterior, à medida que aprofundava este trabalho. O objetivo era compreender o processo de planejamento e implementação da biblioteca. Esta bibliotecária esclareceu que o projeto se originou de uma solicitação direta da comunidade indígena e contou com o apoio significativo da Secretaria de Cultura do Estado. Este apoio materializou-se através da inclusão do projeto em um programa do Sistema Municipal de Bibliotecas, que, por sua vez, conseguiu financiamento graças à colaboração com o Ministério Público do Trabalho.

A construção da biblioteca seguiu um design que respeitava os desejos e a cultura da comunidade, com a bibliotecária contribuindo ativamente na seleção de materiais adequados. Além disso, a participação de um estudante indígena de Biblioteconomia foi crucial para garantir que o espaço e o acervo fossem verdadeiramente representativos e úteis para os moradores da aldeia. Inspirada por este intercâmbio rico e aprofundado, propus que colaborássemos em um artigo para compartilhar a história desse projeto com a

⁹⁰ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/22/primeira-biblioteca-indigena-de-mt-e-inaugurada-com-livros-historicos-e-artesanatos.ghtml>

comunidade bibliotecária mais ampla no Brasil. A intenção era submeter este projeto ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, o artigo foi aprovado e publicado nos anais do evento⁹¹, como uma forma de ilustrar como projetos colaborativos podem ser bem-sucedidos em contextos indígenas e inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades.

Dia 18 de agosto de 2022

Em um esforço renovado para organizar uma visita dos alunos às bibliotecas de Aquidauana, estabeleci novamente contato com o diretor da escola estadual na aldeia Bananal. Incentivei-o a requisitar à Prefeitura de Aquidauana o apoio logístico necessário, especificamente o transporte, para facilitar essa visita técnica. Paralelamente, mantive diálogo com a bibliotecária da biblioteca municipal de Aquidauana, que se mostrou prontamente disponível para oferecer assistência e enriquecer a experiência educativa dos estudantes durante a visita.

Dia 20 de setembro de 2022

O diretor da escola informou, lamentavelmente, que a prefeitura não pôde disponibilizar o transporte necessário para a realização da visita planejada.

Dia 21 de março de 2023

Procurei o cacique da aldeia Bananal para inquirir sobre a situação dos computadores doados ao Centro Multiuso, interessada em saber se estavam instalados e em uso pela comunidade. O cacique esclareceu que, devido a preocupações com a entrada de poeira por partes abertas do portão do centro, decidiu realocar os computadores para a escola pública da aldeia. No entanto, apenas três dos sete computadores estavam operacionais, uma vez que não havia recursos disponíveis para a instalação do pacote Office.

Frente à necessidade de apoio técnico para os computadores da aldeia Bananal, entrei em contato com meu coorientador, o Professor Hilário, buscando avaliar a possibilidade de

⁹¹ <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2627>

envolvimento voluntário por parte de integrantes do nosso grupo de pesquisa ou da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Embora a UFMS não tenha se disponibilizado para essa assistência, um membro do nosso grupo de pesquisa se ofereceu para prestar o suporte necessário. Informei o cacique sobre essa colaboração, e agendamos uma visita à aldeia em abril para uma avaliação técnica dos equipamentos.

Durante o diálogo com o cacique, surgiu um tema adicional: ele mencionou que sua filha, recentemente admitida no curso de Matemática da UFMS, enfrenta desafios relacionados à sua familiaridade com informática, além de sentir-se insegura quanto às demandas do ambiente acadêmico. Essa conversa me levou a sugerir não apenas a verificação técnica dos computadores, mas também a realização de um treinamento focado no uso da internet para alguns alunos da escola, aproveitando nossa visita programada. A iniciativa visava oferecer ferramentas para superar barreiras tecnológicas e contribuir para uma transição mais segura e confiante para o contexto universitário.

Dia 11 de abril de 2023

Após coordenar agendas com um colega do grupo de pesquisa do Professor Hilário e com o cacique da aldeia Bananal, estabelecemos uma data para visitar a escola e realizar a avaliação técnica dos computadores. Na ocasião, o colega, empreendeu esforços para formatar os computadores (Figura 39). No entanto, enfrentamos obstáculos técnicos significativos, principalmente devido à baixa qualidade do sinal de internet, o que impossibilitou o download dos programas necessários. Apesar de dedicarmos aproximadamente duas horas tentando solucionar o problema, não obtivemos êxito.

Diante dessa situação, e com a concordância do cacique, o colega se ofereceu para levar os computadores até Campo Grande, onde teria condições adequadas para realizar a formatação. Foi combinado que a devolução dos equipamentos ocorreria no sábado subsequente, aproveitando uma viagem já programada por eles para visitar outra aldeia nas proximidades de Aquidauana.

Frente à necessidade de adiar o treinamento de uso da internet devido aos desafios técnicos com os computadores, uma conversa produtiva com uma das professoras da escola (Professora W) abriu novas possibilidades. Comprometemo-nos a explorar alternativas para a realização do treinamento, considerando formatos virtuais ou até mesmo sessões

gravadas, que pudessem ser disponibilizadas aos alunos. Essa adaptação visava assegurar que, apesar dos obstáculos encontrados, fosse possível contribuir efetivamente para o desenvolvimento das habilidades digitais dos estudantes da aldeia Bananal.

Dia 02 de maio de 2023

Entrei em contato com a professora com quem havia me comunicado durante minha visita à aldeia em 11 de abril de 2023, discutindo sobre os computadores da escola. Ofereci minha ajuda para conduzir o treinamento previamente mencionado. Ela relatou que estavam enfrentando dificuldades com o funcionamento do Word e da conexão à internet em alguns computadores. Prontamente, me disponibilizei para prestar o suporte necessário.

Dia 24 de agosto de 2023

Retomei o diálogo com a professora W para checar o estado dos computadores. Ela confirmou que todos estavam operacionais, contudo, a conexão à internet estava restrita a apenas um dispositivo devido às limitações no sinal.

Dia 20 de setembro de 2023

Recebi um pedido da professora W solicitando a doação de adaptadores Wi-Fi para melhorar a conectividade. Efetuei a compra dos adaptadores, porém, enfrentei problemas de entrega que resultaram no cancelamento do pedido pela empresa. Uma tentativa subsequente de aquisição em outra loja também fracassou.

Dia 09 de fevereiro de 2024

Contatei novamente a professora W para me informar sobre a atual situação da conexão à internet na escola. Ela compartilhou que, no começo do ano letivo, a equipe de gestão escolar, juntamente com o corpo docente, tomou a decisão coletiva de contratar um serviço de internet. Para viabilizar isso, foi acordada uma contribuição mensal de R\$50,00 por cada participante, visando garantir um acesso adequado à internet que atendesse às necessidades educacionais dos alunos.

Esta ação se tornou ainda mais crucial após a professora W mencionar que, embora os alunos tenham sido agraciados com tablets pelo governo, a promessa de acesso completo à internet não foi integralmente cumprida por parte governamental. Isso levou a comunidade escolar a tomar a iniciativa de garantir uma conexão de qualidade, ampliando assim as funcionalidades pedagógicas dos dispositivos e potencializando as oportunidades de aprendizado, frente à lacuna deixada pela falta de provisão governamental nesse aspecto.

NOTÍCIAS RÁDIO ALDEIA BANANAL

Vamos detalhar as informações fornecidas sobre as notícias veiculadas pela rádio da aldeia ao longo de seis meses, destacando os principais temas e acontecimentos relatados em cada data especificada:

Dia 13/1/22(quinta-feira)

- **Notícias Gerais e Pandemia:** Este dia trouxe um panorama das notícias gerais com ênfase na situação da pandemia. A rádio reportou um aumento nos casos de COVID-19, destacando a importância da vacinação para combater o vírus. Também foi mencionado um acidente na cidade de Capitólio, em Minas Gerais, que chamou atenção nacional.
- **Futebol:** As notícias da seleção de futebol brasileira também foram um ponto de interesse, refletindo a paixão nacional pelo esporte.
- **Povos Indígenas:** Foi discutida a criação de um comitê de enfrentamento à COVID-19 especificamente para os povos indígenas, ressaltando o atraso desde sua solicitação em julho de 2020. Esse fato sublinha a preocupação com a saúde e o bem-estar dessas comunidades diante da pandemia.
- **Auxílio Emergencial e Nova Variante da COVID:** Informações sobre o auxílio emergencial foram compartilhadas, juntamente com notícias sobre a emergência de uma nova variante do COVID-19, o que reforça a gravidade da situação sanitária.
- **Eventos Culturais e Educação:** A divulgação de um festival da igreja, com um concurso de canção evangélica e vídeo clip, e informações sobre matrículas nas

escolas municipais e estaduais, mostram a vida comunitária e a importância da educação.

Dia 20/2/22- (domingo)

- **Eventos Religiosos:** A estreia de um programa da igreja pentecostal foi adiada devido à agenda do pastor, indicando a relevância das atividades religiosas na aldeia. Além disso, houve menção às igrejas de outras aldeias, mostrando um senso de comunidade e fé compartilhados.
- **Promoção Local:** A promoção de pizza na Aldeia Bananal ressalta a dinâmica comercial e social da comunidade.

Dia 10/3/22- (quinta-feira)

- **Saúde Pública e Infraestrutura:** destacou um momento significativo para a saúde pública e a infraestrutura local. Uma representante do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), que é engenheira ambiental e pertence ao povo Terena. Discutiu seu trabalho na coleta e análise de amostras de água, essencial para assegurar a qualidade da água na comunidade. Destacou a importância do cloro para a eliminação de vírus e bactérias e anunciou um programa de monitoramento em quatro poços, enfatizando a necessidade da colaboração comunitária. Paralelamente aos avanços na saúde pública, a inauguração do asfalto na região marcou um desenvolvimento significativo para a infraestrutura local.

Dia 4/4/22 (segunda-feira)

- **Comunicação e Comércio:** A divulgação de serviços essenciais, como a implementação da internet de fibra óptica. Estabelecimentos como oficinas mecânicas, padarias e lojas de móveis foram também mencionados, evidenciando um comercial diversificado e em crescimento.
- **Cultura:** A cultura local foi celebrada por meio de eventos comunitários, como o festival de prêmios e o festival do dia do índio. A escolha de uma música indígena como fundo durante a transmissão das notícias serviu como um lembrete das tradições da comunidade.
- **Cotidiano:** A perda de um celular na escola, humaniza as notícias, aproximando-as da realidade dos ouvintes.

Dia 13/5/22 (sexta-feira)

- Cultura e Religião: Músicas evangélicas, propagandas de internet de fibra óptica, serviços da padaria, promoções da loja Aquidauana Móveis, uma rifa da igreja evangélica, e versículos do salmo. Destacou-se também a participação do cantor Jamil Pedro e a utilização do Facebook para enviar recados, integrando fé, cultura e inovação na vida da aldeia.

Dia 06/06/22 (segunda-feira)

- Notícias gerais: futebol, previsão do tempo e seleção de músicas

Nesta data, o cacique assumiu a transmissão das notícias pela rádio da aldeia, iniciando com cumprimentos na língua Terena, seguidos por traduções em português.

- Atendimento do INSS: Informações sobre o atendimento presencial foram compartilhadas, visando facilitar o acesso aos serviços previdenciários pela comunidade.
- Educação de Trânsito: Anúncio da previsão de uma cartilha de educação de trânsito de Aquidauana.
- Assistência Social: Detalhes sobre ações da assistência social da prefeitura de Aquidauana na estação ferroviária da Taunay, incluindo a divulgação de uma lista de famílias elegíveis para receber cestas básicas. Houve um apelo para a disseminação dessas informações através de grupos de WhatsApp.
- Projeto Cegonha: Divulgação de um programa destinado a mulheres grávidas, oferecendo palestras, atividades educativas para gestantes, e enxovais.
- Agricultura e Recursos: Discussão sobre a mudança na secretaria de produção das roças, a distribuição de calcário para enriquecer o solo das roças, enfatizando a importância dessa prática agrícola. Abordou-se também o rateio dos custos para manutenção de tratores, essenciais para a agricultura local.

- Recursos Hídricos: Alerta sobre a iminente falta de água na comunidade, sublinhando a necessidade de gestão de recursos hídricos.
- Visita da FUNAI: Anúncio da visita do coordenador regional da FUNAI à aldeia, indicando uma oportunidade de diálogo e cooperação com o órgão governamental.

Este relatório detalhado das notícias veiculadas pela rádio da aldeia ao longo de seis meses oferece uma visão abrangente das preocupações, eventos e desenvolvimentos que afetam a vida da comunidade.

Anexos



Figura 18-Placa indicativa das aldeias pertencentes ao Território Taunay-Ipegue.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 19-Faixa de boas-vindas da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 20-Uma casa em alvenaria da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 21-Fachada da Escola Estadual da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 22-Reforma da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 23-Ambiente coletivo da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 24-Livros do governo na biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2021)

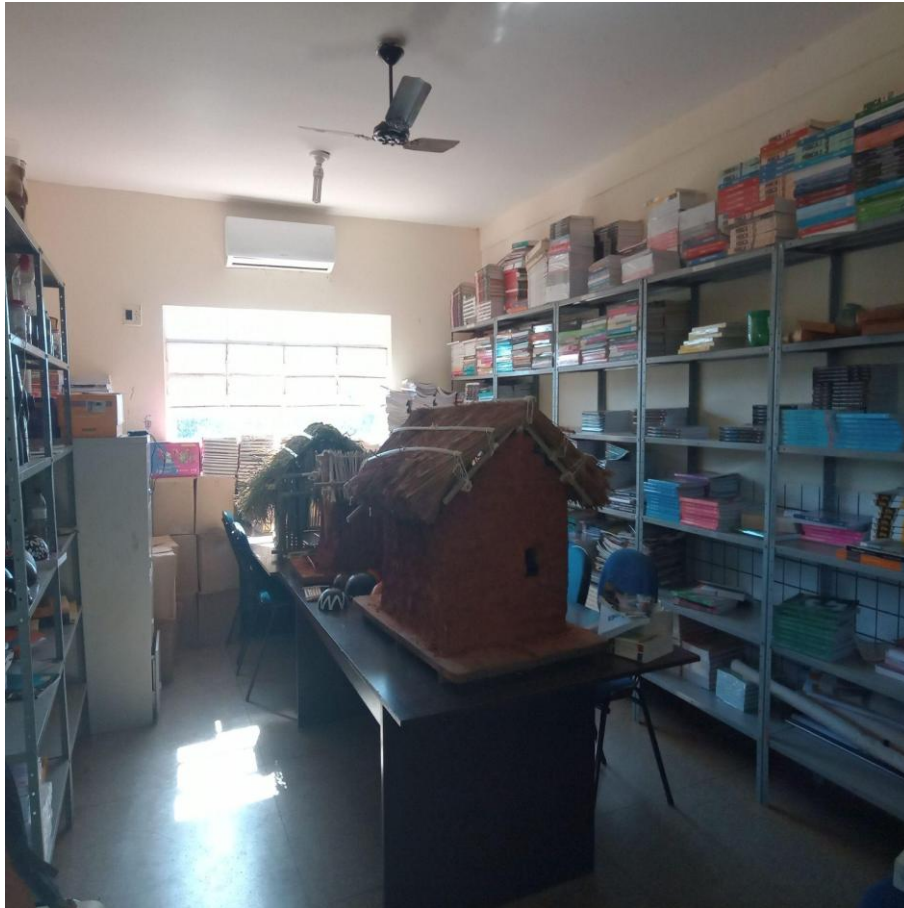


Figura 25-Foto do tamanho do espaço da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 26-Objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal (maquete e artesanatos).

Fonte: Acervo próprio (2021)

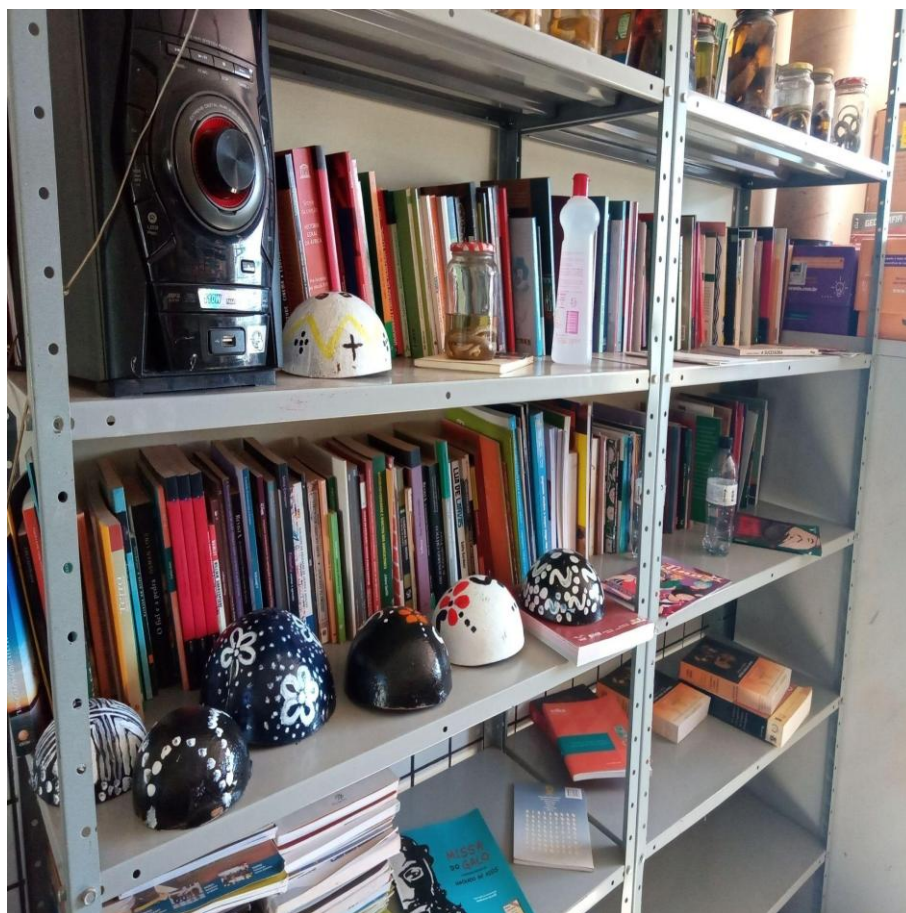


Figura 27-Fotos dos objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal: aparelho de som e duas prateleiras de livros de literatura.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 28-Fotos dos objetos guardados na biblioteca da Escola Estadual da Aldeia Bananal: troféus de competições esportivas e até algumas cobras preservadas para futuras atividades educativas.

Fonte: Acervo próprio (2021)

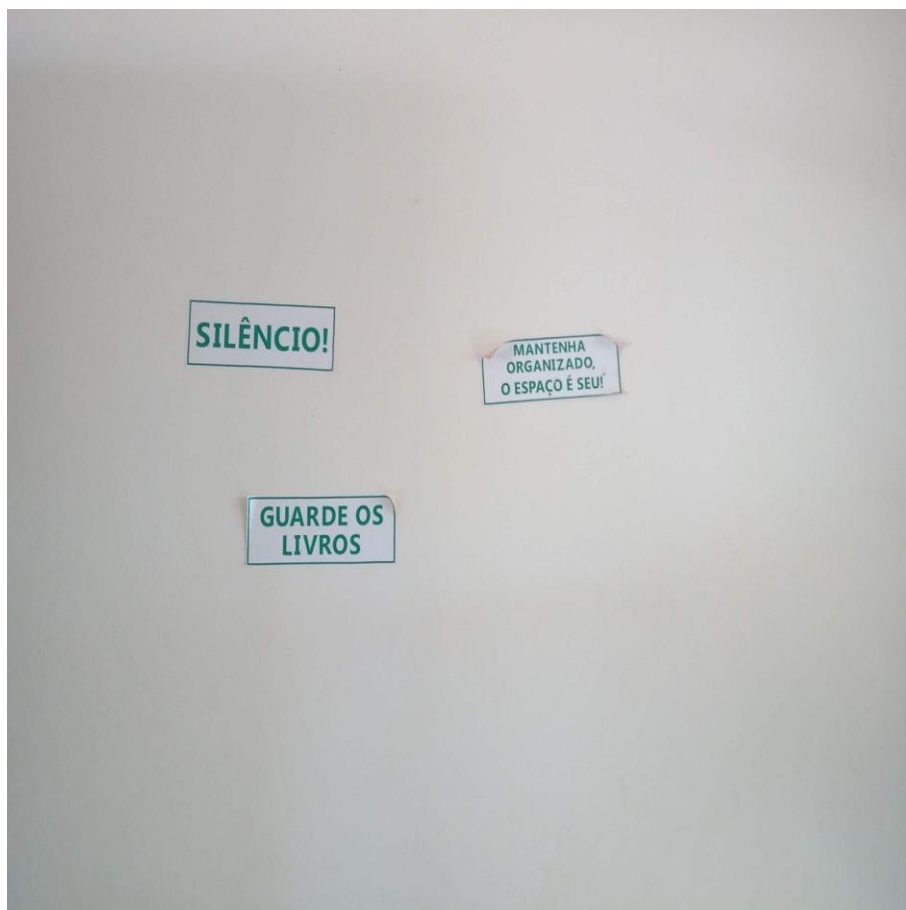


Figura 29-Mural na parede da biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 30-Livros didáticos organizados por disciplina.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 31-Livros didáticos organizados por disciplina.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 32-Foto do centro de eventos da aldeia Bananal em uso temporário durante a reforma da escola.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 33-Artesanato exposto durante o lançamento dos livros do Saberes Indígenas na aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2021)



Figura 34-Memorial da cultura indígena da aldeia Marçal de Souza.
Fonte: Acervo próprio (2022)



Figura 35-Estante com as pastas com recortes de jornais do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI).

Fonte: Acervo próprio (2022)



Figura 36-Livros doados para a biblioteca da Escola Estadual da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2022)



Figura 37-Escola Municipal Indígena Polo Rondon da aldeia Bananal.
Fonte: Acervo próprio (2022)

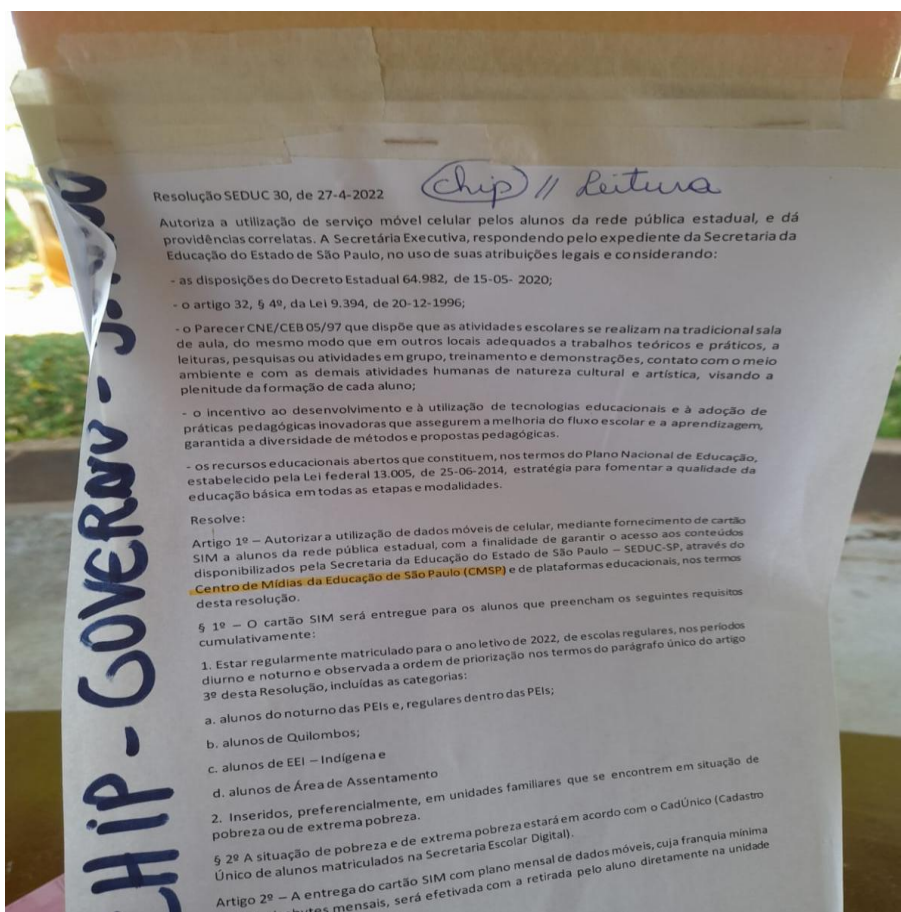


Figura 38-Resolução do governo de SP referente fornecimento de chip de internet da aldeia de Icatu de SP.

Fonte: Acervo próprio (2022)



Figura 39-Computadores da Escola Estadual da aldeia Bananal.

Fonte: Acervo próprio (2023)